



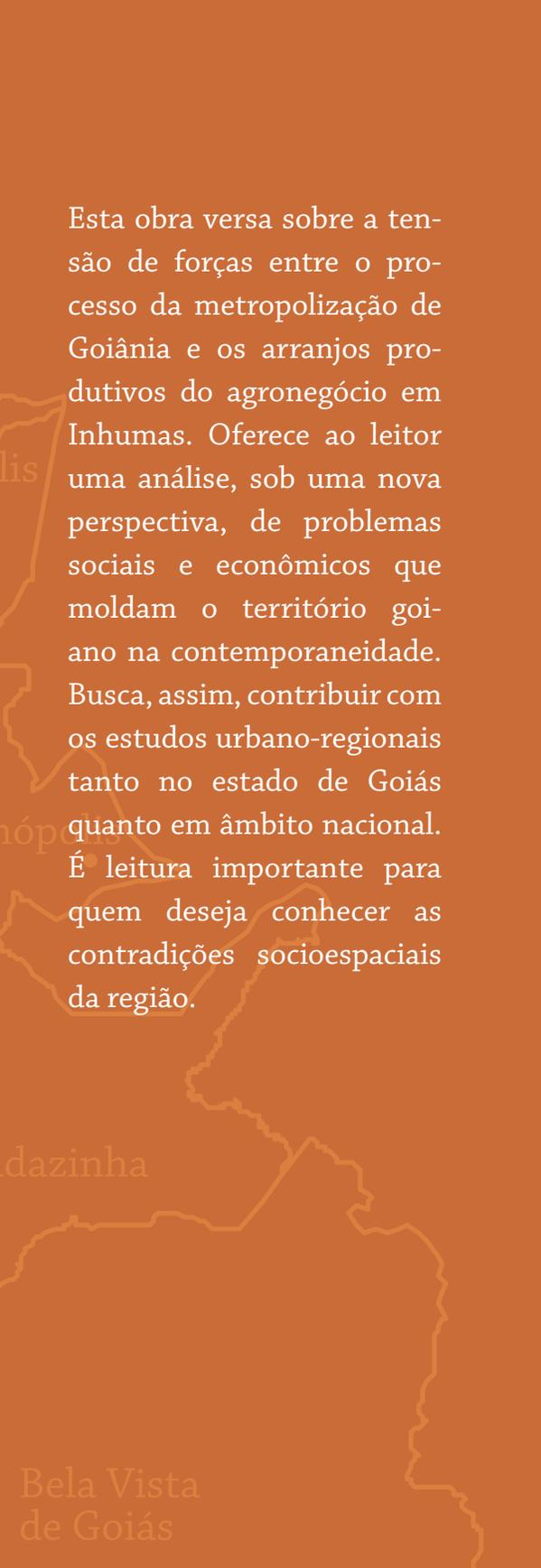
No descompasso da metrópole

Um estudo sobre a dinâmica espacial
da região metropolitana de Goiânia
a partir do **município de Inhumas**

Renato Araújo Teixeira



editora ifg



Esta obra versa sobre a tensão de forças entre o processo da metropolização de Goiânia e os arranjos produtivos do agronegócio em Inhumas. Oferece ao leitor uma análise, sob uma nova perspectiva, de problemas sociais e econômicos que moldam o território goiano na contemporaneidade. Busca, assim, contribuir com os estudos urbano-regionais tanto no estado de Goiás quanto em âmbito nacional. É leitura importante para quem deseja conhecer as contradições socioespaciais da região.

No descompasso da metrópole



No descompasso da metrópole

Um estudo sobre a dinâmica espacial
da região metropolitana de Goiânia
a partir do **município de Inhumas**

Renato Araújo Teixeira



editora ifg

ISBN 978-85-67022-02-4

© 2013 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sob qualquer meio, sem a autorização por escrito do IFG.

T266d Teixeira, Renato Araújo
No descompasso da metrópole: um estudo sobre a dinâmica espacial da região metropolitana de Goiânia a partir do município de Inhumas/ Renato Araújo Teixeira. -- Goiânia: IFG, 2013.
216p.: il.

ISBN 978-85-67022-02-4

1. Metrópole – descompasso – Goiânia. 2. Inhumas – Goiás.
3. Goiânia – região metropolitana. 4. Dinâmica espacial.
I. Teixeira, Renato Araújo II. Título

CDD 910.9711

Catálogo na publicação:
Maria Aparecida Andrade de Oliveira Tsu – CRB /1–1604

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
EDITORA IFG
Avenida Assis Chateaubriand, 1.658
Setor Oeste
74130-012
Goiânia/GO
Fone (62) 3612-2236

*Dedico este livro a toda a minha família,
mas, em especial,
à minha esposa Alexandra, exemplo de amor
e dedicação nos momentos difíceis,
aos meus enteados Matheus e Harry pela alegria,
ao meu pai Manuel pela sabedoria,
à minha mãe Laete pelas orações,
aos meus irmãos Murilo, Fábio e Fausto pelos conselhos,
à minha irmã Célia pelo amor de mãe,
à minha irmã Simone pela serenidade.
Por fim, à minha filha Renata que, apesar de ter
nascido no meio da produção deste livro, me trouxe mais força para seguir
em frente, provando que é possível ter família e fazer pesquisa.*

Sumário

Lista de Tabelas	9
Lista de Quadros	10
Lista de Gráficos	11
Lista de Mapas	13
Lista de Esquemas	14
Lista de Figuras	15
Lista de Siglas	17
Prefácio	19
Introdução	23
Uma breve explicação metodológica sobre esta obra	30
1. A história de Inhumas contada a partir da relação com a antiga capital, Goiás Velho	35
A inserção da Estrada de Ferro em Goiás e a construção do município de Inhumas	40
Repensando os reflexos da economia cafeeira em Goiás a partir do território inhumense	46
A Territorialidade de Inhumas na Região do Mato Grosso Goiano	52
2. A emergência e a fragmentação territorial no entorno de Goiânia	59
Buscando elementos regionais para o entendimento das fragmentações	63
Entendendo a configuração territorial de Goiânia a partir de Inhumas	67

Um parêntese para o debate sobre metrópole e metropolização no contexto goiano	80
A singularidade de Inhumas no <i>front</i> da metrópole: a região da cana-de-açúcar no pretexto	96
3. Identificando os reflexos da exploração canavieira em Inhumas/GO	103
Pontuando os impactos socioambientais da dinâmica canavieira em Inhumas	110
Um debate preliminar sobre arrendamentos de terra em Goiás: Inhumas no contexto	115
A exploração da mais-valia sob a égide do corte de cana na região de Inhumas	120
4. Compreendendo a diversidade no uso do solo na região metropolitana: a particularidade de Inhumas	125
Uma breve reflexão sobre o perfil socioeconômico do município de Inhumas	133
Caracterizando o espaço geográfico de Inhumas por meio dos três setores da economia	140
A força e o poder da agropecuária inhumense no contexto da região metropolitana	146
5. A construção e a desconstrução do espaço urbano de Inhumas	155
A questão urbana de Inhumas: uma cidade que resiste ao “abraço ingrato” da metrópole	163
A urgência da rede confeccionista em Inhumas: uma alternativa econômica para a geração de empregos	168
A dinamicidade do setor comercial de Inhumas diante da influência da metrópole	176
6. Considerações Finais	191
7. Referências Bibliográficas	199

Lista de Tabelas

Tabela 1	
Região metropolitana e o processo de emancipação	59
Tabela 2	
Estado de Goiás: participação do número de emprego das regiões de planejamento/Estado (2009)	67
Tabela 3	
População residente e taxa média geométrica de crescimento anual (1991–2000–2010)	71
Tabela 4	
Índices da extensão urbana dos municípios da Região Metropolitana (1990–2010)	89
Tabela 5	
Perfil geral das principais características da RMG (2009)	94
Tabela 6	
Produção de álcool das cinco maiores destilarias goianas (2006)	103
Tabela 7	
Taxa de crescimento geométrico dos municípios produtores de cana-de-açúcar em Goiás	105
Tabela 8	
Cana-de-açúcar: quantidade produzida, área plantada e produtividade no Brasil (1995/6–2000/1–2005/6)	107
Tabela 9	
Produção de gado e leite na Região Metropolitana de Goiânia (1998–2009)	129
Tabela 10	
Produção de suínos e aves na Região Metropolitana de Goiânia (1998–2009)	130
Tabela 11	
Produto Interno Bruto e Renda <i>per capita</i> na RMG (2000–2008)	133

Tabela 12	
Valor do rendimento nominal médio mensal e número de empregos por setor de atividade (2009)	142
Tabela 13	
Uso do solo na RMG e nos arredores de Inhumas/GO (1990 e 2010)	149
Tabela 14	
<i>Ranking</i> dos municípios mais competitivos do estado de Goiás (2007)	161
Tabela 15	
Número de estabelecimentos confeccionistas por região brasileira	168
Tabela 16	
Número de estabelecimentos confeccionistas no estado de Goiás	169
Tabela 17	
Frotas de veículos na RMG (2009)	180

Lista de Quadros

Quadro 1	
Questionário estatístico da produção de café (1933)	48
Quadro 2	
Descendentes de Estrangeiros na política municipal de Inhumas	49
Quadro 3	
Características físicas do Mato Grosso Goiano	54
Quadro 4	
Ordens na cidade, de acordo com Lefebvre	68
Quadro 5	
Cotação de preços dos lotes populares na RMG (2011)	77
Quadro 6	
Os impactos socioambientais na exploração canavieira	111

Lista de Gráficos

Gráfico 1	
Evolução da fragmentação territorial da região metropolitana (1900–2010)	61
Gráfico 2	
Taxa de crescimento geométrico dos municípios selecionados no entorno (1940–2007)	74
Gráfico 3	
Taxa de crescimento geométrico da população de Inhumas/GO (1940–2007)	75
Gráfico 4	
Distribuição por estado das usinas no Brasil (2006)	108
Gráfico 5	
Percepção dos habitantes do município sobre o papel regional de Inhumas	132
Gráfico 6	
Faixa da renda familiar declarada pela população de Inhumas	135
Gráfico 7	
Percepção dos habitantes sobre os principais problemas de Inhumas	137
Gráfico 8	
Composição do PIB do estado de Goiás por setores econômicos	141
Gráfico 9	
Evolução da participação dos setores da economia brasileira no PIB (1990–2005)	141
Gráfico 10	
Principal fonte econômica do município de Inhumas	144
Gráfico 11	
Comércio de refeições em Inhumas (2006–2011)	178
Gráfico 12	
Comércio de roupas e calçados em Inhumas (2006–2011)	179
Gráfico 13	
Comércio de motos e carros em Inhumas (2006–2011)	179

Gráfico 14	
Comércio de supermercados e similares em Inhumas (2006–2011)	183
Gráfico 15	
Comércio de eletrodomésticos e similares em Inhumas (2006–2011)	184
Gráfico 16	
Comércio da construção civil e similares em Inhumas (2006–2011)	184
Gráfico 17	
Comércio de bazares e similares em Inhumas (2006–2011)	185
Gráfico 18	
Comércio alimentício em Inhumas (2006–2011)	185
Gráfico 19	
Comércio de saúde e similares em Inhumas (2006–2011)	186
Gráfico 20	
Comércio de animais e similares em Inhumas (2006–2011)	186
Gráfico 21	
Comércio de logística e similares em Inhumas (2006–2011)	187
Gráfico 22	
Comércio de entretenimento e similares em Inhumas (2006–2011)	187
Gráfico 23	
O que você compra ou utiliza fora do município de Inhumas?	188
Gráfico 24	
Quais são as opções de lazer no município de Inhumas?	189
Gráfico 25	
Quais são as opções de lazer procuradas fora da cidade de Inhumas?	189

Lista de Mapas

Mapa 1	
Caminho/Estrada Real de Goiás (Séc. XIX)	37
Mapa 2	
Ferrovia Norte-Sul: Estado de Goiás e Tocantins	43
Mapa 3	
Estado de Goiás: O Velho e o Novo Mato Grosso Goiano	55
Mapa 4	
Estado de Goiás: fragmentação dos municípios	64
Mapa 5	
Distribuição populacional da região metropolitana de Goiânia (2010)	73
Mapa 6	
Regiões metropolitanas do Brasil (2010)	83
Mapa 7	
Região Metropolitana de Goiânia (2010)	85
Mapa 8	
Extensão urbana dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia (1990–2000–2010)	86
Mapa 9	
Brasil e sua rede urbana (1991)	92
Mapa 10	
Rede de lugares centrais e área de atuação do estado de Goiás (2001)	93
Mapa 11	
Distribuição das destilarias no estado de Goiás (2007)	98
Mapa 12	
Município de Inhumas: entorno com cultivo da cana-de-açúcar e as principais rodovias de acesso (2008)	100

Mapa 13	
Localização das usinas no Brasil	109
Mapa 14	
Mapa da violência urbana da cidade de Inhumas/GO (2009–2010)	138
Mapa 15	
Uso e ocupação do solo na RMG (1990)	147
Mapa 16	
Uso e ocupação do solo na RMG (2010)	148
Mapa 17	
Área urbana da cidade de Inhumas/GO	164
Mapa 18	
Aglomerações da cadeia de confecções em Goiás e seus APLs (2010)	170
Mapa 19	
Aglomerações da cadeia de couro e calçados em Goiás e seus APLs (2010)	175
Mapa 20	
Contagem de tráfego por categoria de veículos na RMG (2010)	182

Lista de Esquemas

Esquema 1	
Município de Inhumas no descompasso da metrópole	27
Esquema 2	
O retrato de Inhumas/GO	153
Esquema 3	
Sistematização do conceito de cidade	159

Lista de Figuras

Figura 1	
Trilhos entre cafezais da Companhia Agrícola Mogiana	40
Figura 2	
Primeira casa bangalô de Inhumas	50
Figura 3	
Empresa de beneficiamento de álcool etílico em Inhumas/GO	101
Figura 4	
Utilização de vinhaça nas lavouras de cana em Inhumas	113
Figura 5	
Irrigação utilizando vinhaça nas lavouras de cana em Inhumas	113
Figura 6	
Queima de lavouras de cana-de-açúcar em Inhumas	115
Figura 7	
Grandes lavouras de cana em Inhumas/GO	117
Figura 8	
Casa abandonada em terras arrendadas	117
Figura 9	
Fazenda arrendada nos arredores de Santa Rosa	119
Figura 10	
Cortador de cana no município de Inhumas	121
Figura 11	
Vazio urbano na área fronteira entre Goiânia e Aparecida de Goiânia, com alguns prédios de Goiânia ao fundo	127
Figura 12	
Frigorífico desativado em 2008	131
Figura 13	
Frigorífico em funcionamento cercado por plantações de cana	131

Figura 14	
Plantações de alho na década de oitenta no município de Inhumas	151
Figura 15	
Criação de gado para produção de leite na década de oitenta em Inhumas	151
Figura 16	
Sacas de café em Inhumas/GO	156
Figura 17	
Plantações de café em Inhumas/GO (1980)	156
Figura 18	
Vista área de Inhumas (1960)	157
Figura 19	
Vista parcial da Rua Goiás em Inhumas	158
Figura 20	
Vista parcial da Rua Antônio Marques Palmeira em Inhumas	158
Figura 21	
Loteamento Vale Azul na cidade de Inhumas	165
Figura 22	
Lavouras de cana avançam para áreas íngremes	165
Figura 23	
Condomínio fechado em Inhumas	166
Figura 25	
A verticalização da cidade de Inhumas	166
Figura 24	
Antiga invasão da GO-070	166
Figura 26	
Duplicação da GO-070, trecho Goianira-Inhumas	167
Figura 27	
Inauguração do polo têxtil de Inhumas em 2011	172

Lista de Siglas

AGLUG	Aglomerado Urbano de Goiânia
Agetop	Agência Goiana de Transporte
AGR	Associação Goiana dos Municípios
APL	Arranjo Produtivo Local
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CEASA/GO	Central de Abastecimento do Estado de Goiás S/A
CIPM	Companhia Independente de Polícia Militar
EF	Estrada de Ferro
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MGG	Mato Grosso Goiano
MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEA	População Economicamente Ativa

PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Energia
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
Redig	Região do Desenvolvimento Integrado de Goiânia
REG	Região do Entorno de Goiânia
RIDE	Região de Integração e Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal
RM	Regiões Metropolitanas
RMG	Região Metropolitana de Goiânia
Sefaz	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
Segplan	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
Sepin	Superintendência de Pesquisa e Informação
Seplan/GO	Secretaria de Planejamento e Administração do Estado de Goiás
SIC	Sistema de Informação ao Consumidor
UFG	Universidade Federal de Goiás

Prefácio

Eguimar Felício Chaveiro*

Repetidas vezes durante o dia, saio do meu gabinete de trabalho radicado no IESA – Instituto de Estudos Socioambientais – e vou ao Centro de Convivência tomar um café, ou transformar o breve intervalo das minhas atividades num subterfúgio para conversar com orientandos, colegas de trabalho, ex-alunos e alunos.

O momento livre para conversar, sem a pauta rigorosa das tarefas e das funções pedagógicas, surpreendentemente, torna-se, muitas vezes, numa rara oportunidade para se conhecer, com maior aprofundamento, as esferas sutis da visão de mundo de quem trabalha conosco. Ou para, enquanto caminhamos, desfiar a ideia de um autor, ouvir um conselho bibliográfico, resolver um problema teórico – e de pesquisa – que, por acaso, tenha freado o avanço de um trabalho.

A lição de leveza, o diálogo desprovido de intenção burocrático-funcional, a brincadeira criativa que se faz com um autor derivando uma de suas teorias ou pendendo-o ao humor, o ajuste do afeto entre pessoas que trabalham juntas, a inclinação para se dispor a ler, escrever e aglutinar coerentemente o que se faz no mundo acadêmico com o logro pessoal, parecem ser signos de uma aprendizagem, difícil no atual período da universidade brasileira. Especialmente porque ela, notadamente a pós-graduação em nível de doutoramento, num país do denominado mundo pobre, como é o caso do Brasil, destaca o *status* do título mais que o sentido social do que se pode fazer com a formação; sublinha mais a proeza individual do autor que a capacidade do resultado da pesquisa em intervir na resolução de problemas reais; resolve mais a angústia de concluir o trabalho que tomá-lo como um meio para compor uma personalidade intelectual.

A meu ver, sou um testemunho relativamente legítimo para afirmar que o conteúdo humano, político e pedagógico de Renato Araújo Teixeira com o seu doutoramento – e o sentido abrangente desta obra que nos é oferecida – escapa da mera formalização, como ultrapassa a insígnia sintetizada na nomeação autoral do Dr. Renato.

* É Professor Associado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando especialmente nos seguintes temas: educação ambiental, a dinâmica da cidade, geografia urbana, geografia do trabalho e desenvolvimento urbano. É autor de vários ensaios científicos e de livros que interpretam Goiás. Publicou os livros *A Vida é um Engenho de Passagens e Goiânia, travessias sociais e paisagens cindidas*, dentre outros.

A sua figura simples, matizada pela família que ele homenageia com o seu trabalho, revela o orgulho de alguém que não fez nada sozinho e nem pretende fazer, abarca um espectro pouco visto no atual período: o do pesquisador leve, humilde, trabalhador, estudioso, que procura a sabedoria como seiva do conhecimento – e faz da construção do conhecimento uma seiva da sua vida inteira. A vida com os seus arranhões corriqueiros, com o seu desafio inacabado, com a sua potência de encontro, em que o trabalho – intelectual ou não – palpita no centro de sua estrutura e funda as possibilidades da sobrevivência, arrastando, quase sempre, o trabalhador para as raias mercadológicas da competição. Mas não satura as forças de insurgir, criar e se dispor ao ato suntuoso, mesmo na casa dos doutos, a Universidade, aprender feliz, existir leve.

Tomei vários cafezinhos com o Renato Araújo Teixeira, algumas vezes, com os olhos marejando de lágrimas, subtrai para mim a sua emoção ao caracterizar a grandeza de sua eterna orientadora: a elegante professora Celene. Paralisando a verbalização em nome de gestos intensos, certa vez me falou: “o que eu não quero é decepcionar a professora Celene”. Ouvi da Celene algo correlato: “o Renato tem um talento que só quem o conhece pode saber”.

Eu conheço um pouco o Renato como meu ex-bolsista no período que fazia doutoramento; como aluno da graduação, da pós-graduação, das bancas, em sua casa, na minha casa. Uma parte de seu talento está escrito e registrado, anda, vai andar e, não por acaso, recebe o nome *No Descompasso da Metrópole: um estudo sobre a dinâmica espacial da região metropolitana de Goiânia a partir do município de Inhumas*, este livro competente, importante, bem delineado que se soma a outros para dar luz à interpretação de Goiás, especificamente o município de Inhumas, retrato expressivo das singularidades goianas e de sua totalidade em devir.

Agradecimentos

Esse livro é resultado de pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. A defesa da tese teve uma contribuição teórica e crítica substancial com a presença dos professores Cornélio Silvano Vilarinho Neto, Eguimar Felício Chaveiro, João Batista de Deus, Beatriz Ribeiro Soares. Muitas pessoas ajudaram nesse percurso acadêmico que agora materializa-se em livro. Agradeço à UFG e ao IFG pelo acolhimento institucional tanto na pesquisa quanto no ensino. Gostaria de ressaltar uma pessoa, em especial, a professora Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira que é a melhor pessoa que já conheci na Geografia que alia simplicidade com competência. Este livro procura sintetizar as inquietudes de um autor que está começando na difícil missão de entendimento da análise do município dentro da temática regional.

Agradeço a honra de ser autor de uma obra que inaugura a Editora IFG, uma casa publicadora que com certeza será uma nova alternativa democrática para autores iniciantes. Registro aqui a minha gratidão a todos aqueles que ajudaram direta ou indiretamente para que um projeto pudesse se materializar em obra que poderá servir de importante fonte bibliográfica nos estudos metropolitanos tanto em Goiás quanto no Brasil.

Introdução

Sabe-se que fazer um livro é como montar um grande quebra-cabeça com peças que ilustram um conhecimento amplo e diversificado. Uma vez montado, o resultado explicita aspirações acadêmicas, institucionais e, principalmente, pessoais. É um trabalho que marca a redenção de um saber, um crescimento intelectual notável e fascinante. Neste livro, foi preciso confrontar várias realidades para compreender o todo.

Pensando na realização desta obra, percebemos que para destrinchar os espaços dos municípios próximos a Goiânia, fez-se necessário recapitular os momentos importantes da história de Inhumas a fim de entender as etapas do processo social que constrói a totalidade socioespacial. Neste caso, lembramos da concepção filosófica do historicismo na qual qualquer fenômeno social, cultural ou político é histórico e só pode ser compreendido dentro da história, através da história, em relação ao processo histórico¹.

Construir um conhecimento inédito ou moldar uma nova forma de falar sobre a Região Metropolitana de Goiânia foi uma experiência instigante, e, para tanto, elegemos Inhumas/GO como objeto de estudo, por entendermos que esse município apresenta uma singularidade própria que o diferencia de toda a estrutura urbano-regional goiana. Então, sejamos um pouco como o Barão de Munchhausen, apresentado por Lowy (1985, p. 43) quando ilustra:

O Barão de Munchhausen estava em seu cavalo quando afundou em um pantanal. O cavalo foi afundando, foi afundando, o pântano já estava quase chegando à altura do ventre do cavalo e o Barão, desesperado, não sabia o que fazer, temendo morrer ali junto ao seu cavalo. Nesse momento, ele teve uma idéia genial, simples como o ovo de Colombo: ele pegou-se pelos seus próprios cabelos e foi puxando, puxando, até tirar a si mesmo e depois o cavalo, saindo ambos de um salto, do pantanal.

Em muitos momentos deste estudo, o objeto analisado mostrou-se como uma realidade complexa até porque muitos trabalhos que foram feitos sobre Goiânia² retratam de forma categórica a configuração territorial da capital goiana. Entretanto, pouco se falou sobre os municípios da região metropolitana de Goiânia que têm como atividade econômica principal o agronegócio. Inhumas destoa de todos os municípios da região metropolitana por um motivo simples: seu território estrutura-se primordialmente pela influência da monocultura canavieira e pela influência moderada da metropolização.

¹ Ver Lowy (1985, p. 69).

² Ver Chaveiro (2001), Arrais (2007), Moysés (2004), Nucada (2010), Cavalcanti (2007).

Podem parecer que esse argumento não seja suficiente, mas a economia, a política e o território do município organizam-se, notadamente, em virtude do agronegócio da cana. É necessário ressaltar que o espaço de Inhumas mudou com a introdução desse modelo de produção.

O recorte temporal leva em consideração o período pós-1980 por dois motivos: primeiro, pela institucionalização da Região Metropolitana de Goiânia (RMG); segundo, pelo surgimento da destilaria Centroálcool que mudou o padrão territorial de Inhumas. Esses dois fenômenos complementares e singulares deram um caráter dialético à região analisada que, somados ao longo da história, ajudaram a configurar o município de Inhumas na atualidade. Portanto, a rede urbana, a modernização, a expansão da agropecuária moderna favoreceram uma diversificação das estruturas produtivas internas com o desenvolvimento industrial.

A pesquisa que originou esse livro envolveu três premissas. A primeira reconhece que os estudos urbanos enfatizam a dimensão metropolitana com enfoque para a migração, a metropolização, a rede urbana, o sítio urbano, a involução metropolitana³, a urbanização, entre outros, informando pouco sobre as cidades pequenas. A segunda contempla o fato de que, no período de 1980 para cá, Inhumas perdeu sua função mais ativa na rede urbana dentro da Região Metropolitana de Goiânia. Outros municípios como Senador Canedo, Aparecida de Goiânia, Trindade e Goianira tornaram-se espaços mais atrativos para a migração de pessoas e de capital. A terceira premissa destaca que a força do agronegócio expandiu sua territorialização, sustentando a hegemonia política no município de Inhumas. A lógica do agronegócio fez com que Inhumas desenvolvesse uma singularidade própria dentro da região do entorno de Goiânia (REG). Por quê?

O estudo feito sobre Goianira nos ajuda a entender as zonas preferenciais de crescimento da metrópole e as novas formas de organização. Goianira⁴ distanciou-se da atividade que lhe deu suporte, a agropecuária, para integrar-se a Goiânia, deixando de estruturar seu espaço intraurbano para uma vida própria e passando a depender estruturalmente da metrópole. O município de Inhumas configura seu território de forma diferente, pois o campo moderno e a familiocracia⁵ tradicional são uma espécie de “agentes

3 Involução metropolitana aponta que nos últimos anos os “entornos” tendem a crescer mais do que as metrópoles.

4 Ver Anjos (2009, p. 60).

5 É comum no Brasil, em Goiás e, principalmente, em Inhumas, a questão da familiocracia que adota a política como uma prática ou um negócio de família. Durante as eleições é muito comum ver candidatos que exploram a imagem e legado políticos de membros da família que já exerceram mandatos e foram, ou ainda são, lideranças políticas. O reflexo disso é visto na lista dos eleitos. Por isso, não consideramos os sujeitos políticos de Inhumas nos moldes das Oligarquias (do grego *ολιγαρχία*, literalmente, “governo de poucos”). Em ciência política é a forma de governo em que o poder político está concentrado num pequeno número de pessoas. Essas pessoas podem distinguir-se pela nobreza, pela riqueza, pelos laços familiares, por empresas ou pelo poder militar. Estados em que tal acontece são muitas vezes controlados por poucas famílias proeminentes que passam a sua influência ao longo de gerações. No caso de Inhumas, as famílias de imigrantes ao longo dos anos não tornaram-se hegemônicas politicamente e economicamente, porque houve uma troca de influência constante ao longo da história. Poucas conseguiram manter-se no poder, a exemplo dos Balestras.

resistentes” à influência da metrópole. A cidade de Inhumas não é tão dependente de Goiânia como se pensava, porque conseguiu manter a atividade agropecuária como fonte econômica principal.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa foi analisar, no contexto da dinâmica regional do estado de Goiás, o processo de metropolização no entorno de Goiânia a partir do município de Inhumas. E, de forma específica: 1) identificar os reflexos socioespaciais da monocultura canaveira em Inhumas e região; 2) verificar a influência do processo de metropolização de Goiânia no município de Inhumas; 3) diagnosticar os impactos socioambientais do agronegócio no município de Inhumas.

Os procedimentos operacionais e metodológicos foram: a revisão bibliográfica com análise crítica e respectivo aprofundamento teórico e metodológico, estabelecendo um embasamento teórico acurado, passível de ser refutado, mas, apto de proporcionar uma nova forma de analisar o município. Também foi realizada uma pesquisa documental com levantamento de dados estatísticos, cartográficos e históricos sobre a cidade de Inhumas e sua área de influência.

No primeiro momento, a revisão bibliográfica nos direcionou para analisar o município de Inhumas dentro da Região do Desenvolvimento Integrado de Goiânia (Redig), delimitando o objeto a partir da influência de Goiânia, bem como dentro das micro e mesorregiões em Goiás, especificamente, a região metropolitana.

Num outro momento, inserimos novos recortes territoriais em virtude das interações espaciais que Inhumas estabelece com Goiânia e com municípios que têm como pilares econômicos a agropecuária e, principalmente, a cana-de-açúcar. Após este procedimento, percebemos que a cidade de Inhumas polariza outras cidades como Caturai, Damolândia, Brazabranes, Nova Veneza, Goianira, Itauçu, Araçu. Essa percepção nos induziu a redimensionar o recorte espacial da pesquisa a partir da cidade de Inhumas para compreender a metrópole, colocando nesse bojo a influência do agronegócio na configuração territorial. Esses processos somados dão corpo à apropriação desigual e combinada no uso do solo inhumense, além de direcionar para a formação de continuidades e descontinuidades que fazem inserir a cidade de Inhumas no rol do processo global.

Um segundo procedimento metodológico foi adotado: o trabalho de campo que definiu a caracterização da área, permitindo aparar as arestas, filtrando os dados históricos, sociais, econômicos e políticos, além de testar hipóteses acerca da inserção do município de Inhumas no contexto regional goiano. Criou-se um banco de dados que permitiu comparações do município de Inhumas com outros municípios da região metropolitana.

As principais fontes de informações estatísticas foram os dados disponibilizados pelos seguintes institutos de pesquisa e órgãos públicos: Secretaria de Planejamento e

Desenvolvimento do Estado de Goiás (Seplan/GO⁶); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS/CAGED, entre outros.

Com base nesses bancos de dados, foi possível demonstrar as relações econômicas ligadas à produção agropecuária, identificando os gargalos produtivos na circulação e no consumo, além de traçar um diagnóstico dos sujeitos que constroem a realidade territorial de Inhumas, um município entre o *front*⁷ do agronegócio da cana-de-açúcar e a expansão da metrópole.

A tese principal a ser trabalhada parte do pressuposto de que a introdução do agronegócio no município de Inhumas, principalmente do setor sucroalcooleiro, fez territorializar e emergir sujeitos políticos que comandam a forma de desenvolvimento socioeconômico local, transformando o campo em uma arena geradora de desigualdades sociais. O município de Inhumas sofre a influência de Goiânia e de sua metropolização, mas o crescimento populacional, econômico, industrial e social passa primeiro pelo crivo da estrutura organizacional do agronegócio.

Vale lembrar que Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade, Goianira, municípios da RM, desenvolvem-se no entorno de Goiânia de forma contraditória e complementar através da rede urbana. O município de Inhumas, entretanto, expande-se com uma face para a capital e outra para o agronegócio. Como consequência, os circuitos superior e inferior da economia manifestam-se pela agricultura moderna, pois a inserção de Inhumas está diretamente ligada à infraestrutura do agronegócio, como mostra o Esquema 1 – Município de Inhumas no descompasso da metrópole.

O processo de metropolização de Goiânia rumo aos municípios de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade, Goianira, demonstra certa simetria, ou seja, a extensão da cidade, a forma e o conteúdo territorial apresentam um mesmo ritmo de crescimento, confundindo até mesmo o que seria Goiânia ou seu entorno, e os municípios estão no mesmo compasso ou ritmo de crescimento que induz a homogeneidade da pobreza.

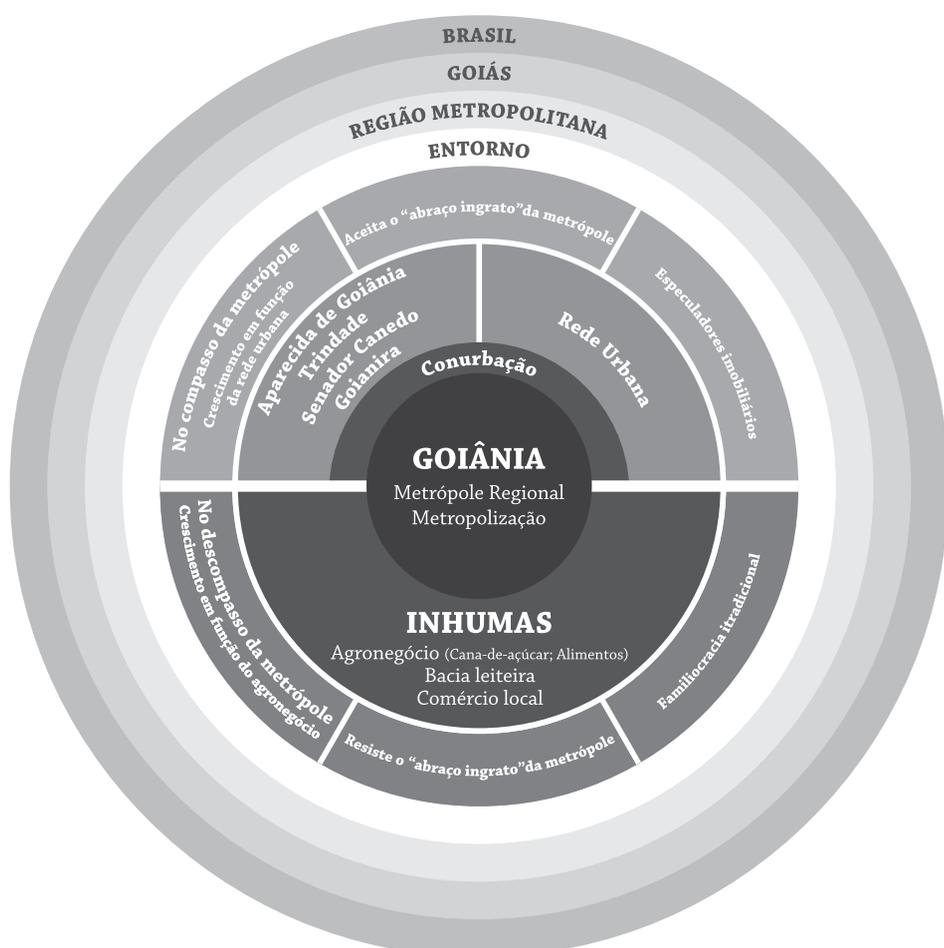
Por outro lado, o descompasso está no fato de Inhumas apresentar-se espacialmente mais assimétrica, o que se caracteriza com maior discrepância na forma e no conteúdo territorial. Seu ritmo de crescimento socioeconômico se dá não apenas pela relação de dependência e interdependência com a capital: o descompasso é percebido

6 Conforme lei 17.257, de 25 de janeiro de 2011, em seu artigo 2º, inciso IV, a Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento (Seplan) passou a denominar-se Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan). Neste livro, utilizaremos o nome da secretaria quando da obtenção dos dados.

7 A fronteira, uma vez ocupada, indica certa estabilidade no movimento territorial, ou seja, perpassa uma noção de acordo ou zona de conforto entre as partes envolvidas nos conflitos de ordem política, econômica e social. O *front*, ao contrário, indica a ideia de um território em movimento, de embate de interesses político-econômicos pautados em uma necessidade de mudança constante, subjugada dialeticamente. Com isso, o conflito é uma oportunidade de uma nova realidade socioespacial, em outras palavras, um movimento contraditório e perpétuo da realidade regional goiana.

através das relações modernas no campo e nas ações dos atores políticos locais; e a inserção de Inhumas na cadeia global é mediada pelo agronegócio. Portanto, o ritmo, o pulsar de desenvolvimento socioeconômico é próprio da região, destoando-se dos outros municípios da RMG. Mais especificamente, as desigualdades são materializadas tanto pela metropolização quanto pelo agronegócio.

O Esquema 1 demonstra que existe uma hierarquia de dependência e interdependência entre Goiânia e os municípios que compõem a RMG. O processo de metropolização pode ser identificado através de hábitos metropolitanos em municípios do entorno. A difusão da globalização se configura por meio das grandes cidades, porque estas concentram riquezas e reproduzem capital.



Esquema 1 - Município de Inhumas no descompasso da metrópole

Organização: Teixeira (2012).

Dessa maneira, muitos municípios no *front* metropolitano são “abraçados” por essa lógica de organização territorial. Senador Canedo, Trindade, Aparecida de Goiânia e Goianira se alinharam abruptamente a essa lógica, conurbando-se à metrópole, ou seja, foram aos poucos perdendo suas características internas em função da expansão de Goiânia. Essa proximidade com Goiânia fez com que seus territórios fossem fragmentados para absorver a população de baixa renda que não conseguiu se fixar na capital. Assim, muitos especuladores imobiliários se aproveitaram desse conflito social pelo uso da terra urbana para reproduzirem capital.

Por outro lado, o município de Inhumas resiste ao “abraço ingrato” da metrópole, procurando resistir à influência especulativa dos empresários do solo urbano. Sua dinâmica própria de ser, ainda, reduto da bacia leiteira e do agronegócio, além de possuir um comércio local forte, impede que Inhumas seja tão absorvido pela influência da metropolização. A gestão política local e os atores hegemônicos, oriundos da familiocracia de imigração estrangeira, procuram evitar uma maior aproximação com a capital.

Diante desse quadro, Inhumas consegue ter uma “identidade” própria e ser um município singular da RMG, ou seja, sua condição socioeconômica local induz a uma polarização além das suas fronteiras, tendo um ritmo de crescimento assimétrico. O pulsar regional de Inhumas tende mais para o “Goiás agrário”, apesar de sofrer a influência do “Goiás metropolitano”; por isso, a expressão “descompasso da metrópole” foi criada.

A tese principal deste livro parte dos seguintes pressupostos: a) o município de Inhumas é singular no bojo da rede urbano-regional goiana, uma vez que os elementos espaciais que alavancam o crescimento socioeconômico advêm do campo moderno e não somente das forças e ações da metrópole como tradicionalmente se discute; b) um segundo argumento é de que há competição de uso e ocupação em Inhumas: um *front* vindo da metrópole e outro do agronegócio que, juntos, configuram o território de Inhumas, bem como o entorno de Goiânia; c) o terceiro argumento é o de que os sujeitos políticos desfrutam das características geográficas de Inhumas: um caminho para a Cidade de Goiás – patrimônio histórico-cultural; a proximidade com Goiânia; os solos propícios para o cultivo de cana-de-açúcar; a mão de obra barata, a boa malha de escoamento produtivo. Todos esses aspectos somados dão corpo ao território inhumense como apto e competitivo para reproduzir o capital.

A principal questão é que o município de Inhumas tornou-se um lugar funcional do todo metropolitano, mas com características singulares. O funcionamento regional é diferente dos demais municípios do entorno da capital, porque o centro econômico coloca o agronegócio canavieiro como agente desenvolvimentista. E, apesar da lógica de aceleração por meio do ritmo urbano-metropolitano, perpassa a ideia de que a região metro-

politana não existe mais com fronteiras rompidas. Inhumas condiciona a produtividade local prioritariamente através da cana-de-açúcar, graças às condições próprias do lugar.

O título da obra, *No Descompasso da Metrópole: um estudo sobre a dinâmica espacial da região metropolitana de Goiânia a partir do município de Inhumas* se justifica porque constatamos que alguns municípios são mais conurbados a Goiânia, como Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Goianira; já outros, como Inhumas, atendem aos interesses imediatos da metrópole, oferecendo mão de obra e matéria-prima, mas destoam da dinâmica metropolitana, apesar de estarem diretamente ligados à capital goiana, por terem singularidades próprias.

Como já foi dito anteriormente, constata-se que no município inhumense há dois *fronts*: um sob avanço do agronegócio e outro sob a metropolização de Goiânia que, juntos, direcionam a dinâmica da divisão territorial do trabalho. Considerando o conhecimento inicial que se tem do município de Inhumas, algumas questões se colocaram:

1. Como o município de Inhumas responde regionalmente à influência da metrópole e do agronegócio?
2. Por que o município de Inhumas não se fragmentou territorialmente?
3. Quais são os principais impactos socioambientais do agronegócio no município de Inhumas?
4. O avanço do *front* agrícola trouxe o *front* urbano? Ou foi o *front* urbano que trouxe o *front* agrícola na RMG?
5. A influência de Goiânia é, para Inhumas, um “abraço ingrato” da metrópole?
6. Quais são os reflexos da exploração canavieira em Goiás?

Tais perguntas são os desdobramentos de uma questão que está no cerne dos objetivos deste livro: investigar como o município de Inhumas responde regionalmente à influência da metrópole e do agronegócio. As respostas dimensionarão um olhar de Inhumas para o entorno de Goiânia, podendo conter vertentes por meio da análise do município para entender a região metropolitana. O município é a amostra da totalidade, peça esta, retirada para compreender a complexidade urbano-regional.

O procedimento inicial para responder a essas questões foi, num primeiro momento, a escolha das categorias de análise que alternaram entre o território e a região. Fez-se o caminho inverso na análise, ou seja, pensar o estado de Goiás, o cerrado e a região metropolitana, a partir de um município singular. Constatou-se, por meio do estudo de Inhumas, que o ritmo desta região caminha por diversas vertentes de ocupação e apropriação espacial. Existem municípios na RMG (Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade, Goianira) que agem funcionalmente como complemento da extensão

metropolitana de Goiânia; já outros apresentam ritmo próprio de desenvolvimento, não sendo tão dependentes da capital, como é o caso de Inhumas. O município de Inhumas modifica e é modificado pela metropolização, numa relação dialética de construção e desconstrução espacial, social e simbólica.

A RMG não apresenta, portanto, territórios fixos, pois suas fronteiras são rompidas num movimento de totalidade socioespacial. A região é configurada institucionalmente, mas não de fato.

Uma breve explicação metodológica sobre esta obra

A partir dessa problemática regional singular, optamos por realizar uma pesquisa que transitasse entre o qualitativo, com as entrevistas semiestruturadas, documental e participante, e a pesquisa quantitativa, com coleta de dados junto ao IBGE, Seplan, Embrapa, Sefaz, RAIS, Prefeituras e outros.

As fontes bibliográficas foram compostas por teses, dissertações, livros, jornais, revistas, acervos históricos, recursos imagéticos, entre outras. Os recursos visuais, tais como fotos, mapas, organogramas, esquemas e quadros representam uma amostra da totalidade em dado momento, registrando, através das paisagens, fases importantes da história, montadas como um grande mosaico ou quebra-cabeça. Desse modo, criamos um acervo de mais de quatrocentas fotos que priorizam temáticas como: a paisagem urbana, as lavouras de cana, as indústrias, o comércio, os municípios vizinhos, as principais rodovias de acesso, as praças, as igrejas, os objetos de lazer, a agropecuária, as principais festas, os hospitais, as agências bancárias, os objetos públicos, as escolas, entre outras tantas.

Para fundamentar esta obra, manuseamos mais de 130 referências bibliográficas citadas, além de oitenta como fonte secundária de apoio. Entende-se que a Região Metropolitana de Goiânia é conflituosa e heterogênea, por isso, detalhamos o município como estudo de caso. Como já foi mencionado, a categoria de análise mais utilizada foi o território por responder melhor, teoricamente, aos conflitos de interesses sociais alocados no entorno da capital.

O procedimento subsequente da pesquisa foi o trabalho de campo, no qual delimitamos um tempo para pensá-lo e o organizamos em quatro momentos: 1) o primeiro realizou-se em fevereiro de 2008, com ênfase para o reconhecimento das lavouras de cana-de-açúcar em Inhumas e municípios vizinhos; 2) o segundo aconteceu em maio de 2009, com destaque para as pequenas propriedades arrendadas para o plantio da cana-de-açúcar, desde Inhumas até as mediações do povoado de Serra Baixo; 3) o terceiro

deu-se em setembro de 2010, com o reconhecimento da invasão da rodovia GO-070 e bairros da periferia da cidade; 4) o quarto foi em fevereiro de 2011 e priorizou o comércio, as indústrias e a Prefeitura de Inhumas.

Os trabalhos de campo com roteiro prévio resultaram na aplicação de 250 questionários socioeconômicos junto à população de Inhumas, tendo como critério na escolha dos sujeitos a área urbana de Inhumas. No mês de fevereiro de 2011, aplicamos cinquenta questionários no centro da cidade; no mês de março cinquenta questionários foram aplicados na região Sul; no mês de abril foram cinquenta questionários na região Norte; no mês de maio mais cinquenta questionários na região Leste; no mês de junho foram cinquenta questionários na região Oeste. Adotamos o procedimento de dividir a cidade por zonas para capturar as opiniões dos diversos sujeitos sociais da cidade em localidades distintas.

Fizemos, ainda, 25 entrevistas semiestruturadas⁸, gravadas em áudio, por meio das quais colhemos depoimentos de amostra social de quatro pioneiros, três políticos, três empresários, quatro estudantes universitários, três donas de casa, três cortadores de cana, três desempregados e dois adolescentes. Alguns relatos estão transcritos neste livro, mas alguns não estão porque não tivemos a autorização, ou porque não achamos conveniente sua inserção, preocupados que estávamos em preservar nossos entrevistados de uma exposição desnecessária ou até mesmo algum tipo de constrangimento.

É importante registrar que, apesar da análise da estrutura industrial não ter sido prioridade dessa pesquisa, visitamos 12 empresas na cidade de Inhumas: Purina, Centroalcool, Sun Foods, Centrocouros, Rei do Milho, Granja Gaasa, Granja Santo Antônio, Frigorífico Vale do Cedro, Laticínio IBL, Milhão Alimentos, Biopet e Empresa São João. Das 12 empresas, apenas duas nos receberam para responder ao questionário socioeconômico. As outras dez não permitiram o menor contato, nem quando a solicitação foi feito por meio de ofício ou agendamento. Isso nos impediu de realizarmos uma caracterização mais aprofundada sobre o setor agroindustrial.

A organização dos capítulos seguiu a lógica histórico-processual, na qual resgatamos fases marcantes da apropriação do território inhumense pelos sujeitos sociais, identificando as ações coletivas que moldaram o espaço social numa sobreposição de conflitos de interesses. Estruturamos o livro em cinco capítulos bem divididos.

⁸ A entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para esse tipo de entrevista, pode-se fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas (MANZINI, 1990, p. 154).

No primeiro capítulo, procuramos entender como o território de Inhumas foi construído ao longo da história, desde seu início como povoado Goiabeiras (pouso e caminho rumo à Goiás Velho⁹, passando a distrito de Currallinho (hoje município de Itaberai) até virar município de Inhumas, com autonomia própria no contexto regional goiano. Nesse capítulo primeiro, levantamos uma discussão sobre o contexto de Inhumas na economia cafeeira, comparando-o com a inserção da Estrada de Ferro em Goiás. Caracterizamos, ainda, o contexto regional de Inhumas na região do Mato Grosso Goiano, como um enclave natural de mata numa região de Cerrado. Abordamos, também, o papel de Inhumas na criação de Goiânia.

No segundo capítulo, procuramos entender a estruturação territorial de Goiânia a partir de um olhar vindo de Inhumas. Dessa forma, problematizamos a fragmentação territorial da região metropolitana da capital, pois, uma vez criada a metrópole no Cerrado goiano, modificou-se a área próxima da capital; o fenômeno denominado metropolização tornou-se recorrente nesse produto social. Contudo, apesar de a metrópole e a metropolização caminharem para uma homogeneização do espaço urbano, o município de Inhumas, com o agronegócio da cana-de-açúcar, rompeu a lógica de extensão e complementaridade que a metrópole construiu em seu entorno. Sua singularidade e ritmo regional próprios colocam Inhumas no descompasso da metrópole, porque sua inserção global passa primeiro pelo agronegócio e não apenas pela metrópole.

O terceiro capítulo pauta-se nos reflexos da exploração canavieira como eixo norteador do desenvolvimento socioeconômico de Inhumas. O legado da monocultura canavieira pode ser sentido nos impactos socioambientais, seja através dos arrendamentos de terra, ou da exploração da mais-valia no corte manual de cana. Os investimentos nesse setor econômico são pujantes, mas são oriundos de investimentos locais, criando nichos de poder que territorializam uma forma de gestão pública única para os padrões de uso e ocupação do território goiano. Novas formas, velhas oligarquias ou velhas oligarquias e novas formas no uso e ocupação da região metropolitana.

No quarto capítulo, detalhamos a discussão sobre a diversidade do uso do solo na região metropolitana. Em seguida, apresentamos uma caracterização socioeconômica de Inhumas com ênfase na renda, passando pelos três setores da economia, com destaque para o setor da agropecuária. Ficou nítido que em Inhumas há uma competição de usos do solo. A destilaria necessita de terras para arrendar, avançando rumo às

9 “A cidade de Goiás, hoje conhecida como Goiás Velho, foi a primeira capital do Estado e surgiu da existência de um vilarejo chamado Arraial de Santana, fundado em 1727 por Bartolomeu Bueno, filho de Bartolomeu Bueno da Silva, o bandeirante conhecido como Anhangüera, que havia partido de São Paulo em direção às terras de Goiás em 1682. Em 1739, a colônia localizada no Rio Vermelho, onde grande quantidade de ouro havia sido descoberta, passou a se chamar Vila Boa de Goiás, mantendo-se como capital do Estado até 1934. A cidade de 22.000 habitantes foi tombada como monumento histórico nacional e se encontra a 144 quilômetros de distância de Goiânia, a atual capital do Estado.” (<http://pt.wikipedia.org>)

pastagens e à agricultura de subsistência. Neste município, predominam as pequenas propriedades, gerando disputas por renda da terra, refletindo impactos sociais tanto no campo quanto na cidade.

O quinto capítulo mostra como se reproduz o espaço urbano de Inhumas e quais são os principais eixos de expansão urbana. Por um lado, há um setor de comércio e serviço local forte que consegue polarizar municípios como Goianira, Santa Rosa, Caturai, Itauçu e Nova Veneza, entre outros. Por outro lado, o município apresenta uma defasagem na geração de renda e emprego. A alternativa mais viável são as redes de confecções, que cresceram em Inhumas devido à concentração da renda, ao longo dos anos, ter privilegiado os setores econômicos ligados à bacia leiteira, ao comércio local e ao agronegócio. Um exército de trabalhadores ficou sem opção e começou a abrir em suas casas pequenos estabelecimentos confeccionistas, principalmente de cama, mesa e banho. A rede de confecções de Inhumas vem se consolidando porque não representa ameaça aos grandes empresários do campo moderno, não precisando de terra para gerar capital. Hoje se tem um polo em ascensão na área de cama, mesa e banho, tornando a cidade de Inhumas uma referência nesse setor.

No capítulo de conclusão do livro, retomamos a análise de que o município de Inhumas está “com eira e sem beira”¹⁰ diante da metropolização, devido à proximidade geográfica e às relações simbólicas e ideológicas, além da rede urbana consolidada com a capital goiana. Por outro lado, constata-se que Inhumas é singular e está no descompasso da metrópole porque o agronegócio, principalmente o canavieiro, impõe um ritmo próprio ao município, negando, com isso, o “abraço ingrato” da metrópole.

10 A origem dessa expressão vem das antigas casas. As casas dos mais pobres não tinham eiras nem beiras (detalhe na fachada das casas, próximo ao telhado), já os mais ricos as tinham. Existem três: eira, beira e tribeira. Cada uma tinha seu significado, como possuir dinheiro, cultura, etc. (http://pt.wiktionary.org/wiki/sem_eira_nem_beira). Antigamente a eira designava aquele terreno de terra batida ou cimento, onde deixam os grãos ao ar livre. E beira era a beirada da eira. Assim, quando uma eira não tem beira, o vento leva os grãos ao deus-dará e o proprietário fica sem nada. Criamos, por analogia, a expressão “com eira e sem beira” para retratar o processo dialético entre a metrópole e seu entorno. A eira está simbolizada na metrópole que fica “eirando” o capital a fim de reproduzi-lo, ou seja, Inhumas está na beira desse processo de valorização do capital. Conclui-se que o município de Inhumas está na beira da eira (Goiânia), esperando o processo de metropolização agir via fluxos e investimentos do capital especulativo.

1

A história de Inhumas contada a partir da relação com a antiga capital, Goiás Velho

Neste primeiro capítulo, abordamos a construção do território de Inhumas, a partir da relação com a antiga capital (Goiás Velho) até a elevação do povoado à condição de Distrito e sua emancipação política. É fato que não existe tempo sem espaço e espaço sem tempo, por isso há necessidade de um recuo histórico para compreender o movimento da sociedade na apropriação territorial.

Sociedades, em qualquer época, necessitam de uma base material para poder se fixar. Os sujeitos atuam em um território, podendo apresentar diversas escalas temporais. Essas marcas temporais nos auxiliam a entender como o território¹¹ de Inhumas passou de povoado a distrito, e de distrito a município. A configuração territorial de Inhumas é uma confluência de ações políticas, econômicas e sociais materializadas historicamente no contexto goiano.

Desse modo, o estado de Goiás se urbanizou em dois momentos históricos distintos e confluentes, nos séculos XVIII e XIX, marcados pela mineração e pela agropecuária. A decadência das jazidas de ouro no século XIX induziu a novas práticas econômicas, como a criação de gado. O boi era uma mercadoria que andava com as próprias pernas, rumo a regiões mais desenvolvidas do território brasileiro, surgida como “prótese” econômica das jazidas auríferas. Teixeira Neto, Gomes e Barbosa (2004, p. 59) sintetizam a organização territorial de Goiás da seguinte forma:

a) A corrida do ouro, nos tempos coloniais – séculos XVIII e XIX; b) A agropecuária tradicional a que nos referimos, que a mineração deu sustentação abastecendo as minas e a ela substituiu como principal atividade econômica, nos séculos XIX e XX; c) A colonização espontânea e oficial em zonas pioneiras tanto de Goiás quanto do Tocantins, nas primeiras décadas do século XX; d) A garimpagem de pedras preciosas e de cristal de rocha, nos anos 1940 e 1950; e) Os caminhos, os que abriram passagem no início da colonização – séculos XVIII e XIX –, e os que, hoje, dão sustentação à articulação espacial do território; f) a expansão recente da fronteira agrícola baseada nas culturas da soja e da cana-de-açúcar e na pecuária melhorada em imensas propriedades rurais de alta tecnologia e modernização.

No contexto goiano, podemos dizer que o território de Inhumas surge no contexto histórico-econômico por meio da pecuária¹², até porque era pouso certo para tropeiros

11 Ver Souza (2003).

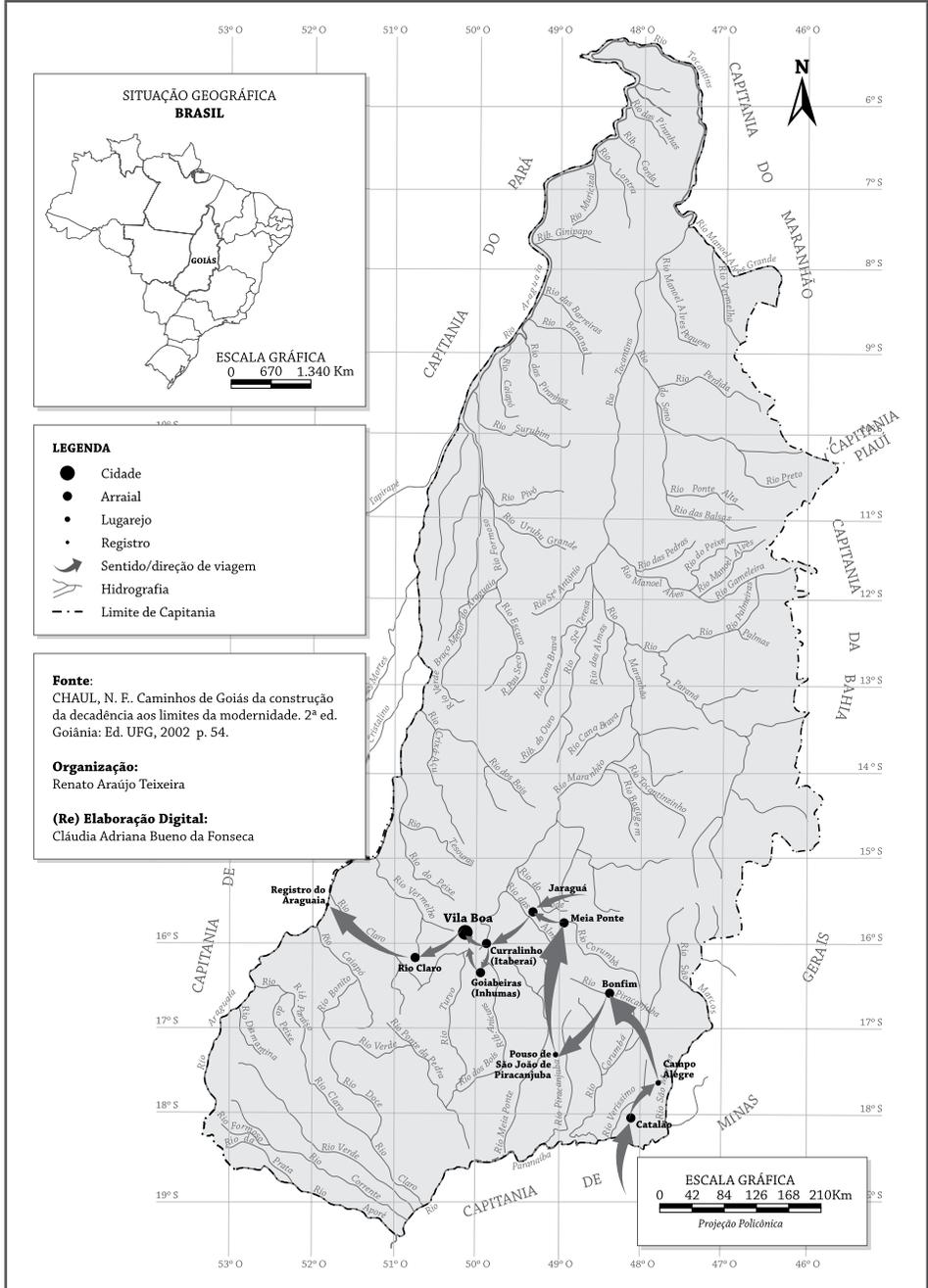
12 “Acreditava-se que Inhumas teria sido originada da Fazenda Cedro, e que o primeiro proprietário da fazenda que deu origem a Inhumas, teria sido João Antônio da Barra Ramos, porém, na realidade, o surgimento de Inhumas deu-se dentro dos limites da antiga Fazenda Goiabeira, e o primeiro possessor da referida gleba foi Joaquim da Barra” (MOREIRA, 2008, p. 42).

e boiadeiros que iam para a antiga capital da província de Goiás. Era uma referência natural de descanso para estes viajantes às margens da Estrada Real em meados do século XIX. Muitos viajantes, nesse período, tomavam como marcadores de distância entre as localidades, as árvores, ranchos e picadas. A goiabeira foi o artifício mais adaptável para descrever essa região da província goiana, como é descrito por Riedel (1980, apud MOREIRA, 2004, p. 22) ao relatar a visita do botânico francês Auguste Saint-Hilaire, em 1819, nessa região:

No meio do Mato Grosso, existem grandes clareiras onde cresce apenas o capim-gordura, gramínea que, por causa de seu cheiro fétido, chamam aqui capim-catingueiro ou simplesmente catingueiro; essas lacunas foram antigamente cobertas de bosque; cultivaram o terreno, e o capim-gordura acabou por tomar conta dele. Pouco tempo depois de deixar Jaraguá, comecei a perceber que me aproximava da capital da província. A região tornou-se menos deserta; encontrei várias pessoas no caminho, e passei diante de três casinhas habitadas, uma das quais possuía um rancho ou alpendre destinado aos viajantes, e aberto de todos os lados da estrada de Rio de Janeiro a Minas. Da casa, onde me apeei, dependia também um rancho (rancho Goiabeira), no qual me alojei. No dia seguinte, felizmente, sombra, no Mato Grosso, por toda a parte em que o sol dardejava os seus raios, o calor era excessivo e agia sobre meus nervos de maneira torturante.

O depoimento do viajante francês dá pistas de como se configurava territorialmente o povoado Goiabeiras. Era uma área próxima da capital da província e menos deserta em número de pessoas; estava dentro do Mato Grosso Goiano, ou seja, uma paisagem formada por árvores robustas com presença de capim-gordura, dando indícios de terra boa que se diferenciava das demais regiões do sertão goiano. Portanto, desde outrora, esse povoado possuía uma posição geográfica privilegiada: era rota para a capital da província e apresentava terras aptas para o desenvolvimento da agropecuária, como indicado no Mapa 1.

MAPA 1 CAMINHO/ESTRADA REAL DE GOIÁS (SÉC. XIX)



Essa rota é uma adaptação do caminho percorrido pelo militar português Luiz D'Alincourt que visitou Goiás em 1818, numa viagem que saiu do porto de Santos para Cuiabá. Baseamo-nos em Chaul (2010, p. 56), para confeccionar a possível rota do Centro-Sul à capitania de Goyaz. Nessa obra, o autor desconstrói o conceito de decadência de Goiás em virtude do enfraquecimento das jazidas de ouro. Como relata Chaul (2010, p. 69):

Esta imagem de Goiás-sertão, deixada pelos viajantes, marcou demais os olhares europeus. Este campo típico do cerrado, este deserto de homens e perspectivas, criaram uma forma de representação espacial tão rígida que os estudiosos da história de Goiás quase não saíram do enorme labirinto de idéias que envolviam o sertão goiano do período pós-mineratório.

Há um alerta sobre os relatos dos viajantes europeus¹³ que passaram por Goiás, pois eles traziam como referência social as características desenvolvimentistas e comportamentais da Europa do século XIX. Essa discrepância conceitual gerou rótulos para Goiás como do sertão intransponível, do goiano preguiçoso, dos maus hábitos de higiene e alimentação, da decadência, do marasmo, do ócio, das cidades em deterioração, do isolamento, do atraso, entre outros. O erro foi, segundo o autor, associar a decadência do ouro com a própria província, até porque, nesse período do século XIX, afloraram em Goiás centenas de fazendas e dezenas de povoados.

A pecuária foi a alternativa viável para a recuperação de renda em Goiás, além de proporcionar o desenvolvimento do mercado interno e servir de base para a ascensão da agricultura. O “êxodo aurífero” fez com que um contingente populacional se dedicasse à pecuária e à agricultura, mantendo ativo o sistema de produção, abastecendo de gado o mercado do Centro-Sul e do Norte-Nordeste do país.

O cerrado, apesar de apresentar um solo com certa carência de sais minerais para uma propícia ocupação imediata da agricultura, foi paulatinamente oferecendo as condições necessárias para o desenvolvimento da pecuária. No meio de tantas adversidades naturais e sociais, Goiás herdava um contingente populacional e uma topografia positiva para o desenvolvimento de tal atividade. Portanto, a terra não era um limitador ao desenvolvimento econômico, apenas um empecilho a ser superado.

Nessa época, faltaram políticas públicas para alavancar o pleno desenvolvimento de Goiás. Entretanto, o historiador Moreira (2004, p. 39) aponta o uso da terra como problema em Inhumas, porque a terra era um elemento de produção que ficava mais caro à medida que a agropecuária tornava-se a base da economia local. Essas características físicas da terra, aptas para o desenvolvimento da agropecuária, despertaram interesses

13 Além do viajante português Luiz D'Alincourt passaram por Goiás: o francês Auguste Saint-Hilaire, o austríaco Johann Emmanuel Pohl, o escocês George Gardner, o inglês William John Burchell, o francês Francis Castelnau, entre outros.

por parte das “famílias abastadas” de Curalinho (hoje Itaberaí). O elemento político foi um dos fatores que propiciaram a Itaberaí elevar Goiabeira da condição de povoado a distrito em 1913, representando uma emancipação territorial definitiva.

O território foi, portanto, um recurso para a manutenção dos interesses particulares dos atores hegemônicos, cuja estratégia relacional interagiu território-sociedade, buscando manter a sobrevivência de um poder local. Assim, adaptar-se ao meio geográfico era a garantia de perpetuação de poder.

O território era o “espaço vital” para o progresso da sociedade e a relação entre solo e Estado foi fundamental porque da terra retiravam a riqueza e o prestígio¹⁴. Ratzel (1988) afirma que o movimento dos homens sobre a terra é um movimento de avanços e recuos, contrações e expansões.

Em momentos históricos anteriores, as atividades humanas dependeram da técnica e da ciência¹⁵. À medida que esse território incorporou novas técnicas e infraestrutura, criou-se também um novo meio geográfico, um território usado. Era preciso, com isso, encurtar as distâncias e aproximar os espaços.

As estradas¹⁶, qualquer que seja a sua classificação, são elementos de sustentação econômica do espaço. Pessoas, mercadorias e informações usam esse caminho nos processos de produção. Em Goiás, a ferrovia teve uma particularidade especial porque “enfrentou” oligarquias regionais conservadoras, principalmente aquelas vinculadas à antiga capital (Goiás Velho). Muitos atores hegemônicos tinham medo da modernidade¹⁷ por receio de perder influência e poder.

A inserção da ferrovia em Goiás, nas primeiras décadas do século XX, teve momentos de boicote e crises que impediam o seu avanço, especialmente na divisa entre Goiás e Minas. Para se ter uma ideia, a ferrovia atravessou o rio Paranaíba chegando até Anápolis somente em 1935, e mesmo assim porque era o principal centro urbano-econômico. O caso da implantação de um ramal ferroviário em Inhumas é singular, porque houve movimentos contrários a tal projeto. Embora o município de Inhumas fosse destaque na produção de café, esse argumento não era suficiente para a ferrovia chegar aos seus limites.

14 Ver Ratzel (1988).

15 Ver Santos (1997, p. 123).

16 Ver Teixeira Neto, Gomes e Barbosa (2004, p. 80).

17 Ver Borges (1990, p.55).

A inserção da Estrada de Ferro em Goiás e a construção do município de Inhumas

Primeiramente, é preciso situar a importância da Estrada de Ferro para o território goiano em meados da década de 1930: a) foi a primeira via de transporte moderna; b) possibilitou o encurtamento do espaço-tempo entre as localidades; c) inseriu o estado de Goiás na rede urbana nacional, com trocas comerciais com a região Sudeste; d) rompeu o isolamento do estado frente à economia nacional; e) criou a lógica do avanço das fronteiras no Oeste¹⁸.

A rede ferroviária foi, portanto, um dos elementos socioespaciais que provocaram verdadeiras arenas políticas no período de sua instalação, porque onde chegava a ferrovia materializava-se a riqueza e o prestígio político de seus idealizadores. No caso brasileiro, a economia cafeeira deu força para a introdução das ferrovias no interior do Brasil no início do século XX, fato este já vivenciado pela Inglaterra, com outros moldes, nos séculos XVIII e XIX. Esse fato é retratado por Braudel (1989, p. 347):

[...] a Revolução Inglesa se fez em dois momentos: primeiro, o algodão entre 1780 e 1830; depois, a metalurgia. O segundo tempo, o da indústria pesada, foi determinado pela construção das estradas de ferro. Instalado graças ao dinheiro dos poupadores da primeira revolução algodoeira, ele será de uma potência inédita. Mas foi o primeiro tempo que lhe deu vida e lhe abriu o caminho. É ao algodão que se deve voltar, se quer julgar do primeiro surto.

Desse modo, constata-se que a infraestrutura instalada está ligada ao tipo de economia predominante, portanto, é uma espécie de mediador logístico que acelera as trocas comerciais. Estevam (2004, p. 73) afirma que o tempo das transformações em Goiás começou a despontar no último quartel do século XIX, quando a economia paulista incorporou áreas limítrofes ao seu processo de acumulação. Um dos veículos propulsores de tal processo foi a Companhia Agrícola Mogiana, que ingressou em territórios fora da região paulista, transportando produtos manufaturados, alimentos e matérias-primas, como mostra a Figura 1.



Figura 1 - Trilhos entre cafezais da Companhia Agrícola Mogiana

Ribeirão Preto (1920–1930). Foto de Theodor Preising.
Fonte: Fundação Instituto do Livro (2010).

Na década de 1930, Ribeirão Preto era a capital do café no Brasil por concentrar os seguintes fatores: excelentes terras, topografia favorável, boa posição geográfica e facilidade de

¹⁸ Ver Borges (1990).

comercialização da produção. Nessa fase, era comum as áreas produtoras de café serem conhecidas pelos nomes das estradas de ferro. Dessa forma, a região de Ribeirão Preto passou a ser conhecida como Alta Mogiana (PINTO, 2000). De uma maneira geral, o café foi o grande propulsor de novos trechos e prolongamentos das linhas da Mogiana (ZAMBONI, 1993).

A grande produção de café em Inhumas¹⁹, na década de 1930, não foi elemento suficiente para trazer os trilhos a este município, porque as oligarquias políticas, como a da família Caiado, não tiveram poderes suficientes para autorizar e desobstruir iniciativas de implantação de trilhos (BORGES, 1990, p.13).

Em Inhumas (então Goiabeira), a falta de infraestrutura (povoado de 220 casas), aliada aos acidentes topográficos e ao desinteresse de facções políticas locais, constitui alguns dos fatores da falta de inserção dessa região à malha ferroviária (MOREIRA, 2004, p. 47).

Aos poucos, a ferrovia incrementaria um processo parcial de urbanização em Goiás. Desta forma, em Inhumas, ensaiou-se o movimento urbano com a elevação do povoado à cidade, o que reforça lentamente a mentalidade política de emancipar-se de Itaberai²⁰. (MOREIRA, 2004, p. 46).

Como já dito, a Estrada de Ferro em Goiás, vinda do Triângulo Mineiro na década de 1930, mudou a configuração territorial goiana, porque alterou a direção desenvolvimentista do estado do Norte para o Sul e, ao mesmo tempo, acelerou o colapso do poder político dos Caiado em Goiás. Por outro lado, Chaul (1988, p. 24) afirma que o início político caiadista está associado não exatamente à abertura do desenvolvimento econômico de Goiás, mas às implicações nos campos sociopolítico e econômico.

A deposição da força política²¹ dos Caiado representou, para Inhumas, a emancipação territorial, pois enfraqueceu os grupos políticos de Curralinho, desamparados pelos Caiado, fazendo aproximar os grupos locais de Inhumas a Pedro Ludovico²²

19 Antônio Vila Verde Gutierrez, patriarca da família, chegou a Goiás, em 1939, por meio de transporte ferroviário, trazendo de Franca a família em um vagão e os colonos em outro (MOREIRA, 2008, p. 66).

20 Quanto à criação do Distrito de Goiabeiras, esta se deu em 27 de março de 1896, sob a lei nº 04, quando o então intendente (prefeito) de Curralinho, Cel. Antônio Primo de Faria, nomeou o subintendente do povoado de Goiabeira (vice-prefeito) Sr. Virgíneo Pereira Cunha. O presidente do Conselho Municipal João Elias Caldas promulgou a lei nº 40, de 02/12/1908, alterando o nome de Goiabeiras para Inhumas.

21 Ver Claval (1979).

22 Pedro Ludovico Teixeira – Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1915). Um dos líderes da Revolução de 1930, em Goiás, interventor federal no estado de Goiás (1930–1933) e governador de 1935 a 1937, foi responsável direto pela mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia. Pedro Ludovico Teixeira, político goiano, fazia parte do núcleo de oposição em Goiás que se esboçava em Rio Verde, Inhumas e Anápolis, contra o poderio político dos Caiado. Pedro Ludovico reuniu um grupo de 120 voluntários de Goiás e Triângulo Mineiro com a intenção de invadir o Sudoeste goiano. Perto de Rio Verde, Pedro Ludovico foi preso pelas tropas caiadistas (4 de outubro de 1930), sendo solto logo que chegou a notícia em Goiás da vitória da revolução. O objetivo político do Governo de Pedro Ludovico era impulsionar a ocupação do estado de Goiás, direcionando os excedentes populacionais para os espaços demográficos vazios na tentativa de aumentar a produção econômica. A implantação de tal projeto só seria possível com a garantia de uma infraestrutura básica ligando o Centro-Oeste ao Sul do país. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Ludovico_Teixeira)

que, por sua vez, fortaleceu seu poder político na região ao assinar o decreto de emancipação nº. 602, de 19 de janeiro de 1931²³. Inhumas nasce, portanto, antes de Goiânia, consolidando os interesses políticos dos Ludovico no reduto dos Caiado. Por outro lado, Borges (1990, p. 45) destaca outro argumento sobre a rede ferroviária *versus* a nova capital:

Com a construção da nova capital do Estado, o projeto da E.F. Goiás foi alterado. Por ordem do Interventor Federal, deu-se início à implantação de um ramal ferroviário partindo da estação de Leopoldo de Bulhões (Km 338) em direção a Goiânia. Os antagonismos de interesses econômicos e políticos e regionais novamente interferiram e retardaram a construção dessa linha. As oligarquias da Cidade de Goiás e os comerciantes de Anápolis, aliados ao “imperialismo mineiro”, se organizaram contra a ligação ferroviária de Goiânia. Os coronéis da velha capital, em oposição ao grupo oligárquico que tomara o poder em 1930, exigiam que o projeto original da estrada fosse executado, ou seja, que os trilhos fossem prolongados até à antiga capital. O ramal de Goiânia, com mais de 90 quilômetros de extensão, mudava o traçado da ferrovia e alterava o cronograma de sua implantação.

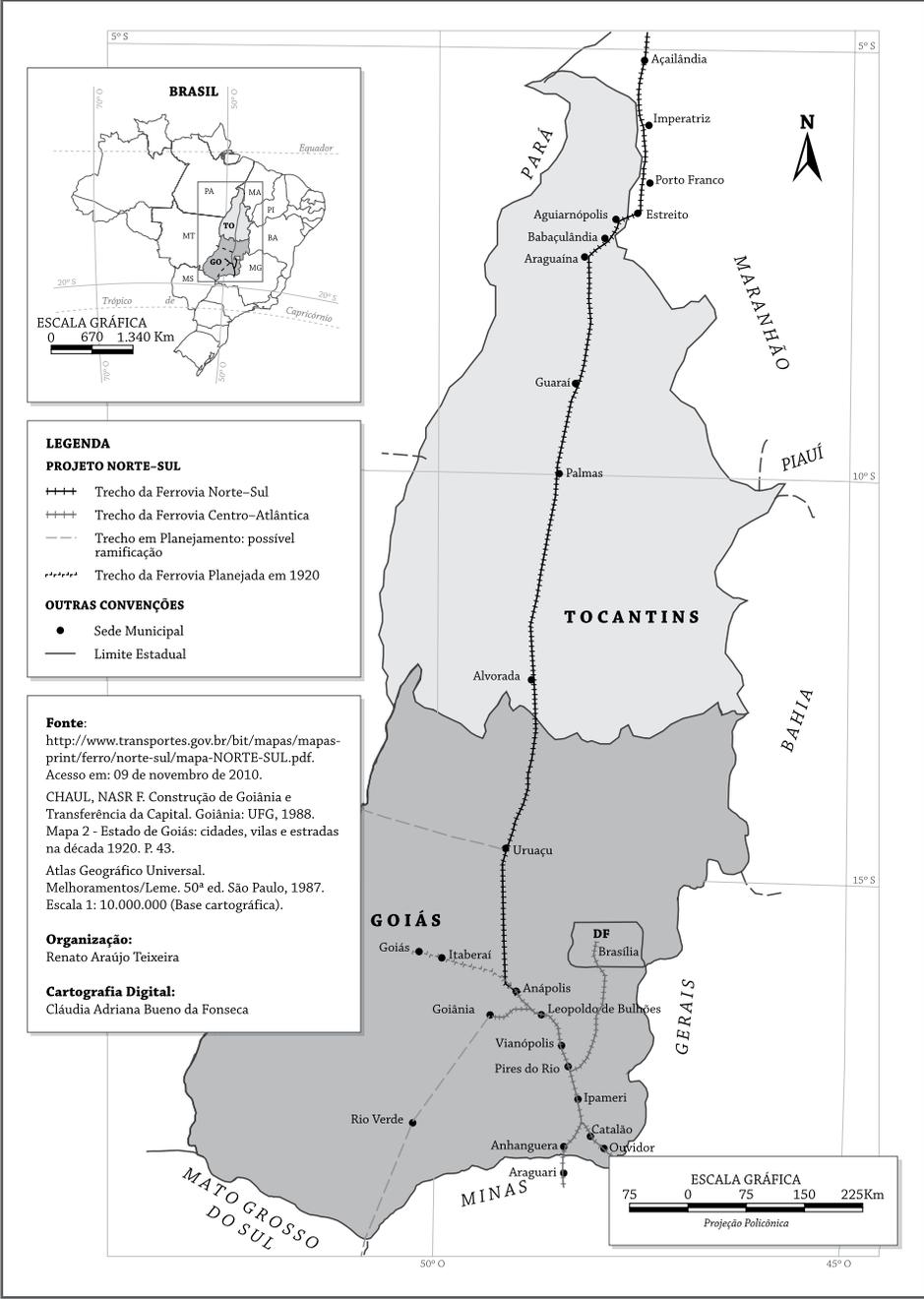
A expansão da rede ferroviária em Goiás²⁴ passava pelo crivo da política oligárquica²⁵. Os coronéis determinavam a direção dos trilhos. O eixo da ferrovia estrangulou-se por muito tempo no eixo Goiânia, Anápolis e Brasília. Somente nos últimos anos Goiás teve retomada a sua inserção na malha ferroviária do Brasil, com a construção da Ferrovia Norte-Sul, como mostra o Mapa 2.

23 Pelo decreto nº 31 de 27 de janeiro de 1930, Inhumas foi elevada a Vila, graças aos esforços dos Srs. Sizelisio Simões de Lima, Elpídio Luiz Brandão, Sebastião Almeida Guerra, José de Freitas Borges e Cesário Silva, processo iniciado em 1926, contexto da Revolução de 1930. Em 1930, Pedro Ludovico Teixeira, interventor Federal no Estado de Goiás, assina o Decreto Estadual nº 602, de 19/01/1931 tornando Inhumas município, sendo nomeado em março de 1931, como primeiro prefeito constitucional o então Cel. José Rodrigues Rabelo (INHUMAS, 2010).

24 Ver Deus (2002, p.62).

25 Ver Markusen (1981).

MAPA 2 FERROVIA NORTE-SUL: ESTADO DE GOIÁS E TOCANTINS



A rede ferroviária em Goiás estruturou-se a partir de 1912, quando a expansão da ferrovia saiu de Araguari, no Triângulo Mineiro, chegando próximo da cidade de Goiandira, contabilizando oitenta quilômetros em terras goianas. Uma nova ampliação férrea aconteceu em 1920, quando a Companhia Estrada de Ferro Goiás, por meio do decreto nº 13.936, obteve concessão para explorar os serviços ferroviários no Triângulo Mineiro e em Goiás, passando sua administração à União, a qual levou adiante o projeto da linha Araguari-Roncador, com 234 quilômetros de extensão.

A ferrovia foi inaugurada em Goiânia em 1952 em função do caráter financeiro que assolava a economia brasileira. A capital definiu o reduto final da malha ferroviária em Goiás com 480 quilômetros. Nesse percurso, contabilizavam trinta estações que serviam à estrada, tais como: Araguari, Amanhecer, Ararapira, Anhanguera, Goiandira (ponto de ligação com a Rede Mineira), Ipameri, Roncador, Pires do Rio, Engenheiro Balduino, Vianópolis, Leopoldo de Bulhões, Anápolis e Goiânia. Contudo, o sonho do encurtamento das distâncias entre os estados brasileiros via Estrada de Ferro de Goiás foi paulatinamente perdendo força com a inserção da malha rodoviária na década de 1970. Na capital do Estado, a conhecida “Maria Fumaça” foi deixada de lado na década de 1970, ficando apenas na memória das pessoas e nos símbolos da cidade.

Embora não seja o objetivo desta pesquisa, vale destacar que a ferrovia no Brasil ficou esquecida por um longo período. A retomada veio com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no governo do presidente Lula, a partir de 2004. Passados quase cem anos da chegada dos trilhos em Goiás, a rede ferroviária é colocada novamente como uma opção de transporte eficiente e com baixo custo de operação comparados com o rodoviário. O estado de Goiás está inserido na Ferrovia Centro-Atlântica, em operação, e na Ferrovia Norte-Sul, em construção. Como mostrado no Mapa 2, existem duas extensões ferroviárias no Estado: uma que sai de Senador Canedo (GO) chegando ao Porto de Itaquí (MA) e outra que vai de Anápolis (GO) até Estrela D’Oeste (SP), contabilizando 2.254 quilômetros.

Se outrora o café era o produto principal que alavancava a rede ferroviária, hoje é o agronegócio, com o transporte de grãos e farelos, óleo de soja, adubos e fertilizantes, álcool, derivados de petróleo, açúcar, algodão, cimento e cargas em geral. Com isso, existe a possibilidade de começar uma nova disputa entre as cidades goianas pelos ramais ferroviários.

A Região Metropolitana de Goiânia receberá um novo trecho da Ferrovia Norte-Sul com a construção do ramal Sul da ferrovia, que liga Anápolis a Estrela D’Oeste, no estado de São Paulo, num total de 669 quilômetros. Nesse trecho, serão beneficiados os

municípios de Acreúna, Brazabrantes (RMG), Cachoeira Alta, Campo Limpo de Goiás, Campestre de Goiás, Damolândia, Edeia, Goianira (RMG), Indiara, Jandaia, Nerópolis (RMG), Nova Veneza (RMG), Ouro Verde de Goiás, Paranaiguara, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Bárbara de Goiás, Santa Helena, Santo Antônio de Goiás (RMG), São Simão, Trindade (RMG) e Turvelândia.

Existe uma insatisfação por parte da população de Inhumas porque a ideia inicial do projeto ferroviário para esta região era de que o traçado seguiria de Anápolis a Inhumas, passando por Goiânia, Goianira, Trindade, Santa Bárbara, Palmeiras, Santa Helena e Rio Verde até o canal de São Simão, passando por Minas Gerais em direção a Estrela D'Oeste (SP). Portanto, o território de Inhumas mais uma vez não entra no mapa da ferrovia, que antes chegou até Anápolis e agora chegará aos municípios próximos como Goianira, Brazabrantes, Nerópolis, Nova Veneza e Trindade. Contudo, a análise da não inserção de Inhumas na rede ferroviária não será objeto desta obra.

Desse modo, sabe-se que o território e alguns atores sociais de Inhumas poderão ser beneficiados com a malha ferroviária próxima, principalmente porque a política de inserção da Estrada de Ferro em Goiás tem como uma das metas implantar novas destilarias ao longo do seu percurso, facilitando o escoamento da produção de açúcar e álcool. Resumindo, este território como um todo se torna um resultado da sincronia forçada entre lugares, infraestrutura e agentes neles instalados. O que distingue as épocas econômicas umas das outras (café ou agronegócio da cana) não é o que é feito, mas como é feito, e com que instrumentos de trabalho.

O município de Inhumas é um lugar geográfico onde cada momento histórico é um conjunto de técnicas e de divisões sociais do trabalho que geraram resultados espaciais diferentes. Diante desse quadro, os reflexos da economia cafeeira para Inhumas na década de 1930 representaram um controle político, econômico e social.

Cada movimento social em um dado momento histórico transforma a organização do espaço, criando novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para novos movimentos. Faz-se necessário, assim, analisar os reflexos da economia cafeeira para entender os resultados das ações sociais materializadas no tempo e no espaço, como o fato de o poder local consolidar-se através da familiocracia²⁶, sobretudo dos imigrantes de origem estrangeira.

26 O poder econômico e político foi aos poucos se consolidando em Inhumas através dos descendentes de italianos, sírio-libaneses, espanhóis, franceses, portugueses, japoneses, entre outros. É um dos poucos municípios que, desde a década de 1930, mantém a tradição da familiocracia, ou seja, a alternância de poder é perpetuada por meio de uma elite local.

Repensando os reflexos da economia cafeeira em Goiás a partir do território inhumense

A inserção do Brasil na rede mundial de comércio ocorreu em virtude da economia cafeeira, favorecida pelas exportações. A produção brasileira de café proporcionou o acúmulo de divisas financeiras para o desenvolvimento da industrialização, especialmente em São Paulo. Na segunda metade do século XIX, a decadência da cultura canavieira, oriunda das perdas nas exportações de açúcar, fez mudar o ritmo e o sentido desenvolvimentista do Norte e do Nordeste em favor do Sudeste, como explica Furtado (2006, p. 172):

[...] produto que permitiria ao país reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial; concluída sua etapa de gestação, a economia cafeeira encontrava-se em condições de autofinanciar sua extraordinária expansão subsequente, estavam formados os quadros da nova classe dirigente que lideraria a grande expansão cafeeira.

Por outro lado, Vizontini (1983, p.12) alerta que a economia brasileira, ao se instalar a República, encontra-se plenamente integrada ao capitalismo internacional através da Divisão Internacional do Trabalho. O modelo agrário-exportador, baseado na monocultura do café, fazia do Brasil um país periférico e dependente do mercado internacional. Em linhas gerais, o Brasil apenas seguiu as tendências econômicas mundiais que, no início do século XX, colocaram o comércio de café como prioritário.

A produção cafeeira no Brasil facilitou a industrialização. O país teve um crescimento dependente dos mercados externos. Essa dependência significava uma instabilidade econômica, política e social, concentrando a riqueza nas regiões Sudeste e Sul e, ao mesmo tempo, criando disparidades regionais de grande monta. A apropriação do território nacional avançava de maneira desigual, com São Paulo sendo alçada a centro econômico sul-americano.

Os avanços econômicos no Brasil se deram por saltos ou estagnações em fases distintas, transitando entre formas arcaicas e mais modernas de desenvolvimento. Os sujeitos hegemônicos e o sistema econômico apropriaram-se dos espaços de forma desigual e combinada, criando espaços luminosos e espaços opacos. Santos (2001, p. 264) afirma que os espaços luminosos são aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características não estão presentes seriam os espaços opacos.

O estado de Goiás acompanhou o ritmo de crescimento econômico brasileiro, sendo um *front* dos avanços da fronteira econômica vinda da região Sudeste, principalmente da influência cafeeira oriunda de São Paulo. No Brasil, havia ritmos de crescimento desiguais que, somados, combinavam-se num todo. Em Goiás não foi diferente e materializaram-se espaços luminosos na porção Sudeste do estado, em virtude da sua posição geográfica privilegiada. Estevam (2004, p.78) afirma:

No contexto de Goiás, a zona do Sudeste era relativamente mais populosa e consistia – na virada do século – na principal via de comunicações com Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Por ali cruzavam boiadas que demandavam as zonas cafeeiras assim como produtos importados de outras regiões. Com essa expansão mercantil, os moradores da zona Sudeste ensaiaram certa vida urbana sendo que o movimento de compra e venda de terras na área foi crescendo no período. Os fazendeiros, em consequência do crescimento mercantil, desde cedo passaram a conceber a terra em função do comércio; o solo, apesar de destinar-se quase unicamente para a criação de gado, possibilitou – relativamente com muita rapidez – auferir lucro e renda.

No caso do município de Inhumas, ao longo dos anos de 1920, formou-se a maior mancha cafeeira em Goiás, que compreendia a faixa contínua de lavoura permanente entre os municípios de Anápolis, Itauçu e Anicuns (MOREIRA, 2004, p. 120). A produção cafeeira teve seu auge no Brasil até o final dos anos de 1930. Segundo o autor, o café perfazia nesse período mais de 80% do valor global das exportações brasileiras. As importações de café por parte dos Estados Unidos correspondiam a mais de 50%, chegando a atingir um volume superior a 80% durante a Segunda Guerra Mundial.

Essa particularidade do município de Inhumas, de ser um grande produtor de café, não foi, contudo, elemento econômico suficiente para a rede ferroviária chegar ao seu território. O que impediu a instalação da infraestrutura ferroviária em Inhumas? A primeira hipótese, e a mais aceitável, foi a competição política das oligarquias de Itaberaí e de Anápolis, que viam com receio a possibilidade de Inhumas emergir como um centro econômico regional; a segunda hipótese foi a crise econômica de 1929, que impactou as relações comerciais no Brasil e no mundo. Essa pujança na produção de café pode ser destacada no Quadro 1, a seguir.

QUADRO 1
QUESTIONÁRIO ESTATÍSTICO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ (1933)

1. Número de pés de café	Um milhão	
2. Idade média da lavoura de café	Seis anos	
3. Produção do Município	Dez mil sacas (UMA SACCA É CORRESPONDE A 60 KG)	
4. Para onde é remetido o café	Santos	
5. Se existe máquina de benefício de café	Sim. Uma Amaral, tipo 1, capacidade 200 arrobas tendo alcançado 120 arrobas (UMA ARROBA CORRESPONDE A 15 KG)	
6. Época de trabalho	Seis meses durante o ano não dando vazão para o café do município	
7. Localidades ligadas a Inhumas por Estrada	Anapólis	72 km
	Itaberaí	66 km, 500 mil pés de café
	Trindade	42 km
8. Número de proprietários agrícolas	450 proprietários dos quais 200 são cafeicultores	
9. Altitude média de Inhumas	700m a 750m	
10. Época da Colheita e das chuvas	Início	Maio
	Término	Agosto
	Chuvas	De Setembro a Abril
11. Estação da Estrada de Ferro que serve a Inhumas	Leopoldo de Bulhões	115 km
12. Produção em arroba por mil pés	100 arrobas	
13. Maiores proprietários de café	Indalecio de Paula Ribeiro	70 mil pés
	Luiz Qualhato	10 mil pés
	Antônio Moreira da Silva e Filhos	50 mil pés
	Manoel Cristomo Filho	20 mil pés
	Manoel Rodrigues Rabello	20 mil pés
	Joaquim Ferreira da Silva e Filhos	15 mil pés
	José Bueno Fernandes	15 mil pés
	Joaquim José da Silva	10 mil pés
	Rachid Mahmud	10 mil pés
	Herdeiros de Mamédio Plácido Barbosa	20 mil pés
	Cristiano Ignácio da Silveira	20 mil pés
	Santos Qualhato	20 mil pés
	Eloi Alberto de Moraes	30 mil pés
	Bernardo de Oliveira Lobo	15 mil pés
	Abel Garcia	15 mil pés
	Pequenos lavradores	de 2 a 10 mil pés
		TOTAL
	TOTAL EM GOIÁS	1 milhão pés

Fonte: Copiador de Ofícios n.º. 02 – Prefeitura Municipal de Inhumas, 1933. P. 18 Ofício. n.º. 58. de 19 de agosto de 1933. Dirigido ao Sr. Leôncio A. Gurgel Filho. S.P, Repartição Técnica do Café São Paulo. Moreira (2004, p.126).

Os maiores produtores de café em Inhumas somavam, juntos, 350 mil pés de café. O estado de Goiás, nesse período, tinha um milhão de pés de café, o que mostra que em termos regionais Inhumas concentrava 28% de todo o café plantado no Estado.

A expansão do café em Inhumas suscitou um conjunto de oportunidades que atraiu imigrantes que desejavam novas oportunidades no setor socioeconômico. A população inhumense foi paulatinamente se constituindo por uma mistura de mineiros, paulistas, baianos, italianos, espanhóis, portugueses, sírio-libaneses e japoneses que, aos poucos, deram formato à estrutura urbana de Inhumas. Esses imigrantes e migrantes foram territorializando seu poder, adentrando na política local sob a conjuntura econômica favorável nessa região, como mostra o Quadro 2 sobre os descendentes de estrangeiros na política de Inhumas.

QUADRO 2			
DESCENDENTES DE ESTRANGEIROS NA POLÍTICA MUNICIPAL DE INHUMAS			
Ano	Descendência	Nome	Cargos
1951	Italiana	Otavio Balestra	Vereador
	Sírio-Libanesa	Odilon Roriz	
	Espanhola	Manoel Vila Verde Martins	
	Sírio-Libanesa	Wiliam Jorge Jabur	
1955	Espanhola	Elpídio Luiz Brandão	Prefeito
		Manoel Luiz da Silva Brandão	Vereador/Deputado Estadual
1959	Italiana	Renato Jácomo	Vereador
	Francesa	Fulgêncio Alves Soyer	
	Sírio-Libanesa	Reny David	
1960	Italiana	Nelo Egidio Balestra	Prefeito
1962		João Abrahão Sobrinho	Deputado Estadual
1963	Sírio-Libanesa	Geraldino Roriz	Vereador
1965		João Abrahão Sobrinho	Senador
1966	Italiana	Otilio Pessoni	Vereador
1967	Sírio-Libanesa	Abdcari Carim Calil	
1971		Jamel Abdala Chalub	
1975	Italiana	Paulo Destéfano	
	Francesa	Lúcia Helena Soyer	
1977	Espanhola	Olicio Lopes Vila Verde	
	Francesa	Hélio Alves Soyer	
1983	Sírio-Libanesa	Gilberto Abdalla Chalub	
	Sírio-Libanesa	Marcos Antonio Calil	
1987	Italiana	Roberto Balestra	
1989	Francesa	Luiz Alberto Soyer	Vereador
1989	Espanhola	José Lopes Munhoz	Vereador
2002	Italiana	Roni Joni Pessoni	
	Italiana	Adenilson Pessoni	

Fonte: Moreira (2004, p.131), adaptado pelo autor.

Em linhas gerais, o trabalho de imigrantes sírio-libaneses, espanhóis, italianos, japoneses e portugueses posicionou Inhumas, em 1930, no contexto goiano, como “Princesinha do cerrado”. Como dito anteriormente, essa região de terra roxa²⁷, com exímia reserva de mata cultivável, adaptável para a cultura do café, muito valorizada nesse período, provocou uma grande corrente imigratória, notadamente com a chegada da ferrovia até Anápolis e a proximidade da capital Goiânia.

O governo de Getúlio Vargas, com a Marcha para o Oeste promovida pela revolução de 1930, fortaleceu o interesse dos imigrantes pelas terras inhumenses. Os sírio-libaneses (famílias Asmar, Sahium, Raiza, Chalub, Mahmud, Gebrim, Charter, Sebba, Nacruht, dentre outras) foram os responsáveis diretos pela abertura do comércio na rua principal da



Figura 2 – Primeira casa bangalô de Inhumas

Fonte: Inhumas (2010).

cidade de Inhumas – a rua Goiás, palco dos primeiros sobrados, chamados bangalôs, que por determinação de lei tinham isenção de IPTU em sua construção. Por meio da paisagem urbana é possível compreender as marcas do sujeito no espaço, como podemos ver na arquitetura de Inhumas mostrada na Figura 2.

Em menor número, mas com grande atuação político-econômica, aparecem os italianos com participação especial na formação socioeconômica. A colônia de italianos se dedicou à agricultura, desbravando matas para cultivar o café, e se fixou preferencialmente nas terras da região mais nobre de Inhumas (o Serra Abaixo), com topografia que lembra regiões da Europa, dada a elevação dos morros. Apesar das dificuldades encontradas nesse desbravamento, os italianos, no conjunto das famílias Qualhato, Serravali, Balestra²⁸, Quintanilha, Jácomo, dentre outras, inseriram-se no contexto municipal, participando inclusive das decisões políticas, o que se pode perceber ainda hoje, seja através da eleição de vereadores e deputados, seja por meio da concentração do poder econômico local.

27 Terra roxa: corresponde a um tipo de solo de extrema fertilidade que detém uma tonalidade avermelhada. Pode ser encontrado em Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo. É originado a partir da decomposição de rochas, nesse caso do basalto.

28 O exemplo mais expressivo é do atual deputado federal, Roberto Balestra, eleito por Inhumas, por seis mandatos consecutivos.

A família Vila Verde (descendente dos espanhóis) se fixou também nas terras conhecidas como Serra Abaixo e cultivou o café. De acordo com depoimento do Sr. A. J. S, de 70 anos, essa família era destaque no quantitativo de pés de café em Goiás:

O que tinha aqui era muito café em 1946. Inhumas já produziu café, parou café porque não vendia. Getúlio Vargas quebrou o café, era seis meses para comunicar no exterior. O Vila Verde velho deixou trinta alqueires para cada herdeiro e trezentos mil pés de café para cada um. Hoje eles não têm nem um lote. A família foi crescendo eles começaram a dividir tudo. (informação verbal)²⁹

As famílias repartiam suas terras de geração em geração, provocando fragmentação territorial, característica notável no município inhumense. Esse processo criou elites dominantes em Goiás porque a terra dava *status* e poder. Desse modo, ter glebas de terra em Inhumas era sinônimo de riqueza e posição social.

Assim como os demais imigrantes, os portugueses dedicaram-se à cafeicultura (família Pires). Em outra frente, a colônia japonesa (famílias Watanabe, Momonuke, entre outras) dedicou-se à horticultura, induzindo novos hábitos alimentares na comunidade.

A imigração em Inhumas se deu com base na qualidade e no preço acessível da terra, na posição geográfica privilegiada, na infraestrutura, e por ser um aglomerado urbano em ascensão. Esses fatores somados criaram um ambiente propício para alavancar um comércio lucrativo na cidade de Inhumas e a pujança econômica e política fez com que Inhumas tivesse elementos para emancipar-se de Itaberaí. A cidade tornou-se um território apto a alçar projetos independentes, sem precisar estar vinculada a outras lideranças regionais, sobretudo a Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal no Estado na década de 1930.

O município de Inhumas originou-se da antiga Fazenda Cedro que teve, em julho de 1858, como seu primeiro possessor João Antônio da Barra Ramos. A emancipação de Inhumas está diretamente ligada à possibilidade de o município estar na rota da Estrada de Ferro. Contudo, este fato representava para Itaberaí um descontrole econômico e político, o que gerou uma instabilidade no poder³⁰, pois muitos fazendeiros de Itaberaí compraram terras em Inhumas. A ferrovia nessa região configurava prestígio para Inhumas e enfraquecimento econômico para Itaberaí.

Desse modo, o controle da terra tornou-se a opção mais viável para a geração de divisas econômicas no setor agropastoril de Inhumas. As oligarquias eram o segmento mandatário nessa fração do espaço e em Inhumas havia uma influência da família Caiado,

²⁹ Entrevista realizada em 06/6/2011.

³⁰ Ver Foucault (1979).

que representava o poder da antiga capital (Goiás Velho). Entretanto, o enfraquecimento político desta família abriu as portas para o início da era da família Ludovico.

A Territorialidade de Inhumas na Região do Mato Grosso Goiano

Comentado anteriormente, o povoado de Goiabeiras, hoje Inhumas, foi caracterizado como um enclave no cerrado de mata fechada com árvores robustas, na maioria bastante aproximadas umas das outras. As árvores de porte mais avantajado indicam, também, terras de cultura ou região de terra roxa. Portanto, a cultura do café encontrou nessa região as condições socioespaciais adequadas para o avanço da frente de expansão cafeeira iniciada na década de 1930, como é relatado pelo Sr. O.M.G.:

Eu vou contar uma história, acredita quem quiser: Goiabeira, Campininha, Mato Grosso e São José, mata de cem alqueires, o pau que tem é café. Esse é o primeiro verso. Campinas chamava Campininha de Goiás, com certeza. São José é Mossamedes hoje, lá chamava Aldeia de São José. Lá foi os índios, eu conheço aquilo lá. Aquela igreja lá foi os índios que fez. Esse é um verso já passou. A mamona é uma fartura lá nessa terra boa. Uma folha da mamona tampa quarenta pessoa, dá fruta, faz o azeite e do pau faz a canoa. A mandioca é uma riqueza lá nesse sagrado chão, fizeram agora um piquela de mandioca entre Goiás e Maranhão. Tem o verso do milho, a espiga de milho era arrastado para fora, não podendo ter carro não cabia. Tem o verso da cana, isso é rachado em quatro parte assim, para poder passar no engenho. Mas, às vezes, o engenho não prestava, né? (informação verbal³¹)

O entrevistado relata como era a região de Inhumas até Campininha de Goiás, região de terra fértil e repleta de café. O chão era considerado sagrado pela qualidade da terra, própria para a cultura, o que permitiu um recomeço de vida para muitos migrantes paulistas e mineiros que vinham para esta região comprar grandes fazendas com excelentes terras. É o caso deste entrevistado, que veio de Minas Gerais para Goiás em meados da década de 1950.

Na tentativa de entender a valorização territorial do povoado Goiabeiras, é necessário recuar na história e descrever a região do Mato Grosso Goiano. Faissol (1952, p. 07) versa sobre esta porção goiana ainda na década de 1950, explicando que:

O Mato Grosso Goiano é formado por uma extensa região florestal situada na parte Centro-Sul do Estado de Goiás. A área de mata original não está ainda calculada precisamente, mas pode-se avaliá-la em mais ou menos 20.000 quilômetros quadrados. Ela começa nas proximidades da cidade de Anápolis e continua para Oeste até a base da Serra Dourada, na região de Córrego do Ouro; no sentido Norte-Sul, vai das proximidades de Goiânia até um pouco ao Norte de Itapaci, Anicuns, Goiás, Mataúna e Itaberaí. *Os municípios de Trindade e Inhumas estão inteiramente dentro da mata.* (grifo nosso).

31 Entrevista realizada em 06 de junho de 2011.

Atualmente, a configuração do Mato Grosso Goiano se define pela condição geoambiental da região central do estado de Goiás, cuja maior faixa arbórea é a floresta semidecídua (tropical) e as florestas de transição ou contato (tropical-cerrado³²). Destoando dessa paisagem, que é maioria no estado, predomina o *cerrado stricto* com árvores tortas e cascas grossas. No tocante ao relevo, predomina o planalto central, o planalto rebaixado de Goiânia³³ e algumas depressões mais ao Norte da região. Esses fatores socioambientais determinaram as formas de penetração e ocupação do Centro Goiano pelo solo, pelas boas terras e pelos recursos florestais propícios para o avanço, expansão da agricultura e pastagens.

Vale destacar que a região de Inhumas, desde outrora, já era citada pelos pioneiros numa situação de diferenciação entre as demais regiões goianas, pelos seus solos férteis e grandes índices pluviométricos³⁴. Essas características geográficas, ao longo da história, nos meados do século XVII, despertaram a curiosidade de estudiosos como Saint-Hilaire e Phol por volta de 1819. Auguste Saint-Hilaire (apud MOREIRA, 2004, p. 38) descreve a antiga região da seguinte forma:

Tendo deixado Jaraguá, percorri um trecho de pequena extensão, tendo esparsas árvores de pouco desenvolvimento e, em seguida, penetrei em grandes matas. Era o famoso Mato Grosso de Goiás, que a estrada percorre de Leste a Oeste em um espaço de nove léguas. Durante as seis primeiras, esses bosques me pareceram mais ou menos semelhantes aos que vira antes de chegar a Jaraguá; *os grandes arbustos são aí mais comuns e condensados do que as matas virgens propriamente virgens [...]* A última parte desse bosque apresenta uma vegetação muito mais bela que a primeira; lá, *árvores robustas na maioria, bastante aproximadas umas das outras e cipós e, em certos lugares, bambus bastante diferentes dos que vira acima de Jaraguá, de hastes maiores e mais grossas, formam espessas abóbadas.* (grifo nosso).

Essa fração de território destoa do restante do Estado devido às características singulares dos solos, do relevo e da vegetação. Esses aspectos físicos são mais bem sintetizados no Quadro 3, em que mostramos as características físicas do Mato Grosso Goiano (MGG).

32 Ver Pinto (2009, p.44).

33 “O Planalto Rebaixado de Goiânia ocorre nas porções Sul e Sudeste da capital. É caracterizado por extenso planalto rebaixado e dissecado, desenvolvido principalmente sobre rochas do Grupo Araxá. A superfície é mantida por depósitos de material clástico, o que indica a atuação de uma morfogênese seca, que mostra submissão, no passado, a condições climáticas de semiaridez. Os processos de pediplanação ocorreram durante o Neopleistoceno do qual resultaram cotas em torno de 640m” (CASSETTI, 1992, p.68).

34 Ver Kayser (1980).

QUADRO 3
CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO MATO GROSSO GOIANO

Aspectos físicos do MGG	Características
Localização	Borda setentrional da bacia do Paraná. Engloba as microrregiões de Goiânia, Anápolis, Ceres, Anicuns e Iporá.
Geologia	Rochas pré-cambrianas (600 milhões de anos) – rochas eruptivas de alto grau metamórfico, que foram expostas pela erosão fluvial.
Geomorfologia	O relevo é resultado de fenômenos morfoclimáticos ocorridos no passado, que definiram três unidades geomorfológicas: o planalto central goiano, o planalto rebaixado de Goiânia e as planícies aluviais do Rio Meia Ponte e do Ribeirão João Leite. Essas unidades geomorfológicas subdividem-se em unidades menores, denominadas geossistemas. Os geossistemas apresentam morfologia topo tabular, plano rampeado e topo convexo em forma de colina e topo aguçado em forma de morrarias.
Clima	O clima é subtropical, com duas estações bem definidas: uma seca e outra chuvosa. A estação seca ocorre de maio a setembro e a chuvosa começa no final de setembro, prolongando-se até abril, com precipitações maiores nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro.
Vegetação	Apresenta grande floresta estacional decidual (floresta tropical) na qual a cobertura vegetal predominante é de formações florestais fechadas, contornadas por formações de cerrado e mata ciliar ripária. As espécies que compõem as matas fechadas chegam a atingir 30 m de altura.
Hidrografia	Rios com cursos perenes. Há abundância de nascentes, as quais, favorecidas pela configuração topográfica, alimentam o Ribeirão João Leite e o Rio Meia Ponte que, por sua vez, proveem a bacia do Rio Paranaíba.
Pedologia	Dentre as rochas básicas podem ser encontrados gabros, dioritos e alguns gnaisses que, ao se decompor, produziram solos de boa fertilidade natural, dentre eles, o latossolo vermelho-escuro, o latossolo-roxo, o podzólico vermelho-amarelo, o cambissolo, os solos litpólicos e o gleissolo.

Fonte: Adaptação a partir de Malheiros (1997). Organização: Teixeira (2012).

Constata-se, assim, que a região do Mato Grosso Goiano (MGG) é nomeada desta forma desde a época das entradas dos Bandeirantes em Goiás no século XVIII. Essa nomeação foi dada para retratar uma porção territorial de uma região mais central com grande presença da floresta estacional decidual (floresta tropical). As características físicas do solo, com excelente extensão de terras férteis, constituíram um polo de atração de migrantes, sendo alvo da política de expansão da fronteira agrícola, demográfica e econômica idealizada pelo então presidente Getúlio Vargas nos anos de 1930, a chamada Marcha para o Oeste.

Quando houve, contudo, a divisão entre Goiás e Tocantins em 1988, o Mato Grosso Goiano foi reclassificado como Mesorregião Centro Goiano, região esta que engloba municípios que antes pertenciam à antiga microrregião de Meia Ponte. Além destes, entraram nessa divisão os municípios de Aparecida de Goiânia, Bela Vista, Guapó, Hidrolândia e Aragoiânia que, juntamente com a capital, formam a Região Metropolitana de Goiânia³⁵.

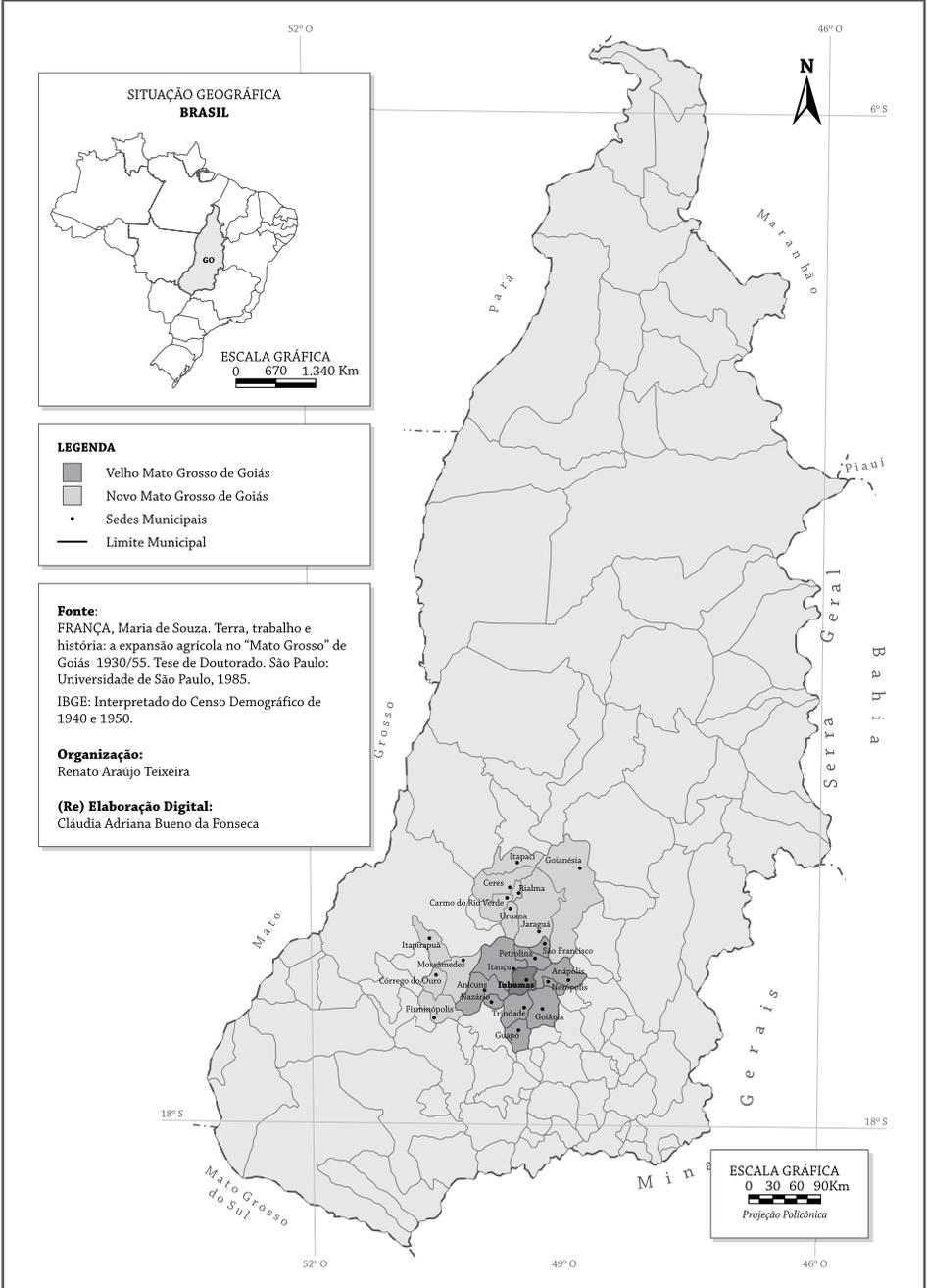
A região³⁶ do MGG instituída e simbolizada é melhor especializada no Mapa 3 – Estado de Goiás: o Velho e Novo Mato Grosso Goiano³⁷. Verificamos que este subespaço tornou-se uma área de grande dinamismo econômico no cenário estadual e nacional, sendo um centro de atração e dispersão de capital, trabalho e pessoas.

³⁵ Ver Teixeira Neto (2004, p.125).

³⁶ Ver Smith (1988).

³⁷ O mapa do Velho e Novo Mato Grosso Goiano coloca o estado de Goiás com a divisão territorial antiga, ou seja, antes da divisão feita pela Constituição Federal de 1988 entre Goiás e Tocantins.

MAPA 3
ESTADO DE GOIÁS: O VELHO E O NOVO MATO GROSSO GOIANO



Essa mudança na divisão entre o Velho e o Novo Mato Grosso Goiano foi idealizada por França (1986), que identificou a existência de largas faixas de terras férteis e matas até então inexploradas na área da nova capital do estado de Goiás. Zona de rico potencial agrícola, despertou o interesse de levas de migrantes após a década de 1930.

A Era Vargas, com seu projeto Marcha para o Oeste no período do Estado Novo, procurou ocupar o interior do Brasil. O abismo regional criado entre o litoral próspero e o sertão estagnado fez aflorar políticas públicas nacionais a fim de direcionar levas de imigrantes rumo ao planalto central. A primeira colônia agrícola em Goiás foi instalada em 1941 na cidade de Ceres, denominada Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Os objetivos da Marcha para o Oeste eram, basicamente:

- incentivar a migração (política demográfica);
- criar colônias agrícolas;
- construir estradas;
- realizar a reforma agrária;
- incentivar a produção agropecuária de sustentação.

O MGG contemplava os requisitos necessários para a futura transformação regional, ou seja, apresentava possibilidades de negócios tanto no campo quanto na cidade. Essa porção de terra atraiu um maior conglomerado populacional em função do menor distanciamento entre seus núcleos urbanos e da abertura de estradas vicinais. Em razão da construção de Goiânia, alguns municípios vizinhos se desdobraram, provocando um desmembramento territorial. É por esse motivo que o Mato Grosso Goiano foi subdividido em duas porções, de acordo com a ocupação e com o povoamento.

O Velho MGG era fragmentado em 11 municípios: Petrolina, Itauçu, São Francisco de Goiás, Anicuns, Goiânia, Trindade, Guapó, Nazário, Nerópolis, Anápolis e Inhumas. O Novo MGG engloba os municípios de Firminópolis, Córrego do Ouro, Mossamedes, Itapirapuã, Jaraguá, Uruana, Carmo do Rio Verde, Rialma, Ceres, Itapaci e Goianésia.

Essa região passou por um processo de intensa exploração e povoamento, tornando-se muito adensada, com significativa produção agropecuária, consolidando Anápolis e Goiânia como vigorosos centros urbano-comerciais. A proximidade desses grandes centros de consumo, o preço acessível das terras, o clima, o relevo e a rica bacia de drenagem fizeram com que o cerrado fosse aos poucos degradado em prol da modernização agrícola.

O Cerrado serviu de tampão de proteção à Amazônia, ao mesmo tempo em que suas árvores tortas e sua biodiversidade vêm sendo exauridas aos poucos, sem qualquer

encargo de consciência. A Constituição Federal Brasileira de 1988³⁸ privilegiou a Amazônia, a Zona Costeira, a Mata Atlântica e o Pantanal na condição de Patrimônio Nacional, resguardando-os com uma proteção por lei e nas formas de uso e ocupação. Por outro lado, houve uma omissão ao deixar o Cerrado, a Caatinga e os Campos Sulinos fora da agenda de proteção socioambiental.

Diante desse quadro, houve diferentes ritmos na degradação da biodiversidade no planalto central. As áreas do MGG foram as primeiras a serem exploradas devido à potencialidade dos solos férteis. Contudo, fala-se da degradação das áreas do cerrado como se esse bioma fosse um ente homogêneo na flora e fauna. Da mesma forma que se negligenciou a exploração depredatória do cerrado, fez-se o mesmo com a região do Mato Grosso Goiano em prol da construção de Goiânia e da Revolução Verde³⁹.

Com estas feições socioambientais e por estar inserido no MGG⁴⁰, o município de Inhumas foi, ao longo da sua história, se inserindo aos poucos no mercado nacional brasileiro, seja pela produção de sacas de café, pelo rebanho bovino, pelas lavouras de alho, ou pelas plantações de laranja, arroz e cana-de-açúcar, entre outras culturas. Mudava-se a cultura plantada e o território de Inhumas continuava em destaque. Sua emancipação política está associada à sua posição geográfica privilegiada e às suas características ambientais.

A criação do município de Inhumas se deu basicamente através de três pilares: a) o enfraquecimento político da família Caiado e das oligarquias oriundas de Itaberaí, b) a emergência de uma nova liderança política sob a batuta de Pedro Ludovico, c) o projeto modernista de uma nova capital estadual. A história do espaço goiano dá pistas de que o território de Inhumas foi primordial para as aspirações da construção da nova capital. O apoio de Inhumas, com mão de obra (trabalhadores) e produção de hortifrutigranjeiros foi fundamental para que Pedro Ludovico concretizasse o projeto de construir Goiânia.

Interventor em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira assinou o Decreto nº 602, de 19 de janeiro de 1931, emancipando Inhumas de Itaberaí e dando posse como primeiro prefeito constitucional do município o Cel. José Rodrigues Rabelo. Desta forma, Inhumas foi o único município criado na década de 1930 antes de Goiânia, porque representava uma espécie de portal de entrada para a antiga capital, Goiás Velho. A criação do município de Inhumas de certa forma ajudou a antecipar o projeto da criação de Goiânia, pois abasteceu economicamente e politicamente as aspirações da nova capital.

38 Ver Constituição de 1988, capítulo VI, artigo 225, inciso 4º.

39 A Revolução Verde foi um programa mundial que disseminou práticas modernas no campo, que permitiram um vasto aumento na produção agrícola.

40 A distinção entre Velho e Novo Mato Grosso Goiano formatou-se de acordo com as formas de ocupação e povoamento desde o século XIX.

Uma vez emancipada, Inhumas acompanhou o curso da história goiana, agora com a face voltada para o Sul (Goiânia) e não mais para o Norte (Goiás Velho). No próximo capítulo, abordaremos a emergência do entorno de Goiânia, destacando a configuração e a fragmentação territorial na borda da metrópole.

2

A emergência e a fragmentação territorial no entorno de Goiânia

A emancipação política é um reflexo da redistribuição espacial da sociedade, sob a responsabilidade do Estado no planejamento territorial brasileiro. A forte expansão econômica no Brasil, após a década de 1940, fez avançar a produção agropecuária interna, unindo os grandes centros urbanos aos pequenos. São as articulações entre a ordem próxima e a ordem distante⁴¹ que estimulam as cisões dos municípios, embora os arranjos regionais e as fragmentações municipais não funcionem sem o envolvimento local.

A experiência brasileira recente mostra uma relação entre a criação de unidades administrativas locais e o processo de urbanização, principalmente com a expansão de grandes núcleos urbanos e metrópoles. Apesar de muitas municipalidades surgirem em áreas pouco urbanizadas, com ordenamento territorial precário em níveis de governo mais abrangentes, muitos municípios nascem dependentes dos recursos da União, mais especificamente do Fundo de Participação Municipal (FPM). Observe na Tabela 1 – a Região metropolitana e o processo de emancipação.

TABELA 1
REGIÃO METROPOLITANA E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO

Municípios	Área (km ²)	Lei de Criação		Município de Origem	Densidade demográfica (hab/km ² - 2010)
		Número	Data		
Abadia de Goiás	146,458	12.799	27/12/1995	Goiânia	46,89
Aparecida de Goiânia	288,465	4.927	14/11/1963	Goiânia	1.579,86
Aragoiânia	218,755	2.141	14/11/1958	Goiânia	38,28
Bela Vista de Goiás	1.276,617	100	05/06/1896	Silvânia	19,22
Bonfinópolis	122,257	10.408	D.O. 27/01/1988	Leopoldo de Bulhões	61,64
Brazabrantes	123,548	2.090	14/11/1958	Anápolis	26,22
Caldazinha	311,687	11.699	29/04/1992	Bela Vista de Goiás	10,66
Caturai	207,154	2.132	14/11/1958	Inhumas	22,54
Goianópolis	162,380	2.142	14/11/1958	Anápolis	65,78
Goiânia	739,492	Decreto 327	02/08/1935	Anápolis, Bela Vista de Goiás	1.760,52
Goianira	200,402	2.363	09/12/1958	Goiânia	169,96

(continua)

41 Ver Lefebvre (2004, 1995, 1980, 1999).

TABELA 1
REGIÃO METROPOLITANA E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO

Municípios	Área (km ²)	Lei de Criação		Município de Origem	Densidade demográfica (hab/km ² - 2010)
		Número	Data		
Guapó	517,005	171	08/10/1948	Trindade	27,08
Hidrolândia	944,238	223	05/11/1948	Piracanjuba	18,43
Inhumas	613,349	Decreto 602	19/01/1931	Itaberaí	78,60
Nerópolis	204,216	104	03/08/1948	Anápolis	118,45
Nova Veneza	123,376	2095	14/11/1958	Anápolis	65,89
Santo Antônio de Goiás	132,803	11.360	05/12/1990	Goianira	35,32
Senador Canedo	244,745	10.435	D.O. 08/01/1988	Goiânia	344,84
Terezópolis de Goiás	106,976	11704	29/04/1992	Goianópolis	61,34
Trindade	713,280	Decreto Lei 8.305	31/12/1943	Goiânia	146,51
TOTAL DA REGIÃO	7.397,203	—	—	—	293,76
TOTAL DO ESTADO	340.086,698	—	—	—	17,65
REGIÃO/ESTADO (%)	2,17	—	—	—	—

Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Seplan/GO/Seplan/Gerência de Estatística Socioeconômica (2010).

(conclusão)

Goiânia e Anápolis consolidaram-se como os *nós* da rede urbana goiana, onde se concentram e se dispersam os fluxos de pessoas, mercadorias e informações; lugares, estes, aptos a receberem os meios técnico-científico-informacionais⁴² e a criarem fatiamentos de territórios. Sabe-se que a configuração territorial do estado de Goiás foi mudada com a construção de Goiânia. Criou-se uma região no entorno da capital que necessitava ser abastecida de produtos hortifrutigranjeiros e precisava receber trabalhadores. Assim, a influência de Goiânia desencadeou um processo de fragmentação territorial.

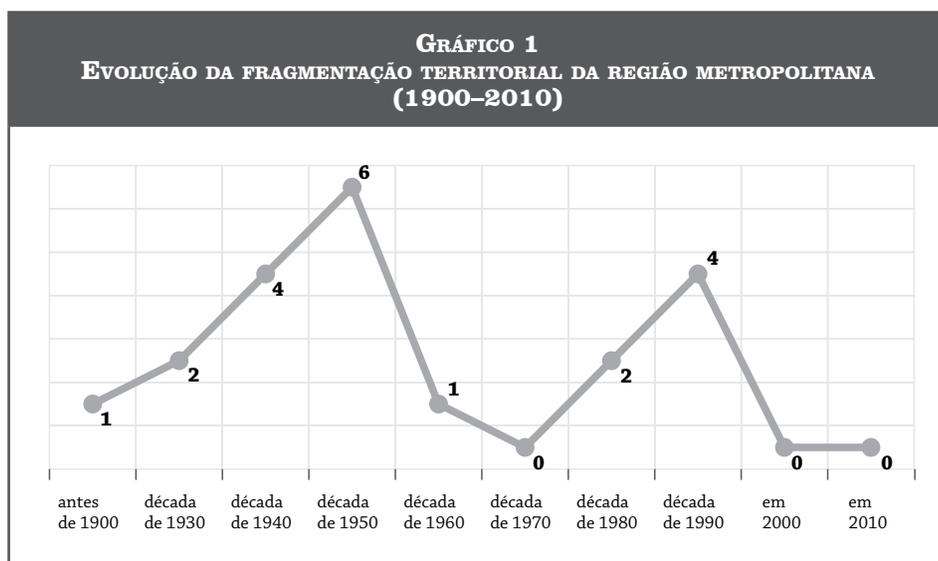
De 1930⁴³ a 2010 surgiram 17 novos municípios⁴⁴ na borda da nova capital. Na década de 1940, surgiram quatro novos municípios: Trindade (1943), Guapó (1948), Hidrolândia (1948) e Nerópolis (1948). Na década de 1950, emanciparam-se seis novos municípios: Aragoiânia (1958), Brazabrantes (1958), Caturai (1958), Goianópolis (1958), Goianira (1958), Nova Veneza (1958). Na década de 1960, apenas um município

⁴² Ver conceito em Santos (1997).

⁴³ O único município emancipado na década de 1930 foi Inhumas, antecipando a fragmentação do que se chama de Região Metropolitana de Goiânia.

⁴⁴ O município de Bela Vista de Goiás foi emancipado em 1896, bem antes de Goiânia. Em 1914, Campinas foi elevada à condição de município brasileiro do estado de Goiás, hoje é um bairro de Goiânia.

foi emancipado: Aparecida de Goiânia (1963). Na década de 1970, não houve desmembramentos. Na década de 1980, surgiram dois novos municípios: Bonfinópolis (1988) e Senador Canedo (1988). Na década de 1990, acrescentaram-se quatro novos municípios: Abadia de Goiás (1995), Caldazinha (1992), Santo Antônio de Goiás (1990) e Terezópolis de Goiás (1992). Iniciando o novo século, não houve mais fatiamento territorial, como mostra o Gráfico 1.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Seplan/GO/Sepin/Gerência de Estatística Socioeconômica (2010). Organização: Teixeira (2012).

As décadas nas quais foram realizadas mais emancipações territoriais foram as de 1940 (com quatro emancipações), 1950 (com seis) e 1990 (com quatro), respectivamente. A explicação mais óbvia para este fatiamento territorial diz respeito à influência de Goiânia e Brasília, até porque, na década de 1940, muitos distritos viraram municípios para atender à nova capital goiana, isto é, para abastecer as necessidades da nova capital com produtos hortifrutigranjeiros e trabalhadores, entre outros. No final da década de 1950, muitos municípios foram emancipados na borda de Goiânia pela influência da nova capital federal no território goiano. Na década de 1990, afloraram novos municípios pela consolidação de Goiânia como metrópole em sua travessia de burgo agrícola para uma cidade de influência nacional na rede urbana brasileira.

Vale lembrar que a população do Brasil se distribui atualmente entre 5.564 municípios, segundo o IBGE (2010). Os municípios criaram fôlego a partir do momento em que as cidades deixaram de ser rotuladas como simples comércio de excedente produtivo.

Mas isso se perdeu na história com os avanços das relações sociais e econômicas, pois a população, no geral, aglomera-se nos municípios. A Constituição de 1988 delegou aos municípios um papel de maior destaque na administração pública brasileira. A elevação à condição de entes federativos implica maior autonomia e maior responsabilidade por parte deles. Os municípios brasileiros, com o tempo, passaram a receber uma maior quantia de tributos federais e estaduais, o que, por consequência, implicou uma maior responsabilidade com relação à oferta de serviços públicos.

Nesse contexto, o estado de Goiás soma atualmente 246 municípios distribuídos entre 18 microrregiões e 05 mesorregiões. Nessa linha de autonomia, a Constituição de 1988 atribui aos municípios competências tributárias próprias e participações no produto da arrecadação de impostos da União e dos estados. Em contrapartida, foi ampliada a esfera de obrigações dos municípios na prestação de serviços públicos essenciais. De acordo com o Art. 30 da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), competem aos Municípios:

- I . legislar sobre assuntos de interesse local;
- II . complementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III . instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV . criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;
- V . organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI . manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- VII . prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII . promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX . promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Dessa forma, os municípios possuem um papel importante no contexto regional e nacional. Sua função econômica na arrecadação de divisas financeiras coloca o município como argamassa necessária na constituição de uma dada região. O município que possui grande receita terá, conseqüentemente, poder de troca na esfera política.

No primeiro capítulo, mostramos a inserção do município de Inhumas no cenário goiano, a partir de sua relação com a antiga capital, Goiás Velho. O objetivo deste segundo capítulo é mostrar como Inhumas se configurou a partir de Goiânia. Ainda neste capítulo, buscamos entender por que o município de Inhumas é singular no entorno da metrópole. Para isso, discutiremos a relação de dependência e interdependência entre Inhumas e Goiânia e os municípios da região metropolitana.

Buscando elementos regionais para o entendimento das fragmentações

Por que uma região se fragmenta? Uma hipótese para esse fatiamento dos espaços está na necessidade de reprodução do capital. O movimento do capital gera expansão urbana⁴⁵, sendo o reflexo mais evidente dessas fragmentações. Um território se divide porque há necessidade de criar novas demandas sociais, políticas e econômicas. Entretanto, essa expansão não é privilégio apenas dos arredores das metrópoles, até porque as cidades do entorno crescem mais do que as metrópoles, como aponta Lencioni (2010) ao afirmar que:

[...] a transformação dos arredores da cidade pela expansão urbana não se constitui num privilégio das metrópoles se fazendo presente em várias cidades, em especial nas maiores, mas, é importante observar que esse tipo de expansão não é exclusiva delas. Encontramos cidades com milhões ou mesmo milhares de habitantes que vêm expandindo sua área urbana, em grande parte relacionada à produção de moradias, mas também ao desenvolvimento de novas localizações para abrigar as atividades econômicas, tais como indústrias, *shoppings-centers*, comércio e serviços. Essa expansão pode ou não vir acompanhada de novas centralidades e denunciam a importância que vem assumindo a dispersão territorial das atividades econômicas relativas ao processo de reestruturação sócio-espacial que vão imprimindo opacidade aos limites territoriais das cidades.

A autora explica que a produção das moradias se expande para os arredores das grandes cidades, gerando novas centralidades e dispersão territorial, provocando uma reestruturação socioespacial em direção aos limites das cidades. Essa produção do espaço urbano é provida pelo Estado e pela iniciativa privada.

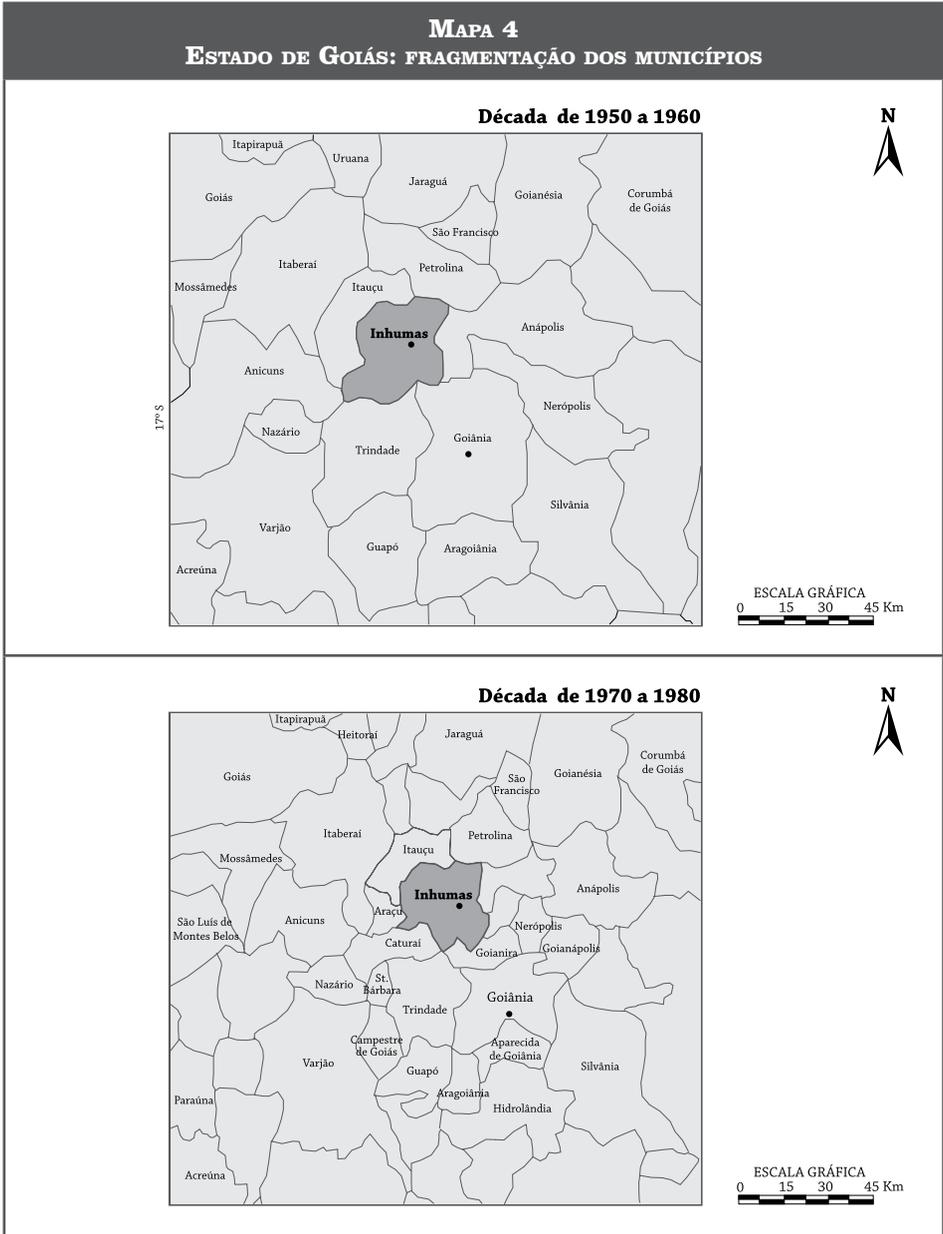
O espaço urbano constitui o centro de acumulação capitalista, seja por meio da valorização imobiliária para a concentração da riqueza social, ou por meio dos investimentos públicos. A cidade tornou-se espaço-mercadoria, privatizada em prol da valorização do capital.

O poder de polarização de Goiânia gera uma aglomeração urbana dispersa e expandida territorialmente numa cidade-região. Delimitá-la é difícil por causa dos limites difusos, oriundos do movimento cotidiano das pessoas entre morar e trabalhar ou estudar em cidades distintas. Para Viard apud Lencioni (2006, p. 31), a crescente fragmentação do espaço está associada à descontinuidade crescente da mancha urbana que desurbaniza as formas antigas de urbanização. O espaço se fragmenta devido às diferenças que se apresentam na estrutura econômica, política e social, ou seja, constitui hierarquia nas relações de subordinação e dominação. O espaço produzido é homogêneo, fragmentado e hierarquizado.

É comum se referir às metrópoles como metápolis, metrópole-região, cidade-região, exopólis. O termo mais usado é cidade-região, concebido por Scott, Agnew, Soja e Storper (2001), porque há tendência nas grandes cidades de vivenciar mais a região do que propriamente a metrópole em virtude da intensa migração pendular. A região é, para a população urbana, uma experiência ampla; já para a metrópole, é um ponto determinado.

45 Ver Lencioni (2010).

No caso da região metropolitana, a inserção de Goiânia foi o propulsor espacial que alavancou o fatiamento territorial. Muitos municípios da RMG cresceram a partir da influência da capital goiana, como mostra o Mapa 4.



(continua)



(conclusão)

A espacialização do mapa mostra, a partir de Inhumas, como foi sendo construída a Região Metropolitana de Goiânia de 1950 a 2010. É possível constatar que entre Goiânia e Inhumas foram criados vários municípios que os separaram ao longo da década de 1970. Portanto, seus territórios foram aos poucos sendo afastados em função do surgimento de novos municípios como Nerópolis, Nova Veneza, Goianira, Santo Antônio de Goiás, Caturai e Brazabrantes. A problemática da institucionalização da RMG será discutida adiante.

Por sua vez, a luta por territórios⁴⁶ é um produto da prática social. No caso da escala metropolitana, os municípios do entorno são o epicentro de poder que viabiliza o domínio do território, funcionando como espaço de fluxos financeiros, mercantis e informacionais que se impõem à superação dos estados e fronteiras (LIMA, 2009, p.45). Por outro lado, Leite (2006, p.14) afirma que um território⁴⁷ não se resume ao território

⁴⁶ Bourdieu (1998), Benko e Pecqueur (2001).

⁴⁷ Ver Raffestin (1993).

de um Estado: é um produto da prática social. Como tal, envolve a apropriação, os limites e a intenção de poder sobre uma porção determinada do espaço, ao mesmo tempo em que se constitui um meio usado pelos atores que nele interagem, para sua prática. Territórios são arenas políticas na medida em que as áreas são delimitadas por um conjunto de relações sociais localizadas e de poder implícito nessas relações.

Diante disso, cada município na Região Metropolitana de Goiânia constitui um território⁴⁸, é uma arena que induz à produção de relações de poder. O município de Inhumas está envolvido nessa lógica de tensões e interesses diversos, sendo o campo de forças entre as partes envolvidas na apropriação dos espaços⁴⁹ materializado por meio do uso do solo. É da terra que se retira a riqueza que se transforma em capital, é no chão que fica o suor do trabalhador e que se reproduz a mais-valia dos detentores dos meios de produção.

A guerra fiscal é um exemplo e uma prática muito adotada em Goiás. Os incentivos fiscais fazem muitos municípios tornarem-se competitivos no seleto rol das economias autossuficientes e globalizadas. Essas dinâmicas de inserção ou exclusão econômica fazem com que afluam novos debates sobre a reforma tributária.

Diante desse quadro, comparamos as dez regiões de planejamento do estado de Goiás, quais sejam: Metropolitana de Goiânia, Centro Goiano, Norte Goiano, Nordeste Goiano, Entorno do Distrito Federal, Sudeste Goiano, Sul Goiano, Sudoeste Goiano, Oeste Goiano, Noroeste Goiano. Dentre todas, a Região Metropolitana de Goiânia é a que concentra maior população, serviços e riqueza, embora apresente baixos índices de produtividade, seja na produção de grãos, no rebanho bovino, ou na produção de leite, entre outros. Contudo, a Região Metropolitana de Goiânia gera desenvolvimento e emprego nos setores da construção civil, comércio e serviços, como mostra a Tabela 2.

A Tabela 2 oferece uma visão panorâmica de como se territorializa a riqueza e o emprego por setor de atividade no estado de Goiás. Ao enfocarmos os dados da região metropolitana em relação às outras regiões do Estado no ano de 2010, ela se apresenta como:

- a primeira em oferta de empregos nas indústrias (42,18%);
- a primeira em oferta de empregos na construção civil (67,70%);
- a primeira em oferta de empregos no comércio (52,46%);
- a primeira em oferta de empregos no setor de serviços (62,48%).

48 Ver Saquet (2000 e 2009).

49 Ver Haesaert (1995, 1997, 2004, 2006, 2010) e Santos et al. (1996).

TABELA 2
ESTADO DE GOIÁS: PARTICIPAÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGO DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO/ESTADO (2009)

Região	Número de empregos (%)					
	Total	Agropecuária	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços
001 Metropolitana de Goiânia	54,10	9,68	42,18	67,70	52,46	62,48
002 Centro Goiano	9,40	6,81	14,72	11,77	10,27	7,46
003 Norte Goiano	3,37	7,01	4,15	3,20	2,80	2,91
004 Nordeste Goiano	1,22	2,88	0,42	0,11	1,21	1,40
005 Entorno do Distrito Federal	7,12	12,09	4,58	4,82	8,92	6,93
006 Sudeste Goiano	3,88	8,58	5,73	3,53	3,82	2,77
007 Sul Goiano	6,21	13,66	6,36	3,43	6,78	5,34
008 Sudoeste Goiano	9,72	26,54	14,34	4,52	9,88	6,68
009 Oeste Goiano	3,55	9,24	5,59	0,70	2,67	2,81
010 Noroeste Goiano	1,43	3,50	1,94	0,23	1,20	1,22
ESTADO DE GOIÁS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Elaboração: Seplan/GO/Sepin/Gerência de Estatística Socioeconômica (2010).

Entre todos os setores da economia, a oferta de empregos na região metropolitana de Goiânia perde apenas no setor da agropecuária, com um índice de 9,68%, sendo a quarta em participação entre as dez regiões citadas, liderada aqui pela região do Sudoeste goiano. Esses percentuais mostram que a região tem uma média de participação de empregos de 54,10% em todo estado de Goiás. Essas condições favoráveis de concentração de emprego e riqueza propiciaram a fragmentação territorial nas margens da metrópole. A consolidação socioeconômica de uma metrópole alavanca um processo de metropolização, mudando os padrões territoriais e a direção de crescimento da rede urbana em escala nacional, estadual e local. Buscaremos, agora, entender o que representa esta metrópole para o estado de Goiás e em que contexto surge a Região Metropolitana de Goiânia.

Entendendo a configuração territorial de Goiânia a partir de Inhumas

Goiânia nasce em um contexto histórico que antecipa o processo de modernização na década de 1930, deflagrado pela política de Vargas chamada de Marcha para o Oeste. Assim, a nova capital goiana surge em um ambiente de fronteira, construída sob o projeto e a necessidade de expansão da produção de alimentos para as áreas de cerrado, até então vistas como terras inóspitas, sertão, ou terra de cupinzeiros.

Nesse ponto de vista, há uma nova ordem territorial para o estado de Goiás, que passa de região distante a região promissora para o desenvolvimento brasileiro, deixando para trás o rótulo de estado isolado e pouco atuante no contexto nacional. Esse entendimento da articulação territorial pode ser visualizado no Quadro 4, que mostra a relação entre ordem próxima e ordem distante.

QUADRO 4 ORDENS NA CIDADE, DE ACORDO COM LEFEBVRE	
Ordem próxima	Ordem distante
"Relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles".	"A ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado)".
"A cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela mantém, sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução."	"Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal e não ser para a meditação".

Fonte: Lefebvre (2004, p.46). Organização: Olanda (2010).

As articulações em prol de consolidar uma capital regional no meio do sertão comprovam as ações dos grupos locais organizados (a ordem próxima) em função da finalidade determinada de aproximar o interior do litoral. A presença do Estado⁵⁰ e de instituições como a Igreja Católica (a ordem distante) implica em articulações aparentemente simples que foram e são significativas para uma cidade pequena como Inhumas. Olanda (2010, p. 35) sintetiza esse dinamismo territorial em Goiás ao afirmar:

Onda migratória direcionada ao Estado de Goiás, nas décadas de 1930 e 1940, tem suas raízes em um projeto nacional amplo e denominado de Marcha para o Oeste. Esse projeto, empreendido pelo Estado Novo, provocou grandes transformações no Oeste do país, de modo geral, e, particularmente, em Goiás.

A configuração territorial de Goiás coincide com as transformações mais amplas do Estado Novo. As ações do Estado brasileiro foram indutoras da constituição socioespacial de Goiânia. A construção da capital goiana se deu dentro de um projeto nacional de suavização das disparidades regionais que, contudo, criou novos conflitos no *front* do novo centro hegemônico goiano.

⁵⁰ Ver Olanda (2010, p.35).

Como já citado anteriormente, Inhumas emancipou-se a partir de divergências políticas locais, somadas à influência direta da nova capital, pois, uma vez constituída Goiânia, instaurou-se uma nova dinâmica territorial nas margens da capital. O reflexo mais visível foram as fragmentações que fizeram surgir municípios para abastecer as demandas socioespaciais da emergente capital regional.

O estado de Goiás, ao longo de sua história contemporânea, funcionou como um laboratório de fronteiras, ou seja, o território goiano atendeu aos interesses do capital financeiro e serviu de reduto à maximização dos lucros em diferentes momentos e aspectos. Seus solos (latossolos vermelho e amarelo) e seus recursos ambientais, além do potencial das nascentes, foram explorados ao máximo e, aos poucos, o cerrado foi sendo dilacerado por ações irresponsáveis que transformaram sua rica biodiversidade em renda para otimizar a inserção da lógica do agronegócio. Essas políticas no território goiano, da década de 1930 até o presente, definiram uma nova ordem para o espaço goiano.

A escala e a dimensão espacial foram diferenciadas por todo o estado goiano, e a capital goiana ditou as regras do jogo regional, pois capturou os recursos, geriu o capital, administrou os recursos, redistribuiu o raio de influência e polarizou o avanço das ações econômicas e políticas. Houve, portanto, uma sobreposição de fronteiras em Goiânia em tempos históricos distintos, materializando mudanças socioespaciais tanto no espaço intraurbano quanto no inter-regional, desde os anos de 1930 até os dias atuais.

Avançando na história, ficam duas perguntas: como a metrópole goiana surge e em que contexto? Como a capital goiana responde ao movimento da fronteira urbana rumo ao entorno? Em busca de respostas, iremos detalhar como aflorou a metrópole goiana e como ela configura territorialmente o estado de Goiás. Discutiremos, também, os conceitos de metrópole e metropolização, a fim de observarmos como essas categorias de análise podem auxiliar na compreensão desta realidade.

As diferenças nos espaços da metrópole são perceptíveis nas paisagens. Entretanto, lidar com o singular é um complicador na maioria das grandes cidades. Falar dos sujeitos de Inhumas não é o mesmo que falar de Goianira, apesar de fazerem parte de uma Região Metropolitana (RM). A dinâmica metropolitana pode ser homogeneizada pelas redes urbanas, mas a territorialização das práticas locais não coincidem, isto é, na totalidade da metropolização, sujeitos convivem e se misturam na paisagem da cidade, gerando espacializações diversas. São e estão intrinsecamente ligados à Goiânia e a seu território, são entes urbanos.

Toda cidade, grande ou pequena, é feita de desigualdades, seja de gênero, classe social, religiosidade, profissão, moradia, meio de transporte, que, somadas, constroem o que conhecemos como espaço urbano. Esse processo dialético é fruto da mobilidade e da fluidez do espaço, que coloca os indivíduos como seres adaptados a múltiplos tempos, espaços e escalas. A desigualdade, seja ela qual for, deve ter uma parcela de análise um tanto mais rigorosa na sua abordagem. Nesse sentido, anteriormente, mostramos que existem escalas e dimensões no entendimento da metrópole e que há uma mistura de interpretações que, por sua vez, podem até confundir o local com o regional, o nacional e o global. Nas linhas que se seguem, detalhamos alguns pontos importantes sobre as desigualdades espaciais da capital goiana.

Em se tratando de abordagem inter-regional, Goiânia possuía uma área de 739.492 km², criada por meio do Decreto 327, no dia 02 de agosto de 1935, para acomodar uma população de cinquenta mil habitantes. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), estima-se hoje a população da capital em mais de 1.301.892 habitantes, com densidade demográfica de 1.549,86 hab/km², taxa geométrica de crescimento de 1,76% (2000/2010) e Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 19.457.328,22 em (2008). Esses dados de crescimento demográfico também são discutidos por Pinto (2009, p. 58), quando comenta que Goiânia manteve o crescimento reduzido em relação às cidades do seu entorno, com apenas 1,87% de crescimento de 2000 a 2007. Portanto, a RMG reproduz o mesmo padrão das outras RMs do país, no qual as periferias crescem mais que os núcleos metropolitanos.

Goiânia faz limite com os municípios de Abadia, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianópolis, Goianira, Nerópolis, Senador Canedo e Trindade, além de possuir um distrito: Vila Rica. Muitas dessas cidades do entorno crescem mais do que Goiânia, a exemplo de Aparecida de Goiânia, Goianira, Nerópolis, Senador Canedo e Trindade, conforme mostrado na Tabela 3.

TABELA 3
POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL
(1991–2000–2010)

Municípios	População residente			Taxa geométrica de crescimento anual (%)		
	1991	2000	2010	1991/2000	1991/2010	2000/2010
Abadia de Goiás*	—	4.971	6.868	—	—	3,29
Aparecida de Goiânia	178.483	336.392	455.735	7,30	5,06	3,08
Aragoiânia	4.910	6.424	8.375	3,03	2,85	2,69
Bela Vista de Goiás	17.316	19.210	24.539	1,16	1,85	2,48
Bonfinópolis	3.324	5.353	7.536	5,44	4,40	3,48
Brazabrantes	2.334	2.772	3.240	1,93	1,74	1,57
Caldazinha**	—	2.859	3.322	—	—	1,51
Caturai	4.134	4.330	4.670	0,52	0,64	0,76
Goianópolis	10.716	10.671	10.681	-0,05	-0,02	0,01
Goiânia	922.222	1.093.007	1.301.892	1,91	1,83	1,76
Goianira	12.896	18.719	34.061	4,23	5,24	6,17
Guapó	11.785	13.863	14.002	1,82	0,91	0,10
Hidrolândia	10.254	13.086	17.398	2,75	2,82	2,89
Inhumas	38.368	43.897	48.212	1,51	1,21	0,94
Nerópolis	12.987	18.578	24.189	4,06	3,33	2,67
Nova Veneza	5.003	6.414	8.129	2,80	2,59	2,40
Santo Antônio de Goiás**	—	3.106	4.690	—	—	4,21
Senador Canedo	23.905	53.105	84.399	9,27	6,86	4,74
Terezópolis de Goiás**	—	5.083	6.562	—	—	2,59
Trindade	54.072	81.457	104.506	4,66	3,53	2,52
TOTAL DA REGIÃO	1.312.709	1.743.297	2.173.006	3,20	2,69	2,23
TOTAL DO ESTADO	4.018.903	5.003.228	6.004.045	2,46	2,14	1,84
REGIÃO/ESTADO (%)	32,66	34,84	36,19	—	—	—

Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Seplan/GO/Sepin/Gerência de Estatística Socioeconômica (2010).

* Município instalado em 01/01/1997. ** Município instalado em 1993.

Uma característica que se destaca na RMG é a taxa geométrica de crescimento entre 2000/2010. Os municípios que cresceram abaixo de zero foram poucos, e muitos cresceram acima de 2%, como sugere a síntese da faixa de crescimento:

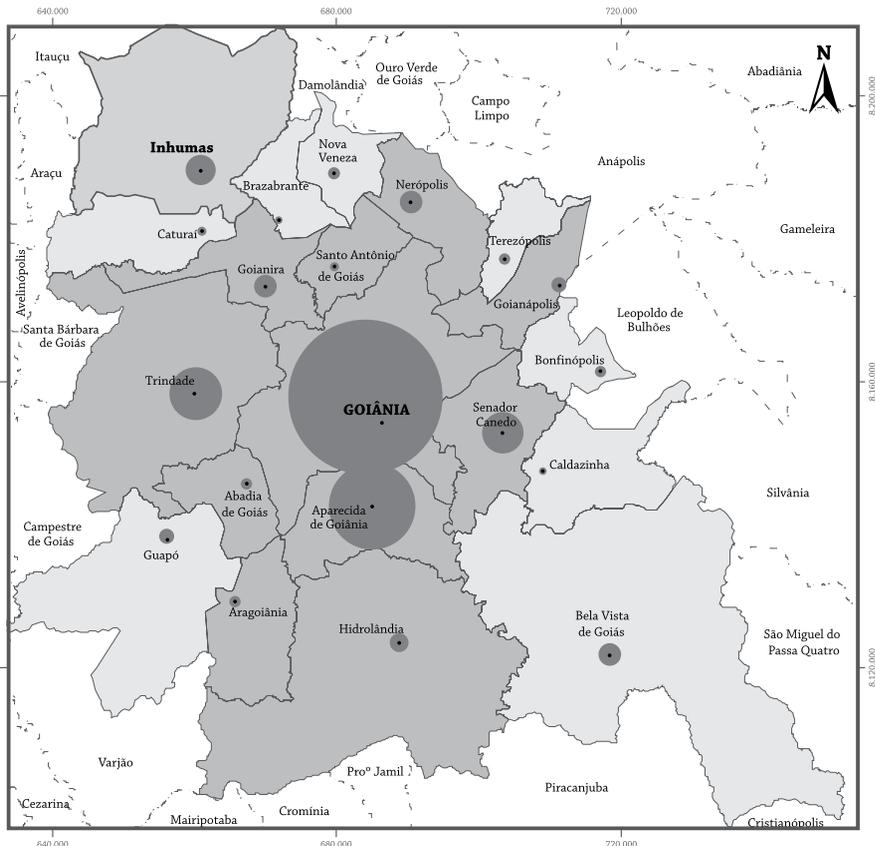
- a)** Crescimento entre 0% e 1%: Caturai, Goianópolis, Guaporé e Inhumas;
- b)** Crescimento entre 1% e 2%: Brazabrantes, Caldazinha, Goiânia;
- c)** Crescimento entre 2% e 3%: Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Hidrolândia, Nerópolis, Nova Veneza, Terezópolis de Goiás, Trindade;
- d)** Crescimento entre 3% e 4%: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Bonfinópolis;
- e)** Crescimento entre 4% e 5%: Santo Antônio de Goiás e Senador Canedo;
- f)** Crescimento entre 5% e 6%: Nenhum;
- g)** Crescimento entre 6% e 7%: Goianira.

Diante desse quadro de crescimento populacional, constata-se que a média de crescimento da região é de 2,23%, enquanto a do Estado é de 1,84%. Goiânia cresceu pouco porque segue uma tendência nacional de os entornos crescerem mais do que as metrópoles⁵¹. A metrópole⁵² induz anéis de crescimento, configurando territorialmente uma espacialização diferenciada nas suas bordas. São vários os elementos que traduzem um atrativo populacional e nos últimos vinte anos, os municípios da RMG que apresentaram maior poder de atração populacional foram, entre outros, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Goianira. O Mapa 5 mostra a distribuição populacional da região em 2010:

51 Ver conceito de Involução metropolitana em Santos (1993).

52 Ver Vilarinho Neto (2009).

MAPA 5 DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA (2010)



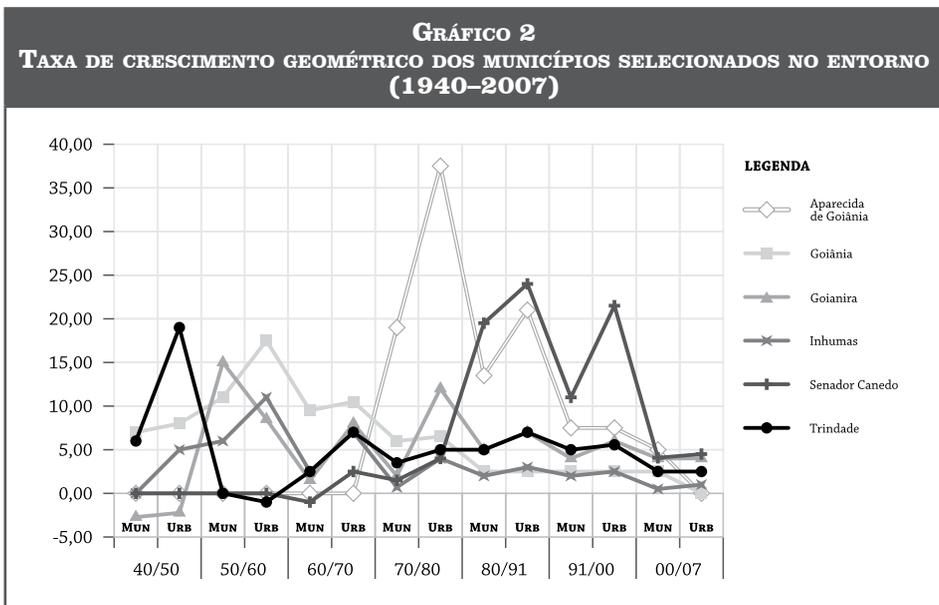
Fonte:
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica 2010.
Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás (DER-GO). Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999 (Base Cartográfica).

Organização:
Renato Araújo Teixeira

Cartografia Digital:
Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

Constata-se que os municípios mais populosos em 2010 são Goiânia (1.301.892 hab.), Aparecida de Goiânia (455.735 hab.), Trindade (104.506 hab.), Senador Canedo (84.399 hab.), Inhumas (48.212 hab.) e Goianira (34.061 hab.). Os menos populosos são Brazabrantes (3.240 hab.), Caldazinha (3.322 hab.), Caturai (4.670 hab.), Santo Antônio de Goiás (4.690 hab.) e Terezópolis (6.562 hab.).

Vale relembrar que a cidade de Inhumas/GO é rota estratégica para a conexão entre a antiga e a atual capital do Estado: a Cidade de Goiás (antiga capital) e Goiânia – a metrópole regional. Entretanto, por algum motivo, a cidade de Inhumas, a partir da década de 1980, vem perdendo espaço para os municípios de Goianira, Senador Canedo, Trindade e Aparecida de Goiânia, tanto no crescimento populacional como industrial ou econômico, o que é possível de ser identificado no Gráfico 2.

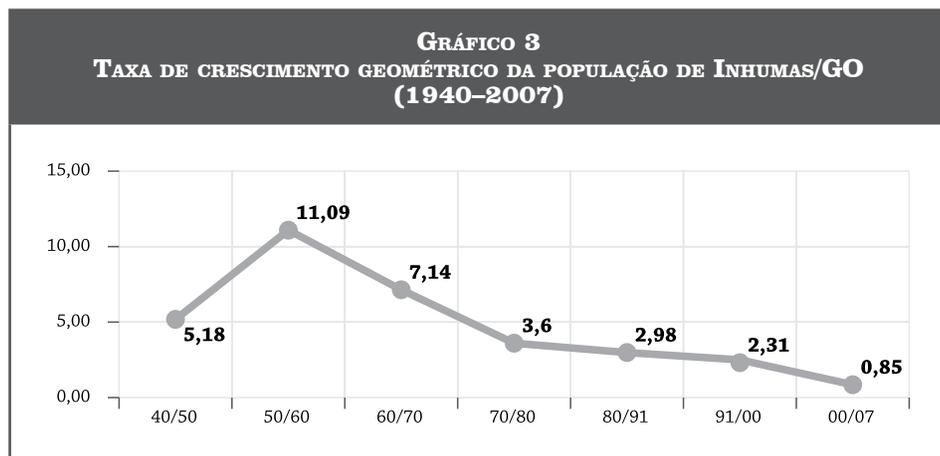


Fonte: IBGE (2007). Adaptação: Nucada (2010, p. 65).

A cidade de Inhumas, em passado recente, possuía uma função mais ativa na rede urbana, mas, na atualidade, foi ultrapassada por cidades como Aparecida de Goiânia e Senador Canedo. A seletividade das forças exógenas pode levar determinado município à perda de dinamismo, mas a falta de ação das instâncias de poder também levam à perda de função (NUCADA, 2010, p. 265).

Em alguns casos, o crescimento populacional pode ser uma vantagem, pois se trata de recursos humanos que representam um potencial para o crescimento. Entretanto, do ponto de vista territorial, deve ser abordado como uma lógica de uso e ocupação, focada no planejamento urbano-regional.

Essa questão demográfica é melhor detalhada no Gráfico 3, que mostra que Inhumas, a cada Censo do IBGE, apresenta menor quantidade de habitantes a partir de 1980, ou seja, as porcentagens do município são menores que a média nacional. Se permanecer nessa tendência, em poucos anos, sua população urbana continuará diminuindo.



Fonte: IBGE (2007). Cálculo: Nucada (2010, p. 65).

Comparando os gráficos 2 e 3, é possível identificar marcos de crescimento: em um primeiro momento, nas décadas de 1940 a 1950, o acréscimo populacional alavancado pela consolidação de Goiânia como a cidade moderna do sertão; em um segundo momento, nas décadas de 1950 a 1960, a influência da construção da capital federal fez aflorar um novo dinamismo demográfico; em um terceiro momento, nas décadas de 1970 a 1980, o crescimento fundamentou-se na modernização da agricultura, que trouxe para Goiás um pacote técnico-tecnológico vinculado ao setor agroindustrial; por último, nas décadas de 1980 e 1990, uma tendência nacional de queda populacional nas RM(s), ou seja, as cidades do entorno cresceram mais do que as metrópoles.

Dentre as cidades do entorno metropolitano, a cidade de Inhumas, apesar de sua polarização e dinamismo econômico próprio, não teve uma função destacada na rede urbana. A explicação mais óbvia está no raio e direção da metropolização de Goiânia, que seleciona outros lugares para a reprodução do capital. Em alguns casos, o aglomerado populacional é o atrativo necessário para a urbanização desordenada, pois facilita o consumo de bens e serviços, além de ser um álibi implícito para especuladores imobiliários – os municípios de Goianira, Senador Canedo, Aparecida de Goiânia e Trindade foram, de certo modo, mais afetados pelo processo de expansão imobiliária e segregação socioespacial, com destaque as para aberturas de loteamentos legais e ilegais.

Chama a atenção também o baixo índice de crescimento populacional de Inhumas, apesar da sua pujança econômica e política. Esse aspecto negativo é citado por Nucada (2010, p. 64) ao afirmar que “Inhumas é a cidade que a cada Censo incrementa menor quantidade de habitantes e a partir de 1980 as porcentagens da cidade são menores que a taxa do País. Se continuar nesse ritmo, em poucos anos poderá passar a diminuir sua população urbana”. Sabe-se que a distribuição espacial da população não é homogênea, mas este município foge da regra e do ritmo de crescimento. O relato de um empresário do setor imobiliário, o Sr. W. P. A, ajuda a entender essa discrepância:

Eu vejo o preço da terra em Inhumas pelo um prisma diferenciado que atualmente está muito caro. Os proprietários de imóveis de áreas que podem ser parceladas estão pedindo um preço acima da realidade do mercado. E, em virtude disso, o custo final do produto é muito alto porque você vai agregar todos os valores que você investiu e repassar para o consumidor, que é aquela pessoa que vai adquirir o lote para construir sua casa. Então é caro, eu sei que aqui em Inhumas houve uma época da elevação do valor de imóvel urbano muito grande, encareceu muito, inclusive fugindo um pouco da realidade do poder aquisitivo da classe C e D, devido esse elevado custo de valores que está hoje no mercado. (informação verbal)⁵³

Nos municípios da RMG, há práticas diversas de parcelamento territorial. Um dos elementos do espraiamento populacional diferenciado da rede urbana de Goiânia rumo ao entorno ocorre, também, por causa do valor de capital agregado aos lotes. A exemplo do preço de um lote urbano na periferia de Inhumas que equivale à compra de cinco lotes em Aparecida, quatro em Caturaí, três em Aragoiânia, três em Nerópolis, dois lotes e meio em Goianira. Em Abadia de Goiás, Aragoiânia, Bonfinópolis, Caldazinha, Hidrolândia e Nova Veneza há número expressivo de loteamentos de chácaras. Por outro lado, Senador Canedo, Trindade, Nerópolis e Goianira facilitaram o ágio e o financiamento com longas prestações. O tamanho do lote também varia nos municípios, alguns estando abaixo de 300m² e outros ultrapassando os 2.000m². A infraestrutura também é deficitária em muitos municípios onde existem loteamentos sem água e esgoto. Esses dados são detalhados no Quadro 5.

QUADRO 5
COTAÇÃO DE PREÇOS DOS LOTES POPULARES NA RMG (2011)

Municípios	Preço de um lote (R\$)	Tamanho (m²)	Localização	Forma de pagamento	Infraestrutura oferecida
Abadia de Goiás	30.000	300	Residencial Seguro Porto	120 prestações de R\$ 266,00	água tratada, energia elétrica e asfalto com meio-fio, em implantação
Aparecida de Goiânia	6.000	382	Setor Fabrício	A vista	Sem asfalto, energia
Aragoiânia	10.000	360	Chão de Estrela	A vista	Sem infraestrutura
Bela Vista de Goiás	12.000	450	Condomínio Bela Vista	A vista	Energia, sem asfalto
Bonfinópolis	10.000	360	Bairro Walter Paulo	A vista	Energia e asfalto
Brazabrantes	25.000	360	Informação pelo corretor	A vista	água tratada, energia elétrica e asfalto com meio-fio, em implantação
Caldazinha	—	—	—	—	—
Caturai	7.000	360	Vila Dona Firmina	A vista	água tratada, energia elétrica e asfalto com meio-fio, em implantação
Goianópolis	—	—	—	—	—
Goiânia	80.000	360	São Judas Tadeu	A vista	água tratada, energia elétrica e asfalto com meio-fio
Goianira	12.000	300	Panorama ou Imperial	A vista	água tratada, energia elétrica e asfalto com meio-fio, em implantação
Guapó	9.000	565	Loteamento cidade Guapó	A vista	Energia, sem asfalto e água
Hidrolândia	70.000	2.000	Condomínio terra do Boi	A vista	água tratada, energia elétrica e asfalto com meio-fio, em implantação
Inhumas	30.000	242	Res. Vale Azul (Periferia)	A vista	água tratada, energia elétrica e asfalto com meio-fio, em implantação
Nerópolis	9.000	360	Jardim Progresso	A vista	Energia, água, sem asfalto
Nova Veneza	—	—	—	—	—
Santo Antônio de Goiás	37.000	412	Setor não divulgado	A vista	Água, energia, sem asfalto
Senador Canedo	40.000	360	Jardim Canedo III	A vista	água tratada, energia elétrica e asfalto com meio-fio, em implantação
Terezópolis de Goiás	40.000	360	Residencial Jardim Potalla	120 prestações de R\$ 320,00	água tratada, energia elétrica e asfalto com meio-fio, em implantação
Trindade	25.000	360	Residencial Monte Cristo	Ágio R\$ 9.000 mais 128 prestações de R\$ 192,00	água tratada, energia elétrica e asfalto com meio-fio

Fonte: trabalho de campo junto às imobiliárias da RMG. Organização: Teixeira (2012).

A cotação dos preços de lotes nos municípios da RMG foi feita com a corretores de imóveis, por telefone ou por visita a algumas imobiliárias. Os critérios para a escolha dos loteamentos nos municípios da RM foram: a) lotes na periferia e com menos de 3 anos de lançamento; b) lotes para pessoas de baixa renda. O tamanho foi um complicador, porque não foi possível padronizar a metragem do solo urbano, cada município pesquisado tinha uma metragem diferente, mas tentamos procurar lotes entre 360 e 500m².

Esses dados mostram, de uma forma preliminar, que o solo urbano de Inhumas é valorizado. Há um ordenamento territorial que inibe uma especulação imobiliária que ultrapasse a margem direita da rodovia GO-070 e a margem esquerda do rio Meia Ponte, compelindo a expansão urbana de Inhumas a seguir a faixa entre a rodovia e o rio. Essa discussão será esmiuçada no capítulo 5 sobre a reprodução do espaço urbano de Inhumas.

Retomando a discussão anterior, sabe-se que a capital goiana é polo de emprego, serviços e lazer para a população da região metropolitana, entre outras regiões. Mas a população de baixa renda busca fixar moradia nos municípios do entorno. Por isso, é comum a prática da migração pendular, feita de pessoas que trabalham em Goiânia durante o dia e dormem nas cidades do entorno. Essa dinâmica urbana de apropriação difusa tem como elemento norteador a renda. Morar é uma das principais necessidades humanas e adquirir um lote é o primeiro passo. No Quadro 5, constata-se, dentre os vinte municípios da RMG, que os preços de lotes mais acessíveis na periferia estão em Aparecida de Goiânia, Caturai, Guapó, Nerópolis, Aragoiânia e Goianira, enquanto os mais onerosos estão em Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Inhumas, entre outros.

Este espraiamento espacial diferenciado no *front* de Goiânia e, em especial, no município de Inhumas, materializou-se, também, em função das políticas públicas locais que impedem a abertura de novos loteamentos e do “abraço ingrato” da metrópole⁵⁴.

Percebe-se uma preocupação com o ordenamento territorial, existindo práticas políticas que inibem o crescimento desordenado da cidade, como mostra o plano diretor de Inhumas na Lei nº 2.675, de 14 de dezembro de 2007:

Art. 5º – A implementação da estratégia de ordenamento territorial se efetiva: I . dividindo o território do Município em Macrozonas, considerando como determinantes seu espaço construído e as regiões geográficas do território com ocupação rarefeita; II . priorizando a urbanização e o aumento da densidade populacional em áreas consolidadas; III . ajustando os indicadores de crescimento da cidade à dinâmica de sua ocupação concêntrica; IV . respeitando as características econômicas, sociais, físicas e ambientais, mantendo suas características de densificação; V . disciplinando e ordenando a ocupação do solo através de instrumentos de regulação, definidores da distribuição das atividades econômicas, da densificação e da configuração da paisagem no que se refere à edificação e parcelamento; VI . implantando

a rede viária básica de forma a privilegiar o sistema de transporte coletivo, cicloviário e o pedestre; VII . implantando uma política habitacional que privilegie as habitações sociais. (INHUMAS, 2007)

No artigo 5º, principalmente nos incisos I, II, III, IV e V do plano diretor, há uma preocupação do poder local em ordenar o crescimento da cidade em áreas consolidadas, evitando a ocupação rarefeita dentro de uma dinâmica de uso do solo concêntrica, além de não permitir a abertura de loteamentos em zonas de tensão socioambientais, preservando os recursos naturais. O então prefeito de Inhumas é enfático acerca da expansão urbana de Inhumas ao afirmar que:

A cidade de Inhumas cresce pouco em população se comparada a outras cidades da RMG, porque os prefeitos de Inhumas eles sempre tiveram uma conduta de não permitir que Inhumas se torne uma cidade dormitório a Goiânia quanto as demais da RMG se tornaram. Você pega Goianira hoje, 70% da população de Goianira só mora na cidade, só dorme na cidade, Trindade está a mesma coisa, Senador Canedo também, Aparecida de Goiânia também, então Inhumas pela questão do bairrismo, a população tem um vínculo com a cidade sempre se buscou não permitir que Inhumas vire uma cidade dormitório de Goiânia, por isso, sempre se coibiu loteamentos na beira da rodovia, essas coisas que podem fazer com que a cidade emende com Goianira e Goiânia, respectivamente. (informação verbal)⁵⁵

Sobre esse assunto, o então prefeito acrescenta ainda:

Inhumas tenta não permitir uma expansão imobiliária totalmente desordenada, impedir que se faça uma situação da população de Inhumas passe está indo para Goiânia fazer compras, questão do transporte coletivo é uma situação que segura um pouco isso, a população não ter tanta facilidade nos ônibus aí de dez em dez minutos a qualquer preço pra está indo em Goiânia fazendo suas compras. Nós temos que preservar os empresários que investem na cidade, que faz o dinheiro girar na cidade esse empresário que vem gerar empregos para a população. (informação verbal)⁵⁶

Como já foi dito, existe uma política local que nega o “abraço ingrato” da metrópole, apesar de Goiânia ritmar a forma como o entorno deve crescer espacialmente. Inhumas é um dos poucos municípios da RMG que deixa explícito o afastamento da influência da metropolização⁵⁷. Assim, olhar para Goiânia a partir de Inhumas é ver uma singularidade própria no contexto regional goiano. O ritmo de desenvolvimento socioespacial deste município está no descompasso da metrópole. Essa discussão será melhor abordada adiante no capítulo 5.

55 Entrevista realizada em 10 de junho de 2011.

56 Idem.

57 Ver Souza (2000).

Em outras palavras, a consequência mais visível da expansão urbana de Goiânia foram as fragmentações territoriais. Muitos municípios foram criados em função das características de cada lugar. Os motivos mais comuns para tal desmembramento territorial⁵⁸ se formulam nos seguintes aspectos: a) descaso por parte da administração do município de origem; b) existência de forte atividade econômica local; c) grande extensão territorial do município de origem; d) aumento da população local.

Criou-se uma metrópole no meio do cerrado que, por sua vez, alavanca um processo de metropolização que assola territorialmente os municípios do entorno. Não há mais como pensar a metrópole sem o entorno e o entorno sem a metrópole. Qualquer política pública deve pautar-se nessa relação de dependência e interdependência socioespacial, em que a extensão dos problemas de ordem econômica, política e social são socializados. Contudo, é na metrópole que se concentra a riqueza e onde se reproduz o capital global. O entorno é fruto da contradição metropolitana entre o centro e a periferia, ocasionando dificuldade na gestão urbano-regional⁵⁹.

Um parêntese para o debate sobre metrópole e metropolização no contexto goiano

De acordo com Ferreira (1998, p. 431), a metrópole é a cidade principal, ou a capital de província ou de estado; a grande cidade; a cidade importante, o centro comercial. Desse modo, o manuseio precipitado do conceito pode estar associado à própria etimologia da palavra *metro*, que significa unidade fundamental de medida de comprimento no Sistema Internacional; medida reguladora da quantidade de pés ou sílabas de um verso. Já *pole* vem do grego *polis*, que significa cidade; aglomerado de pessoas. Juntando os termos *metro* e *polis*, aparece o significado abrupto de que *metropolis* é uma cidade comprida, alongada, que destoa das demais pelo tamanho e pela quantidade de pessoas, conceito que é inapropriado para os estudos urbanos.

Analisar uma metrópole⁶⁰ apenas pelo quantitativo populacional e pelo tecido urbano não é suficiente para entender o todo da cidade, pois qualquer cidade, seja ela grande ou pequena, vislumbra uma rede de relações no espaço intraurbano e interregional que transcende o mero quantitativo de pessoas. As relações sociais tornam-se complexas pela fluidez do espaço e dos diversos processos de socialização. Essa ideia vai ao encontro de Lencioni (2006, p. 44) quando diz:

⁵⁸ Ver Carvalho (2007, p. 15).

⁵⁹ Ver Soares (2007).

⁶⁰ Ver Souza (1994).

Etimologicamente, o vocábulo “metrópole” tem origem na palavra latina “*metrOpolis*”, que é derivada do grego “*mçtrópolis*”, formado pela junção de “*mçtra*” (útero, mãe) com “*polis*” (cidade). “*Mçtrópolis*” significa cidade-mãe em relação às colônias que ela criava. Para a civilização grega, o sentido de polis – cidade – é o de cidade-Estado, que difere do sentido que damos, hoje, à palavra “cidade”.

De outro modo, a autora adverte que as palavras têm história, e quando constituem representações mentais que instrumentalizam o pensamento para que este possa compreender o real, ou seja, quando são conceituais, não se pode abstrair a historicidade das palavras. Portanto, usamos a etimologia da palavra para compreendermos o processo de construção das especificidades dos conceitos em um momento histórico dado. A metrópole contemporânea é outra realidade que destoa totalmente do conceito de origem, embora seja importante situar a gênese do fenômeno a fim de compreendermos a realidade posta.

Esclarecidos os vernáculos, trazemos esta reflexão para o momento atual, em que a configuração territorial de Goiás está diretamente ligada à nova roupagem urbano-regional, na qual está em voga a categoria metrópole, aqui entendida como uma cidade que tem como princípio a gestão da reprodução do capital e que envolve, também, as esferas pública e política. Por isso, o conceito de metrópole é polissêmico, pois quando envolve o capital, remete a interesses diversos ou, melhor dizendo, remete às relações de poder que envolvem ações que se materializam no espaço em sistemas de objetos e ações.

As teorias de Marx (2008) acerca da formação do capital colocam como uma tendência e norma a acumulação de riquezas. Assim, a cidade contemporânea adquiriu a característica de mercadoria, ou seja, objeto destinado à troca e à venda e não ao consumo por quem a produz. Ela possui preço, indício este da magnitude do valor da mercadoria. Segundo Marx (2008, p. 65):

O homem, ao produzir, só pode atuar como própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria. E mais. Nesse trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais. O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte dos valores-de-uso que produz, da riqueza material. Conforme diz William Petty, o trabalhador é o pai, mas a mãe é a terra [...]. *As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra.* (grifo nosso).

A urbe só será considerada cidade na medida em que encarnar valor e estiver dialeticamente ligada à mesma substância social. Fica uma questão posta: como os sujeitos interpretam a cidade, como eles se interpretam neste aglomerado urbano, como a cidade impõe gestos de interpretação, como a interpretação habita o urbano e a urbanização?

Uma resposta provisória está intrinsecamente ligada a Orlandi (2004, p. 12), que afirma serem muitas as formas de se procurar definir o que é cidade: pela quantidade

de pessoas, pelo tipo de atividade do agrupamento, etc. No entanto, a definição mais adequada parece ser a que menos impõe características: uma cidade pode ser definida como “um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos” (WIRTH, 1979, p. 48).

Portanto, observar a cidade implica em procurar compreender as alterações que se dão na natureza humana e na ordem social. Daí um dos motivos que levam ao interesse em se estudar a cidade. Outra razão óbvia é a riqueza que se mostra na relação do indivíduo com os outros indivíduos e com tudo o que constitui a cidade, ou seja, seus indivíduos diferentes concentrados em um mesmo espaço. Esse aspecto configura a insegurança social, pois o indivíduo é membro de grupos bastante divergentes, chegando a serem tangenciais.

Na cidade coexistem a dispersão, a individualidade e a mobilidade dos indivíduos no espaço, o que gera também padronizações via hábitos urbanos ou metropolitanos. Impregnam-se nesta mobilidade intraurbana desenhos de relações, formas de vida, movimentos e iniciativas de transformação socioespacial.

Diante disso, o conhecimento tem avançado nos estudos da geografia goiana com destaque para Almeida (2003), Chaveiro (2001, 2005), Arrais (2004, 2007), Moysés (2005), Botelho (2002), Barreira (2002), Estevam (2004), Almeida (2002), Cavalcanti (2002), entre outros tantos. Todos esses autores colocam Goiânia na pauta da discussão com o objetivo de clarificar as contradições no território metropolitano.

Vale lembrar que esses autores objetivam propor medidas mitigadoras e novos conceitos para pensar a cidade com o objetivo de mostrar que o espaço goiano está a cada dia mais fluído e fragmentado. Esse processo de fatiamento dos territórios na eira (centralidades) e na sua beira (periferização da capital) provoca uma cadeia de análises do território goiano de grande monta. Em resumo, podemos dizer que Goiânia é uma espécie de “encruzilhada territorial”, o nó da rede que ordena o emaranhado dos espaços intraurbano e inter-regional, que transcendem a fronteira⁶¹ do estado de Goiás.

Diante dos aspectos enumerados, destacamos que o Brasil atualmente possui 28 regiões metropolitanas e três RIDE(s) – Região Integrada de Desenvolvimento⁶². Em relação percentual de institucionalização dessas metrópoles ao longo do tempo, destacamos que na década de 1970 foram criadas 25% do total, nas décadas de 1980 e 1990 permaneceu-se em torno de 29%, atingindo 42% no ano 2000. De acordo com Firkowski (2009, p. 395), no início dos anos 2000, de cada cem habitantes brasileiros, pouco mais de quarenta viviam em aglomerações metropolitanas. Esses dados podem ser constatados no Mapa 6, que mostra as regiões metropolitanas do Brasil.

61 Ver Gomes (2004).

62 Existem a RIDE do Distrito Federal e Entorno (DF), RIDE do Polo Petrolina e Juazeiro (PE/BA), RIDE da Grande Teresina (PI/MA).

MAPA 6 REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL (2010)



ESCALA GRÁFICA
0 150 300 450 600Km
Projeção Policônica

LEGENDA		Regiões Metropolitanas: n° de municípios sede	
Maceió (AL)	11 municípios	Campinas (SP)	19 municípios
Macapá (AP)	02 municípios	Recife (PE)	14 municípios
Salvador (BA)	10 municípios	Rio de Janeiro (RJ)	17 municípios
Fortaleza (CE)	13 municípios	Natal (RN)	08 municípios
Grande Vitória (ES)	07 municípios	Porto Alegre (RS)	31 municípios
Goiânia (GO)	11 municípios	Florianópolis (SC)	21 municípios
Grande São Luís (MA)	04 municípios	Vale do Itajaí (SC)	16 municípios
Belém (PA)	05 municípios	Norte/Nordeste Catarinense (SC)	20 municípios
João Pessoa (PB)	09 municípios	Foz do Rio Itajaí - (SC)	09 municípios
Curitiba (PR)	26 municípios	Carbonífera (SC)	10 municípios
Londrina (PR)	08 municípios	Tubarão (SC)	18 municípios
Maringá (PR)	13 municípios	Aracaju (SE)	04 municípios
Belo Horizonte (MG)	34 municípios	RIDE do Distrito Federal e Entorno (DF)	22 municípios
Vale do Aço (MG)	04 municípios	RIDE do Pólo Petrolina e Juazeiro (PE/ BA)	8 municípios
São Paulo (SP)	39 municípios	RIDE Grande Teresina (PI/ MA)	8 municípios
Baixada Santista (SP)	09 municípios		

Fonte:
<http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/infom-etropolitana/brasil/regioe.s.asp> Acesso em novembro de 2010

Atlas Geográfico Universal. Melhoramentos/Leme. 50ª ed. São Paulo, 1987. Escala 1:10.000.000 (Base cartográfica)

Organização:
Renato Araújo Teixeira

Cartografia Digital:
Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

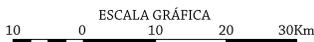
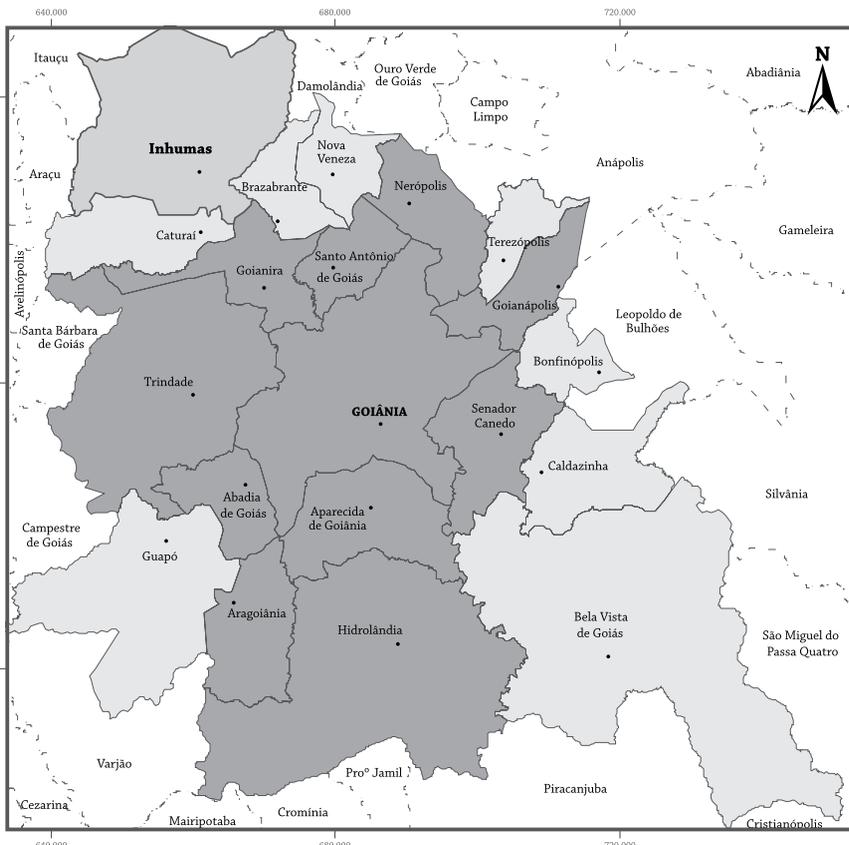
A distribuição no tempo e no espaço das RMs pode ser subdividida em intervalos. Entre 1970 e 1980 foram criadas nove regiões metropolitanas: Salvador (1973), Fortaleza (1973), Belo Horizonte (1973), Belém (1973), Curitiba (1973), Recife (1973), Rio de Janeiro (1974), Porto Alegre (1973), São Paulo (1973). De 1980 a 1990 não foi criada nenhuma região metropolitana por causa da transição entre o Governo Militar e a redemocratização. Entre 1990 e 2000 afloraram 15 novas RMs após definições da Constituição de 1988 que terminaram com a criação das RMs de Maceió (1998), Vitória (1995), Goiânia (1999), São Luís (1998), Vale do Aço (1998), Londrina (1998), Natal (1997), Aracaju (1995), Florianópolis (1998), Vale do Itajaí (1998), Norte/Nordeste Catarinense (1998), Foz do Rio Itajaí (1998) e Baixada Santista (1996). De 2000 a 2010 criou-se quatro novas RM(s): Macapá (2003), João Pessoa (2003), Tubarão (2002), Campinas (2000) num estágio em que deu-se aos estados federados a competência para criar regiões metropolitanas.

Aproveitando esse debate, destacamos as reflexões de Moysés e Bernardes (2005, p. 25), ao estipularem um perfil da RMG que se construiu sobre um alicerce da desigualdade e sob a égide da base da intervenção política no espaço metropolitano. Diante disso, remetemos à lei de criação:

Através da Lei Complementar número 27, de 30 de dezembro de 1999, fica criada a Região Metropolitana de Goiânia – GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no artigo 4. inciso I, alínea “a”, e nos artigos 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianápolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. Dos 11 municípios, se sofrerem desmembramentos, automaticamente integrarão a Região Metropolitana de Goiânia.

Contudo, a mesma lei de criação da RMG (LEI nº 27, 30/12/1999) institucionalizou o Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG). Assim, além dos 11 municípios da RMG entraram mais sete para a formação do AGLUG: Bela Vista, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caturai, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás. Por último, incluíram também Guapó e Caldazinha, e o AGLUG passou a ser denominado Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, a RIDIG (com vinte municípios no total), como mostra o Mapa 7, demonstrando como se configurou o território no entorno de Goiânia.

MAPA 7 REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA (2010)



Projeção Universal Transversa de Mercator
Fuso 22 – Hemisfério Sul/Meridiano 51° WG



LEGENDA

- Sedes Municipais
- Região Metropolitana de Goiânia
- Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia
- - - Limite Municipal

Fonte:

Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás (DER-GO). Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999 (Base Cartográfica).

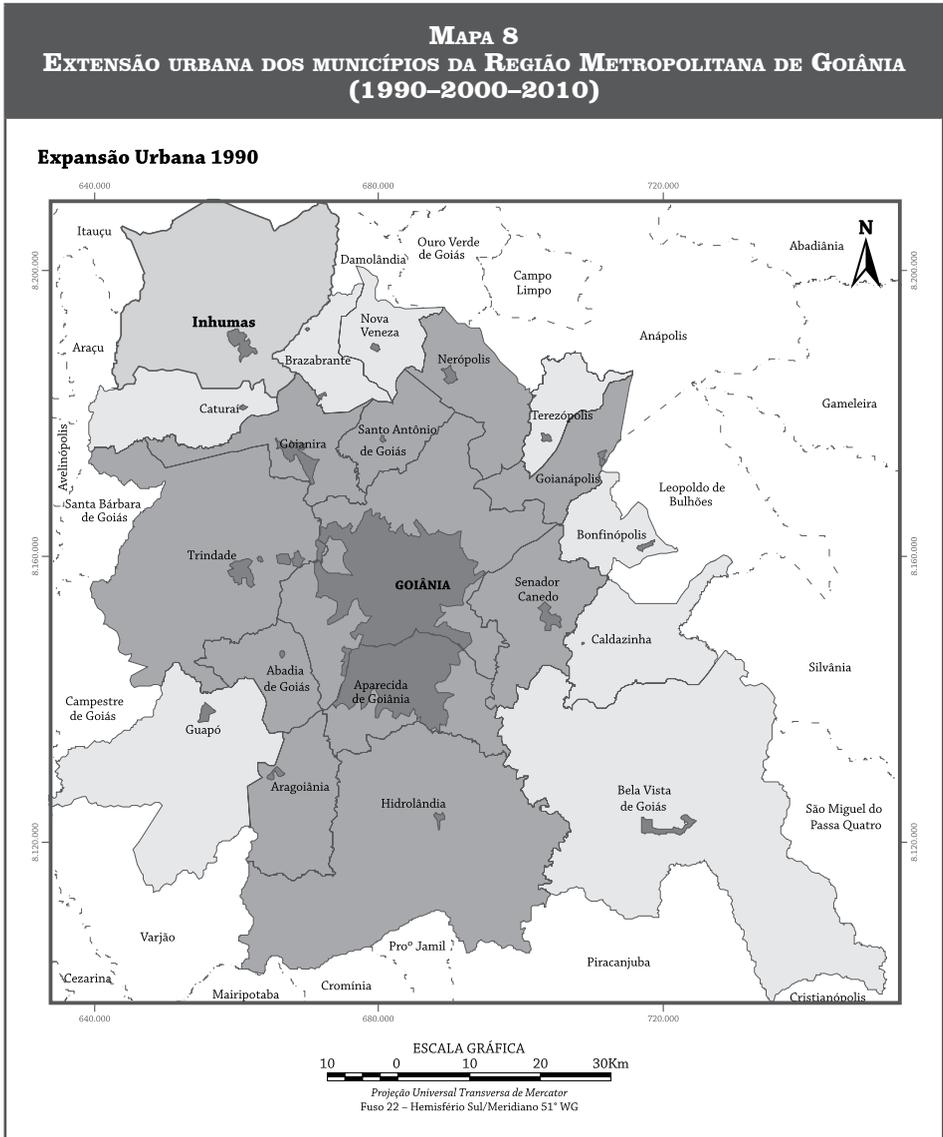
Organização:

Renato Araújo Teixeira

Cartografia Digital:

Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

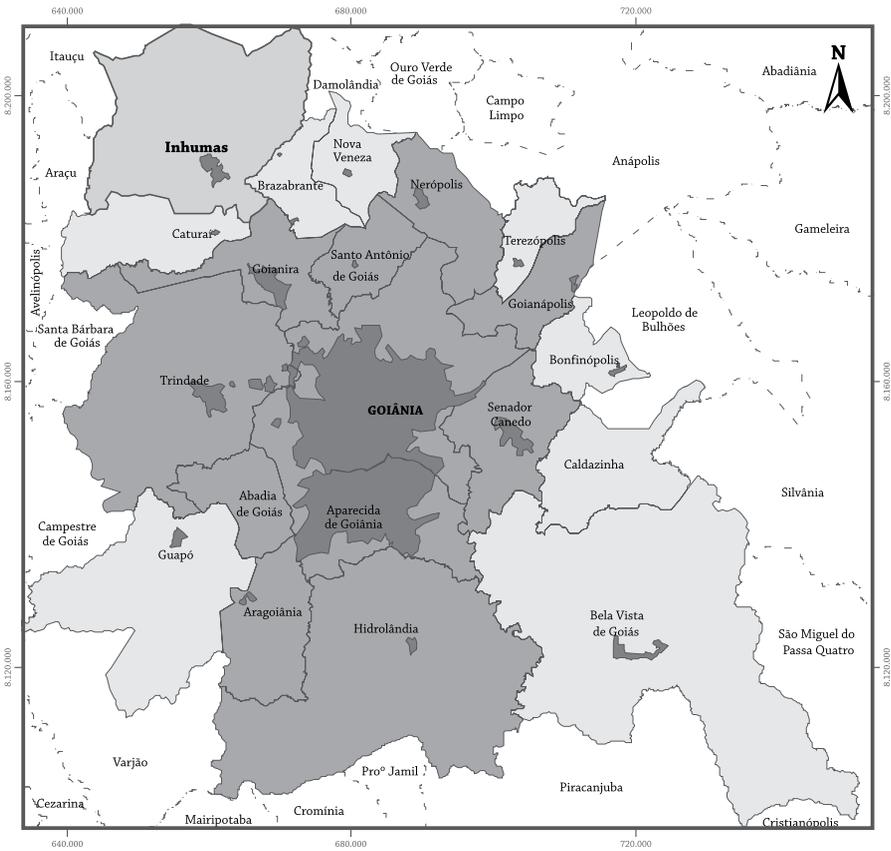
O Mapa 8 mostra a extensão urbana dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia em 1990, 2000 e 2010). O mapa foi gerado no programa ArcGis 9.3, com imagens do satélite LANDSAT 5, entre os anos 1990 e 2010. Com esses dados, geramos uma variação média da expansão urbana (%) dos vinte municípios analisados entre 1990 e 2000 e de 2000 a 2010, mostrando quanto cada município teve de área estendida, como pode ser averiguado a seguir na Tabela 4.



(continua)

MAPA 8 EXTENSÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA (1990-2000-2010)

Expansão Urbana 2000



Projeção Universal Transversa de Mercator
Fuso 22 - Hemisfério Sul/Meridiano 51ª WG



Fonte:
Imagem Landsat 5 TM, Orbits: 222/071; 222/072; 221/071; 221/072, datas: 05/07/1990; 14/06/2000; 05/07/2010. Composição colorida R5G4B3INPE/ DPI (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/Divisão de Processamento de Imagens).
Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás (DER-GO).
Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999 (Base Cartográfica).

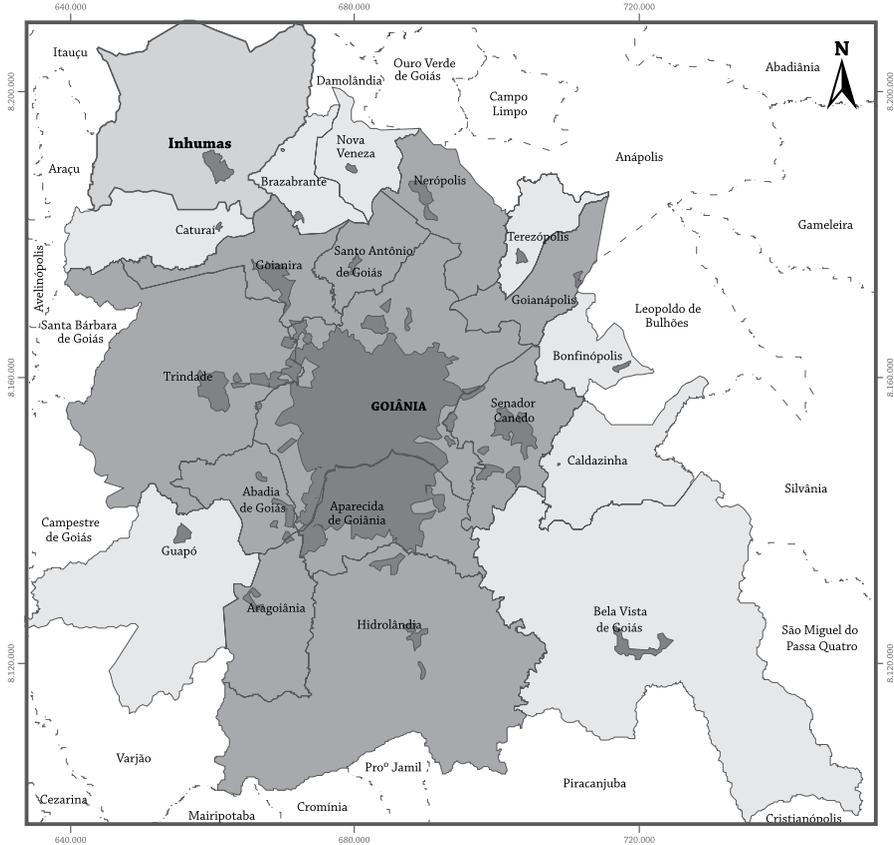
Organização: Renato Araújo Teixeira
Cartografia Digital: Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

LEGENDA

- Área Urbana
- Região Metropolitana de Goiânia
- Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia
- Limite Municipal

MAPA 8 EXTENSÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA (1990-2000-2010)

Expansão Urbana 2010



ESCALA GRÁFICA
10 0 10 20 30Km
Projeção Universal Transversa de Mercator
Fuso 22 - Hemisfério Sul/Meridiano 51ª WG

Fonte:
Imagem Landsat 5 TM, Orbits: 222/071; 222/072; 221/071; 221/072, dates: 05/07/1990; 14/06/2000; 05/07/2010. Composição colorida R5G4B3INPE/DPI (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/Divisão de Processamento de Imagens).
Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás (DER-GO).
Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999 (Base Cartográfica).

Organização: Renato Araújo Teixeira
Cartografia Digital: Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

LEGENDA

- Área Urbana
- Região Metropolitana de Goiânia
- Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia
- Limite Municipal

TABELA 4
ÍNDICES DA EXTENSÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA
(1990–2010)

Municípios	Área (km ²)		Variação (%) de 1990/2000	Área (km ²) 2010	Variação (%) de 2000/2010
	1991	2000			
Abadia de Goiás	0,60	4.971	0	7,39	91,8
Aparecida de Goiânia	149,34	336.392	20,8	178,07	-5,9
Aragoiânia	2,02	6.424	0	3,96	48,9
Bela Vista de Goiás	8,12	19.210	7,6	11,27	22
Bonfinópolis	1,41	5.353	0	1,41	0
Brazabrantes	0,55	2.772	0	1,22	54,9
Caldazinha	0,09	2.859	0	0,09	0
Caturai	0,46	4.330	0	0,56	17,8
Goianópolis	1,47	10.671	0	1,47	0
Goiânia	280,46	1.093.007	14,6	384,51	14,5
Goianira	11,81	18.719	17,8	16,03	10,3
Guapó	3,39	13.863	0	3,99	15
Hidrolândia	1,57	13.086	25,9	6,10	65,2
Inhumas	8,35	43.897	18,0	11,10	8,1
Nerópolis	3,04	18.578	19,5	8,23	54
Nova Veneza	0,90	6.414	0	1,35	33,3
Santo Antônio de Goiás	0,40	3.106	0	2,16	81,4
Senador Canedo	6,18	53.105	51,4	34,24	62,8
Terezópolis	1,18	5.083	0	1,95	39,4
Trindade	16,73	81.457	24,19	33,46	34
TOTAL	498,07	603,63	17,48	708,57	14,8

Fonte: Imagens Landsat 05 – Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE, 2010).

A tabela 4 mostra que, dos vinte municípios analisados no período (1990–2010) os que tiveram maior extensão urbana foram: Senador Canedo (51,4%), Hidrolândia (25,9%), Trindade (24,2%), Aparecida de Goiânia (20,8%), Nerópolis (19,5%), Inhumas (18%) e Goianira (17,8%). São vários os elementos que induzem a este crescimento territorial, tais como: a) abertura de loteamentos; b) instalação de indústria; c) instalação de infraestrutura; c) facilidade de acesso à capital; entre outros. Muitos municípios apresentaram nenhum acréscimo de área, apesar de sabermos que houve crescimento, mas pequeno. Destacamos nesse exemplo os municípios de Abadia de Goiás, Aragoiânia, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Guapó, Nova Veneza,

Santo Antônio de Goiás e Terezópolis. Quanto aos municípios restantes, Goiânia (14,6%) aproximou-se da média da RMG (17,48%) e Bela Vista de Goiás (7,6%) manteve uma média considerável de crescimento.

No período de 2000 a 2010, a extensão urbana mudou de sentido e de valores, e os municípios que tiveram maior crescimento foram Abadia de Goiás (91,8%), Santo Antônio de Goiás (81,4%), Hidrolândia (65,2%), Senador Canedo (62,8%), Brazabrantes (54,9%), Nerópolis (54%), Aragoiânia (48,9%), Terezópolis (39,4%), Trindade (34%) e Nova Veneza (33,3%). Alguns municípios que na década anterior tiveram crescimento pequeno na extensão urbana, mudaram esse quadro nos últimos anos. As explicações mais aceitáveis foram: a) o controle dos loteamentos irregulares em municípios conurbados a Goiânia, como Aparecida de Goiânia, Goianira, Trindade e Senador Canedo, entre outros; b) a facilidade de financiamento junto ao Governo Federal para a compra de lotes e imóveis; c) a criação de novas áreas de expansão urbana; d) a instalação de indústrias ou de infraestrutura, entre outros.

Goiânia (14,5%), Guaporé (15%) e Caturai (17,8%) aproximaram-se do crescimento da RMG (14,8%). Destoando um pouco acima desse índice está o município de Bela Vista de Goiás (22%) e, destoando para baixo, está o município de Inhumas (8,1%). Numa outra classe de extensão urbana, Bonfinópolis, Caldazinha e Goianópolis mantiveram índices pequenos de crescimento urbano.

O que chamou a atenção na análise desses dados foram o município de Aparecida de Goiânia, que teve crescimento negativo (-5,9%) e o município de Goianira, que cresceu 10,3%, destoando de alguns dados oficiais de órgãos de pesquisas como a Seplan e o IBGE. A explicação desse fenômeno se configura pela dificuldade em identificar e classificar nas imagens de satélites os limites entre Goiânia e Aparecida de Goiânia, e entre Goiânia e Goianira, o que torna alguns desses dados passíveis de serem questionados e refutados.

São esses alguns dos motivos que tornam a gestão metropolitana tão complexa, pois a metrópole polariza e concentra a riqueza, dispersando os problemas sociais para os municípios do entorno, que nem sempre estão preparados para suprir as necessidades básicas da sua população como segurança, educação, saúde e emprego, sendo dependentes dos recursos financeiros do Estado. Os problemas de infraestrutura nas RMs são protelados, pois não é fácil para a população determinar os responsáveis pela gestão. Esse processo é mais nítido nos municípios conurbados, popularmente chamados de territórios dos “Nem(s)”, por não pertencerem nem a um município, nem a outro, como é o caso dos territórios localizados em Goiânia-Aparecida, Goiânia-Senador Canedo, Goiânia-Trindade e Goiânia-Goianira.

Por outro lado, dentre os vinte municípios da RMG, o município de Inhumas talvez seja o que mais apresenta singularidades no que se refere aos reflexos da metropolização e da modernização agrícola. No final da década de 1980, instalou-se uma destilaria de etanol (a Centroálcool S/A) no seu território, ocasionando uma reestruturação produtiva. A configuração espacial de Inhumas deixou de ser influenciada apenas pela força da capital goiana, entrando nesse bojo o agronegócio canavieiro.

É em momentos como esse que encontramos dificuldade em definir uma fronteira exata para Goiânia, institucionalmente falando. Por isso, fez-se necessário trabalhar com os conceitos de *front* e de metropolização já que, a despeito da lei, os limites estão sujeitos a ajustes. Esses conceitos permitem, também, desmistificar esse engessamento do entendimento de regionalização metropolitana. Concluímos, com isso, que Goiânia e seu raio de influência criam uma lógica de que não há uma fronteira territorial definida para a região metropolitana; há, pelo contrário, uma certa confusão por parte dos gestores municipais nessa região em identificar o que seriam os espaços metropolitanos.

O município de Inhumas, por exemplo, está distante apenas cinquenta quilômetros da capital goiana e, por isso, até então não faz parte da RMG em termos institucionais. No entanto, a população inhumense mantém uma relação de dependência e interdependência com Goiânia que poderia colocá-la, sem sombra de dúvida, como um município da RMG. São esses alguns dos aspectos da incompatibilidade do que está no papel (a Lei) com aquilo que está materializado na realidade por meio da práxis social. Nem sempre a legislação federal ou estadual traduz fielmente os movimentos sociais que reproduzem as desigualdades urbano-regionais.

Constatadas as dificuldades em definir as regiões metropolitanas e procurando amparar a “questão metropolitana”, foi proposto o Projeto de Lei 3460/04 de autoria do deputado federal Walter Feldman, que passou a ser conhecido como “Estatuto da MetrÓpole”. Nesse estatuto, o artigo 6º merece destaque quanto à região metropolitana, definida como:

[...] agrupamento de municípios limítrofes, que apresentem, cumulativamente, as seguintes características:

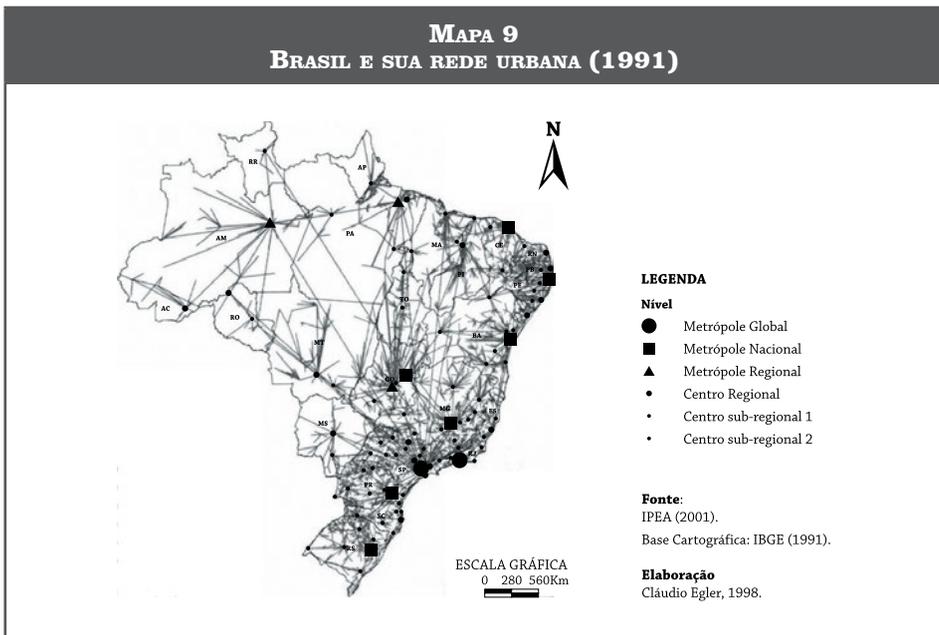
- a) Um núcleo central com, no mínimo, 5% da população do País ou dois núcleos centrais que apresentem, conjuntamente, no mínimo, 4% da população nacional;
- b) Taxa de urbanização acima de 60% para cada um dos municípios integrantes da região;
- c) População economicamente ativa residente nos setores secundário e terciário de, no mínimo, 65%, considerando cada um dos municípios integrantes da região;
- d) Urbanização contínua em, no mínimo, 50% dos municípios componentes da região.

Fonte: Brasil (2004).

Enquanto o “Estatuto da Cidade” volta-se para a escala do município, a escala da metrópole é de cunho urbano-regional, com aglomerações urbanas mais complexas. Diante disso, as relações socioespaciais oriundas da metrópole mostram-se um tanto desamparadas na perspectiva político-administrativa. Deixar os problemas e a definição das regiões metropolitanas a cargo dos estados pode redundar em erros irreversíveis para os cidadãos dessas áreas.

Essa incompatibilidade provocada pelas políticas públicas para as regiões metropolitanas são reflexos da dificuldade em manusear essa trama inscrita no território brasileiro com o nome de redes urbanas. Para melhor expressar esses desenhos da ação social no espaço, podemos afirmar que a capital goiana está inserida na rede urbana nacional e é preciso perceber as áreas de atuação da metrópole goiana e sua fronteira de influência inter e intrarregional, com os fluxos de mercadorias, informações e pessoas que interferem e refazem constantemente o espaço metropolitano de Goiânia.

Observa-se uma complexidade maior na teia metropolitana, na qual há uma mistura das influências das metrópoles e até mesmo uma sobreposição de dependência e interdependência entre a rede urbana brasileira⁶³. As grandes cidades são os lugares e espaços onde se concentram os aspectos políticos, econômicos, ideológicos, culturais e simbólicos que ditam as ações que serão inscritas no território brasileiro, como mostram o Mapa 9 e o Mapa 10.





Os mapas 9 e 10 demonstram a mobilidade da riqueza no Brasil, sendo cada metrópole um nó de redistribuição na cadeia metropolitana. No caso específico de Goiânia, percebermos um grau diferenciado na hierarquia urbana, ou seja, sua influência é mais sentida nos estados do Tocantins e Maranhão, na porção Sudeste do Pará e na porção Sudeste do Mato Grosso, com maior ou menor grau de polarização em outros estados da federação. Os estudos do Ipea (2001, p. 369) detalham melhor essa tendência, ao afirmar que Goiânia:

Apresenta elevada taxa de crescimento da rede urbana nacional, tendendo a consolidar um núcleo importante de polarização no Brasil central, embora ainda mostre alguns sinais de fragilidade, sobretudo no que diz respeito à falta de encadeamento de sua estrutura produtiva e a carência de serviços urbanos básicos, pois, apesar de não apresentar uma situação de extrema carência, ainda está muito distante dos padrões do Centro-Sul. Deve-se ressaltar ainda que o desenvolvimento futuro do Centro-Oeste, quando considerado do ponto de vista espacial, vai depender da capacidade de soldar uma rede urbana nas dimensões da economia regional, o que, em poucas palavras, significa solidificar os laços que unem as quatro grandes cidades regionais e suas áreas de influência imediata. (grifo nosso).

Portanto, os estudos feitos pelo Ipea (2001) nos últimos anos mostram algumas tendências importantes sobre a Região Metropolitana de Goiânia, tais como: a) elevada taxa de crescimento da rede urbana nacional; b) sinais de fragilidade no encadeamento

de sua estrutura produtiva; c) necessidade e capacidade de soldar uma rede urbana nas dimensões da economia regional.

As análises do Ipea (2001, p. 369) apontam, ainda, o papel de cidades que se situam nas interfaces dos respectivos sistemas urbanos, como é o caso de Rondonópolis, situada na interface entre Brasília-Goiânia e Cuiabá, cujo papel estratégico é fundamental para consolidar o tecido urbano regional. Esses aspectos são relatados como desafios metropolitanos na realidade brasileira retratados incisivamente em dados pelo Ipea (2001).

A realidade metropolitana brasileira tem alguns desafios e, no caso da metrópole goiana, há questões que precisam ser colocadas como prioritárias nas políticas públicas, tais como: a conurbação de Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo e Goianira; o avanço da fronteira urbana com as consequentes desarticulações sociais no campo; a gestão metropolitana; a mobilidade intra e inter-regional; a periferização do entorno; a urbanização difusa; entre outras.

É inegável que Goiânia vive um novo momento histórico: ser uma cidade grande não apenas no desenho geométrico, mas também na complexidade das relações entre os indivíduos que lhe dão vida. Estudar Goiânia é transcender suas fronteiras e limites territoriais, pois seu raio de influência transborda para o seu entorno. Para gerir, administrar, consumir e viver nessa cidade grande é necessário superar a cada minuto um desafio, seja ele de mobilidade, emprego, estudo, saúde, ou educação; enfim, há uma lógica de elementos que apontam para um caminho inscrito no território e materializado no espaço.

Os desafios apontam novos encadeamentos para a metrópole e a metropolização no território goiano, criando uma nova configuração territorial muito mais fragmentada, seletiva, singular, espacializada, muito mais complexa e fluída, como demonstrado nas linhas anteriores e exemplificado na tabela a seguir.

TABELA 5
PERFIL GERAL DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA RMG (2009)

Municípios	Ano de emancipação	Área (Km ²)	Densidade Demográfica	Distância da Capital (km)	Total de Povoados	Nº de Agências bancárias	Total de habitantes
Abadia de Goiás	1995	146,458	46,89	10	01	—	6.301
Aparecida de Goiânia	1963	288,465	1.579,86	18	01	17	510.770
Aragoiânia	1958	218,755	38,28	22	—	—	7.702
Bela Vista de Goiás	1896	1.276,617	19,22	45	05	02	21.679
Bonfinópolis	1988	122,257	61,64	33	—	—	7.336
Brazabrantes	1958	123,548	26,22	32	01	—	3.345
Caldazinha	1992	311,687	10,66	27	—	—	3.341

(continua)

TABELA 5
PERFIL GERAL DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA RMG (2009)

Municípios	Ano de emancipação	Área (Km ²)	Densidade Demográfica	Distância da Capital (km)	Total de Povoados	Nº de Agências bancárias	Total de habitantes
Caturai	1958	207,154	22,54	39	01	—	4.667
Goianápolis	1958	162,380	65,78	33	01	01	11.663
Goiânia	1935	739,492	1.760,52	0	01	184	1.281.975
Goianira	1958	200,402	169,96	22	—	01	26.336
Guapó	1948	517,005	27,08	24	01	01	13.973
Hidrolândia	1948	944,238	18,43	32	02	02	14.718
Inhumas	1931	613,349	78,60	42	01	05	46.786
Nerópolis	1948	204,216	118,45	28	—	02	20.260
Nova Veneza	1958	123,376	65,89	33	—	01	7.240
Santo Antônio de Goiás	1990	132,803	35,32	20	—	—	4.230
Senador Canedo	1988	244,745	344,84	16	—	04	77.511
Terezópolis de Goiás	1992	106,976	61,34	28	01	—	5.951
Trindade	1943	713,280	146,51	18	02	04	104.979
TOTAL DA REGIÃO	—	7.397,203	293,76	—	18	224	2.180.763
TOTAL DO ESTADO	1749	340.086,698	17,65	—	—	587	5.926.300
REGIÃO/ESTADO (%)	—	2,17	—	—	—	38	36

Fonte: Seplan/GO/Sepin/Gerência de Estatística Socioeconômica (2009). Organização: Teixeira (2012).

(conclusão)

A RMG possui 36% do total de habitantes de todo o Estado. Desse percentual, o município de Inhumas possui 2,1% do total de habitantes da RMG (2009). Em termos de população, os municípios mais destacados são: Goiânia (1.281.975), Aparecida de Goiânia (510.770), Trindade (104.979), Senador Canedo (77.511) e Inhumas (46.786), respectivamente. Os maiores municípios em território (Km²) são: Bela Vista (1.276.617), Hidrolândia (944.238), Goiânia (739.492), Trindade (713.280), Inhumas (613.349). Como já dito anteriormente, Inhumas foi o único município emancipado na década de 1930 antes da transferência da nova capital (Goiânia). Desse modo, Inhumas antecipa a fragmentação da região circunvizinha a Goiânia.

Do universo de vinte cidades da RMG, apenas Caturai, Brazabrantes, Guapó e Inhumas crescem em população em taxa igual ou menor que Goiânia. Todas estão geograficamente em um raio de aproximadamente cinquenta quilômetros de Goiânia. Portanto, a proximidade da capital não significa necessariamente um acréscimo de pessoas, moradias, serviços, infraestrutura e empregos. Parece óbvio, mas há eixos preferenciais de crescimento urbano e da metropolização de Goiânia rumo à sua fronteira.

A singularidade de Inhumas no *front* da metrópole: a região da cana-de-açúcar no pretexto

Percebeu-se que ao longo da história do município de Inhumas, após decadência da produção cafeeira na década de 1950 e do alho na década de 1990, consolidou-se a cana-de-açúcar como sua principal atividade agrícola; o setor econômico, político e social mudou a partir da implantação do setor sucroalcooleiro na região. Em linhas gerais, houve uma reestruturação produtiva no município. Essa particularidade vai ao encontro do que afirma Santos (2010, p. 20):

A reestruturação produtiva é o produto da luta entre capital e trabalho e, ao mesmo tempo, uma tentativa do sistema capitalista de gerar respostas à crise estrutural, com a finalidade de recuperar suas bases produtivas e ampliar o controle sobre o trabalho.

A crise estrutural que o autor cita diz respeito ao regime de acumulação capitalista que começou a apresentar sinais críticos de sua reprodução em meados da década de 1970. Defeitos nas estruturas começaram a se manifestar, refletindo na reprodução do capital, entre os quais destacamos: contradições entre produção e consumo, produção e circulação, produção e controle; dominação estrutural do capital sobre o trabalho e sua dependência insuperável do trabalho vivo; produção do tempo livre e sua paralisante negação com o imperativo de reproduzir e explorar o trabalho necessário (MÉSZÁROS, 2003, p. 19–20).

A crise energética mundial em 1973 fez com que o Brasil adotasse uma nova matriz energética. A crise do petróleo induziu de forma abrupta a política do Pró-Álcool, como uma alternativa viável aos preços abusivos dos barris de petróleo no contexto mundial. Shikida (2004, p. 230) relata que a crise do petróleo dificultava a continuidade da política rodoviária que era, até então, peculiar ao desenvolvimento econômico brasileiro. Isso fez com que o carro a álcool despontasse como uma alternativa possível de viabilização.

O caso da produção canavieira no Brasil é uma resposta às necessidades dos mercados interno e externo. O território da cana-de-açúcar em Goiás configura-se de acordo com as investidas do capital no campo, em momentos históricos distintos.

Desse modo, os momentos históricos mais destacados no cultivo da cana-de-açúcar no Brasil foram⁶⁴: a) de 1975 a 1987 com a política do Pró-Álcool, que teve como principal característica a rápida expansão produtiva de álcool e a redução na produção do açúcar; b) de 1988 a 2000 houve a desregulamentação do setor canavieiro, gerando

⁶⁴ Esta periodização do avanço e recuo da cultura canavieira no Brasil é de Castro et al. (2010, p. 176).

crise e estagnação, ocasionando oscilações na produção tanto de álcool quanto de açúcar; c) de 2000 a 2011 ocorreu uma rápida expansão do setor sucroalcooleiro em virtude do Plano Nacional de Energia (PNE) e, especialmente, pela demanda dos mercados interno e externo pelo etanol combustível.

O ponto de partida desta reflexão foi compreender, a partir do município de Inhumas, os reflexos da exploração canavieira em Goiás. Neste caso, as plantações de cana-de-açúcar no *front* colocam Inhumas no descompasso da metrópole. Este município insere-se no rol da globalização pela porta do agronegócio, tendo característica regional própria dentro do campo de força de Goiânia.

Os empreendimentos econômicos exercem influência tanto sobre o poder político quanto sobre a sociedade e, no estado de Goiás, não é diferente. Nos últimos cinco anos, o setor econômico que mais vem se destacando é o das destilarias de açúcar e álcool, sobretudo para a produção de etanol combustível.

Contudo, o setor industrial sucroalcooleiro acarreta injustiça social e degradação do meio ambiente, porque as destilarias se pautam na lógica capitalista, explorando a renda da terra e a mais-valia do trabalhador.

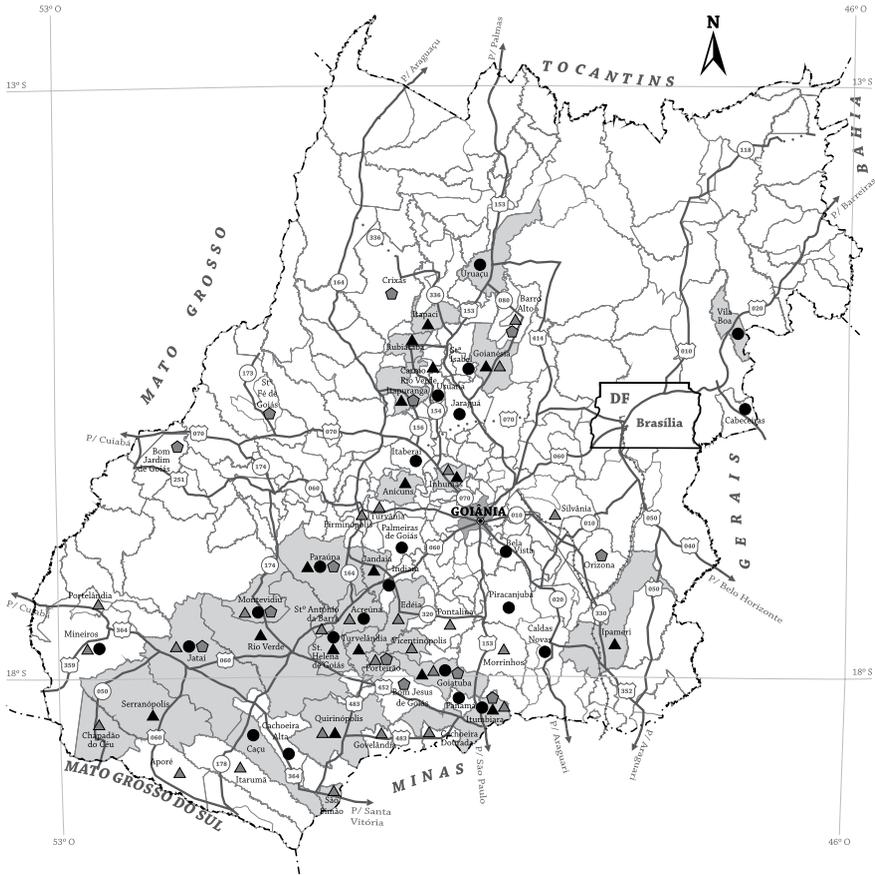
O problema colocado é: será que o impacto da produção de cana-de-açúcar no município de Inhumas é diferente dos demais municípios goianos? Constatou-se que houve mudança dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) organizados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (Sefaz) e pelo Serviço de Informação ao Consumidor (SIC) porque Inhumas é um município que tradicionalmente abastece Goiânia com produtos hortifrutigranjeiros e a indústria canavieira na borda da metrópole mudou o padrão produtivo local.

Em síntese, uma crise estrutural no sistema capitalista fez com que a agroindústria canavieira se interiorizasse. As destilarias chegaram ao estado de Goiás territorializando um poder econômico, político e social, como é mostrado no Mapa 11, que indica a distribuição das usinas no estado de Goiás.

De acordo com a Sefaz/SIC, nos últimos anos houve acréscimo no número de usinas em operação (18), em análise (15), em implantação (29) e com projeto aprovado (41). Há, portanto, uma correlação e uma coincidência no sentido da espacialização das usinas no estado de Goiás. Há também eixos rodoviários preferenciais, notadamente nas BRs 153, 060, 364 e 452, como é mostrado no Mapa 11⁶⁵.

65 Baseado em Castro, Borges, Silva e Barbalho (2007).

MAPA 11
DISTRIBUIÇÃO DAS DESTILARIAS NO ESTADO DE GOIÁS (2007)



Fonte:
Mp, 2007; SEINFRA, 2007; AGMA, 2007; SEFAZ, 2006 e SEPLAN, 2006.
Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás (DER-GO). Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999.

Organização:
Renato Araújo Teixeira

Elaboração Digital:
Cláudia Adriana Bueno da Fonseca



LEGENDA

- ▲ Em Operação
- Em Implantação
- ⬠ Projeto Aprovado
- ⬢ Em Análise
- Município de Goiás que contém Usina
- Outros Município de Goiás

OUTRAS CONVENÇÕES

- - - Limite Estadual
- Via Simples Pavimentada
- ⋯⋯ Leito Natural
- +++++ Ferrovia
- ⬢ Prefixo de Estrada Federal
- Prefixo de Estrada Estadual

O Mapa 11 mostra uma maior concentração de projetos de destilaria na parte Sul do estado de Goiás. Esse fenômeno se dá, entre outros fatores, pelo prolongamento da fronteira da cana de São Paulo rumo ao estado goiano. A fronteira passa na porção Noroeste de Goiânia e vai em direção ao estado do Tocantins pela vizinhança da BR-153. O cultivo da cana-de-açúcar, como qualquer outra monocultura, necessita de vias de acessibilidade rápida para o escoamento da produção.

O padrão produtivo do município de Inhumas foi mudado e sua economia agora gira na órbita da produção canavieira. O município de Inhumas tornou-se menos influenciado pela metrópole e mais influenciável pelo agronegócio. Diante disso, na Região Metropolitana de Goiânia, Inhumas é um município que possui o agronegócio como sujeito transformador social. A população de Inhumas tem a produção de etanol como centro econômico hegemônico.

Essa dinamicidade torna a cidade de Inhumas a subsede de órgãos públicos na oferta de serviços à população goiana, tais como o INSS, a Receita Federal, a Receita Estadual, a Secretaria Estadual de Educação, o Incra, a Agência Rural, entre outros. Contudo, Nucada (2010, p.142) alerta que a cidade de Inhumas vem perdendo influência:

A cidade de Inhumas anteriormente foi sede regional do IBGE a qual Anápolis pertencia. Em 2009, após a realização dessa pesquisa sobre jurisdição dos serviços públicos, a cidade de Inhumas deixou também de abrigar a Agência da Receita Federal e toda jurisdição que lhe pertencia passou a fazer parte da Delegacia de Goiânia. Nesse mesmo ano, uma reforma administrativa do Estado retornou as atividades da Agência Rural para a Secretaria da Agricultura, nela as regionais foram transformadas em Gerências Regionais cuja sede continua em Inhumas, mas o funcionamento tem sido precário, em virtude disso, as Gerências terminam por recorrer à Secretaria em Goiânia. A cidade de Inhumas ainda mantém cinco regionais de serviços. A trajetória, como visto, aponta para redução de funções.

Fica evidente que existem várias centralidades na Região Metropolitana de Goiânia e os municípios do entorno podem ofertar serviços à população, evitando os deslocamentos para Goiânia ou Anápolis. Apesar de a cidade de Inhumas perder influência na rede urbana, continua atraindo pessoas dos municípios de Caturai, Nova Veneza, Goianira, Brazabranes, Itauçu, Araçu e Santa Rosa, entre outros. Estes municípios citados, que mantêm relação de dependência com Inhumas, cedem seus territórios para arrendamentos de terra para o plantio de cana-de-açúcar. Inhumas, em troca, oferece serviços de saúde, educação, comércio, segurança e lazer. O Mapa 12 mostra o entorno do município de Inhumas com o cultivo da cana-de-açúcar e as principais rodovias de acesso em 2008.

O caso da exploração canavieira em Inhumas⁶⁶ é singular porque após a instalação da destilaria Centroálcool (veja Figura 3) na década de 1980, mudaram os APLs que eram voltados à capital do Estado. Esta empresa de etanol trabalha com 13 municípios em parceria para o cultivo e o fornecimento de cana-de-



Figura 3 – Empresa de beneficiamento de álcool etílico em Inhumas/GO
Fonte: Moreira (2008)

-açúcar: Nerópolis, Nova Veneza, Brazabrantes, Goianira, Caturai, Araçu, Santa Bárbara, Inhumas, Itauçu, Damolândia, Santa Rosa, Itaguari e Taquaral. A destilaria na cidade de Inhumas emprega 2.291 funcionários e, destes, 1206 são cortadores de cana e setecentos trabalham na irrigação e no transporte industrial.

Na tentativa de compreender os reflexos da exploração canavieira em Goiás a partir do caso do município de Inhumas, constatamos que:

- a) a fixação da indústria canavieira em Inhumas estruturou-se a partir da política do Pró-Álcool na década de 1980;
- b) a expansão das lavouras canavieiras em Goiás desencadeou a competição no uso da terra para cana-de-açúcar e pastagens, ou cana-de-açúcar e grãos, ou cana-de-açúcar e remanescentes da vegetação nativa.

Ressaltamos, ainda, que a dinâmica exploratória do solo goiano a partir da cana-de-açúcar trouxe impactos diversos tanto sociais quanto ambientais, tais como:

1. maior exploração da mais-valia do trabalhador, ocasionando precarização das condições de trabalho;
2. impactos ambientais de toda ordem, seja no ar (queimadas), no solo (erosões, lixiviações) ou na água (contaminação dos lençóis freáticos);
3. arrendamentos de terra que expropriam o pequeno produtor do campo.

66 Geralmente a destilaria arrenda terras para plantio de cana num raio de cinquenta quilômetros para evitar perda de sacarose da cana até chegar à empresa. No caso de Inhumas, estes limites foram ultrapassados por causa da competição de uso do solo e das pequenas propriedades.

O padrão territorial goiano está em efervescência socioespacial⁶⁷. O contexto global que demanda uma matriz energética mais limpa e um mercado consumidor interno por carros *flex* induz a uma mudança substancial na matriz energética brasileira.

O estado de Goiás e o cerrado tornaram-se celeiro de grãos por meio da soja, transformando o Centro-Oeste numa região de pujança internacional no setor agrícola. Atualmente, constata-se um novo *boom* produtivo com as lavouras de cana.

O cerrado está se transformando num “mar de cana”⁶⁸, destruindo as cercas das fazendas⁶⁹ em prol de uma enchente de investimentos no setor energético. O estado de Goiás acompanha o ritmo do avanço da fronteira da cana-de-açúcar. No caso de Inhumas, o Município entra no descompasso de Goiânia porque a monocultura canavieira inibe o “abraço ingrato da metrópole”.

Essa problemática torna-se inédita por causa dos reflexos do “mar de cana” no *front* da metrópole, desencadeando novos olhares e novas abordagens. Essa particularidade do município de Inhumas de fazer parte de uma região metropolitana, mesmo tendo como centro econômico uma destilaria de etanol, propicia um estudo singular no contexto regional goiano.

Desse modo, defendemos a ideia de que a força do agronegócio que expande sua territorialização sustenta a hegemonia política no município de Inhumas. A lógica da monocultura da cana leva Inhumas a apresentar uma singularidade própria dentro da Região do Entorno de Goiânia (REG)⁷⁰. Portanto, neste município há uma cadeia de elementos espaciais próprios que muda a ideia de homogeneidade da expansão urbana do entorno induzida pela metrópole. Os reflexos espaciais da exploração canavieira em Inhumas proporcionam uma resistência à polarização da capital e geram tensões de interesses e poder. Apesar de Inhumas fazer parte de uma região metropolitana, constata-se métodos tradicionais de gerir o território, com políticas públicas locais que não fogem muito do convencional. Quem dita as regras para o desenvolvimento do município são ainda os atores locais.

67 Nas últimas décadas do século XX e no início do XXI, percebe-se uma aceleração no processo de metamorfose estrutural do padrão territorial goiano. O estado de Goiás está “ferendo” na apropriação desigual e combinada do seu espaço.

68 Como diria na música “Sobradinho”, do trio nordestino Sá, Rodrix e Guarabyra: “o sertão vai virar mar, dá no coração, o medo que algum dia, o mar também vire sertão”.

69 Ver Barreira (1997).

70 A região do entorno de Goiânia (REG) delimitada por Nucada (2010) abrange 23 municípios: Abadia, Aparecida, Aragoiânia, Bela Vista, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Campestre, Caturai, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santa Bárbara, Santo Antônio, Senador Canedo, Terezópolis, Trindade, Varjão. Entretanto, há divergências na regionalização entre Nucada (2010), a Superintendência de Planejamento do Estado de Goiás (Seplan/GO) e o IBGE.

3

Identificando os reflexos da exploração canavieira em Inhumas/GO

Neste terceiro capítulo buscamos compreender a problemática da exploração canavieira em Inhumas, apresentando seus principais impactos socioambientais. Para fornecermos uma explicação sobre os reflexos no uso e na ocupação do solo de Inhumas, pautamo-nos pela caracterização dos arrendamentos de terra, pelas relações de trabalho no campo (corte/colheita) e pela degradação ambiental⁷¹.

A exploração canavieira em Goiás, nos últimos anos, tem provocado uma competição pelo uso da terra. A cultura da cana-de-açúcar avança a passos fortes rumo às áreas ocupadas anteriormente apenas por grãos, pastagens e remanescentes da vegetação nativa.⁷²

Como já dito, a destilaria de Inhumas foi instalada na década de 1980, dentro da política do Pró-Álcool. Os investimentos privados consolidaram-se por meio de capital local subsidiado pelo governo federal com empréstimos do Banco do Brasil. No estado de Goiás, criaram-se grupos hegemônicos locais no setor sucroalcooleiro, como a família Balestra, em Inhumas; a família Jalles Machado, em Goianésia; entre outros. A usina Centroálcool é a terceira no *ranking* da produção de álcool do estado de Goiás, como é evidenciado na Tabela 6.

Destilaria — Município	Produção de Álcool (m ³)
Vale do Verdão — Turvelândia	160.285
Destilaria Nova União S/A — Jandaia	89.077
Centroálcool S/A — Inhumas	82.218
Cooper-Rubi — Rubiataba	74.752
Jalles Machado S/A — Goianésia	60.375
Soma da produção dessas destilarias	466.707
PRODUÇÃO TOTAL DO ESTADO DE GOIÁS	821.616

Fonte: Sousa (2009, p. 69).

71 Como diria um pioneiro de Inhumas: “na segunda eu plantei a cana, na terça ela estava nascendo, na quarta comprei um engenho, na quinta eu estava moendo, na sexta eu fiz a pinga, no sábado eu estava bebendo, no domingo acordei com a polícia me prendendo”. (Entrevista realizada com o Sr. M. A. B, em 06 de junho de 2011)

72 Outra questão que se coloca é: onde se concentra essa produção canavieira no Brasil? O estado de São Paulo tem a maior área plantada de cana, com 4,4 milhões de hectares, seguido por Minas Gerais, 648 mil hectares; Paraná, 608 mil hectares; Goiás, 601 mil hectares e Alagoas, 464 mil hectares. A área total de cana plantada no Brasil ocupa apenas 0,95% do território nacional (NIPPO-BRASIL, 2010). Em Inhumas, a área plantada de cana aproxima-se de 16 mil hectares, cerca de 2,6% do total do Estado.

Entretanto, o capital de investimento atual no setor sucroalcooleiro globalizou-se. Castro et al. (2010, p. 187) afirmam que triplicaram as áreas de cultivo e as usinas e grandes complexos industriais começaram a se organizar, reafirmando o cerrado como o grande centro de produção de *commodities* para exportação. A autora afirma, ainda, que o setor consegue agregar maior valor aos produtos que, ancorados também em um mercado interno consolidado e crescente, evitou dificuldades surgidas no passado com o Pró-Álcool. Mas por que o cerrado é alvo de atração de investimentos industriais no setor sucroalcooleiro?

De acordo com Carrijo (2008), as justificativas para as empresas sucroalcooleiras se instalarem no estado de Goiás são as vantagens competitivas, tais como:

1. os preços das terras e dos arrendamentos, mais baixos no Centro-Oeste;
2. fatores geográficos como a topografia plana (que favorece a mecanização), e condições edafoclimáticas (solo e clima) favoráveis;
3. disponibilidade de recursos hídricos;
4. adequação da infraestrutura urbana;
5. localização adequada para a atividade industrial; e
6. grandes extensões de terras agricultáveis.

Dessa maneira, retomando a questão-chave dessa discussão, por que o cerrado é alvo de atração de investimentos industriais no setor sucroalcooleiro? A resposta está no fato de o cerrado ter transformado sua base técnica em meados da década de 1960, deixando para trás a dependência das condições naturais no desenvolvimento da agricultura para alçar outra dependência pautada em tecnologias e trabalho, formando um novo padrão agrícola (SILVA, 1996).

Constata-se que o cerrado não deixou de ser “terra de cupinzeiro” de uma hora para outra; houve a passagem do complexo rural para o agroindustrial. Desta forma, houve a sujeição da renda da terra ao capital. A expansão do modo capitalista de produção gerou a expulsão ou a expropriação dos camponeses, a concentração de terras e a territorialização do capital. Frabini (2010, p. 59) afirma que “[...] o processo de modernização da agricultura e a incorporação de novas terras à dinâmica capitalista provocaram a expulsão de milhares de pequenos proprietários, rendeiros, ribeirinhos, caiçaras, posseiros, quilombolas, dentre outros”.

Portanto, o cerrado, após a modernização agrícola subsidiada pelo pacote tecnológico da Revolução Verde, deixou de ser sertão para tornar-se o lugar do agronegócio ou *agribusiness*, o “celeiro agrícola” capaz de gerar superávit na balança comercial. Frabini (2010), entretanto, destaca a preocupação de que é possível extrair a renda da terra sem a necessidade de expropriar os camponeses. Assim, ao mesmo tempo em que o capital

destrói e expropria o camponês em determinada região, contraditoriamente, cria e recria a agricultura camponesa em outra.

Comparando a territorialização das destilarias a dados demográficos, temos um quadro preocupante. De acordo com Fernandes (2008, p. 296), o território do agronegócio se distingue pela grande escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional, pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação. Nesse sentido, a Tabela 7 mostra a taxa geométrica de crescimento dos municípios produtores de cana-de-açúcar em Goiás.

TABELA 7
TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE
CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS

Municípios	Situação da empresa	Total da produção canavieira em Ton.				Total da habitantes (2000)	Total de habitantes (2008)	Crescimento geométrico (2000-2008) (%)
		2000		2008				
		Área (ha)	Ton.	Área (ha)	Ton.			
Acreúna	Em operação (2008) Previsão de produção em 2009 (01)	8.620	689.600	10.540	948.600	18.301	19.173	0,58
Anicuns	Operação (01)	5.498	480.000	9.805	794.205	18.754	18.110	-0,44
Aporé	Previsão de produção em 2010	—	—	820	49.200	3.427	3.684	0,91
Cachoeira Alta	Em implantação (01)	—	—	600	51.000	8.646	8.280	-0,54
Cachoeira Dourada	Projeto (01)	—	—	3.000	240.000	8.525	7.666	-1,32
Caçu	Projeto (01)	—	—	4.700	423.000	10.575	11.281	0,81
Carmo do Rio Verde	Operação (01)	1.200	90.000	7.000	525.000	7.941	9.333	2,04
Chapadão do Céu	Previsão de produção em 2009	—	—	—	—	3.778	5.673	5,21
Edeia	Em operação (2008) (01)	—	—	12.000	960.000	10.223	10.577	0,43
Goiatuba	Operação (01)	5.244	411.420	18.600	1.525.200	31.130	32.220	0,43
Goiandésia	Projeto (01) Operação (02)	13.000	1.040.000	13.500	1.147.500	49.160	56.169	1,68
Gouvelândia	Projeto (01)	—	—	16.000	1.600.000	4.009	4.721	2,06
Inaciolândia	Projeto (01)	130	8.450	3.270	262.950	5.239	5.887	1,47
Inhumas	Operação (01)	3.600	260.000	6.000	480.000	43.897	46.555	0,74
Ipameri	Operação (01)	5.000	250.000	3.040	243.200	22.628	23.911	0,69
Itapaci	Operação (01)	40	2.000	—	—	13.931	16.806	2,37
Itapuranga	Operação (01)	20	800	9.500	855.000	26.740	25.337	-0,67

(continua)

TABELA 7
TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE
CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS

Municípios	Situação da empresa	Total da produção canavieira em Ton.				Total da habitantes (2000)	Total de habitantes (2008)	Crescimento geométrico (2000-2008) (%)
		2000		2008				
		Área (ha)	Ton.	Área (ha)	Ton.			
Itarumã	Previsão de produção em 2010	—	—	—	—	5.446	5.491	0,10
Itumbiara	Previsão de produção em 2009	5.977	418.390	15.130	1.212.800	81.430	91.843	1,52
Jandaia	Operação (01)	9.690	823.650	10.800	799.200	6.342	6.578	0,46
Jataí	Projeto (01)	60	1.500	1.000	140.000	75.451	85.491	1,57
Mineiros	Projeto (01)	15	600	6.535	359.425	39.024	47.500	2,49
Montividiu	Previsão de produção em 2009	—	—	3.200	320.000	7.736	9.766	2,96
Morrinhos	Previsão de produção em 2009	—	—	—	—	36.990	40.512	1,14
Paraúna	Previsão de produção em 2009	120	1.680	100	3.600	10.834	11.283	0,51
Pontalina	Previsão de produção em 2010	—	—	400	32.000	16.556	16.688	0,10
Porteirão	Operação (01)	1.143	74.295	21.500	1.763.000	2.823	3.129	1,29
Quirinópolis	Operação (01)	—	—	25.000	2.400.000	36.512	39.485	0,98
Rio Verde	Operação (01)	4.000	320.000	6.700	589.600	116.552	158.818	3,94
Rubiataba	Operação (01)	2.100	157.500	7.000	560.000	18.087	18.583	0,34
Santa Helena de Goiás	Operação (01)	15.762	1.260.960	30.000	2.550.000	34.545	36.198	0,59
Santo Antônio da Barra	Projeto (01)	410	32.800	700	59.500	4.052	4.276	0,67
São Simão	Em operação (2008) (01)	—	—	2.400	264.000	13.552	14.308	0,68
Serranópolis	Em implantação (01)	—	—	7.126	605.710	6.447	7.692	2,23
Silvânia	Previsão de produção em 2009	70	1.400	55	1.950	20.339	19.038	-0,82
Turvelândia	Operação (01)	15.395	986.050	11.700	877.500	3.524	4.020	1,66
Uruaçu	Em operação (2008) (01)	85	3.400	1.740	107.880	33.530	34.411	0,32
Vicentinópolis	Em operação (2008) (01)	—	—	10.000	780.000	6.015	6.091	0,16
Vila Boa	Operação (01)	30	900	3.012	240.360	3.287	4.461	3,89
TOTAL DA REGIÃO	39	97.209	7.315.395	282.473	23.531.260	868.978	971.075	—
TOTAL DO ESTADO	59	139.186	10.162.959	403.970	33.359.559	5.003.228	5.844.996	1,96

Fonte: Seplan/GO/Seplan/Gerência de Estatística Socioeconômica (2010). Organização: Teixeira (2012).

(conclusão)

A Tabela 7 mostra que dos 39 municípios que possuem destilarias no estado de Goiás: a) cinco municípios tiveram crescimento populacional negativo; b) 18 municípios tiveram crescimento populacional <1,0%; c) sete municípios tiveram crescimento populacional <2,0%; d) seis municípios tiveram crescimento populacional < 3,0%; e) dois municípios tiveram crescimento populacional <4,0%; f) nenhum município teve crescimento populacional <5,0%; g) um município teve crescimento populacional <6,0%. Veja a Tabela 8.

TABELA 8					
CANA-DE-AÇÚCAR: QUANTIDADE PRODUZIDA, ÁREA PLANTADA E PRODUTIVIDADE NO BRASIL (1995/6–2000/1–2005/6)					
	Regiões	Safras			Crescimento no período (%)
		1995/1996	2000/2001	2005/2006	
Quantidade produzida (1.000 ton)*	Norte	459,2	527,4	858,0	86,8
	Nordeste	46.954,0	49.995,6	48.869,4	4,1
	Sudeste	168.082,7	165.380,0	276.060,8	64,2
	Sul	18.587,9	19.320,9	24.866,9	33,8
	Centro-Oeste	17.743,4	22.398,1	35.929,2	102,5
	BRASIL	251.827,2	257.622,0	386.584,3	53,5
Área Plantada*** (1.000 ha)	Norte	16,242	16,881	20,596	27,1
	Nordeste	1.312,088	1.132,965	1.130,925	-13,8
	Sudeste	2.728,516	2.980,099	3.666,516	34,4
	Sul	291,870	376,480	453,804	55,5
	Centro-Oeste	289,565	373,416	543,310	87,6
	Goiás	115,073	139,186	200,048	73,9
	Mato Grosso	98,906	135,029	209,961	107,1
	Mato Grosso do Sul	75,315	98,958	136,803	181,3
	BRASIL	4.638,281	4.879,841	5.815,151	25,3
Produtividade média** (toneladas por hectare)	Norte/Nordeste	—	54,1	54,6	0,9
	Centro-Sul ¹	—	68,9	82,7	20,0
	BRASIL	4.638,281	4.879,841	5.815,151	25,3
Unidades produtivas	Norte/Nordeste	—	—	82	—
	Centro-Sul	—	—	274	—
	BRASIL	4.638,281	4.879,841	5.815,151	25,3

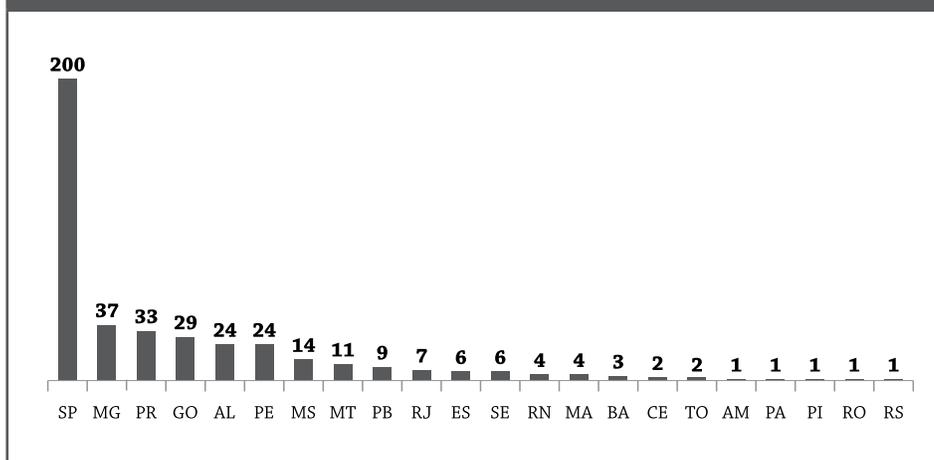
Fonte: (*) ÚNICA; (**) ORPLANA/IDEA/ÚNICA/(***) PAM/IBGE.

¹ Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Por outro lado, Castillo (2009) apresenta dados sobre a produtividade da cana-de-açúcar no território brasileiro. Segundo ele, o estado de Goiás vem se consolidando no setor sucroalcooleiro, alcançando a quinta posição no *ranking* nacional em 2006, o que faz do estado uma grande promessa do setor no Brasil.

A evolução da produtividade no Centro-Oeste é bastante acentuada. Na safra 2006-2007, Goiás assumiu a quarta posição entre os estados produtores, situando-se atrás apenas de estados tradicionais na produção, como é o caso de São Paulo, primeiro no *ranking* da produção nacional, Paraná e Minas Gerais, como pode ser verificado no Gráfico 4, sobre a distribuição por estado das usinas no Brasil em 2006, disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2010.

GRÁFICO 4
DISTRIBUIÇÃO POR ESTADO DAS USINAS NO BRASIL (2006)



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

A distribuição espacial das destilarias segue, portanto, a lógica da desconcentração industrial em que o capital financeiro busca novos espaços para se reproduzir. Há migração dos complexos sucroalcooleiro rumo as regiões Norte e Centro-Oeste, como é mostrado no Mapa 13.

MAPA 13
LOCALIZAÇÃO DAS USINAS NO BRASIL

**Fonte:**

Fundação de Desenvolvimento da Unicamp. Convênio CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos). Projeto sobre as possibilidades e impacto da produção de grandes quantidades de etanol visando à substituição parcial da gasolina no mundo. Relatório final, dezembro de 2005 (Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético - NIPE), fig. 4-1, p. 121.

Atlas Geográfico Universal. Melhoramentos/ Leme. 50ª ed. São Paulo, 1987. Escala 1: 10.000.000.

Organização:

Renato Araújo Teixeira

Cartografia Digital:

Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

Os reflexos espaciais da exploração canavieira tanto no Brasil quanto em Goiás ou Inhumas revelam-se nas desigualdades no campo, que se manifestam na forma de: a) maior exploração da mais-valia do trabalhador; b) miséria e violência contra os boias-frias e cortadores; c) impactos ambientais de toda ordem, seja no ar (queimadas), no solo (erosões, lixiviações) ou na água (contaminação dos lençóis freáticos); d) arrendamentos de terra; e) migrações sazonais oriundas do Nordeste Brasileiro.

Pontuando os impactos socioambientais da dinâmica canavieira em Inhumas

A mundialização das economias e os avanços nos meios técnico-científico-informacionais fizeram que o meio ambiente fosse colocado na agenda das discussões de Estado. Sabe-se que o impacto no meio ambiente ou em algum de seus componentes é causado por determinada ação ou atividade humana. Por outro lado, estas alterações precisam ser quantificadas, pois apresentam variações relativas, podendo ser positivas ou negativas, grandes ou pequenas.

A questão ambiental está em evidência em fóruns mundiais, porque os recursos naturais estão se tornando escassos nos países de vanguarda, gerando conflitos de interesse “verde”. Tornaram-se comuns alguns chavões como “preserve a Amazônia”, “preserve os recursos hídricos”, mas uma pergunta que precisa ser feita é: para quem devem ser preservados os recursos naturais?

O Brasil adotou o discurso de que será o país da transição energética do petróleo para o etanol. Entretanto, pouco se discute sobre os impactos ambientais e sociais oriundos da transformação da cana-de-açúcar em etanol para abastecer a demanda de mercado. Desde o plantio, passando pela queima, até chegar ao produto final (o etanol nos postos de combustível), a cana gera grandes impactos ambientais tanto no ar, quanto na terra e na água. Segundo Aleixo (2007), para produzir um litro de etanol são necessários cerca de cem litros de água, dos quais 12 convertem-se em vinhoto. Considerando que o mundo deve produzir 147 milhões de toneladas de agrocombustíveis até 2030, serão produzidas mais de 2 bilhões de toneladas de água poluída.

Dessa maneira, o conceito de impacto socioambiental é, na verdade, uma tentativa de acoplamento estrutural da relação sociedade *versus* meio ambiente. Ao longo da história recente, o sistema capitalista produziu um distanciamento do ser humano com a natureza em consequência de uma globalização dos mercados mundiais que proporcionou aos territórios um desenvolvimentismo pautado nos empreendimentos econômicos rentáveis.

A questão ambiental e os impactos socioambientais existem há muito tempo na história. O problema colocado é de que a sociedade de consumo extrapolou a capacidade da natureza de se autorregenerar. Os indivíduos alienaram-se no processo produtivo e esqueceram-se de que, destruindo os recursos naturais, estarão matando a si mesmos. Os espaços sempre foram transformados pelas atividades humanas, o problema é como essa apropriação está sendo feita.

A exploração canavieira, assim como outras culturas agrícolas, provoca impactos socioambientais. As degradações ao meio ambiente podem ser percebidas com a contaminação do lençol freático, o empobrecimento dos solos e a poluição do ar, como é sintetizado no Quadro 6, sobre os impactos socioambientais causados pela exploração da cana-de-açúcar.

QUADRO 6 OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA EXPLORAÇÃO CANAVIEIRA		
AMBIENTAL	SOCIAL	SOCIOAMBIENTAL
Uso intensivo de agrotóxicos e contaminação dos lençóis freáticos; combate às pragas e ervas daninhas por meio da pulverização (ÁGUA)	Desemprego no setor agrícola em virtude da substituição do trabalho braçal por máquinas; aumento de maquinários no campo.	Desemprego estrutural e contaminação de solos, rios, ar. Compactação do solo, desvio das nascentes e desmatamento das matas ciliares.
Empobrecimento do solo pela falta de rotação de cultura, gerando assoreamento, erosões, perda de solo; uso de vinhaça na correção do pH do solo; redução da biodiversidade. (TERRA)	Expropriação do pequeno produtor do campo pela monocultura e crescimento do latifúndio.	Desequilíbrio na relação campo-cidade: arrendamentos, grilagem, violência, migração. Diminuição da policultura no campo e aumento da concentração de renda.
Poluição do ar pela queima da cana. (AR)	Aumento das doenças respiratórias. Morbidade respiratória na população.	Lançamento de fuligem para a atmosfera e gases que geram o efeito estufa.

Fonte: Embrapa (2010). Organização: Teixeira (2012).

Como já foi dito, o conceito de impacto ambiental nos remete imediatamente a uma intervenção negativa ou positiva no meio ambiente causada pelas alterações ou atividades humanas. Não existe impacto ambiental sem uma ação dos indivíduos sobre os recursos naturais, ou seja, podemos avaliar esse processo tanto em parâmetros quantitativos como qualitativos, dependendo do caráter ecológico, social, econômico e político desse fenômeno. Esse conceito vai ao encontro das ideias de Lima (2006, p. 24), ao afirmar que:

O conceito de sócio-ambiental é o reflexo e realização das demandas políticas contemporâneas de diferentes grupos e comunidades de interesse (ambientalistas, indianistas, povos indígenas, agricultores familiar, trabalhadores sem-terra, extrativistas, quilombolas e outros grupos sociais tradicionalmente excluídos do processo de desenvolvimento urbano industrial moderno.

A indústria se alastrou no campo, no século passado, incentivada pelo Pró-Álcool, um programa do governo federal para estimular a produção de álcool combustível.

A indústria canavieira no Brasil encontrou um primeiro respaldo na crise energética mundial em 1973, que colocou o mundo em pânico devido a real possibilidade de haver um desabastecimento de petróleo. E já na virada do século passado para este, houve uma nova crise, o que claramente favoreceu discussões a favor de mudanças na matriz energética mundial ainda baseada no petróleo. Nos dois momentos houve pressão internacional.

O agronegócio, então, é um reflexo do processo de desenvolvimento urbano industrial moderno. Esse modelo agrícola foi uma resposta histórica produzida para um determinado problema econômico brasileiro. O desfecho disso é a lógica das *plantations*, como afirma Hayami (1998, p. 306):

Plantations geralmente se especializam em um único cultivo. Essa tendência para a produção de uma monocultura reduz a flexibilidade destas organizações produtivas, sua habilidade para responder a mudanças na demanda através de mudanças para a produção de outros cultivos. Além disso, a produção contínua de um único cultivo geralmente resulta em degradação do solo e numa crescente incidência de pragas; a aplicação de fertilizantes e produtos químicos causa severa sobrecarga para a saúde humana e o ambiente.

A lógica da monocultura gera impacto no solo pela produção contínua de uma única cultura, tornando a terra propícia ao esgotamento da fertilidade natural. Soma-se a esse processo, a aplicação de fertilizantes e produtos químicos que podem contaminar o meio ambiente. Diante disso, Hayami (1998, p. 306) aponta preocupação com a classe trabalhadora no campo:

A especialização dos trabalhadores das *plantations* em tarefas específicas inibe o desenvolvimento de sua capacidade administrativa e empreendedora. [...] O sistema de *plantation* é a fonte dos conflitos de classe entre os trabalhadores e os administradores e capitalistas. A presença de um enclave de *plantation* em economias rurais onde predomina o modo camponês de produção frequentemente torna tensas as relações nas comunidades rurais.

O modelo *plantation* de produção simplesmente expropriou o trabalhador do campo. Tirou-lhe os meios de produção e sua capacidade de autodeterminar-se. O agronegócio provocou a deterioração do modo de vida camponês autossustentável, bem como acelerou o processo de degradação do meio ambiente. Por isso, a monocultura da cana-de-açúcar no Brasil e em Goiás gera impactos insolúveis de ordem ambiental e social, como mostramos a seguir nas figuras 4 e 5.

As imagens mostram uma prática muito comum nas lavouras de cana no estado de Goiás: a utilização da vinhaça (ou vinhoto), que concentra nitrato, potássio e matéria orgânica. Esse agente altera as características do solo, promovendo modificações em suas propriedades químicas, favorecendo o aumento da disponibilidade de alguns elementos para as plantas⁷³.

73 De acordo com Silva et al. (2007, p. 09), a vinhaça melhora a fertilidade do solo quando usada em doses até o limite de sua capacidade de reter água. As plantas podem se beneficiar da lixiviação de vários íons, principalmente do nitrato e do potássio.



Figura 4 - Utilização de vinhaça nas lavouras de cana em Inhumas

Fonte: Teixeira (2012).



Figura 5 - Irrigação utilizando vinhaça nas lavouras de cana em Inhumas

Fonte: Teixeira (2012).

A vinhaça pode promover modificações das propriedades físicas do solo, de duas formas distintas: essas alterações podem melhorar a agregação, ocasionando a elevação da capacidade de infiltração da água no solo e, conseqüentemente, aumentar a probabilidade de lixiviação de íons, mas isso pode contaminar as águas subterrâneas quando em concentrações elevadas, além de promover a dispersão de partículas do solo, com a redução da sua taxa de infiltração de água e a elevação do escoamento superficial, com a possível contaminação de águas superficiais.

Pelo fato de haver diferentes tipos de solo e composições de vinhaça, os resultados dos trabalhos são bastante variáveis. Contudo, existe consenso de que sua disposição deve ser efetuada de acordo com a capacidade do solo em trocar e reter íons⁷⁴. (SILVA et al., 2007, p.108).

A vinhaça é o produto de calda na destilação do licor de fermentação do álcool de cana-de-açúcar; é líquido residual, também conhecido, regionalmente, por restilo e vinhoto. É produzida em muitos países do mundo como subproduto da produção de álcool; tendo em vista ser a matéria-prima diferente (cana-de-açúcar na América do Sul, beterraba na Europa, etc.), a vinhaça apresenta diferentes propriedades. A vinhaça é caracterizada como efluente de destilarias com alto poder poluente e alto valor fertilizante; o poder poluente, cerca de cem vezes maior que o do esgoto doméstico, decorre da sua riqueza em matéria orgânica, baixo pH, elevada corrosividade e altos índices de demanda bioquímica de oxigênio (DBO), além de elevada temperatura na saída dos destiladores; é considerada altamente nociva à fauna, flora, microfauna e microflora das águas doces, além de afugentar a fauna marinha que vem às costas brasileiras para procriação (SILVA et al., 2007, p.108).

O mau cheiro da vinhaça no município de Inhumas é o odor do agronegócio da cana. Além dos impactos no solo, o vinhoto pode contaminar os lençóis freáticos, gerando danos irreversíveis para afluentes abastecedores das nascentes do rio Meia Ponte.

Outro problema muito comum no município de Inhumas são as queimadas. A colheita pode ser feita de forma manual ou mecânica. Em Goiás, predomina a técnica de queimada que onera muito a atmosfera e o ar com fuligem, como é mostrado na Figura 6. Apenas as usinas novas, implantadas após 2007, são obrigadas à colheita mecanizada, segundo instrução normativa do governo estadual⁷⁵.

74 Ver Freire e Cortez (2000).

75 Lei no 15.834, de 23 de novembro de 2006. Dispõe sobre redução gradativa da queima da palha de cana-de-açúcar em áreas mecanizáveis e dá outras providências. A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Os plantadores de cana-de-açúcar que, utilizem como método de pré-colheita a queima da palha em áreas mecanizáveis, são obrigados a reduzirem gradativamente o uso do fogo com método despalhador e facilitador do corte, nos seguintes prazos e percentuais:

I – 1º ao 5º ano (2008–2012) – 10% da área cortada;
II – 6º ao 10º ano (2013–2017) – 25% da área cortada;
III – 11º ao 15º ano (2018–2022) – 50% da área cortada;
IV – 16º ao 20º ano (2023–2027) – 75% da área cortada;
V – 21º ano (2028) – 100% da área cortada. Fonte: (GOIÁS, 2010)



Figura 6 – Queima de lavouras de cana-de-açúcar em Inhumas

Fonte: Teixeira (2012).

A queima da cana é uma técnica muito utilizada nos arredores da cidade de Inhumas para controle de pragas e preparo da colheita, liberando grandes quantidades de monóxido de carbono (CO) e dióxido de carbono (CO₂), os quais afetam a saúde humana, além de eliminar a cobertura vegetal do solo, favorecendo o escoamento superficial da água das chuvas, agravando o processo erosivo. O solo se empobrece pela eliminação da matéria orgânica, além de alterar a taxa de infiltração de água, provocando uma repelência do solo à água. Dependendo das características do solo, este poderá ficar compactado, ou seja, impermeável e duro, mais suscetível ao processo de erosão.

Um debate preliminar sobre arrendamentos de terra em Goiás: Inhumas no contexto

O cultivo da cana-de-açúcar gera também impactos sociais. Nesse sentido, o impacto da expansão canavieira em Goiás⁷⁶ tem provocado desequilíbrios de ordem socioeconômica.

⁷⁶ Ver Castro (2007).

As contradições e conflitos sociais no uso agrícola do solo pela cana são, notadamente, os arrendamentos de terra que vêm expropriando a população da pequena propriedade.

Esse crescimento no “aluguel da terra” é provocado abruptamente, devido às pequenas propriedades estarem cercadas por canaviais, sofrendo as consequências da contaminação pelos agrotóxicos e pela fuligem das queimadas. Esse aspecto do arrendamento é bem retratado por Castillo, quando afirma:

[...] o arrendamento é, reconhecidamente, uma prática que provoca enormes prejuízos sociais e econômicos ao pequeno produtor familiar. São diversos os setores do Estado e da sociedade civil que preconizam a produção da cana-de-açúcar exclusivamente em terras próprias, da usina ou de fornecedores independentes ou integrados. A condenação à prática do arrendamento unifica alguns segmentos do Estado (Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria da Agricultura, entre outros) que preconizam que a produção canavieira seja realizada por fornecedores proprietários da terra. Esse princípio ajudaria a preservar a capacidade de negociação dos fornecedores junto às usinas quanto ao preço da matéria-prima, minimizando os efeitos da relação monopsonia que se estabelece no setor, e ajudaria a evitar o desenraizamento da terra e a miséria social pela qual passam os pequenos proprietários que cederam suas terras em arrendamento. (CASTILLO, 2009, p. 11)

O autor afirma ainda que:

[...] uma das consequências mais perversas do sistema de arrendamento para o pequeno produtor familiar é a grande dificuldade encontrada para retomar suas terras. As empresas arrendatárias (usinas) derrubam currais e cercas, desmatam a propriedade (também arrancam árvores isoladas, cobrem o buraco com a lenha picada e depois plantam a cana por cima, ocasionando o que se costuma chamar de “cemitério de árvores”), frequentemente derrubam casas e outras construções, inviabilizando a retomada da terra pelo proprietário, que se vê obrigado a renovar permanentemente os contratos de arrendamento (configurando-se o chamado “esquema para não voltar”). Isso gera um desenraizamento dos pequenos agricultores – pessoas de baixa escolaridade – que se dirigem aos centros urbanos, habitam em condições precárias e envolvem-se em violência urbana (CASTILLO, 2009, p. 12)

Há uma concordância com a tese de que o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade e o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade⁷⁷, como pode ser visto nas figuras 7 e 8, em que, de um lado, percebe-se o avanço da cana em Inhumas e, de outro, o abandono da pequena propriedade.

⁷⁷ Ver artigo de Mendonça et al. (2007, p. 19) intitulado “O agronegócio nas áreas de cerrado: impasses, preocupações e tendências”, do II Fórum de Ciência e Tecnologia no Cerrado, realizado pela SBFC Regional Goiás.



Figura 7 – Grandes lavouras de cana em Inhuma/GO

Fonte: Teixeira (2012).



Figura 8 – Casa abandonada em terras arrendadas

Fonte: Teixeira (2012).

Retomando a discussão de que o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade e o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade, fica nítido este processo na realidade de Inhumas: a pequena propriedade não consegue proporcionar ao pequeno produtor uma renda capaz de sustentar uma família, por isso, é mais fácil arrendar a terra para as destilarias.

Pensava-se que as propriedades de terra em Inhumas eram, em sua maioria, latifúndios. Constatamos, entretanto, que o maior número de terras arrendadas é oriundo de pequenas propriedades. Isso explica o porquê de as lavouras de cana da região precisarem, no plantio, de criar outras frentes fora dos limites do município, ultrapassando o raio de 40 quilômetros exigido para uma boa produtividade pelo teor de sacarose. Com isso, o território de Inhumas encontra-se em processo de disputa pelo uso do solo.

Os resultados das entrevistas semiestruturadas realizadas nos dias 13/4/2010 e 15/4/2010, junto aos pequenos produtores e cortadores de cana na região de Inhumas, revelaram que a pequena propriedade está sendo incorporada à indústria canavieira. O Sr. J. A. M, de 70 anos, relata como se organizam os arrendamentos de terra nas redondezas do município de Inhumas:

Tudo aqui é arrendado, exceto ao lado da destilaria, 80 ha é próprio da usina no meio de 14 mil ha⁷⁸ que vai cortar esse ano. Não é praticamente nada, tudo é parceria agrícola que você paga para o parceiro no arrendamento da terra. O alqueire de terra dessa locação depende da distância da destilaria, das vias de acesso, do tamanho da terra. Aqui paga-se sessenta a noventa toneladas por alqueire/ano que paga para o dono da terra (informação verbal)⁷⁹.

O número de arrendamentos de terra é substancial, pois a usina possui apenas 0,5% de terras próprias para plantar cana-de-açúcar. Se não houvesse arrendamentos de terra, a indústria do etanol pararia, até porque o alqueire de terra na região do Mato Grosso Goiano é mais valorizado. Dependendo da região, estipula-se o valor na faixa entre cinquenta a cem mil reais o alqueire em 2010, dependendo da localidade, do declive do terreno, da acessibilidade, entre outros fatores. A Figura 9 evidencia que as lavouras de cana-de-açúcar avançam em áreas de pastagens.

78 A título de exemplificação, 1 ha equivale a 10.000, já 1 alqueire goiano são 48.400 ou 4,84 ha; 1 alqueire paulista vale 24.200 ou 2,42 ha.

79 Entrevista realizada em 15 de abril de 2010.



Figura 9 - Fazenda arrendada nos arredores de Santa Rosa

Fonte: Teixeira (2012).

Outro fator de impacto social é o corte manual da cana. Apesar da pressão do Ministério do Trabalho e Emprego (2009), as condições de exploração da mais-valia não melhoraram. Segundo Marx (2008, p. 350):

Seja M a quantidade de mais valia; m , a mais valia diariamente fornecida; em média, pelo trabalhador individual; v , o capital variável adiantado diariamente para compra de uma força de trabalho individual; V , a soma total do capital variável; f , o valor de uma força média de trabalho; t' (trabalho excedente) \div t (trabalho necessário), o grau de exploração dessa força; e n , o número dos trabalhadores empregados. Teremos então:

$$M = \begin{cases} m \div v \times V \\ f \times t' \div t \times m \end{cases}$$

Com a proposição de Marx, pode-se entender que a exploração da mais-valia do trabalhador ocorre pela diferença entre o trabalho excedente e o trabalho necessário no processo produtivo. O dono da usina obtém o lucro explorando o excedente produtivo do cortador de cana. Em outras palavras, a mais-valia é a diferença entre o que o trabalhador recebe para produzir e o que ele efetivamente produz, já que ele produz mais do que ganha.

O preço baixo do etanol brasileiro no mercado internacional ocorre, entre outros fatores, pela adoção do corte manual da cana. Frabini (2010, p. 74) afirma que a

superexploração do trabalho e a manutenção de condições análogas à escravidão são um expediente adotado pelos “modernos” empresários do agronegócio para sua acumulação capitalista, sobretudo no setor sucroalcooleiro. O resultado são lucros para os empresários do campo e exaustão para os funcionários da empresa.

A exploração da mais-valia sob a égide do corte de cana na região de Inhumas

O arrendamento de terras em Inhumas é uma questão conflituosa porque há diversos interesses econômicos e políticos escamoteados. É da terra que o exercício do poder local é mantido. Essa parte da pesquisa foi, sem dúvida, a mais tensa, porque em vários momentos na coleta de dados fomos prejudicados, seja nas entrevistas com os cortadores, seja na coleta de dados com os donos da terra. Tentamos de diversas maneiras aprofundar essa temática, mas muitos dados deixaram de ser colhidos, porque as relações sociais em Inhumas são estabelecidas por meio de vínculos de amizade e laços familiares.

A colheita manual de cana é árdua, tornando precárias as relações de trabalho neste setor em diversas localidades, seja no Brasil, em Goiás, ou em Inhumas. A mão de obra acompanha a sazonalidade da colheita por meio de contratos temporários. Segundo Mendonça (2007a), há, além de uma precarização do trabalho, o não cumprimento dos direitos mínimos dos trabalhadores, como carteira assinada, férias e 13º salário, o que evidencia o paradoxo existente nas grandes empresas rurais. De acordo com o Sr. P. A. P, cortador de cana com 35 anos de idade, o corte da cana apresenta-se da seguinte forma:

Nóis começa na lida por volta das 6h da manhã e ficamos por volta 16h. Nóis trabalha por metro de cana cortada, tem dia que quando trabalhamos muito cortamos 150 metros, mas a média é de cem metros. Nos paga R\$0,22 por metro. Minha família é de Pernambuco, tenho mulher e oito filhos lá. A cada 15 dias ligou lá para saber e matar saudade. Mando para minha mué quinhentos reais por mês. Chego aqui para o corte em março e vou ibora em novembro. É difícil a vida. (informação verbal)⁸⁰

Durante a entrevista com cortadores de cana e funcionários da destilaria Centro-álcool, constatou-se divergência quanto ao ganho diário do cortador. Para os funcionários da destilaria, o cortador chega a ganhar, em média, 75 reais ao dia. Já o cortador afirma que ganha por volta de 35 reais ao dia, o que implica uma diferença de 40 reais no corte diário entre os dois atores. Para se calcular o ganho médio dos cortadores, deve-se multiplicar a diária pelos dias trabalhados, que são: de segunda a sexta-feira, o dia inteiro, e sábado até às 11h da manhã, constituindo, então, cinco dias e meio trabalhados por semana.

80 Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2009.

Tomando como referência salarial exposta por um funcionário da Centroálcool S/A, um cortador ganha em média, semanalmente, R\$ 412,50 e, mensalmente, R\$ 1.650,00. Porém, utilizando o exemplo do cortador não identificado, semanalmente ele recebe R\$ 192,50 e, mensalmente, R\$ 770,00. Assim, no caso do entrevistado, se ele realmente enviar quinhentos reais para a família em Pernambuco, sobrar muito pouco (apenas cerca de R\$ 270,00) para que ele mantenha suas despesas pessoais na cidade de Inhumas.

Como já foi dito anteriormente, a condição do trabalho para os cortadores de cana não é fácil por inúmeros motivos, tais como: a) distância da família; b) trabalho repetitivo; c) ganho por produtividade manual; d) riscos devidos à exposição a animais peçonhentos; e) alienação social. Tendo como base os aspectos mencionados, observe a Figura 10.



Figura 10 – Cortador de cana no município de Inhumas

Fonte: Teixeira (2012).

Os trabalhadores são pagos por produtividade e sofrem a exploração do seu trabalho. Esses trabalhadores assalariados poderiam cortar a cana crua sem problemas. Mas há argumentos de que os trabalhadores não querem cortar a cana crua porque o rendimento do corte é baixo e, além disto, existe o risco de envenenamento por picada de animais peçonhentos, cortes (manipulação do facão), dentre outros. Esses trabalhadores cortam a cana sem queimar para o plantio. Falta então, a remuneração justa e equipamentos adequados para tal atividade.

Em um trabalho de campo realizado no dia 02/4/2011, constatamos, por meio de entrevista, que a mão de obra local para o trabalho de corte de cana está diminuindo e a destilaria não está conseguindo repor a mão de obra que está se aposentando, pela falta (ou desinteresse) dos jovens trabalhadores. A mão de obra circunvizinha e da região (cidades vizinhas) é insuficiente para a destilaria colher a safra, o que obriga a empresa a ir à região Nordeste do país buscar pessoas, para não correr o risco de parar a produção.

Como já discutido anteriormente, no campo de Inhumas existem 1.100 cortadores de cana e na destilaria há em torno de trezentos funcionários em regime de três turnos de trabalho. A cada período de safra a destilaria busca quinhentas pessoas de fora do município para trabalhar no corte. Se a destilaria não fizer esse trabalho de busca, a safra não é colhida. Esses trabalhadores são em sua maioria dos estados da Bahia e de Pernambuco.

Para suprir a produção de etanol com matéria-prima, a empresa criou três frentes de corte: uma em Itaberaí, outra em Itaguari e uma terceira em Santa Rosa. Quando terminam de colher a safra em Inhumas, estes trabalhadores voltam para começar o corte no Nordeste.

O processo produtivo mais importante é realizado no campo, porque a indústria precisa mandar para destilaria uma cana de qualidade (com alto teor de sacarose) para retirar máxima produtividade. O regime de trabalho é de segunda a sexta-feira, das 7h às 16h e aos sábados até às 11h.

A cana plantada em Inhumas leva de um ano e um ano e meio para ser colhida, porque existe um período apto para plantio da cana (até no máximo novembro) para que se possa cortá-la e plantá-la com vistas ao próximo ano. O corte começa em meados de abril e termina em torno de 15 novembro.

Na destilaria Centroálcool S/A, o recorde da produção é 566 mil litros de etanol em 24 horas. O rendimento na safra 2010/2011 atingiu 92 litros de álcool por tonelada de cana. A capacidade de moagem é cinco mil toneladas por dia, tendo um prazo de 48 horas para a cana ser moída. Assim, esta destilaria é considerada nacionalmente de boa competitividade.

A produção da empresa abastece Goiânia e Brasília. O custo do litro de etanol é de 0,80 centavos. Contudo, essa empresa é pequena em relação ao contexto goiano e às empresas de São Paulo e do Nordeste, até porque o custo de produção é altíssimo e as cifras são milionárias. Estima-se que o estado de Goiás alcance, em 2012, a terceira posição no *ranking* da produção de etanol no cenário nacional com a ajuda do suor do cortador de cana.

As condições ambientais de trabalho do cortador na cana queimada são muito piores do que as condições dos que cortam a cana crua, pois a temperatura ambiente no canavial queimado ultrapassa os 45° C. Além disso, a fuligem da cana penetra pela pele e pelo nariz dos trabalhadores, afetando sua respiração pelos elementos tóxicos que passam a circular na corrente sanguínea do trabalhador. A justificativa positiva por parte da empresa para manter tal técnica está no fato de a queima afastar os animais peçonhentos (cobras, escorpiões, insetos), evitando acidentes de trabalho.

A prática das queimadas é mantida apenas para reduzir os custos das empresas do setor sucroalcooleiro com a colheita da cana-de-açúcar, pois o rendimento do trabalhador cortador de cana ou da colheitadeira é triplicado quando a palha é queimada. É fato que com a cana queimada um trabalhador pode cortar de 8 a 12 toneladas diárias, gerando lucros à empresa. Essa lógica se mantém, também, porque os empresários do setor canavieiro têm como trunfo o desemprego dos cortadores de cana, caso sejam substituídos pelas colheitadeiras. Mas essa tese não se fundamenta, pois, se as queimadas fossem proibidas, o número de trabalhadores empregados na colheita seria, no mínimo, triplicado.

A realidade demonstra, ainda, que a justificativa do setor com a questão do desemprego é totalmente infundada, pois existem milhares de desempregados nas regiões canavieiras. No entanto, a cada ano, a destilaria Centroálcool S/A, entre outras, precisa ir cada vez mais longe para buscar os cortadores de cana. Atualmente, eles são trazidos do Piauí, da Bahia e do Maranhão, viajando milhares de quilômetros, para depois serem alojados em “dormitórios”. A destilaria quase não utiliza os trabalhadores de Inhumas/GO porque estes já conhecem bem o setor, preferindo outros tipos de emprego.

4

Compreendendo a diversidade no uso do solo na região metropolitana: a particularidade de Inhumas

Nesse capítulo discutiremos a diversidade no uso do solo da RMG sob o prisma do município de Inhumas. A singularidade do município é identificada nos três setores da economia (primário, secundário e terciário), que colocam Inhumas no rol dos municípios que conseguem fugir da influência da metropolização da capital, adotando um ritmo próprio para seu crescimento socioeconômico. A expansão urbana na borda de Goiânia é multifacetada, polinucleada e coesa, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo.

A expansão metropolitana de Goiânia rumo ao seu entorno gera disputas por uso do solo⁸¹. Há uma dispersão diferenciada na distribuição populacional dentro da RMG. O processo de espacialização urbana oriundo da lógica de seletividade dos lugares se formata a partir da apropriação desigual e combinada do território em que cada município se insere, apesar das singularidades. Esses municípios estão intrinsecamente ligados ao raio de influência de Goiânia, criando, a partir disso, anéis de polarização⁸², como é relatado por Nucada (2006, p. 45):

O movimento migratório e a atuação dos empreendedores imobiliários levaram à ocupação parcial de Aparecida de Goiânia e de Goianira, na década de 1970 e seguintes, de Senador Canedo a partir de 1980. Entretanto, verifica-se que desde 1991 e nos anos que correm, ocorreu uma mudança nos padrões de crescimento dos municípios. Agora, a expansão urbana atinge o que poderia chamar de segundo anel da RMG, representados por Hidrolândia, Bonfinópolis, Caldazinha, Santo Antônio, Abadia de Goiás e Aragoiânia. Observa-se também a transferência de moradores do primeiro anel para o segundo.

Os movimentos migratórios transformam Goiânia e região metropolitana num território de conflitos de usos e fluxos. Sob esse crivo, percebe-se um alargamento de fronteiras espraiadas por entre vazios urbanos. Esses espaços são registros das ações dos sujeitos no território em temporalidades distintas. O caso de Inhumas é singular porque sua expansão territorial depende das investidas do agronegócio, especialmente da cana, tornando o município um ente que está no descompasso da metrópole, inclusive com a capacidade de polarizar outros municípios próximos, como Caturai, Itauçu, Araçu, Nova Veneza, Nerópolis, Brazabrantes e Santa Rosa.

⁸¹ Ver Simmel (1979).

⁸² Ver conceito de polarização em Arrais (2007, p. 70-71).

O processo de diferenciação regional transforma-se continuamente com a globalização e com a divisão internacional do trabalho, provocando uma aceleração nas mudanças de conteúdo e forma das regiões. A análise da Região Metropolitana de Goiânia tornou-se, por isso, complexa e a definição do recorte territorial é uma incógnita devido às múltiplas funcionalidades no uso do solo. A esse respeito, Harvey (1980, p. 137) afirma que geógrafos e sociólogos têm desenvolvido uma variedade de teorias de uso do solo, que se atém aos padrões de uso. Harvey (1980, p. 137) afirma que:

A zona concêntrica, o núcleo múltiplo e as teorias setoriais nada mais são do que descrições generalizadas de padrões de uso do espaço urbano [...]. As formulações de Wilson (1970) são seguramente as mais sofisticadas até o presente – têm sido, também, utilizados para caracterizar as macrocaracterísticas de atividades e usos no sistema urbano. Todas essas formulações, contudo, implicam em sofisticadas análises de padrões de uso que diferem em grau, mas não em espécie, das expressas no mapa de uso do solo ou na descrição da atividade diária tal como esta desenvolve no sistema de sustentação de vida que é a cidade.

Existem diferentes graus de usos do solo na RMG, apesar de ocorrerem padrões das macrocaracterísticas de atividades no sistema urbano. Portanto, para entender a singularidade de Inhumas, é necessário tangenciar a questão da metrópole, numa condição singular, analisando a influência do setor canavieiro na dinâmica metropolitana.

Assim, o trabalho de compreender, a partir do município de Inhumas e sua região, as consequências da exploração canavieira em Goiás, estando o município muito próximo da metrópole, foi um dos desafios desta obra. As plantações de cana-de-açúcar no *front* da metrópole colocam Inhumas no descompasso da Capital: o município insere-se no mercado do agronegócio de grande escala e competitividade, com características regionais próprias dentro do campo de força de Goiânia. Concordamos com Harvey (1980, p. 144) quando a sua afirmação sobre a teoria do uso do solo:

A teoria do uso do solo aparece, então, como problema seqüencial de ocupação do espaço (com a possibilidade de espaço adicional na periferia). No mercado de moradia com um estoque de moradia fixo o processo é análogo a ocupar assentos seqüencialmente num teatro vazio. O primeiro que entra tem n escolhas; o segundo tem $n-1$, etc., com o último não tendo nenhuma escolha. Se os que entram assim o fazem de acordo com seu poder de compra então os que têm dinheiro têm mais chances, enquanto os mais pobres pegam o que sobrou, depois de todos terem exercido a escolha.

O parcelamento do solo de Goiânia é diverso e fragmentado, embora a paisagem urbana demonstre certa homogeneidade dos espaços na sua expansão territorial. A região⁸³ no *front* da metrópole é palco de assentos espaciais que vão sendo ocupados e desocupados de acordo com a necessidade do capital. Esse movimento dialético dá forma aos conflitos sociais tanto na cidade quanto no campo.

83 Ver conceito de região em Britto (1986).

A problemática da moradia é a mais visível, porque ela se espalha horizontalmente rumo à periferia, esticando a metrópole e trazendo com essa expansão problemas sociais como a falta de serviços nas áreas da saúde, educação, segurança e transporte, entre outros. O ordenamento territorial e os planos diretores não conseguem resolver as mazelas sociais porque os investimentos públicos chegam tarde e apenas amenizam os dilemas sociais. Na Figura 11, é possível identificar a distância física e estrutural de Aparecida de Goiânia ao centro econômico da capital goiana.



Figura 11 – Vazio urbano na área fronteira entre Goiânia e Aparecida de Goiânia, com alguns prédios de Goiânia ao fundo

Fonte: Teixeira (2012).

Na imagem, visualizamos um processo comum na “franja da metrópole” que é o contraste nos usos dos territórios. A cidade cresce de forma desordenada, sob a lógica da lucratividade dos especuladores imobiliários rumo às áreas rurais a fim de se criar loteamentos sem a menor infraestrutura, distantes do centro econômico e administrativo. O vazio urbano⁸⁴ chega a destoar nossos sentidos e os focos de crescimento parecem “bairros cogumelos”, que surgem esporadicamente na paisagem, ou seja, crescem rápido, nascem “da noite para o dia”, permitindo a dispersão e a propagação especulativa de loteamentos nas margens das principais rodovias de Goiânia.

84 Ver Santos (2001).

De certa forma, a metropolização brasileira trouxe um legado negativo no desmantelamento da relação entre o campo e a cidade⁸⁵. Fragmentaram-se fazendas e chácaras nas bordas da cidade a fim de gerar uma valorização da terra. Vazios entre bairros em Goiânia são alguns dos exemplos mais marcantes dessa especulação imobiliária.

Entretanto, a expansão metropolitana não deve se pautar apenas pelo arranjo urbano. Existem outras formas de configurar o território da RMG e uma delas é o agronegócio. Inhumas é hoje um polo do agronegócio no raio da metropolização. Blanco e Gurevich (2002, p. 76) entendem esse processo como:

La metropolización concentra de manera creciente los hombres, las actividades y las riquezas en aglomeraciones de varias centenas de miles habitantes, multifuncionales, fuertemente integradas a la economía internacional. Está acompañada de transformaciones significativas de las grandes ciudades, de sus periferias y de su medio ambiente, constituyendo espacios urbanizados cada vez más vastos, heterogéneos, discontinuos, formados a partir de diversas ciudades grandes, cada vez menos ligados a una economía regional, y cuyos interiores se transforman en espacios de servicios y de recreación.

O processo de metropolização torna-se um dos aportes necessários à ligação com o mundo globalizado de certas cidades nomeadas como competitivas. Grandes aglomerados de empresas se instalam nessas cidades a fim de aproveitar seu potencial logístico, bem como a oferta de mão de obra barata para a maximização dos lucros e a minimização das despesas. A ligação direta entre Inhumas e o mundo global passa primeiro pelo campo modernizado e pelas técnicas avançadas na apropriação e uso do solo. O então Prefeito de Inhumas destaca a singularidade do município:

O outro diferencial do município que eu vejo, é que o município de Inhumas tem uma economia bem dividida nas três esferas: indústria, comércio e agronegócio. Então, não é o município que tem a economia muito focada num setor só, é bastante dividido. Acho que essas são as características que mais diferenciam Inhumas de outros municípios. Os três setores de Inhumas tem uma base considerável na economia, tanto comércio quanto indústria quanto agropecuária. O comércio em virtude de Inhumas ser uma cidade polo. Nós temos aí várias cidades da nossa região que demandam Inhumas pra agências bancárias, para serviços do estado, serviços da União também como INSS, então essas pessoas vêm para estes serviços e acabam comprando no comércio de Inhumas. Então não tem um setor que tenha um fator preponderante na economia. Ela é bem dividida entre os três setores. (informação verbal)⁸⁶

Avançando nessa discussão, constatamos que Inhumas é um exemplo particular de múltiplas funcionalidades na utilização do território, com reflexos tanto no campo quanto na cidade. A riqueza materializou-se principalmente em três setores econômicos: a bacia leiteira, o comércio local e o agronegócio, como mostram as Tabelas 9 e 10:

⁸⁵ Ver Harvey (1998).

⁸⁶ Entrevista realizada em 15 de abril de 2011.

TABELA 9
PRODUÇÃO DE GADO E LEITE NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA (1998–2009)

Municípios	Gado (cabeças)		Leite (lts)	
	1998	2009	1998	2009
Abadia de Goiás	8.700	16.200	1.191	2.231
Aparecida de Goiânia	11.480	9.470	2.764	2.970
Aragoiânia	24.200	20.000	5.145	4.844
Bela Vista de Goiás	102.000	116.220	29.000	30.000
Bonfinópolis	8.500	9.850	1.650	3.700
Brazabrantes	14.729	14.100	1.937	2.970
Caldazinha	23.800	24.250	9.030	5.448
Caturai	19.900	19.380	2.452	5.751
Goianápolis	10.000	15.500	1.990	2.400
Goiânia	39.000	31.000	10.300	4.333
Goianira	19.580	17.350	2.208	2.930
Guapó	56.300	60.720	8.700	9.024
Hidrolândia	76.500	76.730	18.240	16.596
Inhumas	49.000	72.000	16.500	31.340
Nerópolis	20.000	24.300	3.920	4.200
Nova Veneza	11.192	18.000	2.318	3.800
Santo Antônio de Goiás	10.217	16.200	1.146	10.010
Senador Canedo	28.000	18.570	5.000	3.263
Terezópolis de Goiás	12.000	11.500	2.160	2.000
Trindade	77.370	75.350	20.425	50.000
TOTAL DA REGIÃO	622.468	666.690	146.076	197.810
TOTAL DO ESTADO	1.978.549	3.003.182	18.118.412	20.874.943
REGIÃO/ESTADO (%)	31,40	22,10	0,80	0,90

Fonte: Seplan/GO/Sepin/Gerência de Estatística Socioeconômica (2009). Organização: Teixeira (2012).

A Tabela 9 mostra que nos últimos 11 anos (de 1998 a 2009) houve uma queda de quase 10% no total do rebanho bovino na RMG. A explicação mais razoável para esta perda é a metropolização de Goiânia rumo ao entorno, o que fez com que muitas fazendas fossem transformadas em loteamentos.

TABELA 10
PRODUÇÃO DE SUÍNOS E AVES NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA (1998–2009)

Municípios	Suínos		Aves	
	1998	2009	1998	2009
Abadia de Goiás	950	1.440	26.800	6.890
Aparecida de Goiânia	1.720	1.350	75.010	96.220
Aragoiânia	2.360	2.360	19.770	26.650
Bela Vista de Goiás	9.460	10.370	1.550.000	1.496.400
Bonfinópolis	1.000	1.130	8.120	9.500
Brazabrantes	1.287	2.100	579.714	151.200
Caldazinha	2.780	3.230	30.200	37.280
Caturai	1.823	2.510	33.093	47.100
Goianápolis	1.120	580	23.000	39.000
Goiânia	7.930	4.400	448.000	92.000
Goianira	2.750	3.880	17.985	94.000
Guapó	4.310	5.980	253.000	73.490
Hidrolândia	6.600	6.250	482.000	592.910
Inhumas	5.900	8.000	1.140.000	1.752.070
Nerópolis	4.150	1.100	196.000	186.000
Nova Veneza	3.170	4.400	68.224	728.500
Santo Antônio de Goiás	1.394	2.000	35.583	51.000
Senador Canedo	9.140	8.830	14.100	17.990
Terezópolis de Goiás	2.250	2.900	29.300	40.800
Trindade	8.540	12.700	49.130	68.400
TOTAL DA REGIÃO	78.634	85.510	5.079.029	5.607.400
TOTAL DO ESTADO	1.034.767	1.929.062	19.162.752	53.717.123
REGIÃO/ESTADO (%)	7,60	4	26	10,40

Fonte: Sepplan/GO/Sepin/Gerência de Estatística Socioeconômica (2009). Organização: Teixeira (2012).

Pelos dados das Tabelas 9 e 10 é possível constatar a boa participação do município de Inhumas na produção total de suínos e aves, bem como na de gado e leite em relação à RMG. O município de Inhumas é o quarto entre os vinte municípios da RMG em produção de gado, leite e suínos, e é o primeiro na produção de aves, caracterizando-se como um polo de granjas na região.

Por outro lado, os dados demonstram que a produção de gado e leite em Inhumas destaca-se apenas na escala da região metropolitana, não tendo grande destaque no contexto estadual. Essa caracterização de bacia leiteira pode ser questionada, porque nos últimos anos alguns frigoríficos de Inhumas foram fechados, enquanto outros dividem espaço com as plantações de cana-de-açúcar, como demonstram as figuras 12 e 13, respectivamente.



Figura 12 – Frigorífico desativado em 2008

Fonte: Teixeira (2012).

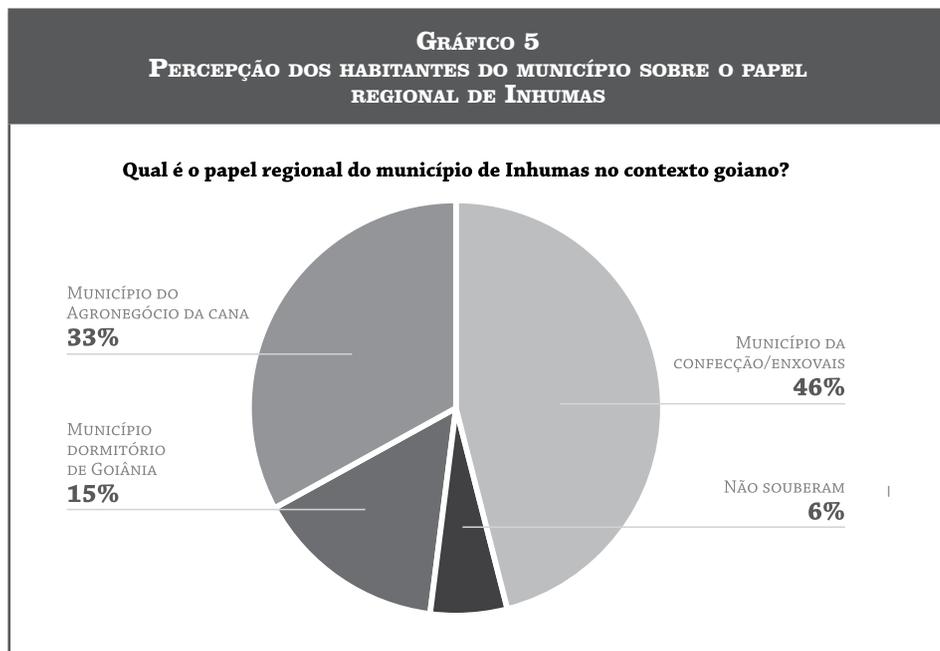


Figura 13 – Frigorífico em funcionamento cercado por plantações de cana

Fonte: Teixeira (2012).

Dessa maneira, a produção de gado e leite em Inhumas perde espaço para a produção de etanol. As lavouras de cana avançam rumo às áreas de pastagens, enfraquecendo aos poucos o setor agropecuário de Inhumas e região. Diante desse quadro, cabe perguntar qual é o papel regional do município de Inhumas.

No período de fevereiro a julho de 2011, aplicamos 250 questionários junto à população de Inhumas a fim de averiguarmos o perfil regional e socioeconômico do município. As questões contidas no questionário foram direcionadas para identificar o perfil do entrevistado, suas relações de trabalho, o tipo de prestação de serviços e de comércio ofertado, os tipos de migração, e o entendimento dos entrevistados sobre a função regional do município. A pergunta feita aos entrevistados foi: “Qual é o papel regional de Inhumas no estado de Goiás? As respostas foram sintetizadas no Gráfico 5.



Fonte: Teixeira (2012).

A população entende que o papel regional de Inhumas está subdividido em três lógicas: a maioria (46%) afirma que é o município das confecções e dos enxovais, enquanto 33% afirmaram que é o município do agronegócio da cana e 15% dizem que é um município dormitório. Apenas 6% não souberam responder à nossa pergunta. Portanto, de acordo com a percepção de seus habitantes, Inhumas apresenta uma caracterização socioeconômica bem diversificada, demonstrando um corpo regional bem singular na RMG.

Diante desse quadro, é importante caracterizar os aspectos socioeconômicos dando ênfase à questão da renda. Pelos dados coletados junto à Seplan/GO (2010), é possível aferir que o município de Inhumas é o quinto em PIB e o 13º em distribuição de renda entre os vinte municípios da RMG. Essas discrepâncias na distribuição da riqueza no município serão mais bem detalhadas adiante.

Uma breve reflexão sobre o perfil socioeconômico do município de Inhumas

O município de Inhumas apresenta uma pujança econômica considerável dentro da RMG, figurando entre os cinco municípios mais competitivos na borda de Goiânia. Sua arrecadação tributária apresenta uma envergadura considerável e está abaixo apenas de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade, respectivamente (veja Tabela 11).

Vale destacar que a riqueza produzida no território de Inhumas é fruto da divisão social do trabalho tanto no campo quanto na cidade. A força do município está num comércio local diversificado e desenvolvido com várias lojas, tais como: Casas Bahia, Ricardo Eletro, O Boticário, Cacau Show, Subway, entre outras, além de possuir muitas indústrias alimentícias como Sun Foods, Milhão, Rei do Milho, entre outras. Quanto às indústrias de grande porte em cenário regional, destacam-se, pela produção-distribuição-consumo, a Centroálcool e a Centrocourros.

TABELA 11
PRODUTO INTERNO BRUTO E RENDA PER CAPITA NA RMG (2000–2008)

Municípios	2000		2008	
	PIB	RENDA	PIB	RENDA
Abadia de Goiás	8.329,22	355,04	35.168,66	936,58
Aparecida de Goiânia	1.064.014,45	363,36	3.873.756,43	996,47
Aragoiânia	13.991,94	239,64	41.412,43	814,49
Bela Vista de Goiás	73.830,16	381,11	255.209,63	1.049,29
Bonfinópolis	10.121,17	450,06	31.665,82	877,65
Brazabrantes	8.381,14	316,00	31.239,60	848,31
Caldazinha	8.971,68	215,19	27.181,31	876,59
Caturai	10.035,26	225,72	34.556,96	907,43
Goianópolis	26.047,34	335,89	52.833,23	1.003,75

(continua)

TABELA 11
PRODUTO INTERNO BRUTO E RENDA PER CAPITA NA RMG (2000–2008)

Municípios	2000		2008	
	PIB	RENDA	PIB	RENDA
Goiânia	7.163.487,71	664,37	19.457.328,22	1.653,32
Goianira	87.679,17	408,52	167.724,06	979,19
Guapó	25.826,33	315,98	70.277,20	961,78
Hidrolândia	70.138,20	320,02	158.323,91	939,92
Inhumas	139.936,32	352,74	396.811,69	921,13
Nerópolis	109.539,94	365,15	275.788,60	1.017,00
Nova Veneza	17.966,64	431,94	58.654,45	1.059,70
Santo Antônio de Goiás	6.567,00	1.136,22	33.463,30	2.075,37
Senador Canedo	399.609,02	426,33	2.304.013,71	1.217,43
Terezópolis de Goiás	9.639,69	324,03	40.768,47	839,59
Trindade	245.076,29	382,37	644.772,26	1.001,08
TOTAL DA REGIÃO	9.499.188	400,48	25.001.395	1.048,80
TOTAL DO ESTADO	21.665.356	524,44	57.090.883	1.028,44
REGIÃO/ESTADO (%)	44,7	—	43,08	—

Fonte: Seplan/GO/Seplan/Gerência de Estatística Socioeconômica (2010). Organização: Teixeira (2012). (conclusão)

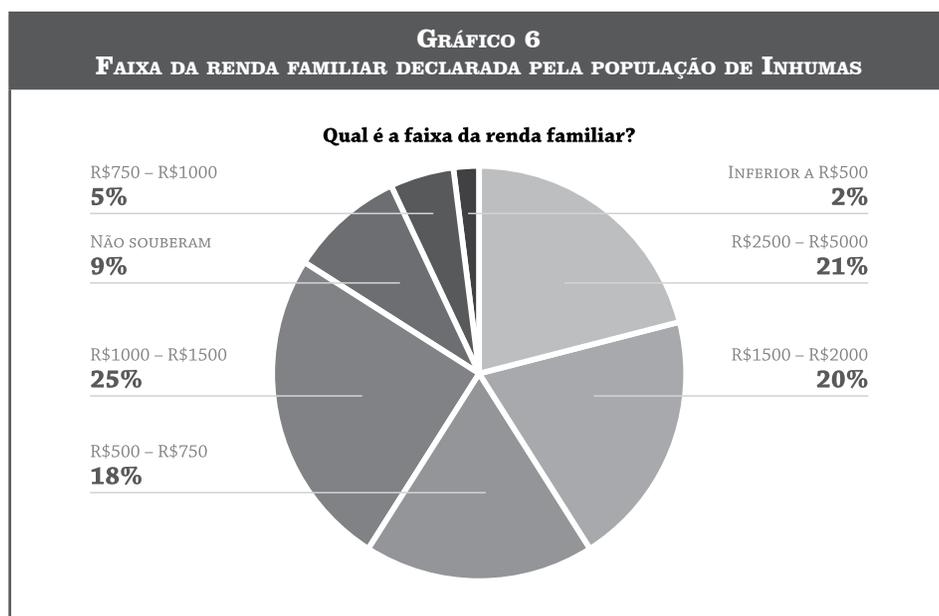
Diante desse quadro regional, a RMG possui 43,08% do total de PIB em relação ao estado, e o município de Inhumas possui 1,5% do total do PIB da RMG (dados de 2008). Os municípios mais destacados nesse quesito são Goiânia (19.457.328,22), Aparecida de Goiânia (3.873.756,43), Senador Canedo (2.304.013,71), Trindade (644.772,26) e Inhumas (396.811,69), respectivamente. Aparecida de Goiânia e Senador Canedo têm maior arrecadação com cifras milionárias. Em relação à média da renda *per capita*, a RMG apresenta R\$ 1.048,80, valor acima da média do estado de Goiás (R\$ 1.028,80), fato este que demonstra a concentração de renda no cerne metropolitano.

Os municípios mais destacados na renda *per capita* são: Santo Antônio de Goiás (2.075,37), Goiânia (1.653,32), Senador Canedo (1.217,43), Nova Veneza (1.059,70) e Bela Vista de Goiás (1.049,29), respectivamente.

Apesar de ter o quinto maior PIB da RMG, a distribuição de renda em Inhumas não é equilibrada, pois ocupa o 13º lugar na renda *per capita* entre os vinte municípios da RMG. Os dados apontam para uma concentração de renda em Inhumas. Esse fato foi diagnosticado em entrevistas e questionários aplicados durante a pesquisa, como podemos constatar na entrevista a seguir, com o estudante M. J. V sobre a renda salarial:

Os índices de desemprego na cidade de Inhumas aqui não é grande, o que é grande aqui na cidade de Inhumas é a quantidade de pessoas que ganham um salário baixo. Normalmente, quase todas as pessoas que chegar estão trabalhando de serventes na construção civil, trabalhando em alguma coisa. Mas a qualidade de vida aqui ela é meio baixa, porque o custo de vida aqui é alto. Na paisagem urbana é visível a diferença de classes sociais com casas milionárias construídas no centro da cidade e casas de alvenaria na periferia. (informação verbal)⁸⁷

O entrevistado destaca uma contradição entre o salário baixo e o custo de vida alto e consegue fazer uma leitura crítica da paisagem⁸⁸, identificando a diferença de classes. A respeito da renda, os 250 questionários aplicados junto à população resultaram no Gráfico 6, que apresentamos a seguir.



Fonte: Teixeira (2012).

⁸⁷ Entrevista realizada em 15 de abril de 2011.

⁸⁸ De acordo com Sousa (2010, p. 23), a paisagem é uma testemunha da história do ser humano, contada e renovada como uma ação que ocorre simultaneamente em vários lugares de uma cidade, com funções específicas e com particularidades.

Por meio dos questionários, constatamos que 25% dos entrevistados apresenta a renda familiar declarada oscilando entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00, enquanto 21% dos entrevistados declarou ter renda entre R\$ 2.500,00 e R\$ 5000,00, 20% entre R\$ 1.500,00 e R\$ 2.000,00, 18% entre R\$ 500,00 e R\$ 750,00, 5% entre R\$ 750,00 e R\$ 1.000,00 e 2% declararam ter renda inferior a R\$ 500,00. Somando a renda familiar dos que declararem receber entre R\$ 750,00 e R\$ 2.000,00 temos 68% do total dos entrevistados. Portanto, a distribuição da renda é preocupante no município de Inhumas, podendo impactar em setores diversos como o comércio, os serviços e o lazer.

A problemática de redistribuição de renda é um engodo político, econômico e social que precisa ser enfrentado. Apenas aumentar os salários não resolve a questão porque outros fatores corroem a renda, como a falta de serviços básicos de saúde, educação, segurança e lazer, além de uma carga de impostos descabida que aumenta as desigualdades sociais. Nesse sentido, Gudín (1954, apud BIELSCHOWSKI, 2000, p. 23) é providencial:

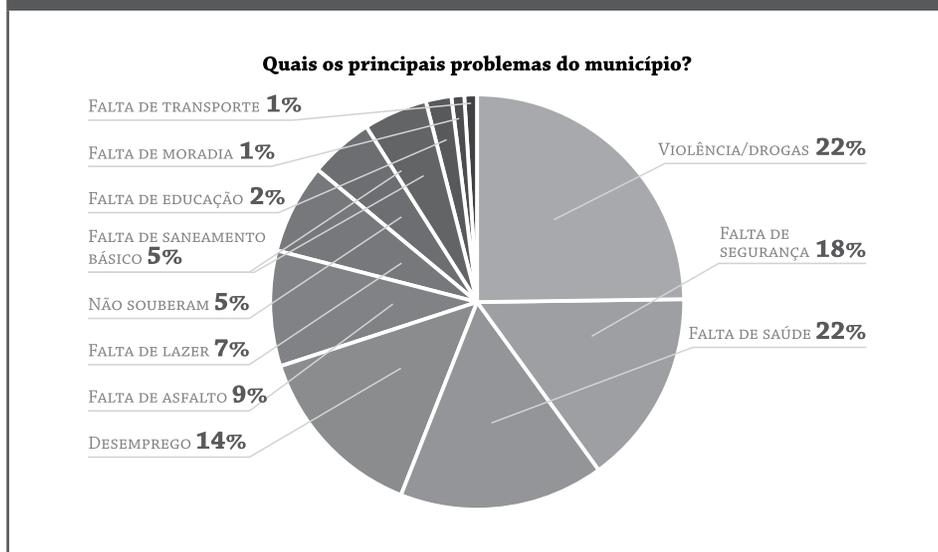
A legislação do salário mínimo procura transpor para o campo social um problema que é, em sua essência, econômico. O fim colimado é de uma redistribuição de renda em favor de um determinado grupo, o dos baixos salários. Mas a distribuição de renda em Economia de mercado não é arbitrária; obedece ao princípio de que cada um recebe dos outros a compensação correspondente aos serviços que presta, de acordo com a livre avaliação do mercado.

Esse aspecto é evidenciado por Harvey (1980, p. 81) ao afirmar:

Os geógrafos têm [...] acompanhado os economistas num estilo de pensamento, no qual as questões de distribuição são deixadas de lado (principalmente porque elas envolvem desagradáveis juízos éticos e políticos), enquanto os padrões de localização “ótimos” eficazes são determinados a partir de uma distribuição particular de renda hipotética.

Existe uma concepção em vários países do mundo de que redistribuição de renda passa primeiro pela arrecadação de impostos ou pelo aumento de salários, e, que isso gera conjuntamente um acréscimo no poder de consumo da população. Mas, na atualidade, o capital é mais financeiro do que produtivo, regido em sua maioria por instituições bancárias que visam à especulação e ao lucro. Essa lógica capitalista reflete num déficit na oferta de serviços básicos à população. Com base nessas reflexões, sintetizamos no Gráfico 7 os principais problemas do município de Inhumas.

GRÁFICO 7
PERCEPÇÃO DOS HABITANTES SOBRE OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE INHUMAS

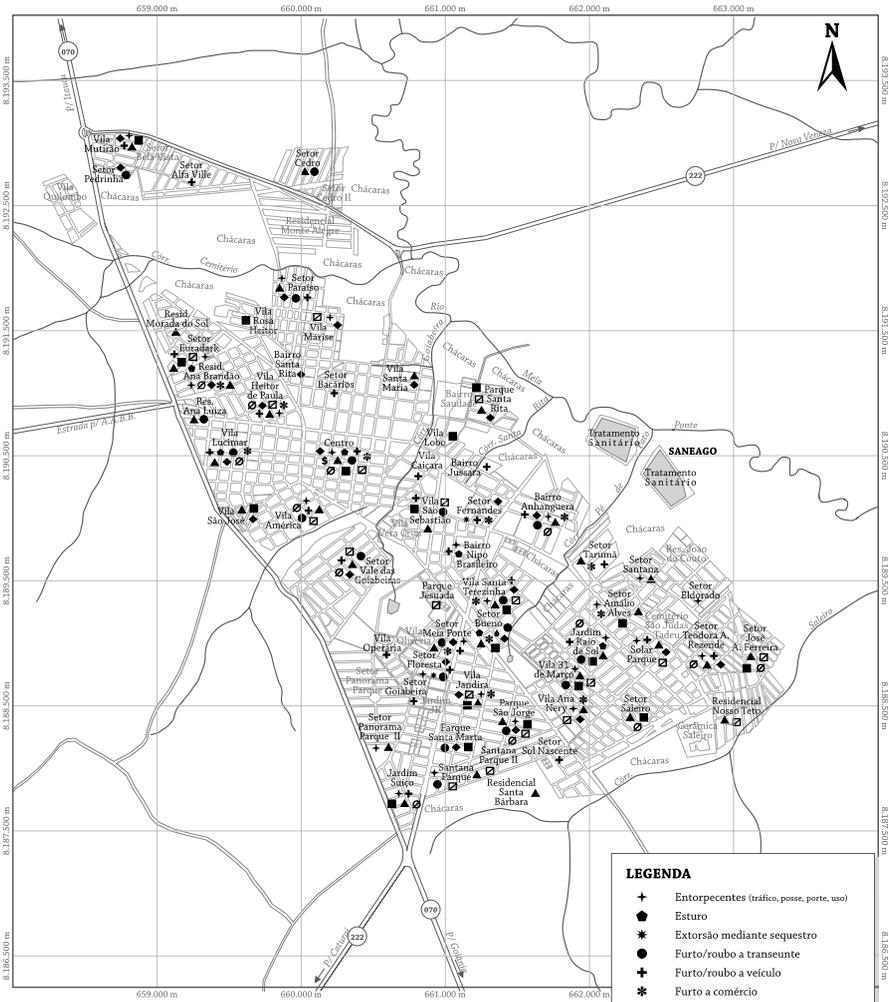


Fonte: Teixeira (2012).

A população de Inhumas declara como principais problemas do município a violência relacionada às drogas (22%), a falta de segurança (18%), a falta de saúde (16%), o desemprego (14%), a falta da falta de moradia e transporte. Os dados mostram que os problemas do município de Inhumas são estruturais no ordenamento territorial.

Como a violência foi o problema mais citado pela população de Inhumas, entendemos que era necessário coletar dados junto à 23ª CIPM (Companhia Independente de Polícia Militar) de Inhumas. Os dados apontaram que a violência se manifesta espacialmente em diversas localidades da cidade e do município, como mostrado no Mapa 14.

MAPA 14
MAPA DA VIOLÊNCIA URBANA DA CIDADE DE INHUMAS/GO (2009-2010)



LEGENDA

- ⊕ Entorpecentes (tráfico, posse, porte, uso)
- Esturo
- Extorsão mediante sequestro
- Furto/roubo a transeunte
- Furto/roubo a veículo
- Furto a comércio
- ▲ Furto/roubo a residência
- Furto em zona rural
- Homicídio doloso
- ◻ Tentativa de homicídio
- ◆ Outros furtos
- ⌘ Roubo a instituição financeira
- ⌘ Roubo a comércio/serviços

OUTROS CONVENCOS

- ▤ Quadra/lotemento
- Rodovia pavimentada
- Prefixo de estrada estadual
- Via secundária pavimentada
- ~ Cursos d'água



ESCALA GRÁFICA
250 0 250 500 750Km

Projeção Universal Transversa de Mercator

Fonte: Dados do 1º Distrito Policial da cidade de Inhumas - 2010
 Mapa Temático Padrão Construtivo. Mapa Urbano da Cidade de Inhumas-GO. Estado de Goiás. Espaço Urbano, Escala 1:5.000. Desenho Target (Março/ 2006)

Organização: Renato Araújo Teixeira
Cartografia Digital: Cláudia A. B. da Fonseca

O Mapa 14 foi elaborado a partir de dados de ocorrências coletados junto à 23ª CIPM de Inhumas, no período janeiro de 2009 a dezembro de 2010. As ocorrências de crimes foram classificadas em: 1) entorpecentes (tráfico/posse, porte, uso); 2) estupro; 3) extorsão mediante sequestro; 4) furto a transeunte/roubo a transeunte; 5) furto de carro/roubo de carro; 6) furto em comércio; 7) furto em residência/roubo em residência; 8) furto em zona rural; 9) homicídio doloso; 10) tentativa de homicídio; 11) outros furtos; 12) roubo a instituição financeira; 13) roubo em estabelecimentos comerciais ou de serviços; 14) roubo seguido de morte (latrocínio).

No período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010, foram registradas 719 ocorrências divididas em 14 naturezas diferentes de crime, distribuídas espacialmente entre 67 bairros na cidade de Inhumas e a zona rural. Os números mostraram que na cidade de Inhumas, o centro teve maior índice de violência, totalizando 152 ocorrências, seguida pela zona rural, com 48 casos; Vila Lucimar, com quarenta ocorrências; Vila Santa Terezinha, com 34 casos; Parque São Jorge, com 25 ocorrências; Vila Heitor de Paula, com 23 casos; Jardim Raio de Sol, com 22 ocorrências; Setor Amélio Alves, com 20 casos. Os demais bairros tiveram menos de vinte ocorrências de diferentes naturezas.

A violência em Inhumas é um problema social que deve ser enfrentado pela sociedade. A questão do tráfico de drogas em Goiás vem se alastrando por diversas localidades, refletindo com maior incidência no entorno de Goiânia e de Brasília. É preciso um pacto social entre governo e sociedade para amenizar as mazelas sociais que na maioria das vezes materializam-se em crimes.

Contudo, não é responsabilidade apenas do município oferecer tais serviços porque tanto o Governo Federal quanto o Governo do estado de Goiás devem suavizar os conflitos de ordem social. De acordo com o Art. 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988 (EC nº 26/2000), “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2008).

A riqueza e a distribuição de renda estão numa totalidade dentro de uma esfera local, estadual e federal. As mazelas sociais devem ser combatidas conjuntamente com políticas públicas bem planejadas. Como já foi dito, nem sempre investimentos financeiros resultam em melhorias sociais. Para entendermos melhor esta questão, iremos abordar quem são os agentes geradores da riqueza no município de Inhumas.

Caracterizando o espaço geográfico de Inhumas por meio dos três setores da economia

As atividades econômicas foram se diversificando ao passo que o conhecimento humano, as técnicas e as tecnologias foram se aprimorando, tornando necessário dividi-las em três setores: primário, secundário e terciário. De acordo com Santos (2001, p. 31):

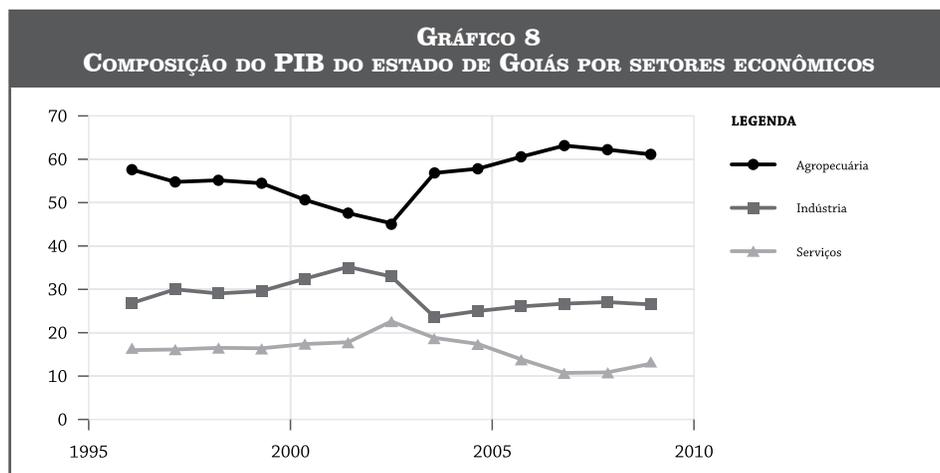
As técnicas, assim como as sociedades, passaram e passam por um processo evolutivo. E por intermédio dessa evolução no tempo e no espaço, a sociedade foi construindo uma história dos diferentes usos que faz do espaço [...]. São as lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza, situações em que as possibilidades técnicas presentes denotam os conflitos resultantes da emergência de sucessivos meios geográficos, todos incompletamente realizados, todos incompletamente difundidos.

Os diferentes tipos de uso do solo no contexto mundial e nacional induzem estudos da localização, distribuição e organização espacial das atividades econômicas no globo. Faz-se necessário, entender a localização de indústrias e atividades comerciais no atacado e no varejo, bem como as rotas comerciais e de transporte, além das mudanças de valor do mercado imobiliário.

A economia goiana é pautada pela redescoberta⁸⁹ do cerrado por meio da revolução verde na década de 1970. Foram criadas as condições locais para uma agricultura moderna, um consumo diversificado e uma nova etapa da urbanização, além da construção de Brasília, que foi a consolidação da inserção de Goiás na rede urbana nacional.

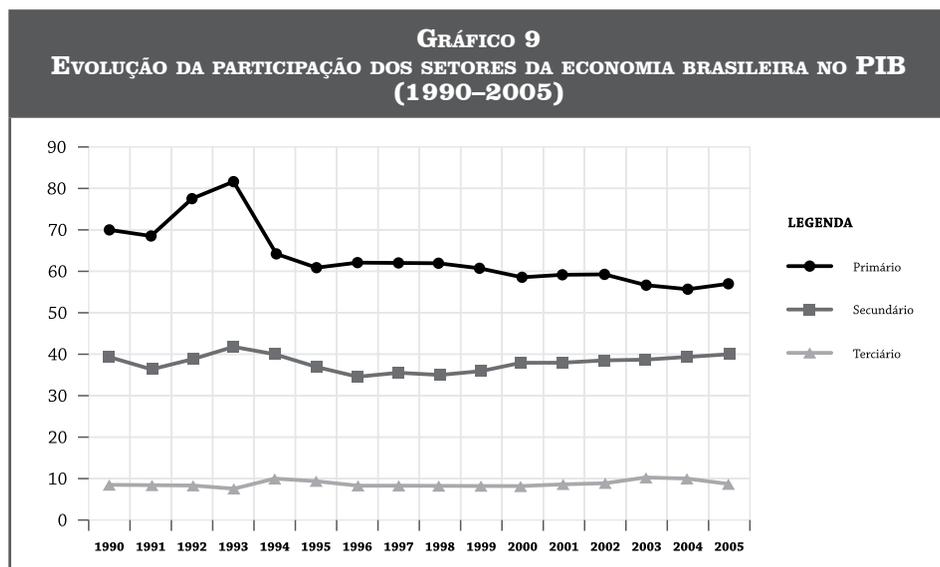
O estado de Goiás se destaca na produção agropecuária por apresentar altos índices no panorama nacional (veja Gráfico 8). As taxas de crescimento da economia goiana são superiores àquelas verificadas na economia nacional, refletindo uma ampliação da participação do estado de Goiás na formação do PIB brasileiro.

⁸⁹ A redescoberta do cerrado é a consolidação de várias frentes de expansão do capital, que se materializou desde a construção de Goiânia, passando pela construção de Brasília, e pela criação de políticas públicas de desenvolvimento voltadas para a região Centro-Oeste, como as CANG (s), o Polocentro, a Geoeconômica de Brasília, o Nordeste Novo, entre outras ações. Atualmente, essas áreas do cerrado estão sendo incorporadas pelo capital financeiro, principalmente, pelas empresas produtoras de açúcar e álcool que vislumbram tanto o mercado interno quanto o externo.



Fonte: Seplan/GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais (2010).

No estado de Goiás, o setor primário é o que apresenta menor participação do PIB. Esse dado acompanha uma tendência nacional, até porque em todas as cinco regiões brasileiras o PIB primário é o que possui menor representatividade entre os três setores da economia. Por outro lado, o Centro-Oeste é a região em que o PIB primário é mais representativo (13,6%)⁹⁰, como mostra o Gráfico 9.



Fonte: IBGE. Organizador: Eduardo Paulon Girardi

⁹⁰ Os dados sobre os PIB estaduais podem ser encontrados no site www.sidra.ibge.gov.br.

Comparando o PIB de Goiás em relação ao PIB nacional, constata-se a importância de cada um dos setores da economia na produção e organização do espaço geográfico. Na última década, a participação dos três setores da economia na composição do PIB tem se mantido constante, com pequenas variações. Em 2000, a participação dos setores primário, secundário e terciário no PIB nacional foi de, respectivamente, 8%, 37,5% e 58,5%, e na PEA (População Economicamente Ativa) esses três setores participaram com 18,7%, 21,4% e 59,8%, respectivamente.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram, ainda, que o estado de Goiás figura como o maior empregador no setor agropecuário na região Centro-Oeste, sendo responsável por 41,4% do pessoal ocupado em 2006. Em relação ao Brasil, o Estado é o 14º na posição, representando 2,52% do pessoal ocupado. Atualmente, o Estado é visto como um dos principais exemplos de expansão da agricultura brasileira, principalmente no cultivo da soja e na produção de cana-de-açúcar e de etanol, segundo dados da Seplan⁹¹. Trazendo essa discussão para a RMG, é possível sintetizar essa dinâmica de uso do solo, por meio do valor do rendimento nominal médio mensal e do número de emprego por setor de atividade, de acordo com a Tabela 12, que traz índices de 2009.

TABELA 12
VALOR DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL E NÚMERO DE EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE (2009)

Municípios	Valor do rendimento nominal médio mensal (R\$)	Número de empregos					
		Agropecuária	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	Total
Abadia de Goiás	790,72	62	212	19	144	391	828
Aparecida de Goiânia	914,39	262	16.541	8.843	14.658	53.802	94.106
Aragoiânia	769,81	114	211	49	69	358	801
Bela Vista de Goiás	940,77	974	1.198	33	551	866	3.622
Bonfínópolis	782,26	53	46	1	55	481	636
Brazabrantes	755,47	53	119	11	25	275	483
Caldazinha	759,28	65	26	0	27	269	387
Caturai	853,51	66	43	0	55	207	371
Goianápolis	944,04	82	96	1	138	388	705

(continua)

⁹¹ Ver dados na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do estado de Goiás: <http://www.seplan.go.gov.br>

TABELA 12
VALOR DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL E NÚMERO DE EMPREGOS POR
SETOR DE ATIVIDADE (2009)

Municípios	Valor do rendimento nominal médio mensal (R\$)	Número de empregos					
		Agropecuária	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	Total
Goiânia	1.503,39	2.790	53.359	33.234	95.469	324.923	509.775
Goianira	833,03	185	1.589	424	487	1.402	4.087
Guapó	868,74	197	333	16	141	571	1.258
Hidrolândia	858,58	521	868	17	340	754	2.500
Inhumas	821,52	1.148	2.677	218	1.892	2.502	8.437
Nerópolis	916,26	159	2.214	325	630	2.050	5.378
Nova Veneza	963,38	47	442	404	133	467	1.493
Santo Antônio de Goiás	1.979,84	76	50	86	38	866	1.116
Senador Canedo	1.131,21	154	1.382	177	1.272	3.420	6.405
Terezópolis de Goiás	798,89	34	216	30	132	260	672
Trindade	894,98	399	4.711	45	1.732	4.319	11.206
TOTAL DA REGIÃO	1.374,40	7.441	86.333	43.933	117.988	398.571	654.266
TOTAL DO ESTADO	1.206,08	76.847	204.695	64.895	224.931	637.942	1.209.310
REGIÃO/ESTADO (%)	—	9,68	42,18	67,70	52,46	62,48	54,10

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2009).

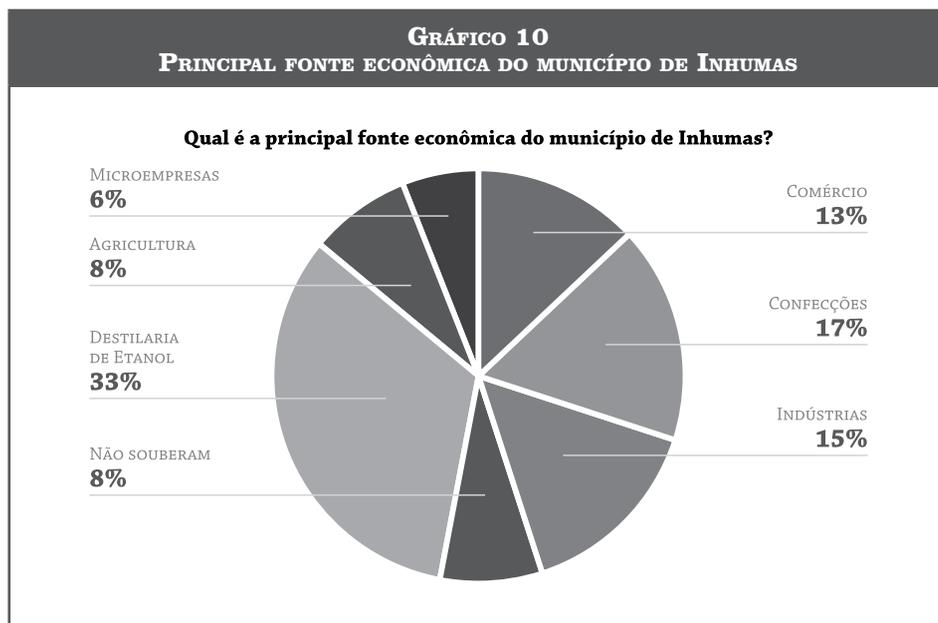
(conclusão)

Elaboração: Seplan/GO/Sepin/Gerência de Estatística Socioeconômica (2010).

A RMG acompanha a tendência nacional e estadual de que são os setores terciários e secundários os mais destacados na geração de empregos. Reiteramos que, em Inhumas, os postos de trabalho concentram-se na bacia leiteira e no agronegócio⁹² (primário) e no comércio local (terciário). O setor da construção é pouco desenvolvido neste município, pois a cidade cresce de forma moderada, embora a região metropolitana concentre

92 De acordo com dados da Seplan/GO (2010), o município de Inhumas/GO apresenta 126 estabelecimentos industriais, dos quais destacamos a Centroalcoól S/A (que emprega mais de 2.600 funcionários), a Cotril Indústria Alimentícia S/A (empresa desativada), o Frigorífico Vale da Goiabeira Ltda. (dados não disponibilizados), a Hiperboi Indústria e Comércio Ltda. (dados não disponibilizados), a Laticínios Guerreiro Ltda. (dados não disponibilizados), a PURINA (dados não disponibilizados), a Sun Foods (dados não disponibilizados), o Rei do Milho (dados não disponibilizados), a Granja GAASA (dados não disponibilizados), a Milhão (dados não disponibilizados), a Bio Pet (dados não disponibilizados), a Centrocouros (dados não disponibilizados) e a Indústria São João (dados não disponibilizados), entre outras.

67,70% de todas as atividades de construção no estado de Goiás. Muito desse número deve-se a Goiânia, que eleva esses dados e induz o crescimento urbano. Essas informações assemelham-se aos resultados dos questionários aplicados junto à população de Inhumas em 2011, sobre a fonte econômica do município, como mostrado no Gráfico 10.



Fonte: Teixeira (2012).

A maioria dos entrevistados destaca como principal fonte econômica do município a destilaria de etanol (33%), seguida pelas confeccões (17%), indústrias (15%), comércio local (13%), agricultura (8%), microempresas (6%).

A empresa que mais chamou a atenção foi a Centroálcool, porque concentra 30,8% (2.600)⁹³ do total de postos de trabalho no município (8.437), sendo a primeira agroindústria instalada em Inhumas, criando um arranjo produtivo local bem dinâmico no uso da terra. Essa força econômica gera pontos positivos e negativos como é ressaltado pelo entrevistado M. C. R:

A destilaria de álcool a gente não pode negar que dá muitos empregos para as pessoas, mas, de certa forma, concentrou o poder na mão de uma só pessoa. Como antes era muitas

⁹³ Ver Moreira (2008, p.104).

peessoas, pequenos agricultores que davam serviços para uma quantidade maior de pessoas. As pessoas conseguiam até mesmo uma renda familiar maior. Hoje com a destilaria de álcool isso já não acontece porque os pequenos proprietários, os grandes proprietários de fazendas eles estão alugando suas propriedades para o plantio de cana. De certa forma, eu acho que isso tem inibido um pouco o crescimento econômico da nossa cidade. (informação verbal)⁹⁴

Outro entrevistado C. J. A. afirma sobre a destilaria:

Hoje a mão de obra agrícola do corte de cana não está conseguindo substituir a mão de obra que está aposentando, os jovens não consegue abastecer a destilaria em trabalho. Inclusive, a mão de obra circunvizinha e da região – cidades vizinhas não se fazem safra porque se não for ao Nordeste buscar pessoas não ocorre a produção. No campo, cortador de cana tem 1100 funcionários, na usina em torno de trezentos funcionários em três turnos. Toda safra busca-se quinhentas pessoas para trabalhar no corte e se não trouxer não tem safra. Esses trabalhadores são em sua maioria dos estados da Bahia e Pernambuco. Existe frentes de corte em Itaberaí, Itaguari e Santa Rosa. Quando termina a safra em Inhumas estes trabalhadores voltam para começar o corte no Nordeste. O profissional que a empresa mais contrata é o cortador de cana, sem cortador, sem produção. É feito no campo o açúcar e álcool porque tem que mandar para destilaria uma cana de qualidade. O regime de trabalho é de segunda a sexta das 7h às 16h e aos sábado até às 11h. (informação verbal)⁹⁵

Comparando as duas entrevistas, percebe-se que a empresa gera muitos postos de trabalhos, mas a mão de obra é, em sua maioria, de outras localidades e com baixa qualificação profissional. Os cortadores de cana ainda são o “chão-de-fábrica” para o desenvolvimento dessa atividade produtiva. Esse processo pode estar inibindo o crescimento da cidade, porque a renda do trabalhador é baixa e flutuante.

O município de Inhumas destacou-se na região em relação ao setor⁹⁶ de indústrias, contudo, trouxe desligamentos de trabalhadores dos postos de emprego⁹⁷ em virtude do processo de industrialização do campo. A força da agropecuária nessa região ainda é uma resistência à incorporação deste município à lógica da metropolização de Goiânia porque, embora este município receba migrantes, ainda não se caracteriza como um receptáculo à demanda residencial da aglomeração urbana de Goiânia.

94 Entrevista em 14/05/2011.

95 Entrevista em 21/05/2011.

96 Ver grandes setores: indústria, construção civil, comércio, serviços, agropecuária no RAIS/MTE.

97 A RMG possui 52,4% do total de indústrias em relação ao Estado, já o município de Inhumas em relação a RMG possui 1,8% do total de indústria (2006). Os municípios mais destacados são: Goiânia (5.117), Aparecida de Goiânia (931), Trindade (148) e Inhumas (126), respectivamente. Em relação ao número total de empregos, a RMG apresenta 55,8% do estado de Goiás, Inhumas em relação a RMG possui 1,3% do total de empregos. Os municípios mais destacados são: Goiânia (442.332), Aparecida de Goiânia (69.404), Trindade (9.488) e Inhumas (7.325), respectivamente.

A força e o poder da agropecuária inhumense no contexto da região metropolitana

O desafio da população na fronteira da metrópole está na necessidade de se ajustarem às novas práticas espaciais⁹⁸ que mudaram o contexto da estrutura agrária tradicional, caracterizando, assim, uma redução da capacidade em gerar empregos. Esse processo intensificou uma marcha migratória contínua para as regiões economicamente mais dinâmicas, ou seja, regiões que oferecem maiores equipamentos urbanos e oportunidades de trabalho, como é o caso, na região Centro-Oeste, de Goiânia e Brasília, de Cuiabá e Campo Grande. Portanto, é o processo de modernização que gera a fronteira agrícola, e não o contrário, e, essa modernização significa, entre outras coisas, a introdução maciça de maquinários e produtos químicos. A esse respeito, assim afirma Santos (2001, p. 118):

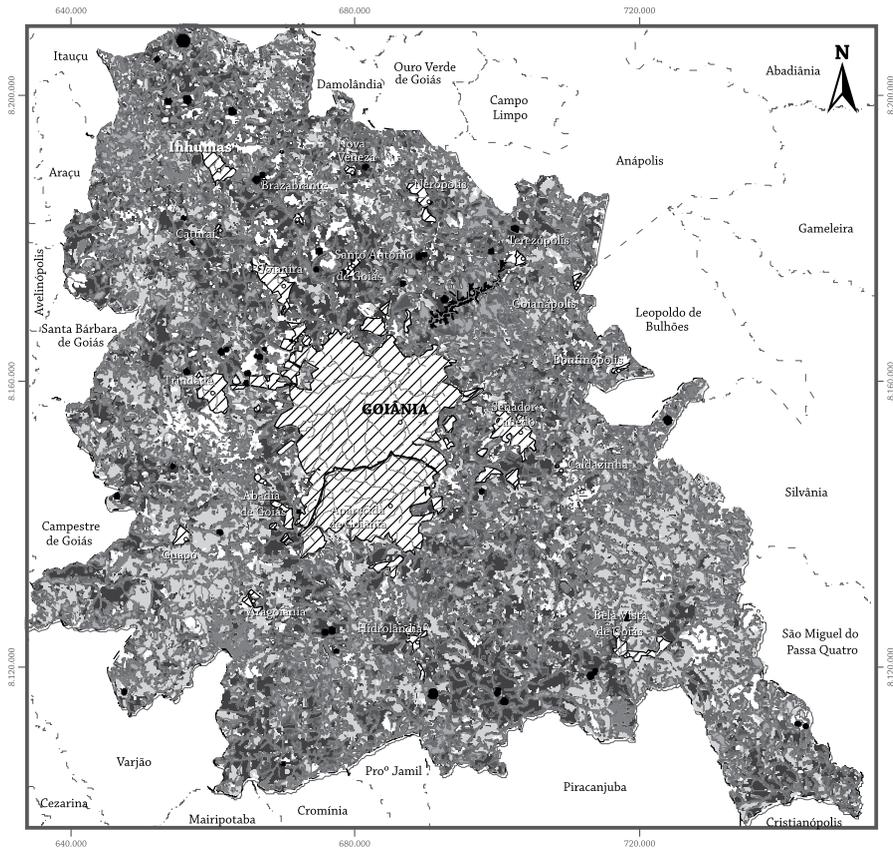
Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola no período técnico-científico-informacional.

Na tentativa de entendimento do uso agrícola no *front* metropolitano, elaboramos mapas a fim de comparar os usos do solo⁹⁹ nos períodos compreendidos entre 1990 e 2010. O manejo do território é um exercício de poder, e o modo como se apropria dele é fenômeno causador de tensões de poder. Observe no Mapa 15 e no Mapa 16 os tipos de uso do solo de Inhumas e Região Metropolitana de Goiânia.

98 Entende-se por práticas espaciais as alterações intensas no espaço geográfico através do trabalho humano. Essas alterações também podem ser classificadas em seletividade espacial, marginalização espacial, agregação, reprodução espacial, antecipação espacial.

99 Ver Teixeira (2005, p.133).

MAPA 16
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA RMG (2010)



LEGENDA

- Sedes Municipais
- Cerrado
- Cerrado ralo
- Mata ciliar
- Agricultura
- Pastagem
- Solo exposto
- Área Urbana
- - - Região Metropolitana de Goiânia
- - - Região de desenvolvimento integrado de Goiânia
- - - Limite municipal
- - - Cursos d'água

ESCALA GRÁFICA

Projeção Universal Transversa de Mercator
Fuso 22 - Hemisfério Sul/Meridiano 51° WG

Fonte:
Interpretação de Imagens de Satélites LANDSAT 5 TM, Órbita/ Ponto 222/071, 222/072, 221/071, 221/072. Data: 05/07/2010. Composição colorida R5G4B3 - INPE DPI (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/ Divisão de Processamento de Imagens). IBGE. Agência Rural. Mapa de Drenagem. Escala 1:100.000, 2008.

Organização:
Renato Araújo Teixeira

Cartografia Digital:
Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

Esses produtos cartográficos permitem constatar que houve redução de floresta, em virtude do avanço da cana-de-açúcar e outras culturas. Houve aumento dos pivôs que caracterizam a lavoura irrigada na região de Inhumas. Fazendo uma comparação preliminar entre os mapas de ocupação do solo de 1990 e 2010, constatamos que as matas ciliares foram também afetadas por esse uso intensivo do solo. Vejamos os dados na Tabela 13.

TABELA 13			
USO DO SOLO NA RMG E NOS ARREDORES DE INHUMAS/GO (1990 E 2010)			
Elementos de análise	Uso da Terra - 1990 (km²)	Uso da Terra - 2010 (km²)	Taxa de variação em % no período (1990-2010)
Solo exposto	1149,33	2552,68	54,9
Pastagem	745,49	574,14	-29,8
Cerradão	467,53	679,28	31,1
Agricultura	2425,38	670,79	-261,5
Área urbana	314,00	632,64	50,3
Pivô	5,72	73,67	92,2
Mata Ciliar	755,28	16,49	-4480
TOTAL	5862,75	5862,75	—

Fonte: Imagens Landsat 05 – Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE, 2010).

Utilizamos sete elementos de análise na elaboração do mapa de uso e ocupação da terra: solo exposto, pastagem, cerradão, agricultura, área urbana, pivô e mata ciliar. Comparando os dados colhidos, constatamos que ocorreu acréscimo de solo exposto (54,9%), de área urbana (50,3%), de cerradão (31,1%) e de pivô (92,2%). O aumento na área de pivôs e de solo exposto demonstra o preparo da terra para a introdução da cultura da cana, o que exige mecanização com intrínseca irrigação. O crescimento da área urbana era esperado em virtude de uma tendência nacional das regiões do entorno crescerem mais do que as metrópoles.

O dado que destoou dos demais foi o acréscimo de cerradão. A possível resposta está no fato de a região de Inhumas situar-se numa zona de encontro de floresta com cerrado, em virtude da sua inserção na região do Mato Grosso Goiano¹⁰⁰. Uma vez retirada a mata fechada, essa área, aos poucos, foi sendo enquadrada como classe de cerrado porque as árvores que sobraram são, em sua maioria, de pequeno porte e espaçadas.

100 Ver Faissol (1952).

A tensão de forças entre o avanço da cana-de-açúcar e a expansão urbana influi diretamente na redução das áreas de pastagens (-29,8%), de agricultura (-261,5%) e de mata ciliar (-4480%). As duas frentes de crescimento, tanto o campo quanto a cidade, fazem com que se criem corredores de segregação que provocam impactos na estrutura urbano-regional. Essa dinâmica explica a espacialização diferenciada tanto no campo como na cidade. Contudo, a produção canavieira nem sempre foi o polo desenvolvimentista do município de Inhumas. Em entrevista, o pioneiro O. A. M esclarece que:

Antigamente, nos anos atrás, 77,80 ha era o alho, alho deu muito dinheiro aqui. Hoje agora é as canas. As canas, os terrenos não é do pequeno proprietário. É dos grandes mesmo. Teve uma época aí, em que o fazendeiro pagava uma pessoa para morar com ele lá na fazenda. Hoje paga para ir embora. A diferença é essa. A fazenda muito grande eles arrendam para cana, para ficar livre da reforma agrária. Inhumas já produziu café, era lavoura de café, o problema não vendia. O presidente teve uma época que não queria. Era Getúlio. (informação verbal)¹⁰¹

Por outro lado, o pioneiro G. J destaca sobre este assunto que:

O que conheço da história de Inhumas era três passagens: da década de 70 para trás quando era uma cidade pequena de porte muito rica, nessa época tinha, predominava agricultura e a bacia leiteira. Com o desenvolvimento veio para cá as grandes lojas para cá as Pernambucanas, Riachuelo. Nessa época, na década de 70 Inhumas tomou um impulso muito alto. Com a chegada de mais imigrantes, até aí ela tinha muito gente que vinha para cá. As pessoas vinham para cá e quando acabaram a parte das lavouras, nessa migração aumentou muito o povoamento de Inhumas. A população aumentou muito numa década e meia. Aí foi a transformação de Inhumas. Ela passou de uma cidade pequena, mais passiva e começou a ser uma cidade de porte médio. Aí começaram a vim a chegada das indústrias. Quando chegou usina, granjas, chegou a tecnologia, na década de 80. Até a década de 70 era o que predominava era agricultura e pecuária. Depois na década de 80 para cá mudou, acabou a agricultura, aí entrou as indústrias, aí monopolizou muito nosso município. (informação verbal)¹⁰²

No município de Inhumas, houve vários ciclos produtivos e diversos usos da terra ao longo da história, com destaque para o café na década de 1940; a pecuária na década 1970; o alho na década 1980; a laranja na década 1990; e a cana-de-açúcar da década de 1990 aos dias atuais. Esse processo pode ser melhor entendido por meio da análise das paisagens, das lavouras e das fazendas, como mostram as figuras 14 e 15.

101 Entrevista realizada em 12 de maio de 2011.

102 Entrevista realizada em 05 de abril de 2011.



Figura 14 – Plantações de milho na década de oitenta no município de Inhumas

Fonte: T.S.L – moradora da pequena propriedade no município de Inhumas/GO.



Figura 15 – Criação de gado para produção de leite na década de oitenta em Inhumas

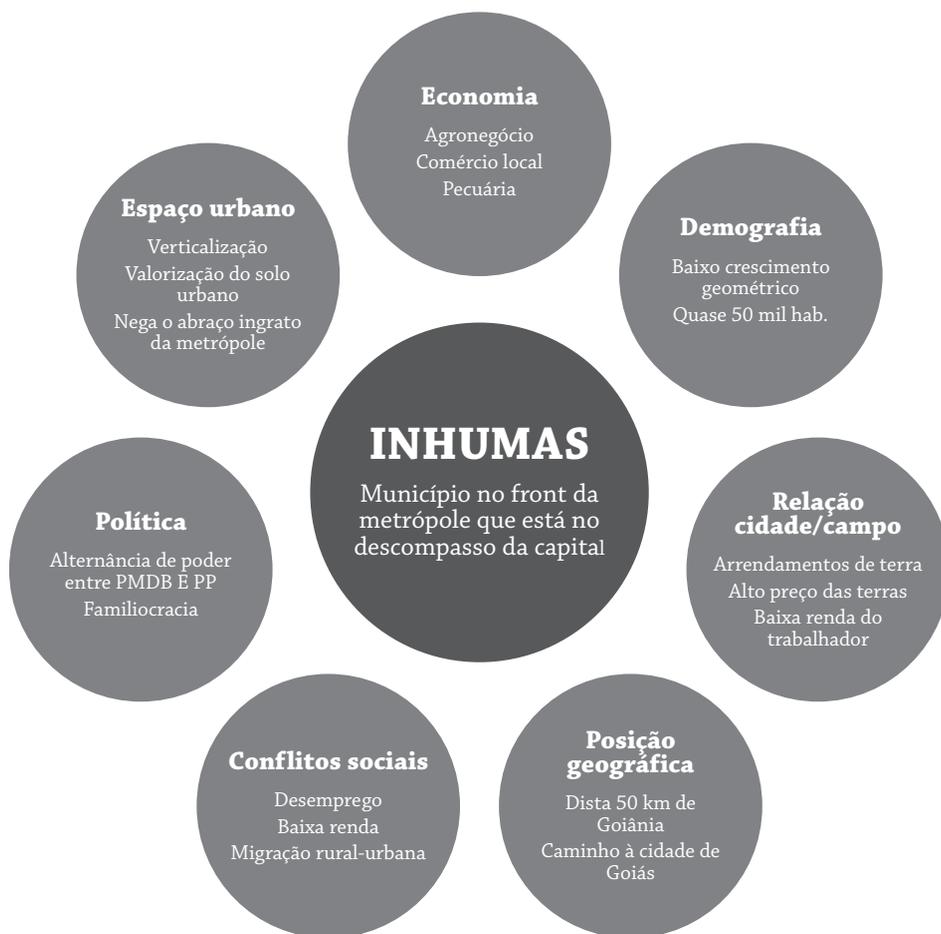
Fonte: T.S.L – moradora da pequena propriedade no município de Inhumas/GO.

Retomando a discussão sobre a agropecuária de Inhumas em relação à RMG e usando os dados da Seplan/GO (2010), podemos sintetizar a participação do território de Inhumas no setor produtivo da seguinte forma:

- Primeiro em produção e área plantada de cana-de-açúcar: 510.880 ton. e 6.386 ha, respectivamente, em 2010;
- primeiro em produção de mandioca (13.600 ton.) e em produção de tomate (15.600 ton.) em 2010;
- primeiro em produção de banana (2.533 ton.) em 2010;
- em 2000, era o maior produtor de milho da região (12.000 ton.); em 2010, teve a menor produtividade (140 ton.);
- em 2000, era o maior produtor de laranja (38.000 ton.); em 2010, este índice caiu para (6.000 ton.);
- quarto em rebanho bovino (72.000 cab.) e segundo em produção de leite (31.340 l), perdendo apenas para Trindade em 2010;
- quarto em produção suína (8.000 cab.) e primeiro em produção de aves (1.752.070 cab.) em 2010.

O município de Inhumas é destaque na RMG na produção de cana-de-açúcar, laranja, banana, tomate e mandioca, além de ter boa participação na produção de gado, aves, suínos, leite e ovos. Esses dados comprovam que este município possui uma bacia leiteira consolidada na região, com vários frigoríficos instalados e um polo da cana-de-açúcar, além de ser reduto de indústrias alimentícias e de granjas. Contudo, apesar ter várias empresas no setor de granjas, a produção de milho no município é pequena. A explicação mais óbvia é a competição de usos do solo em que as lavouras canavieiras avançam nas áreas onde se poderia produzir outras culturas.

A história de Inhumas aponta que o município sempre teve tradição no segmento agropecuário. Sabe-se que a categoria paisagem ajuda a entender as rugosidades do espaço, porque a paisagem é a memória do espaço, com as lembranças registradas dos acontecimentos de outra época. Segundo Santos (1997, p.72), “o espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. Por isso a paisagem e o espaço são pares dialéticos”. A paisagem que nos interessa é a atual, porque sabemos que um espaço é um processo de totalidades oriundo de conflitos, contradições e dilemas sociais, como é mostrado no Esquema 2.



Esquema 2 - O retrato de Inhumas/GO

Organização: Teixeira (2012).

Nesse retrato de Inhumas, é possível identificar que há empresários do solo urbano, mas há, também, especuladores imobiliários que não se preocupam com um planejamento do espaço urbano de Goiânia e das cidades vizinhas, gerando grandes ilhas de loteamentos ou cidades dentro de cidades. No campo, há também empresários com outra lógica de maximização de capital, ligados à monocultura, aos latifúndios, aos incentivos fiscais, ao apoio político que induz uma migração rural-urbana. Sabemos que essas duas lógicas de exploração do território geram mazelas sociais de grande monta, criando exércitos de excluídos tanto no meio urbano quanto no meio rural.

O desemprego e a violência são problemas que preocupam os moradores de Inhumas e a distribuição de renda é um gargalo econômico a ser enfrentado pelo poder público local. Por outro lado, emergiram nos últimos dez anos novas formas de geração de emprego e renda por meio das confecções. Esse setor mostra-se como uma alternativa para amenizar as discrepâncias de ordem socioeconômica.

5

A construção e a desconstrução do espaço urbano de Inhumas

A diferença de renda é mais visível nos espaços urbanos em virtude da concentração populacional. Neste capítulo, analisaremos a reprodução do espaço urbano de Inhumas desde o desenho da cidade até as formas de renda materializadas no ente urbano. Constatamos, anteriormente, que o comércio de Inhumas é bem diversificado para uma cidade de quase cinquenta mil habitantes. É uma aglomeração urbana que concentra renda refletida na sua paisagem, com casas que quase chegam a cifras milionárias na região central, em oposição às muitas casas de alvenaria na periferia da cidade.

O espaço urbano está relacionado à reprodução da vida e é fruto do trabalho social consubstanciado com as necessidades humanas em um dado momento histórico. No estado de Goiás, o crescimento urbano se intensificou a partir da expansão capitalista no campo nos meados da década de 1970. Esse processo espacial foi mais sentido no padrão demográfico goiano em que a migração rural-urbana¹⁰³ caracterizou-se como um dos elementos mais destacados.

O crescimento das cidades brasileiras trouxe a lógica da urbanização, transformando hábitos até então tradicionais em mudanças comportamentais e sociais mais modernas. Houve um aumento no número de pessoas vivendo em cidades. O modo de vida urbano¹⁰⁴ estreitou-se com o advento da rede urbana¹⁰⁵ que ligou o Brasil do litoral ao sertão. A criação de Goiânia antecipou a modernização da região e a construção de Brasília representou um marco na inserção de localidades mais longínquas do território nacional ao contexto global, diminuindo o espaço-tempo entre os lugares e as distâncias regionais.

Em 1950, o Brasil tornou-se urbano à medida que a maioria da população foi viver nas cidades. Nesse aspecto, a Geografia urbana¹⁰⁶ sempre procurou estudar as áreas urbanas e seus processos de produção e reprodução¹⁰⁷. A cidade é uma sucessão de tempos desiguais¹⁰⁸ que permitem falar em diferentes fases de crescimento urbano, fases

103 Ver George (1983).

104 Ver Clark (1991).

105 Ver Correa (1986, 1994, 1995, 2006).

106 Ver Castells (2006 e1999).

107 Ver Gottdiener (1993).

108 Ver Santos (1978, 1979, 1981, 1985, 1987, 1988, 1990, 1993, 1994, 1994a).

estas que acompanham a evolução da economia do país em que se encontram, moldando desta forma a sua rede urbana consoante o grau de desenvolvimento atingido.

O estado de Goiás teve vários fatores que contribuíram para o seu povoamento urbano durante os séculos XVIII a XX como a corrida do ouro e a consequente garimpagem, as estradas de ferro, a malha rodoviária e as atividades agropastoris, dentre outros. No caso do município de Inhumas, foi o movimento de tropas durante o século XVIII que elevou este espaço a uma pequena aglomeração urbana. Essa assertiva vai ao encontro da afirmação de Teixeira Neto et al. (2004, p. 87):

Notadamente, surgiram ao longo dos caminhos antigos que ligavam o território goiano-tocantinense a São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Por razões óbvias, localizavam-se nos principais pontos de entroncamento desses caminhos e, às vezes, nos pontos de passagens de rios. Os locais, dependendo da frequência com que as tropas aí pernoitavam ou descansavam, logo evoluíram para uma pequena aglomeração, em que se podia contar com alguns serviços típicos de uma pequena aglomeração urbana: um pequeno comércio e diversões para os tropeiros e viajantes.

Desse modo, pode-se sintetizar a reprodução do espaço urbano na história de Inhumas da seguinte forma: a) a passagem das tropas rumo à antiga capital (Goiás Velho) no século XVIII; b) a construção de Goiânia na década de 1930; c) a imigração de estrangeiros para o cultivo do café na década de 1940; d) a construção de Brasília na década de 1960; e) a pecuária na década de 1970; f) a modernização do campo na década de 1980. As figuras 16 e 17 ilustram a pujança da produção de café em Inhumas na década de 1980.



Figura 16 – Sacas de café em Inhumas/GO

Fonte: Romilda Montagnini – plantadora de café



Figura 17 – Plantações de café em Inhumas/GO (1980)

Fonte: Romilda Montagnini – plantadora de café

O desenho urbano da cidade de Inhumas foi traçado seguindo o formato de um tabuleiro de xadrez, com o planejamento urbano inspirado nas cidades espanholas nas Américas do século XVIII. O projeto urbano se configurava a partir de dois eixos perpendiculares (em ângulo de 90°), sob a forma de uma quadrícula semelhante a um tabuleiro de xadrez, o chamado “traçado xadrez”. Este traçado não levava em consideração a topografia natural do terreno, pois os colonizadores procuravam escolher os terrenos mais planos possíveis, entre outros quesitos a serem atendidos (posição estratégica, facilidades de acesso e defesa, fertilidade do solo, etc.), como ilustra a Figura 18. Observe que os contornos da cidade de Inhumas são em forma de tabuleiro de xadrez.



Figura 18 – Vista área de Inhumas (1960)

Fonte: Inhumas (2011)

A cidade de Inhumas se diferencia no traçado urbano¹⁰⁹ de outras cidades porque pensou num ordenamento territorial para o futuro. Essa preocupação destoa da lógica de povoamento das cidades coloniais portuguesas. Holanda (1993, p. 51) esclarece que as cidades que os portugueses construíram na América

não são produto mental, não chegam a contradizer o quadro da natureza. Nenhum rigor, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono e mesmo um certo “desleixo” organizacional que denuncia a ausência do predomínio da linha reta e de uma estratégia de planejamento “racional” pensada para o futuro.

O desenho arquitetônico de Inhumas nasce racional, civilizado e disciplinador¹¹⁰. O centro direciona sua expansão com ruas em linhas retas e perpendiculares. Esse traçado arquitetônico buscou a modernidade, encurtando o espaço-tempo no deslocamento pela cidade. A Avenida Bernardo Sayão representa a válvula de escape que divide a cidade ao meio, além das ruas Goiás e Antônio Marques Palmeira, ponta de lança do comércio local. Essas principais vias podem ser vistas nas figuras 19 e 20.

109 Ver Mumford (1998).

110 Ver Moreira (2006, p. 30).



Figura 19 - Vista parcial da Rua Goiás em Inhumas

Fonte: Inhumas (2011)



Figura 20 - Vista parcial da Rua Antônio Marques Palmeira em Inhumas

Fonte: Inhumas (2011)

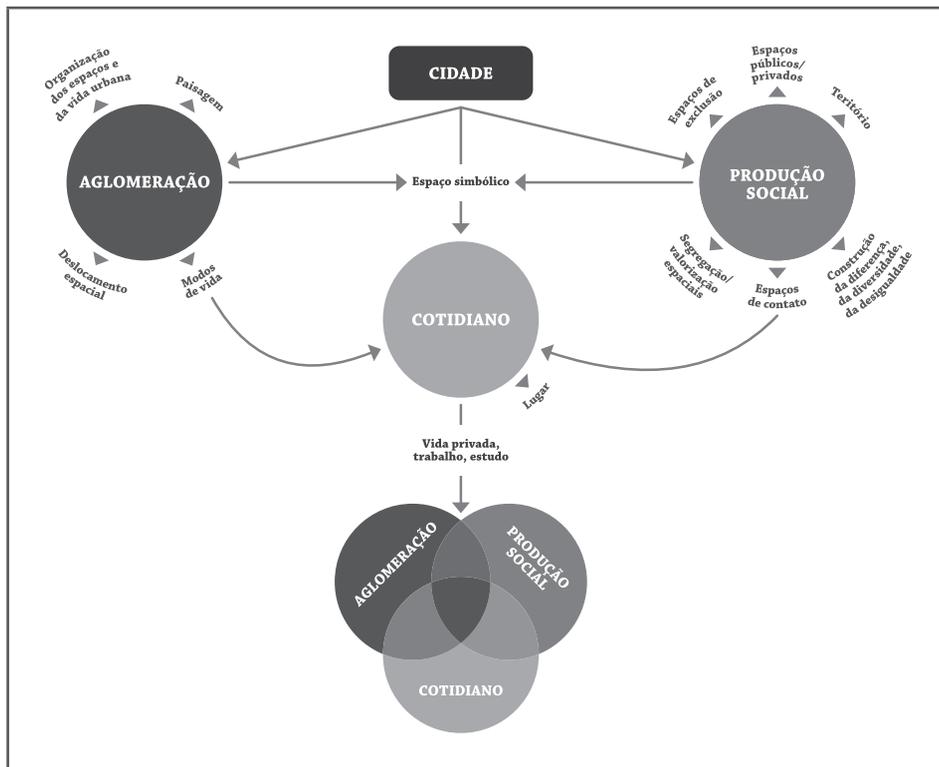
Para compreender o urbanismo das cidades, temos que perceber que a cidade moderna nasce junto com a arte de governá-la por meio do controle e do planejamento. O arquiteto francês Le Corbusier (2002)¹¹¹ já dizia que as cidades são oficinas espirituais onde se produz a obra do mundo. A cidade é um instrumento de trabalho, em que suas funções devem ser organizadas, separando indústria de habitação, preparando-a para os deslocamentos da população.

Dessa forma, para entender a organização espacial da cidade e sua evolução temporal deve-se pausar em quatro categorias de análise espacial fundamentais: estrutura¹¹², processo, função e forma, sempre entendidas como disjuntivo

e associado (SANTOS, 1985, p. 2). Por isso, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade não são as mesmas. Cada variável muda de valor de acordo com o período histórico e a práxis social. Veja a seguir a dinâmica do conceito de cidade retratada no Esquema 3.

¹¹¹ Le Corbusier (2002).

¹¹² Ver Correa (1986, p. 77).



Esquema 3 – Sistematização do conceito de cidade

Adaptado de Cavalcanti (2008, p. 57).

A cidade constitui-se em um meio material e social adequado a uma maior socialização das forças produtivas e de consumo¹¹³. Cavalcanti (2008) sintetiza a cidade como uma relação indissociável entre aglomeração, produção social e cotidiano. Movimento dialético este que afeta o espaço, a paisagem, o território, a região, o lugar. Contudo, a autora faz um alerta sobre a necessidade de distinguir¹¹⁴ os conceitos de espaço urbano¹¹⁵ e cidade:

É preciso distinguir os conceitos de espaço urbano e cidade. Segundo Santos (1988) e Lefebvre (1991), a cidade é a forma, é a materialização de determinadas relações sociais, enquanto espaço urbano é o conteúdo, são as próprias relações sociais que se materializam no espaço. Porém, não se pode fazer uma separação absoluta entre espaço urbano e cidade, assim, como numa análise dialética, não se pode fazer uma separação absoluta entre forma e conteúdo – há entre as duas categorias uma relação de interdependência dialética. Maria Adélia A. de Souza (1999)

113 Ver Santos (1994, p.120).

114 Há confusões conceituais também entre urbano e urbanização; metrópole e metropolização.

115 Ver Carlos (1994; 1996).

faz referência à interdependência, mas alerta que é fundamental distinguir os dois conceitos: a cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim, a materialidade visível do urbano, enquanto este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza à cidade. (CAVALCANTI, 2008, p. 66)

Pensar a cidade de Inhumas é analisá-la dentro da rede urbana numa escala global, nacional e local. De acordo com Correa (1994, p. 5), a rede urbana é o meio através do qual a produção, a circulação e o consumo se realizam. Por meio da rede urbana e da crescente rede de comunicações a ela vinculada, distantes regiões puderam ser articuladas, estabelecendo uma economia mundial. A cidade de Inhumas tornou-se global à medida que sua produção local transcendeu os limites nacionais¹¹⁶.

Dentro da hierarquia urbana brasileira adotada pelo IBGE (1994) com o critério do número de habitantes, as cidades que possuem entre cem a quinhentos mil habitantes são consideradas de porte médio e as que possuem mais de quinhentos mil são consideradas de grande porte. Nesse segmento, Inhumas está no *ranking* de cidade de pequeno porte (até cem mil habitantes). Essa classificação foi analisada por Ferreira (2008, p. 546), que afirma:

Metodologicamente, a Teoria das Localidades Centrais, oferece base para novas reflexões e considerações enquanto orienta novas propostas de estudos considerando a hierarquia urbana. Estudos como a “Caracterização e Tendências da rede urbana do Brasil” elaborado pelo Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), em 1998, com a parceria do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e NESUR/UNICAMP. Também o estudo de “Região de Influência das Cidades – REGIC” realizado pelo IBGE em 1993 e 2007 foram e são edições importantes nessa área e serão adotados como orientação metodológica na discussão e na pesquisa que aqui se apresenta.

A rede urbana brasileira estabelece uma relação de interdependência entre cidades menores e as grandes cidades que, por sua vez, estão subordinadas às duas metrópoles globais (São Paulo e Rio de Janeiro). Os estudos feitos pela Diretoria de Geociências do IBGE, por meio da Coordenação de Geografia, evidenciaram as Regiões de Influência das Cidades (REGIC) e classificaram a rede urbana da seguinte forma:

- Metrôpoles globais: São Paulo e Rio de Janeiro;
- Metrôpoles nacionais: Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília;
- Metrôpoles regionais Belém, Goiânia, Manaus;
- Capitais Regionais, como Palmas/TO;
- Centros Regionais, como Araguaína/TO;

- Centros de Zona, como Inhumas/GO;
- Centros Locais, como Guaporé/GO.

De acordo com Nucada (2010, p. 134), a rede urbana de Goiânia, incluindo esta cidade, concentra 3,5% da população brasileira e 2,8% do PIB nacional, estende-se por todo o estado de Goiás e Tocantins e parte dos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso, segundo o REGIC. Além disso, fazem parte da rede urbana de Goiânia duas Capitais Regionais, seis Centros Sub-Regionais e 45 Centros de Zonas.

Portanto, a cidade de Inhumas está inserida no grupo dos Centros de Zonas influenciadas diretamente pelo campo de força metropolitano de Goiânia. Tendo os dados do REGIC como referência, Goiânia concentra 365 cidades, das quais 163, ou 44,7% estão em estados próximos a Goiás. A cidade de Inhumas, por sua vez, influencia centros locais como Araçu, Brazabranes, Caturai, Itauçu e Santa Rosa, entre outros.

Essa classificação do IBGE levou em conta quatro tipos de interações urbanas: gestão federal, gestão empresarial, ligações aéreas e ligações rodoviárias de transporte coletivo. Por outro lado, no contexto regional, um estudo da Seplan/GO (2007) criou um *ranking* das cidades mais competitivas de Goiás. A cidade de Inhumas, embora seja um Centro de Zona e cidade de pequeno porte em habitantes, ocupa a 16ª posição¹¹⁷ entre os 246 municípios goianos, como é destacado na Tabela 14, sobre os municípios mais competitivos do estado de Goiás em 2007.

TABELA 14
RANKING DOS MUNICÍPIOS MAIS COMPETITIVOS DO ESTADO DE GOIÁS (2007)

Municípios	Dinamismo (100)	Riqueza econômica (100)	Infra-estrutura econômica, localização estratégica e logística (100)	Qualidade de vida (100)	Mão de obra (30)	Infra-estrutura tecnológica (70)	Políticas de incentivos financeiros e tributários (30)	Média (ponderada)
1 Anápolis	30,44	90,35	77,77	64,14	20,23	70,00	18,59	57,42
2 Rio Verde	54,73	71,19	63,84	67,60	20,15	42,65	17,10	56,00
3 Catalão	52,84	54,34	72,80	68,32	20,75	17,17	7,22	49,47
4 Aparecida de Goiânia (RMG)	35,59	84,50	74,15	52,35	20,10	14,15	8,08	46,36
5 Itumbiara	33,50	38,93	67,87	72,43	19,28	17,37	5,35	41,17
6 Senador Canedo (RMG)	49,16	34,60	73,32	50,88	13,14	0,00	1,40	38,81

(continua)

117 Segundo o *ranking* da Seplan de 2009, Inhumas caiu para a 20ª posição, o que demonstra uma tendência de perda de competitividade em relação a outros municípios do estado de Goiás.

TABELA 14
RANKING DOS MUNICÍPIOS MAIS COMPETITIVOS DO ESTADO DE GOIÁS (2007)

Municípios	Dinamismo (100)	Riqueza econômica (100)	Infra-estrutura econômica, localização estratégica e logística (100)	Qualidade de vida (100)	Mão de obra (30)	Infra-estrutura tecnológica (70)	Políticas de incentivos financeiros e tributários (30)	Média (ponderada)
7 Jataí	44,65	31,56	43,37	67,36	17,24	7,89	5,43	37,45
8 Luziânia (RIDE)	39,90	41,94	66,30	42,77	12,58	10,77	2,18	36,62
9 Caldas Novas	28,82	17,83	64,79	67,89	15,56	6,80	2,28	33,26
10 Niquelândia	50,79	21,79	25,36	56,38	19,03	6,20	1,72	33,15
11 Goianésia	43,02	14,74	45,66	61,10	16,15	2,86	2,04	32,66
12 Mineiros	32,85	14,86	45,45	66,99	15,37	3,47	11,18	31,86
13 Palmeiras de Goiás	43,62	6,07	43,96	66,65	11,30	0,09	4,11	31,34
14 Alexânia (RIDE)	49,78	6,57	44,63	52,39	9,97	0,00	0,14	30,47
15 Quirinópolis	15,92	9,98	70,69	63,68	14,75	4,06	7,76	28,97
16 Inhumas (RMG)	32,96	10,24	39,96	64,20	13,69	1,20	1,04	28,03

Fonte: Seplan/GO (2007).

(conclusão)

Para criar esta síntese da dinâmica econômica, levou-se em conta fatores como: dinamismo e riqueza econômica; infraestrutura econômica; localização estratégica e logística; qualidade de vida; mão de obra; infraestrutura tecnológica; políticas de incentivos financeiros e tributários. Desse modo, no estado de Goiás, muitos espaços são selecionados em virtude de suas “vantagens locais”, a fim de se instalarem eixos de desenvolvimento econômico. Entretanto, Villaça (1998, p. 20) pontua a necessidade da distinção entre espaço regional e intraurbano:

A distinção mais importante entre espaço intra-urbano e espaço regional deriva dos transportes e das comunicações [...]. A estruturação do espaço regional é dominada pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral – eventualmente até da mercadoria força de trabalho. O espaço intra-urbano, ao contrário, é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho –, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc.

Indubitavelmente, sabemos que nos estudos da Geografia urbana há uma relação dialética entre os espaços regionais e intraurbanos. Por isso, entender a cidade e seu espaço urbano é o primeiro caminho para compreender a reprodução social materializada em um território em um dado momento histórico.

A questão urbana de Inhumas: uma cidade que resiste ao “abraço ingrato” da metrópole

A cidade de Inhumas é sede de um município competitivo economicamente no contexto regional, e faz limite ao Norte com Itauçu; ao Nordeste com Petrolina de Goiás; ao Sul com Goianira e Caturai; à Leste com Damolândia; à Oeste com Araçu. As principais vias rodoviárias que cortam a cidade são: a GO-222, que é chamada de antiga rodovia para Anápolis e que dá acesso a Nova Veneza e Nerópolis, entre outros municípios; e a GO-070, principal acesso à antiga capital (Goiás Velho) e a Goiânia.

O desenho urbano da cidade de Inhumas pode ser caracterizado por fases históricas distintas: a primeira, no século XVIII, com a concentração do aglomerado urbano com face para o Norte (Goiás Velho, a antiga capital de Goiás); a outra foi ao Sul, a partir de 1930, com a face para a nova capital, Goiânia. O centro e alguns bairros mais antigos estão voltados para a antiga capital do estado; já os bairros mais contemporâneos miram-se em direção à Goiânia.

Outro elemento que interferiu na expansão do sítio urbano¹¹⁸ de Inhumas foi a rede de drenagem. O córrego Goiabeiras, que caracterizava uma barreira natural dividindo a cidade em dois lados, por muito tempo inibiu o crescimento desta cidade. Aos poucos, esse quadro foi mudando com a instalação de infraestrutura como as pontes, o que facilitou a acessibilidade da população a terrenos baixos como as Vilas Santa Maria e Jesualda. Contudo, a ausência de leis para normatizar o uso do solo fez com que a ocupação desordenada degradasse as nascentes do córrego e seus afluentes. Na atualidade, há uma preocupação em controlar os impactos socioambientais no solo urbano do município, como mostra o plano diretor de Inhumas (Lei nº 2.675, de 14 de dezembro de 2007):

Art. 52ª – Inciso I. A Macrozona de Proteção Ambiental é caracterizada por regiões marcadas pela presença de bens naturais a serem preservados, constituída pelas áreas de faixa de proteção do Rio Meia-Ponte, das nascentes e dos Córregos Saleiro, Pé-de-Pato, Santa Rita, Grotão, Goiabeiras, Bambuzinho, Cemitério e Cedro, e também a área imprópria à ocupação localizada na bacia do Córrego Santa Rita do Bairro Jussara. (INHUMAS, 2007)

O plano diretor é uma lei da Constituição de 1988 que determina às cidades com mais de vinte mil habitantes que planejem sua expansão urbana. No Mapa 17, mostramos a área urbana de Inhumas, na qual se constata que a cidade cresceu do lado esquerdo do rio Meia Ponte, entre seus afluentes.

No Mapa 17, baseado no plano diretor de Inhumas, pode-se perceber que o centro é a área mais valorizada, as extremidades Norte e Sul da cidade possuem os piores padrões de uso e o padrão médio encontra-se entre o centro e essas extremidades. Portanto, são as ações sociais em determinado território que motivam a direção do crescimento urbano-regional e os padrões de uso.

118 Entende-se por sítio urbano o espaço físico onde se assenta a cidade.

Como já foi comentado anteriormente no capítulo 2, em Inhumas há uma preocupação com o crescimento desordenado da cidade. O mapa mostra que o espaço urbano de Inhumas materializou-se em apenas um lado da rodovia GO-070. A possível explicação para esse fato, encontra-se na geomorfologia do município que, para Moreira (2008, p. 100), é um complicador:

A região ondulada do Mato Grosso Goiano tornou-se inadequada para o propósito produtivo no Estado de Goiás, não comportando, portanto, o uso da tecnologia do solo, em face da inexistência de planícies continuadas. As terras no entorno do município de Inhumas não possibilitavam este tipo de produção, razão esta que fez com que as regiões de cerrado, detentoras de terras planas, pudessem ser ocupadas, havendo uma associação entre o solo e tecnologia agrícola. Essa situação pode ser observada nas pesquisas do censo de 1970 e 1980. Entre as décadas de 1970 e 1980 houve um acentuado decréscimo populacional no campo, enquanto que na cidade houve ligeiro acréscimo.

Contudo, o planejamento do solo urbano ou agrícola do município de Inhumas não pode se basear em preceitos teóricos do “possibilismo¹¹⁹”, ou seja, o ambiente natural tem certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade. Mas, o ambiente não é capaz de tudo explicar. Em Inhumas não é diferente, a região da cana e a região urbana resultam do trabalho humano em determinado ambiente.

Portanto, os arranjos espaciais tanto no campo quanto na cidade estão na lógica de quem influencia esse espaço e de como o faz. E em que direção caminha esse espaço? Constata-se que tanto o espaço urbano quanto o espaço agrícola avançam rumo às áreas de relevo ondulado, como mostram as figuras 21 e 22.



Figura 21 – Loteamento Vale Azul na cidade de Inhumas
Fonte: Teixeira (2012).



Figura 22 – Lavouras de cana avançam para áreas íngremes
Fonte: Teixeira (2012).

119 O termo *possibilismo* foi elaborado pelo historiador Lucien Lefebvre para diferenciar a geografia francesa dos trabalhos influenciados pelo determinismo ambiental. Assim, o termo passou a designar uma escola de pensamento geográfico que encara o ambiente natural (muitas vezes referido como *Natureza*) como um mero fornecedor de possibilidades para a modificação humana, não determinando a evolução das sociedades, sendo o homem o principal agente geográfico.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal, o espaço urbano da cidade de Inhumas é dividido entre 31 setores, 21 vilas, três bairros, quatro parques, nove áreas residenciais. Dessa divisão afloram, também, discrepâncias de renda na apropriação territorial que se materializou numa paisagem urbana bem diversificada¹²⁰, como mostram as figuras 23 e 24.



Figura 23 - Condomínio fechado em Inhumas

Fonte: Teixeira (2012).



Figura 24 - Antiga invasão da GO-070

Fonte: Teixeira (2012).

Já ressaltado no capítulo 2, reiteramos que o solo urbano de Inhumas é um dos mais valorizados da RMG, com um lote na periferia chegando a custar 30 mil reais. O reflexo mais evidente desse processo é a verticalização da cidade, nos últimos cinco anos, com três novos prédios, como mostra a Figura 25.



Figura 25 - A verticalização da cidade de Inhumas

Fonte: Teixeira (2012).

120 O entrevistado M. C. J. destaca as diferenças de classes ao afirmar: “aqui existem diferenças de classes, dá para perceber por que numa cidade onde você encontra casas de um milhão, oitocentos mil, seiscentos mil, você encontra casas como na Vila Mutirão, de placas. Você acha sobrados bonitos nas regiões mais nobres, nos setores mais periféricos você encontra casas sem rebocar feitas com restos de materiais. Tem sim essa diferença social aqui em Inhumas”.

Em outra vertente urbana, novos bairros se espalharam próximos da entrada principal de Inhumas, na GO-070, na direção Sul, rumo a Goiânia. Esses loteamentos residenciais recebem incentivo financeiro da Caixa Economia Federal, a fim de construir casas populares em pouco tempo com pequenas prestações.

O aumento no desenvolvimento do entorno de Inhumas tende a ampliar os loteamentos, pois o governo do estado duplicou a GO-070 de Goianira a Inhumas (Figura 26). Essa obra de infraestrutura ajudará a reduzir as distâncias entre os municípios próximos e contribuirá para aumentar a fluidez em relação a Goiânia.



Figura 26 – Duplicação da GO-070, trecho Goianira-Inhumas

Fonte: Teixeira (2012).

Com a duplicação, o acesso à capital ficou mais rápido, aproximando Inhumas de Goiânia. A proximidade geográfica facilitará as trocas comerciais entre as duas cidades, sobretudo no setor das confecções e enxovais. Apesar das políticas públicas locais refutarem a ideia do abraço ingrato da metrópole, as forças centrífugas e centrípetas de Goiânia tenderam a romper as fronteiras e o setor de confecções é o primeiro passo para essa aproximação econômica.

A urgência da rede confeccionista em Inhumas: uma alternativa econômica para a geração de empregos

Discorrer sobre a rede de confecções em Inhumas implicou em vários desafios: 1) é um segmento que existe a mais de dez anos na cidade, mas apenas agora está se consolidando no cenário goiano e nacional; 2) as confecções tornaram-se um refúgio de emprego e renda para a população de Inhumas que não conseguia oportunidades no setor comercial, na bacia leiteira e nas empresas do agronegócio. Entretanto, antes de nos aprofundarmos na realidade de Inhumas, esmiuçaremos a rede de confecções no estado de Goiás.

O crescimento no setor confeccionista em Goiás é resultado de um processo de dispersão territorial. Sabe-se que no cenário nacional as regiões Sudeste e Sul apresentam maior pujança econômica e tecnológica neste segmento, mas dados apontam que esse cenário vem mudando ao longo dos anos, como podemos ver pelos dados da Tabela 15.

TABELA 15
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS CONFECCIONISTAS POR REGIÃO BRASILEIRA

Regiões	1997		2001		2004		Variação (%)
	Uni.	Partic. (%)	Uni.	Partic. (%)	Uni.	Partic. (%)	
NORTE	262	0,8	276	0,8	1.129	1,36	330,92
NORDESTE	3453	10,6	4329	11,8	10.894	13,11	215,49
SUDESTE	19696	60,6	19942	54,2	42.061	50,61	113,55
SUL	7341	22,6	9782	26,6	23.066	27,76	214,21
Centro-Oeste	1731	5,3	2468	6,7	5.954	7,16	243,96
TOTAL BRASIL	32485	100	36797	100	83.104	100	155,82

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2004).

Dentro da região Centro-Oeste, o estado em que o número de confecções mais cresceu foi Goiás. Sua participação no total de plantas instaladas no Centro-Oeste, que já era de 73% em 1997, chegou a 78,4% em 2001 e manteve-se em 75,63% em 2004, conforme pode ser verificado na Tabela 16.

Estado de Goiás	1997	2001	2004
Número de Plantas	2491	4503	1.129
Participação no Brasil (%)	3,9	5,42	10.894
Participação no Centro-Oeste (%)	73,0	75,63	42.061

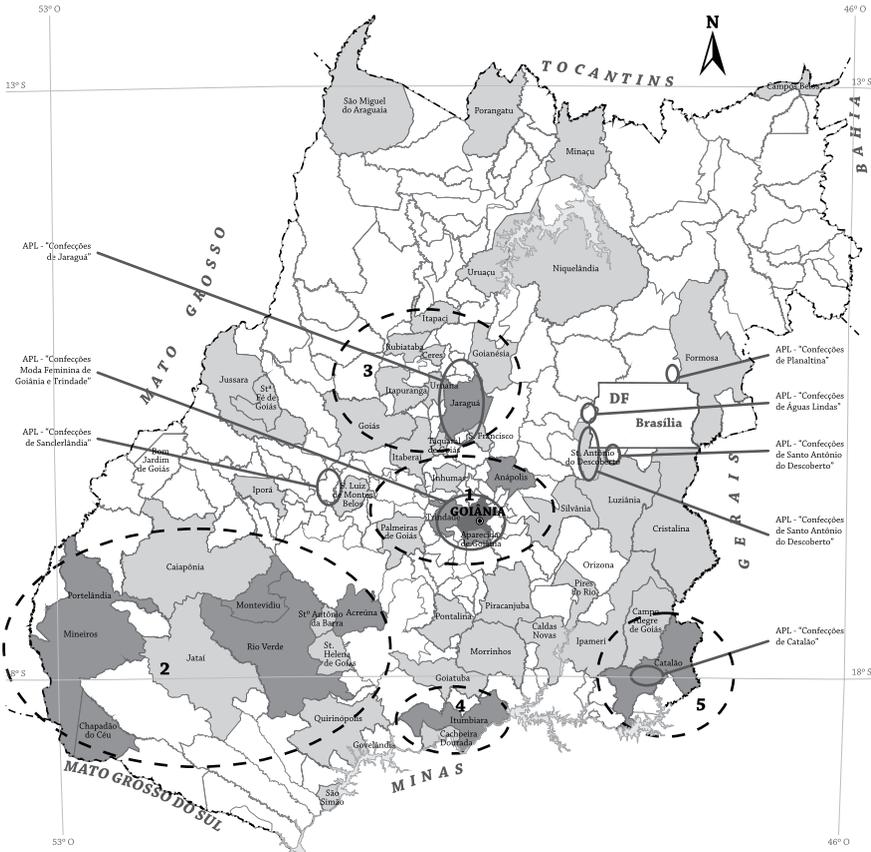
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2004).

Os dados da tabela mostram que a participação goiana no setor confeccionista em relação à região Centro-Oeste é majoritária, ultrapassando 70% do total. Entende-se que o território goiano atende à necessidade de produção-distribuição-consumo do setor confeccionista no cenário nacional, principalmente em virtude de Goiânia ser um centro de realização de feiras que atraem semanalmente milhares de pessoas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, buscando produtos com preços acessíveis e de boa qualidade. A capital goiana tornou-se o território onde se encontra a válvula de escape deste segmento. Muitas confecções foram criadas nas cidades do entorno para abastecer essa demanda socioeconômica.

A indústria de confecções em Goiás concentra-se em Goiânia e em alguns polos municipais como Jaraguá, Trindade, Anápolis, Jataí, Rio Verde e Catalão, com destaque para os Arranjos Produtivos Locais¹²¹ (APLs) do setor de confecções de Goiânia e Jaraguá, como mostrado no Mapa 18.

121 O termo “Arranjo Produtivo Local” refere-se a “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas [...] e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento” (LASTRES et al., 2002).

MAPA 18
AGLOMERAÇÕES DA CADEIA DE CONFEÇÕES EM GOIÁS E SEUS APLs (2010)



Fonte:
CASTRO, S. D. (Org.). Relatório do Projeto 03: Caracterização, Análise e Sugestões para Adensamento das Políticas de Apoio a APLs Implementadas nos Estados: O Caso de Goiás. IN: _____. Análise do Mapeamento e das Políticas Produtivas Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, 2009, p. 52. Disponível em <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br>>.
Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás (DER-GO). Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999.

Organização:
Renato Araújo Teixeira

Elaboração Digital:
Cláudia Adriana Bueno da Fonseca



LEGENDA
% Faturamento da cadeia sobre o faturamento total de Goiás

- 7% ou mais
- 1% a < 7%
- 0,1% a < 1%
- 0% a < 0,1%
- Aglomeração
- APL: Arranjos Produtivos Locais

AGLOMERAÇÃO
1. Região de Goiânia 4. Itumbiara
2. Região Sudoeste 5. Catalão
3. Região de Jaraguá

OUTRAS CONVENÇÕES
- - - Limite Estadual
— Limite Municipal

No mapa, é possível identificar a territorialização dispersa das confecções por quase todas as regiões do Estado. Entretanto, Castro et al. (2004) identificam cinco aglomerações principais: uma na região de Goiânia, englobando Anápolis, outra na região de Jaraguá; uma terceira no Sudoeste; outra em Itumbiara e uma quinta em Catalão. Este é o segmento onde se situa o maior número de APLs apoiados por políticas públicas em Goiás. São oito arranjos de confecções: Goiânia e Trindade; região de Jaraguá; Catalão; Sanclerlândia; Água Limpa; Novo Gama; Planaltina; e Santo Antônio do Descoberto. Apenas os três primeiros situam-se em regiões de aglomerações relevantes de atividades da cadeia produtiva.

De acordo com o Deputado Federal Rubens Otoni (2011), em Goiás existem 4.300 empresas registradas, sendo 60% localizadas na capital goiana. O setor também está presente em vários municípios goianos, com maior concentração de empresas em Jaraguá, Anápolis, Inhumas, Goianésia, Trindade, Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde, Morrinhos, Catalão e Pontalina. Uma característica importante do setor é o fato de 90% do segmento ser formado por micro e pequenas empresas distribuídas por todo o Estado em forma de aglomerações.

A indústria de confecção é bastante representativa para a economia goiana. Nos últimos anos, o setor contribuiu para que o estado de Goiás ganhasse destaque neste segmento, em decorrência do número de empresas instaladas e da qualidade dos produtos.

Estima-se que o setor gere cerca de 31.000 empregos diretos e aproximadamente 60.000 indiretos, sendo a produção direcionada tanto para o comércio interno quanto externo. No âmbito interno, as confecções goianas comercializam seus produtos para todos os estados da federação, com destaque para os estados da região Nordeste e o Distrito Federal. No comércio exterior, os principais importadores das confecções goianas são os EUA, Espanha, Portugal e Itália, sendo a moda praia a preferida entre os variados estilos.

Como explanado anteriormente, o município de Inhumas, por meio das políticas públicas locais¹²², tenta inibir o crescimento territorial desordenado do espaço urbano, por receio de transformar-se numa cidade dormitório de Goiânia. Por outro lado, sabemos que os setores de geração de empregos no município são o agronegócio, a bacia leiteira e o comércio local forte. Entretanto, esses fatores somados não estão sendo suficientes para absorver a mão de obra crescente de trabalhadores.

A fonte de emprego predominou em poucos setores, como as indústrias alimentícias e laticínios, a destilaria de etanol, os frigoríficos e o comércio local. As confecções na cidade de Inhumas surgiram da necessidade de novas alternativas de geração de renda para a população. O afloramento das confecções nessa cidade decorrem dos seguintes fatores:

122 As políticas públicas locais adotadas no município de Inhumas para planejar o território são: o plano diretor e a prefeitura nos bairros, saúde da família entre outros.

- proximidade com Goiânia, que está entre os cinco maiores polos confeccionistas do Brasil na produção-distribuição-consumo;
- facilidade em comprar matéria-prima nos grandes centros, como São Paulo;
- oferta de mão de obra e proximidade a grandes mercados consumidores como Goiânia, Anápolis e Brasília;
- incentivos da gestão municipal de Inhumas;
- aproveitamento das demandas dos municípios próximos como Goianira, Jaraquá, Caturai, Itauçu e Araçu;
- índices moderados de desemprego na região;
- necessidade de absorver uma mão de obra pouco qualificada, mas com grande potencial de crescimento profissional.

Estes fatores somados fazem da cidade de Inhumas um polo confeccionista emergente, com capacidade para atender às demandas dos APLs. É importante lembrar que a história das confecções em Inhumas é um reflexo dialético das contradições socioespaciais do modelo de produção industrial inhumense que, ao longo da sua história, não diversificou seu parque industrial.

Desse modo, existe uma atmosfera industrial que concentra riqueza e mão de obra nas mãos de poucos sujeitos sociais. O polo confeccionista é uma oportunidade para as micro e pequenas confecções gerarem centenas de postos de trabalho, desafogando a pressão social por empregos e renda. De acordo com a Secretaria de Indústria e Comércio

de Inhumas (2010), existem mais de cem empresas, de micro e pequeno porte, com aproximadamente 1.100 máquinas de costura, gerando, nos últimos anos, mil postos de trabalho, com uma média de produção mensal em torno de trezentas mil peças. Com essa demanda em crescimento, houve a necessidade de criar um espaço adequado para alocar essa estrutura, conforme é mostrado na Figura 27.



Figura 27 - Inauguração do polo têxtil de Inhumas em 2011

Fonte: Teixeira (2012).

A Prefeitura Municipal de Inhumas adquiriu e doou uma área de cinquenta mil metros para a instalação de 52 unidades fabris, um centro de excelência e uma unidade para pré-elaboração da matéria-prima. O investimento em galpões e infraestrutura é de aproximadamente dez milhões de reais, sem considerar a implementação de maquinário de ponta para os próximos anos. O projeto gera inicialmente dois mil e quinhentos postos de trabalho em um turno, e nos próximos anos estima-se sete mil postos de trabalho em três turnos, considerando apenas cinquenta trabalhadores por unidade fabril (Secretaria de Indústria e Comércio de Inhumas, 2011).

O polo confeccionista é, para a população de Inhumas, uma esperança de inserção social para a classe de baixa renda que não conseguia se inserir no mercado de trabalho. A instalação dos galpões está voltada para o Sul da cidade, em direção a Goiânia, caracterizando que algumas cidades do entorno crescem rumo a onde se concentra a riqueza (a metrópole). Por mais que a gestão pública municipal tente evitar a influência de Goiânia sobre a cidade, a metropolização dará, cedo ou tarde, um “abraço” na cidade de Inhumas.

A tendência natural, com a consolidação desse polo confeccionista, é atrair outro tipo de migrante, não mais sazonal o do corte da cana, mas aquelas pessoas que buscam no território de Inhumas oportunidades de emprego e renda. Por mais que vislumbre um controle espacial, um planejamento ou um plano diretor podem ser corroídos pela força do capital. O estudante M. J. C. relata em entrevista essa problemática:

A cana-de-açúcar na atualidade permanece como uma das principais fontes de renda, agora estão surgindo novas fontes de emprego que no caso são as confecções. Hoje em Inhumas têm muitas confecções já, de 2000 para cá teve uma mudança nessa área aí. Isso começou quando o pessoal começou a trazer enxoval de Ibitinga. Sacoleiros que buscavam enxoval em Ibitinga e revendia aqui. Essas pessoas foram crescendo e começaram a montar suas próprias confecções. Praticamente essas confecções são de pessoas da própria cidade mesmo que abriram essas confecções. Os proprietários ganham dinheiro, o empregado não. (informação verbal)¹²³

O entrevistado expõe sobre o salário:

Hoje o salário de confecções é um salário de sindicato, é um salário baixo. Hoje é normal você chegar dentro de uma confecção, é comum você vê uma pessoa ganhando um salário mínimo ainda. Um salário, um salário e pouco. Na verdade aumentou a quantidade de empregos, mas não melhorou muito o salário não. Agora os donos de confecção sim, temos pessoas que se enriqueceram e tudo, mas pro trabalhador para ele não mudou muito não. (informação verbal)¹²⁴

123 Entrevista realizada em 05 de abril de 2011.

124 Idem.

Os relatos dos moradores de Inhumas somados à nossa pesquisa mostram uma característica singular deste município na RMG. Constata-se que houve mudança dos APLs ¹²⁵, porque Inhumas é um município que tradicionalmente abastece Goiânia com produtos hortifrutigranjeiros e a indústria canavieira na borda da metrópole mudou o padrão produtivo local¹²⁶.

Contudo, em Goiânia, as práticas espaciais mudaram, tornando o município um polo nacional de produção, distribuição e consumo de vestuário. Essa mudança no padrão socioeconômico induziu novas práticas espaciais nos municípios do entorno. O município de Inhumas, tradicionalmente um polo canavieiro, passou a acompanhar o compasso da metrópole, pelo menos no setor confeccionista. Concordamos com Gomes (1995, p. 35), no tocante a sua afirmação sobre as práticas espaciais:

No longo e infindável processo de organização do espaço, o Homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais.

A organização do espaço induz a emergência de novas interações espaciais. A cadeia de couro e calçados é um exemplo deste processo. Sendo o estado de Goiás um grande produtor de couro bovino, surgiram, da década de 1980 até dias atuais, três aglomerações no Estado, uma em Goiânia e seus arredores, outras na região de São Luís de Montes Belos e uma pequena concentração em Porangatu. A indústria de calçados está concentrada em Goiânia e no município de Goianira, onde se situa o APL, como mostrado no Mapa 19.

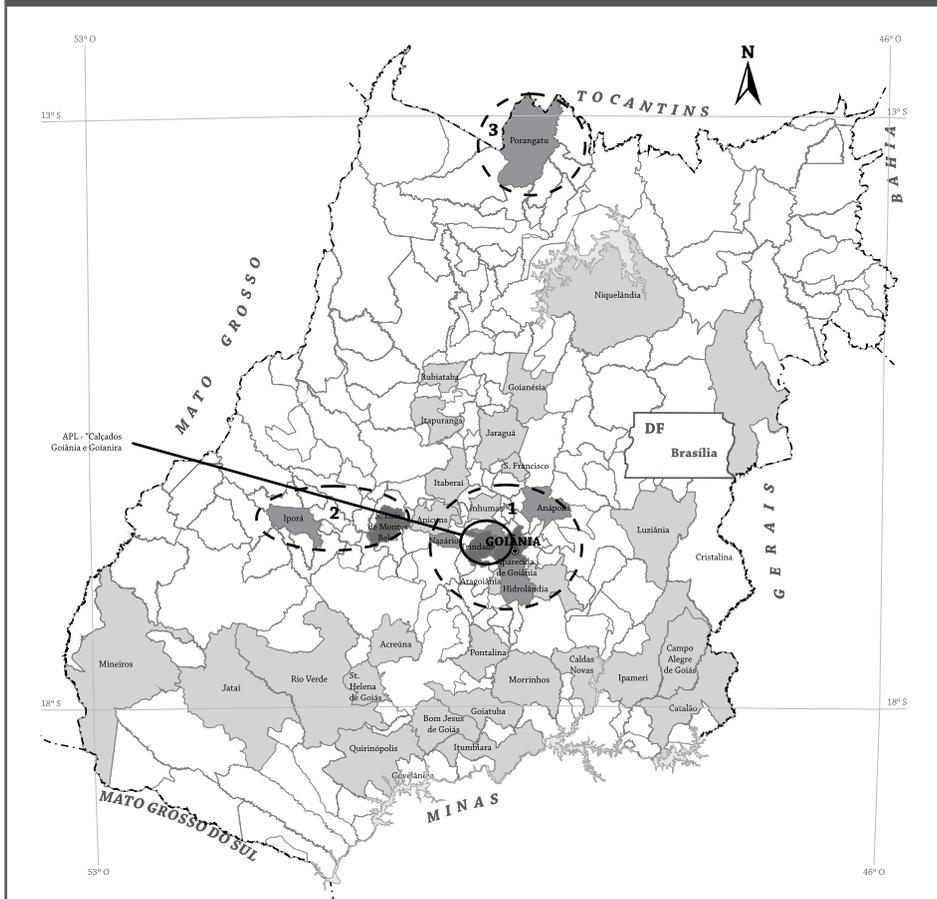
Essa condição de destaque do município de Goianira no setor de couro e calçados se configura por sua proximidade a Goiânia, facilitando o acesso a um grande mercado consumidor e distribuidor. Estima-se que o estado de Goiás possua trezentas indústrias de calçados, bolsas, chinelos, cintos e outros acessórios. Este setor produz mais de quatrocentos mil pares por mês, dos quais 20% abastecem o mercado interno e o restante é comercializado para outros estados brasileiros ¹²⁷.

125 Na década de 1990, havia em Inhumas cooperativas de alho que se enfraqueceram em virtude da concorrência externa. Os frigoríficos e as indústrias alimentícias são outros segmentos que sofreram interferência da inserção da indústria canavieira no município.

126 Não foi possível quantificar os dados das empresas de Inhumas, porque a maioria não disponibiliza dados, muito menos facilitou o acesso a eles.

127 Ver IBGE (2009).

MAPA 19 AGLOMERAÇÕES DA CADEIA DE COURO E CALÇADOS EM GOIÁS E SEUS APLs (2010)



Fonte:
CASTRO, S. D. (Org.). Relatório do Projeto 03: Caracterização, Análise e Sugestões para Adoção das Políticas de Apoio a APLs Implementadas nos Estados: O Caso de Goiás. IN: _____. Análise do Mapeamento e das Políticas Produtivas Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, 2009, p. 52. Disponível em <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br>>.
Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás (DER-GO). Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999.

Organização:
Renato Araújo Teixeira

Elaboração Digital:
Cláudia Adriana Bueno da Fonseca



LEGENDA

- 7% ou mais
- 1% a < 7%
- 0,1% a < 1%
- 0% a < 0,1%
- Aglomeração
- APL: Arranjos Produtivos Locais

AGLOMERAÇÃO

1. Região de Goiânia
2. Região de São Luís dos Montes Belos
3. Porangatu

OUTRAS CONVENÇÕES

- - - Limite Estadual
- Limite Municipal

Constatamos que o grande destaque no setor de couros e calçados são as fábricas de calçados em Goianira. O polo calçadista de Goianira possui 15 galpões que variam de 570 a 1360m². O destaque produtivo fica por conta dos calçados femininos, no estilo “modinha”, seguidos de bolsas, pastas, carteiras e cintos. As botinhas¹²⁸ e chinelos são vendidos especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país. De 1985 a 1989, 51 empresas do setor se instalaram em Goianira.

Apesar de o município de Inhumas possuir um curtume de expressão no cenário goiano – a Centrocouros S/A –, o município preferiu investir no polo confeccionista, até porque o município de Goianira atende às demandas da cadeia produtiva de couros e calçados.

Como podemos ver, as práticas espaciais são ações que selecionam, fragmentam, favorecem, marginalizam e reproduzem uma dada região. Contudo, a reprodução de uma atividade ou empresa pode também gerar uma diferenciação espacial. Por isso, a necessidade de analisar o comércio local de Inhumas como forma de atribuir uma qualidade à região.

A dinamicidade do setor comercial de Inhumas diante da influência da metrópole

O termo comércio vem do latim *commercium* e refere-se à negociação de compra ou venda de bens e mercadorias, comumente realizado em loja, armazém, ou outro tipo de estabelecimento comercial. É uma atividade socioeconômica que visa a trocas de mercadorias por um valor, geralmente na forma de dinheiro, cheque, ou cartão de crédito, entre outros.

O comércio pode envolver trocas comerciais entre continentes, países, regiões, estados, municípios e cidades. Portanto, existe uma rede comercial interdependente dentro de uma escala de macro a micro, sendo o sistema capitalista a grande engrenagem que faz funcionar todo esse sistema, refletindo na rede urbana. Como relata Singer (1998, p.140):

O comércio é outra atividade que exige concentração especial dos que a ele se dedicam. A divisão social do trabalho fratura a atividade produtiva em milhares de núcleos especializados, cuja produção tem de ser transportada, concentrada, financiada e finalmente redistribuída em determinadas áreas de mercado, geralmente localizadas em entroncamentos ferroviários – ou rodoviários, portuários, etc.

128 Ver <http://pt.wikipedia.org/wiki/Goianira>

O autor relaciona ainda o comércio com a rede urbana:

Não podendo produzir alimentos e matérias-primas, a rede urbana os capta através de seus tentáculos, constituídos pelas cidades pequenas, que penetram pela zona rural. A rede urbana obtém os produtos da agricultura e da indústria extrativa, trocando-os pelos produtos da economia urbana: bens industrializados e serviços. Uma grande parte dos produtos urbanos é, por sua vez, fornecida às cidades pequenas pelas médias, e estas a obtêm das grandes. Desta maneira, os alimentos e as matérias-primas vão penetrando na rede urbana e se distribuindo ao longo do percurso até alcançar o seu lugar de consumo. (SINGER, 1998, p. 144)

Os aglomerados urbanos concentram e dispersam as trocas comerciais, porque as cidades são locais onde se movimentam grande número de pessoas, mercadorias e informações. A rede urbana serve como aporte necessário ao grande dreno de riquezas nomeado “modo de produção capitalista”. Trocar uma mercadoria por outra sempre foi uma prática social da humanidade, entretanto o mundo contemporâneo colocou o ser humano a serviço do capital, ou seja, o centro do mundo não é mais o homem, mas sim, a reprodução da riqueza econômica.

De acordo com dados da Seplan/GO (2010), o estado de Goiás exporta¹²⁹ os seguintes produtos: ferroligas, couros, sorgo, leites e derivados, açúcar, algodão, amianto, óleo de girassol, óleo de algodão, adubos, máquinas e equipamentos, veículos e suas partes, pedras preciosas, ouro, plástico e suas obras, bijuterias, granito, produtos hortícolas, melancias frescas, melões, medicamentos, esponjas de aço, confecções, fraldas de papel, móveis, cachaça e peixes ornamentais.

Por outro lado, os principais produtos importados por Goiás são os veículos, automóveis e tratores, adubos e fertilizantes, produtos farmacêuticos, produtos químicos orgânicos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, instrumentos e aparelhos de óptica, aparelhos médico-cirúrgicos, partes para aviões, etc. Esses produtos são fornecidos pelos seguintes países: Coreia do Sul, Japão, Estados Unidos, Suíça, China, Tailândia, Rússia, Canadá, Alemanha, Índia e outros.

A Região Metropolitana de Goiânia é a que mais contribui para o incremento das exportações goianas. Dos vinte municípios que integram a região, nove enviam seus produtos além da fronteira brasileira e chegam a representar 52% do total dos negócios do Estado com compradores de outros países. Além da capital, também exportam seus produtos os municípios de Senador Canedo, Trindade, Goianira, Hidrolândia, Aparecida de Goiânia, Inhumas, Aragoiânia e Abadia de Goiás. Os principais produtos enviados ao exterior são: carne bovina, couro, refrescos, caramelos, bolachas, conservas alimentícias,

129 Os principais países compradores de produtos goianos são: Holanda, Índia, Espanha, Alemanha, Rússia, Itália, China, Bélgica, Irã, Portugal, Hong Kong, Argélia, Estados Unidos, França, Reino Unido, Paraguai, Japão, Nigéria, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita.

doces, molhos e extrato de tomate, leite, calçados, medicamentos, café em pó, refrigerantes, sucos, água mineral, equipamentos médico-hospitalares, peixes, peças artesanais, roupas e acessórios. Além das tradicionais grandes empresas, como o Grupo Mabel, Gama, Unilever, Goiás Carne, Friboi, Leitbom, Laboratório HalexIstar e outras, as micro e pequenas empresas também conquistam novos mercados para seus produtos a cada ano.

A cidade de Inhumas, por sua vez, apresenta um comércio bem diversificado que vai desde hipermercados, farmácias, restaurantes, pizzarias, autopeças e concessionárias, até lojas de calçados, roupas, alimentos, entre tantas, como ressalta Moreira (2008, p.112):

Com a dinamização empresarial surgiram inúmeros grupos que continuam contribuindo para o progresso local. Na impossibilidade de mencionar todas, parte das mesmas estará sendo citada para ilustrar essa importante fase de crescimento econômico do município: Nosso Lar; Comércio de Móveis e Eletrodomésticos; Franco Eletro; Casas Bahia; Novo Mundo; Lojas Mig; Big Box – rede supermercadista local; Comércio Araguatins – rede de materiais para construção; Américo Calçados [...].

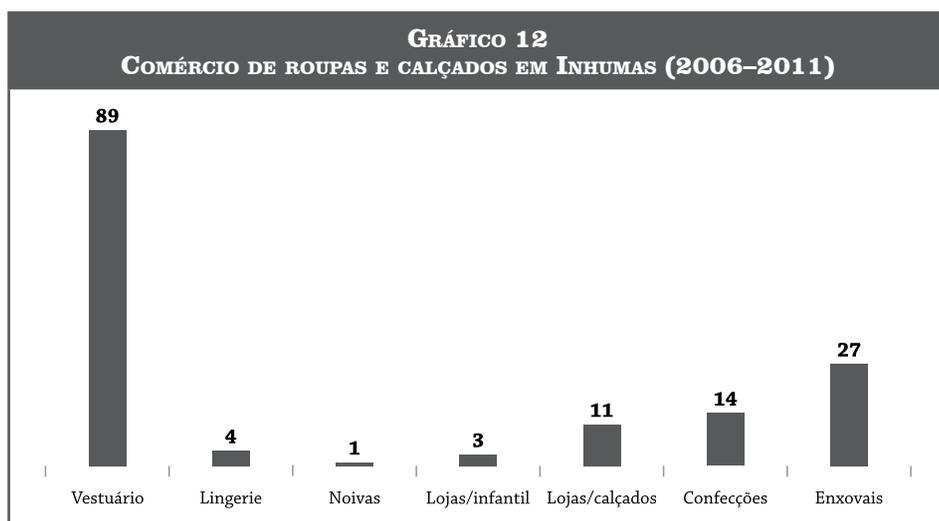
O comércio de Inhumas conta com uma rede variada de supermercados, lojas de material para construção, marmorarias, lojas de eletrodomésticos e eletrônicos, confecções, tecidos e aviamentos. Utilizando os dados cadastrais da Secretaria da Fazenda de Inhumas no período de 2006 a 2011, subdividimos o comércio de refeições em áreas selecionadas, como mostra o Gráfico 11.



Fonte: Secretaria da Fazenda de Inhumas. Organização: Teixeira (2012).

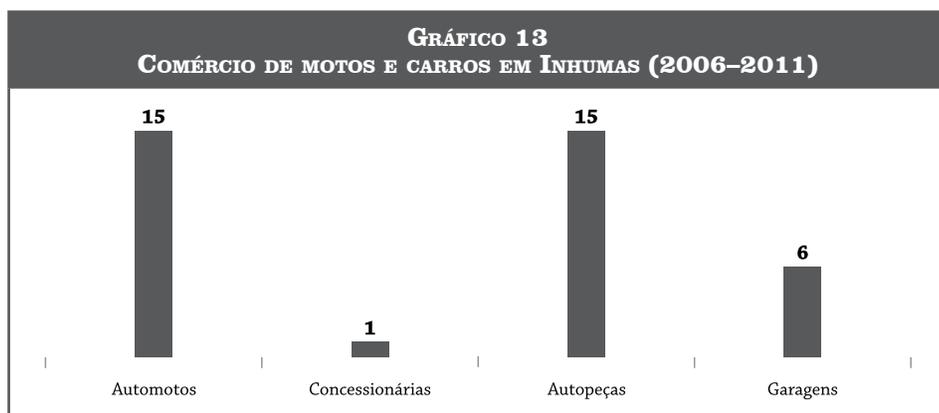
Durante o período de 2006 a 2011 foram cadastrados na Prefeitura de Inhumas 79 estabelecimentos comerciais no setor de refeições, sendo 33 lanchonetes, 16 pamonharias, 16 restaurantes, um caldo de cana, cinco sorveterias, seis panificadoras, um pitdog e uma pizzaria.

Outro setor que apresentou crescimento foi o comércio de roupas e calçados, conforme demonstrado no Gráfico 12. Foram cadastrados na Prefeitura de Inhumas 149 estabelecimentos comerciais no setor de roupas e calçados, sendo 89 de vestuário, quatro de lingerie, uma para noivas, 11 lojas de calçados, 14 confecções e 27 lojas de enxovais.



Fonte: Secretaria da Fazenda de Inhumas. Organização: Teixeira (2012).

O setor de autopeças apresentou um quadro de crescimento importante, como mostra o Gráfico 13. Foram cadastrados na Prefeitura de Inhumas 37 estabelecimentos comerciais no setor de autopeças, sendo 15 de automotos, 15 autopeças, uma concessionária e seis garagens.



Fonte: Secretaria da Fazenda de Inhumas. Organização: Teixeira (2012).

Comparando os dados do Gráfico 13 com a Tabela 17, há certa semelhança, porque o número de motos na cidade de Inhumas quase se equipara ao total de carros. A opção pelas motocicletas é o reflexo mais nítido do descaso nos investimentos em transportes públicos de qualidade, como ônibus, metrô e ciclovias, entre outros. Inhumas é agora também a cidade das motos. Por quê? As motos são mais acessíveis a uma população de baixa renda, além de oferecerem rapidez nos deslocamentos de um extremo ao outro da cidade. A RMG não é diferente. Em muitas cidades as motos são o meio mais utilizado, a exemplo de Inhumas, Guapó, Goianira, Nerópolis, Senador Canedo, Nova Veneza e outras, como mostra a Tabela 17.

TABELA 17
FROTAS DE VEÍCULOS NA RMG (2009)

Municípios	Automóvel	Caminhões	Caminhonete	Microônibus	Motocicleta	Ônibus	Tratores/ máquinas	Total
Abadia de Goiás	700	57	115	4	450	3	—	1.329
Aparecida de Goiânia	63.542	4.847	6.517	184	55.797	370	—	132.586
Aragoiânia	943	49	160	—	775	4	—	1.931
Bela Vista de Goiás	2.960	307	785	9	3231	29	2	7.593
Bonfinópolis	572	38	129	2	534	8	—	1.283
Brazabrantes	264	61	57	1	204	3	—	590
Caldazinha	330	21	118	—	570	2	—	1.041
Caturai	500	31	186	3	373	7	—	1.100
Goianópolis	1.113	168	323	5	885	11	—	2.505
Goiânia	449.587	27.571	65.105	1.713	192.590	6.520	28	743.114
Goianira	2.588	188	369	4	2.030	63	—	5.242
Guapó	1.200	147	174	13	1.190	10	—	2.734
Hidrolândia	1.758	262	352	16	1.577	18	—	3.983
Inhumas	7.849	995	1.811	38	7.499	133	—	18.325
Nerópolis	2.970	363	612	16	2.446	21	—	6.428
Nova Veneza	720	194	183	6	681	12	—	1.796
Santo Antônio de Goiás	510	39	91	7	238	9	—	894
Senador Canedo	8.247	575	855	32	7.956	37	—	17.702
Terezópolis de Goiás	474	67	97	3	371	13	—	1.025
Trindade	12.141	884	1.400	42	10.905	83	—	25.455
TOTAL DA REGIÃO	558.968	36.864	79.439	2.098	290.302	7.356	30	976.656
TOTAL DO ESTADO	1.064.892	94.927	186.050	5.173	678.937	15.421	68	2.045.468
REGIÃO/ESTADO (%)	52,4	38,8	42,6	40,5	42,7	47,7	44,1	47,7

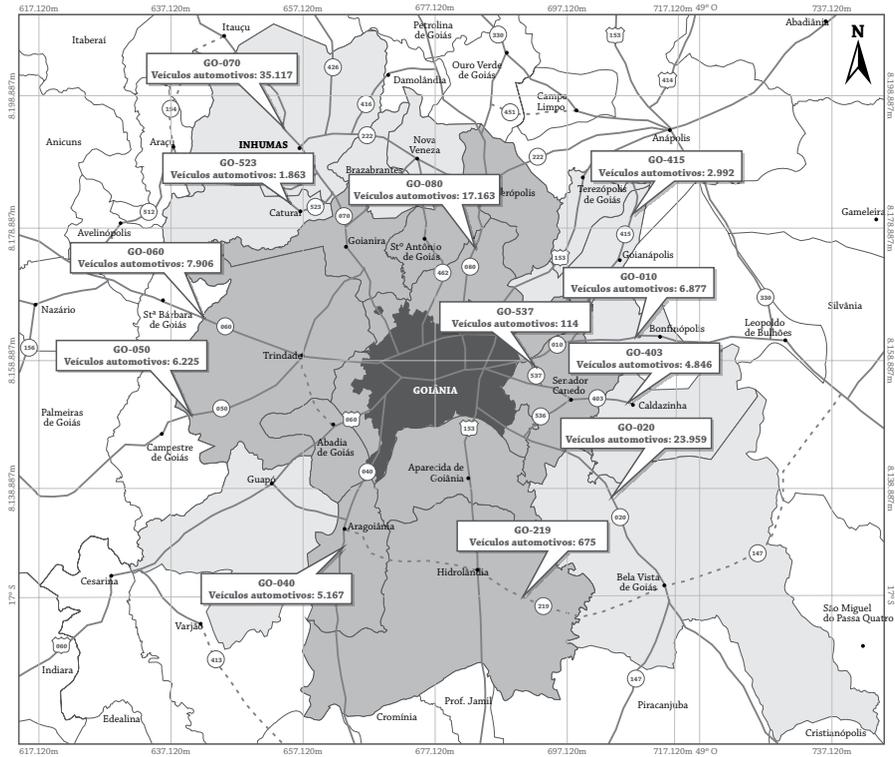
Em 2005, a RMG possuía 54,5% do total de automóveis, 40,5% dos caminhões, 47% das caminhonetes, 50,3% dos microônibus, 44,8% das motocicletas, 49,9% dos ônibus, 59% dos tratores e máquinas em relação ao estado de Goiás. Somando essas categorias de veículos leves e pesados, totalizou-se nessa região 650.075 veículos, ou 50,3% do que circula no estado de Goiás (1.290.166 veículos). Em 2009, a RMG possuía 52,4% do total de automóveis, 38,8% dos caminhões, 42,6% das caminhonetes, 40,5% dos microônibus, 42,7% das motocicletas, 47,7% dos ônibus, 44,1% dos tratores e máquinas em relação ao estado de Goiás. Somando essas categorias de veículos leves e pesados, totalizou-se, nessa região, 975.057 veículos, de um total de 2.045.468 veículos no estado de Goiás, o que resulta em uma participação de 47,6%. No período de 2005 a 2009, a frota de veículos leves e pesados na RMG cresceu em 324.982 unidades. No estado de Goiás, esse número foi de 755.302 novos veículos inclusos na frota total. Só em Goiânia, de 2005 a 2009, foram agregados na frota 217.563 novos veículos leves e pesados.

Em Inhumas, destaca-se o fato de, em 2005, o número de automóveis (5.695) e motos (4.113) quase ter se equiparado. Em 2009, esse número se manteve proporcionalmente em relação ao número de automóveis (7.849) e motos (7.499), cuja diferença foi de 350 carros a mais. Conclui-se que Inhumas é a cidade das motos na RMG, o que é perceptível nas ruas e nas revendedoras de motos. Essa realidade é também de cunho nacional, já que o transporte público vem sendo sucateado pelas políticas públicas que privilegiam o deslocamento individual em detrimento do coletivo.

É difícil estimar o número de carros que circulam diariamente em Goiânia e na RMG. Entretanto, segundo o inventário de defeitos de pistas pavimentadas – notas ponderadas da AGETOP (Agência Goiana de Transportes), circularam, em janeiro de 2007, cerca de 112.904 veículos nas principais rodovias estaduais que cortam Goiânia, como mostra o Mapa 20.

MAPA 20

CONTAGEM DE TRÁFEGO POR CATEGORIA DE VEÍCULOS NA RMG (2010)



ESCALA GRÁFICA
4 0 4 8 12 16km

Projeção Universal Transversa de Mercator
Fuso 22 - Hemisfério Sul/Meridiano 51° WG



LEGENDA

- Região Metropolitana de Goiânia
- Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia
- Área Urbana de Goiânia

OUTRAS CONVENÇÕES

- Sedes Municipais
- Limite Municipal
- Rodovia Pavimentada
- - - Rodovia Não pavimentada
- Prefixo de estrada federal
- Prefixo de estrada estadual

Fonte:

Inventário de defeitos de pista pavimentada - notas ponderadas por SRE
Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás (DER-GO). Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999 (Base Cartográfica).

Organização:

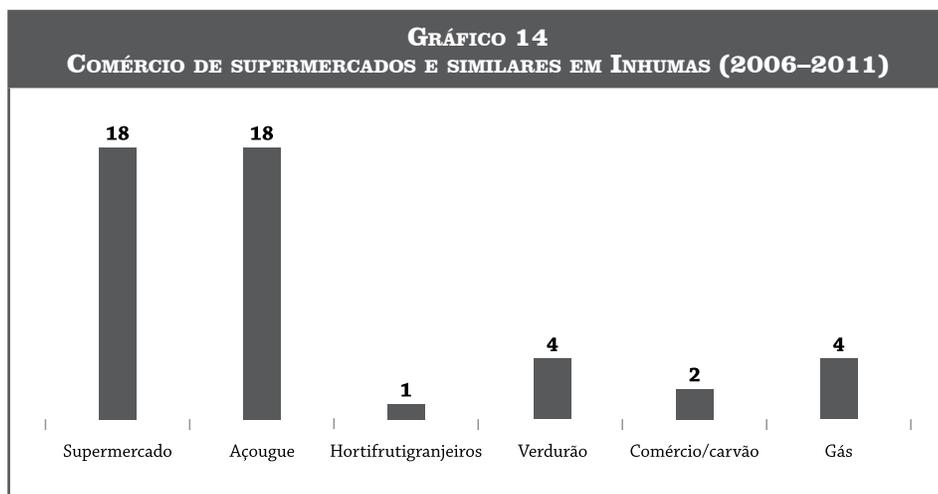
Renato Araújo Teixeira

Cartografia Digital:

Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

Constatamos que os principais fluxos de veículos no mês de janeiro de 2007 foram na GO-070 (35.117 veículos) no sentido Inhumas, GO-020 (23.959) no sentido Bela Vista de Goiás, GO-080 (17.163) no sentido Nerópolis e GO-060 (7.906) no sentido Santa Bárbara de Goiás. Os menores fluxos encontraram-se na GO-537 (114) no sentido Senador Canedo e GO-219 (675) no sentido Hidrolândia. A questão da mobilidade na região metropolitana de Goiânia é complexa e demanda mais tempo para estudo.

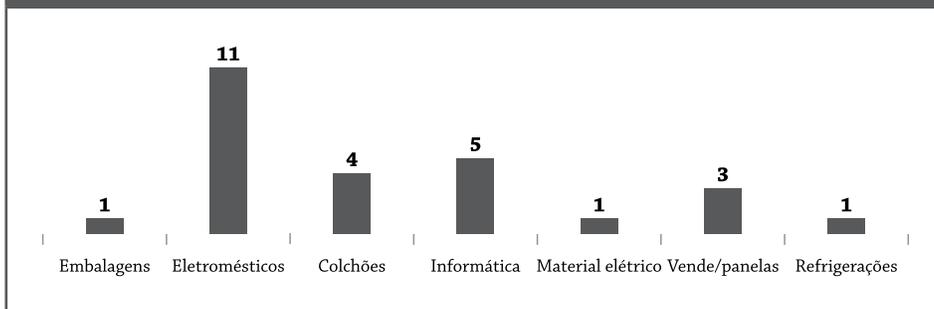
No que diz respeito ao setor supermercadista, Inhumas atrai consumidores de vários municípios próximos pela variedade de produtos e formas de pagamento. De 2006 a 2011, este setor comercial cresceu muito em Inhumas. Foram cadastrados na Prefeitura de Inhumas, 47 estabelecimentos comerciais no setor supermercadistas e similares, sendo 18 supermercados, 18 açougues, um hortifrutigranjeiro, quatro verdurões, dois comércios de carvão e quatro comércios de gás, como mostra o Gráfico 14.



Fonte: Secretaria da Fazenda de Inhumas. Organização: Teixeira (2012).

O setor eletrodoméstico e eletrônico em Inhumas atrai, também, pessoas de vários municípios próximos, pela variedade de produtos e formas de pagamento. De 2006 a 2011, este setor comercial cresceu muito em Inhumas. Foram cadastrados na Prefeitura de Inhumas 26 estabelecimentos comerciais no setor de eletrodomésticos e similares, sendo uma loja de embalagens, 11 lojas de eletrodomésticos, quatro lojas de colchões, cinco lojas de computadores, uma loja de material elétrico, três lojas de panelas, uma loja de refrigeração. O Gráfico 15 mostra os números do comércio de eletrodomésticos e similares em Inhumas de 2006 a 2011.

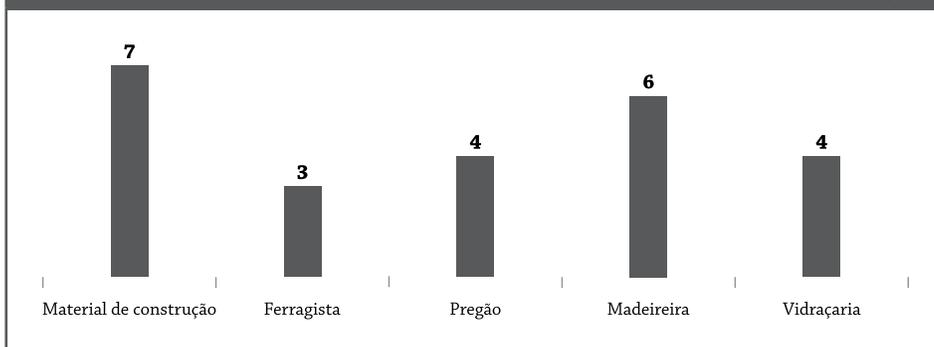
GRÁFICO 15
COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS E SIMILARES EM INHUMAS (2006–2011)



Fonte: Secretaria da Fazenda de Inhumas. Organização: Teixeira(2012).

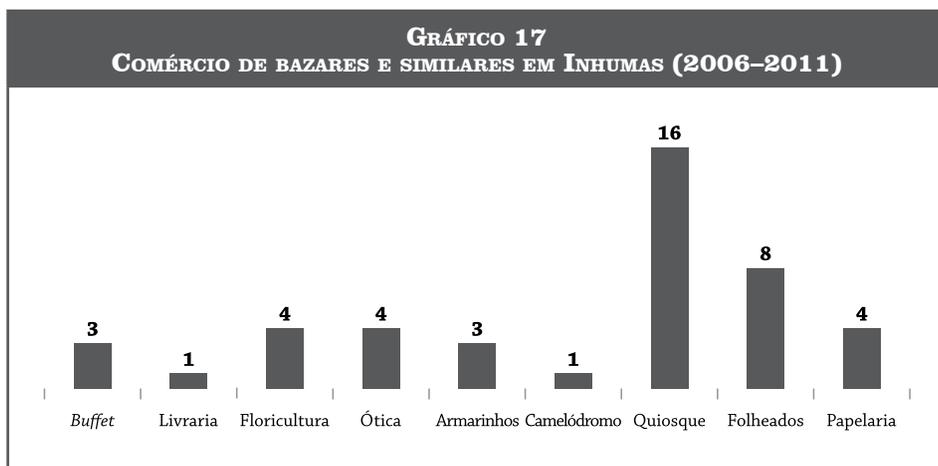
O setor da construção civil em Inhumas polariza vários municípios próximos pela variedade de produtos e formas de pagamento. De 2006 a 2011, houve um crescimento significativo neste setor comercial em Inhumas. Foram cadastrados na Prefeitura de Inhumas, 24 estabelecimentos comerciais no setor da construção civil e similares, sete de materiais de construção, três ferragistas, quatro pregões, seis madeireiras e quatro vidraçarias. O quantitativo pode ser visto no Gráfico 16.

GRÁFICO 16
COMÉRCIO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SIMILARES EM INHUMAS (2006–2011)



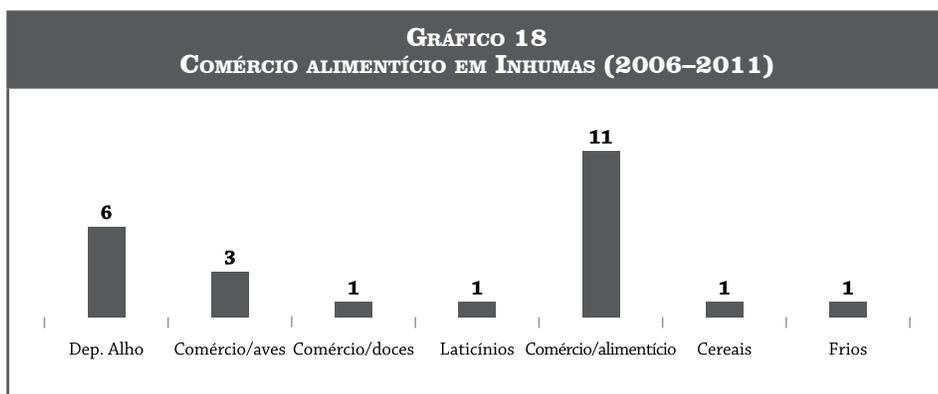
Fonte: Secretaria da Fazenda de Inhumas. Organização: Teixeira (2012).

O setor de bazares e similares em Inhumas atrai pessoas de vários municípios próximos, pela variedade de produtos e formas de pagamento. Este setor comercial cresceu muito em Inhumas, de 2006 a 2011. Foram cadastrados na prefeitura municipal 44 estabelecimentos comerciais no setor de bazares e similares, sendo três *buffets*, uma livraria, quatro floriculturas, quatro óticas, três armarinhos, um camelódromo, 16 quiosques, oito folheados e quatro papelarias, conforme o Gráfico 17.



Fonte: Secretaria da Fazenda de Inhumas. Organização: Teixeira (2012).

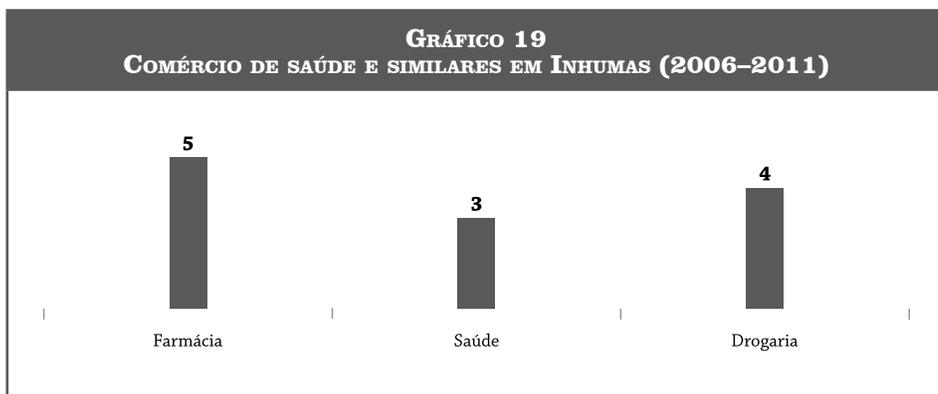
O setor de comércio alimentício e similares em Inhumas apresenta-se destacado no cenário regional goiano, com diversas granjas e indústrias de alimentos. De 2006 a 2011, este setor comercial cresceu muito em Inhumas. Foram cadastrados na Prefeitura de Inhumas, 24 estabelecimentos comerciais no setor de alimentos, sendo seis depósitos de alho, três comércios de aves, um comércio de doces, um laticínios, 11 comércios de alimentos, um comércio de cereais e um comércio de frios. A proporção de estabelecimentos pode ser vista no Gráfico 18.



Fonte: Secretaria da Fazenda de Inhumas. Organização: Teixeira (2012).

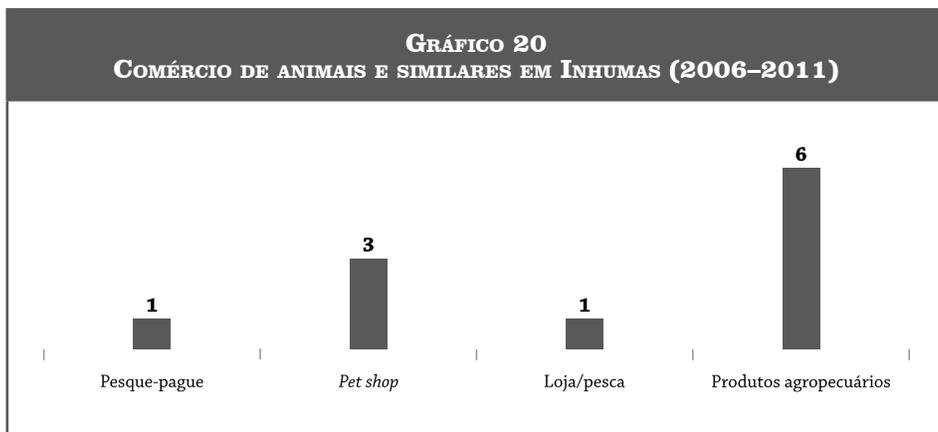
O setor de serviços na área de saúde e similares em Inhumas atende às necessidades do cenário regional goiano. Este setor de serviços cresceu muito em Inhumas de

2006 a 2011. Foram cadastrados na Prefeitura de Inhumas 12 estabelecimentos comerciais no setor de saúde, sendo cinco farmácias, quatro drogarias e três comércios de equipamentos hospitalares de saúde. A proporção de estabelecimentos pode ser visualizada no Gráfico 19.



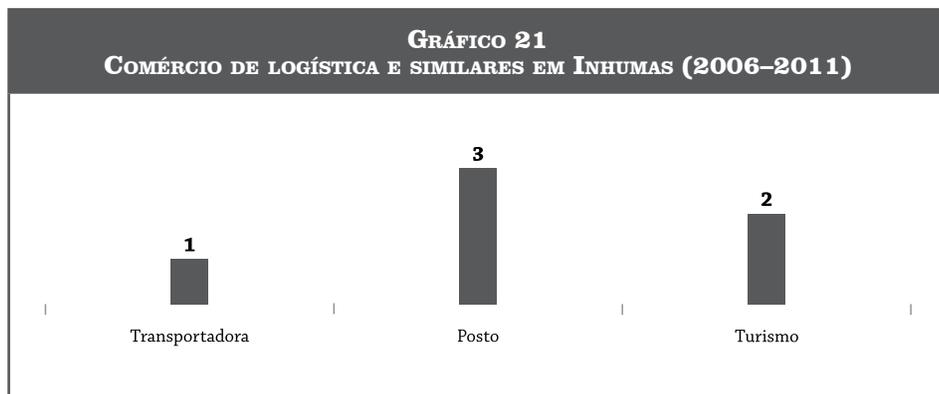
Fonte: Secretaria da Fazenda de Inhumas. Organização: Teixeira (2012).

O setor do comércio de animais e similares em Inhumas atende às necessidades do cenário regional goiano. De 2006 a 2011, este setor comercial cresceu em Inhumas. Foram cadastrados na Prefeitura de Inhumas 11 estabelecimentos comerciais no setor de animais, sendo 6 estabelecimentos de produtos agropecuários, três *pet shop*, uma loja de pesca e um pesque-pague. A proporção destes estabelecimentos pode ser vista no Gráfico 20.



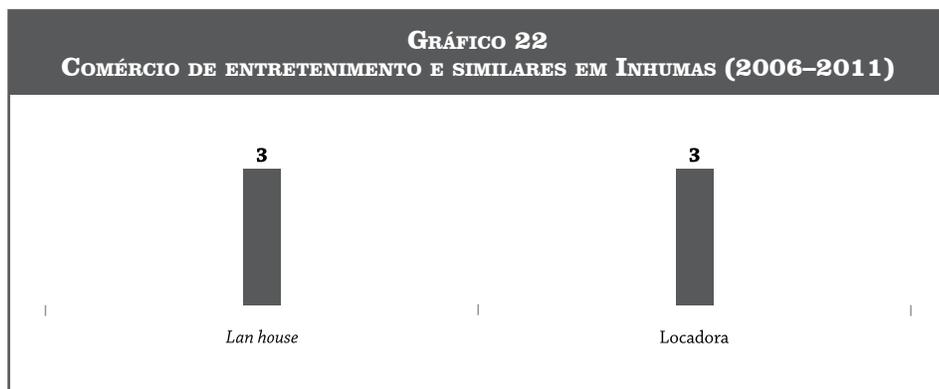
Fonte: Secretaria da Fazenda de Inhumas. Organização: Teixeira (2012).

O setor de comércio de logística e similares em Inhumas atende às necessidades do cenário regional goiano. De 2006 a 2011, este setor comercial cresceu em Inhumas. Foram cadastrados na Prefeitura de Inhumas seis estabelecimentos comerciais no setor de logística, sendo três postos de combustível, duas agências de turismo e uma transportadora. A proporção destes estabelecimentos pode ser vista no Gráfico 21.



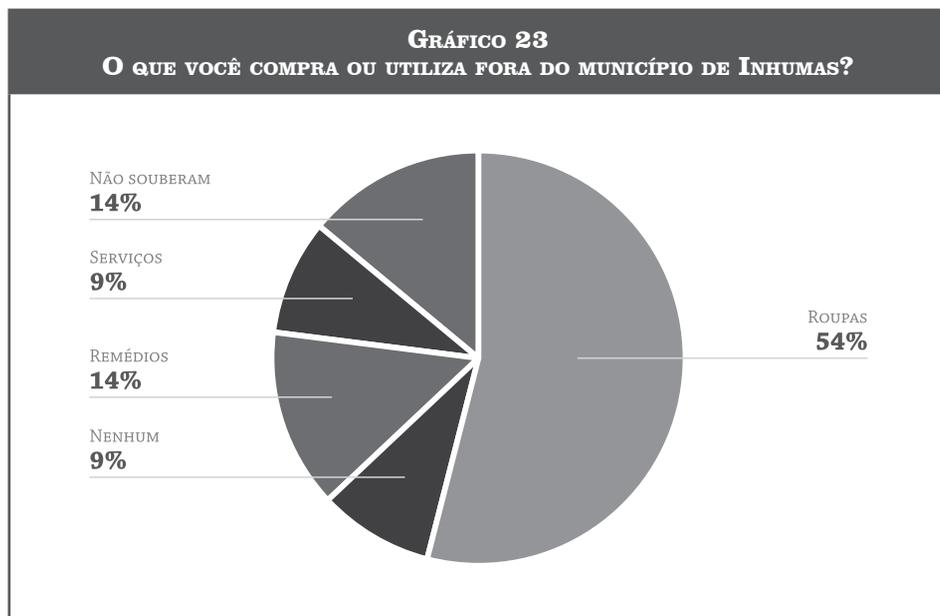
Fonte: Secretaria da Fazenda de Inhumas. Organização: Teixeira (2012).

O setor do comércio de entretenimento e similares em Inhumas atende às necessidades básicas da cidade. De 2006 a 2011, este setor comercial apresentou crescimento. Foram cadastrados na Prefeitura de Inhumas seis estabelecimentos comerciais no setor de entretenimento, sendo três *lan houses* e três locadoras. A proporção de estabelecimentos pode ser vista no Gráfico 22.



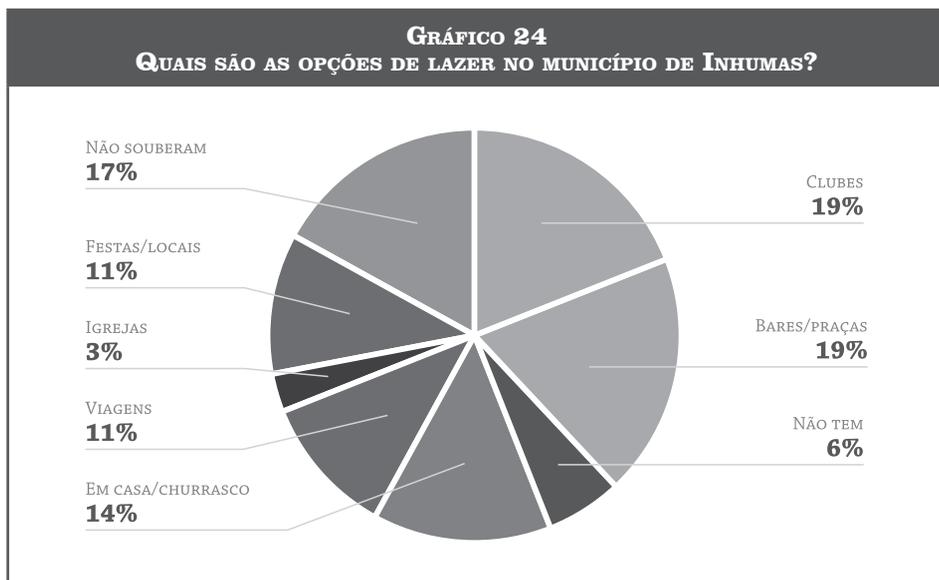
Fonte: Secretaria da Fazenda de Inhumas. Organização: Teixeira (2012).

Secretaria da Fazenda cadastrou, de 2006 a 2011, aproximadamente 432 estabelecimentos comerciais dos mais diversos. A importância do comércio local de Inhumas influencia diversos municípios próximos, tais como: Araçu, Itauçu, Brazabrantes, Santa Rosa e Nova Veneza, dentre outros. Entretanto, a população de Inhumas compra fora do município roupas, remédios, serviços sofisticados e lazer, como mostra o Gráfico 23, elaborado a partir de questionário sobre as modalidades de serviços buscados fora de Inhumas.

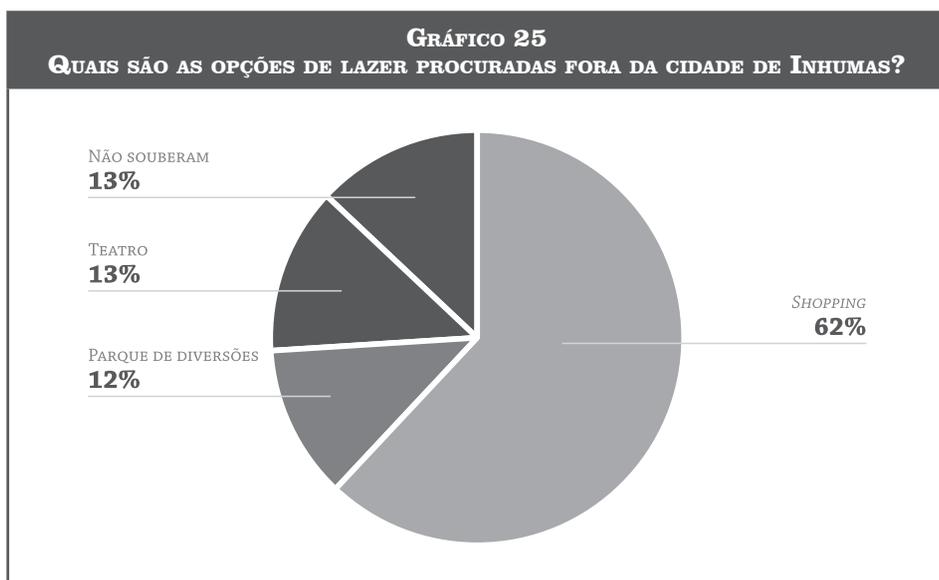


Fonte: Teixeira (2012).

A cidade de Inhumas, embora exerça uma polarização econômica junto aos municípios próximos, acaba tendo sua população atraída pela metrópole. Goiânia influencia a população de Inhumas por meio do processo de metropolização, levando os hábitos da metrópole a uma cidade interiorana. Por mais que a política pública local tente evitar o “abraço ingrato” da metrópole, Inhumas acaba recebendo uma interferência da capital goiana. O que diferencia esse processo de interdependência entre as duas cidades é a escala socioespacial e as relações sociais. Compare os gráficos 24 e 25 sobre a oferta de lazer dentro e fora de Inhumas.



Fonte: Teixeira (2012).



Fonte: Teixeira (2012).

Os gráficos sobre a oferta de lazer dentro e fora de Inhumas evidenciam um quadro de conflitos e ajustamentos na relação Inhumas-Inhumas e Inhumas-Goiânia. Na cidade interiorana, os bares, as festas, os clubes, as residências e as igrejas são as opções

mais procuradas. Por outro lado, o hábito metropolitano dos *shopping centers*, teatros e parques de diversão torna-se um atrativo a mais para a população inhumense deslocar-se rumo a Goiânia.

Os dados mostraram que o município de Inhumas apresenta um comércio forte e uma cidade que começa a se verticalizar. Entretanto, a pesquisa indica que há discrepâncias no acesso às moradias e à paisagem urbana, o que mostra um abismo entre as classes sociais. O desemprego é um elemento preocupante apontado pela população inhumense que, por isso, reconhece a importância da emergência do setor confeccionista.

O município necessita criar demandas de lazer e serviços para a população inhumense que busca em Goiânia alternativas de entretenimento como cinema, teatros, compras mais diversificadas, etc. A questão da violência relacionada ao tráfico de drogas preocupa a sociedade de Inhumas, pois os índices e a natureza dos crimes vêm aumentando ao longo dos anos.

Considerações Finais

Nossa análise do município de Inhumas mostrou que, apesar de estar “com eira e sem beira” na RMG, a cidade entrou no descompasso da metrópole, porque a monocultura canavieira inibe o “abraço ingrato” de Goiânia, mudando os arranjos produtivos locais e a forma de gestão política municipal. Utilizando-se dessa expressão popular e trazendo-a para a nossa realidade, a “eira” implica as metrópoles que ficam “eirando” o capital a fim de reproduzi-lo. Inhumas está na beira desse processo de valorização do capital.

A história do território de Inhumas é um caso emblemático desde sua origem aos dias atuais. O povoado Goiabeiras originou-se por oferecer pouso aos tropeiros e boia-deiros que trafegavam rumo à capital da província de Goiás no século XIX. O Distrito surgiu em 1913 com as disputas políticas envolvendo parte das oligarquias de Currallinho (hoje Itaberaí). As características das terras aptas para o desenvolvimento da agropecuária despertaram a cobiça dos fazendeiros de Currallinho, que tinham receio em relação à implantação da Estrada de Ferro em Inhumas. O desenvolvimento econômico do Distrito de Inhumas significou um enfraquecimento político do poder local de Itaberaí (grupo vinculado à família Caiado), provocando a emancipação territorial de Inhumas em 19 de janeiro de 1931, pelo Decreto nº. 602, assinado pelo Interventor Federal Pedro Ludovico Teixeira, criando o município de Inhumas.

O município de Inhumas serviu de aporte logístico e político para a construção da nova capital de Goiás. Por outro lado, o desenvolvimento socioeconômico de Inhumas passou por acontecimentos históricos importantes. O primeiro marco foi a imigração de estrangeiros que fixaram residência e cultivaram lavouras de café nos meados da década de 1940. O enfraquecimento da cultura cafeeira significou a inserção dos fazendeiros locais nas atividades ligadas à bacia leiteira, que emergiu na década de 1970; o segundo marco deu-se no final da década de 1970, com as plantações de alho e laranja no território inhumense; o terceiro acontecimento histórico que impactou Inhumas foi a chegada do agronegócio, com as indústrias alimentícias e, principalmente, com a instalação da destilaria de etanol que mudou os arranjos produtivos locais.

Contudo, dos anos 2000 até os dias atuais, surgiu no cenário de Inhumas outro elemento de transformação socioterritorial em Inhumas: o setor confeccionista. As confecções vêm ganhando força porque se fixaram no espaço urbano, não oferecendo nenhum tipo de ameaça às outras atividades econômicas, pois não retira mais-valia do solo e sim da exploração do trabalhador assalariado urbano.

Este livro teve como problema norteador o universo da monocultura canavieira por tratar de uma particularidade ímpar dentro da realidade que compõe os municípios da Região Metropolitana de Goiânia. A obra se organizou em torno da perspectiva de que o município de Inhumas esteja em uma arena de influências do campo moderno e do processo de metropolização.

Os aspectos socioeconômicos e políticos de Inhumas gravitam preferencialmente pelo tripé bacía leiteira, comércio local e agronegócio. Essa particularidade no ritmo de desenvolvimento econômico coloca o município de Inhumas no descompasso da metrópole. A proximidade de Goiânia não é um elemento determinante para que Inhumas se desenvolva espacialmente; pelo contrário, há políticas no ordenamento territorial que procuram adiar essa aproximação física e social.

“O mar de cana”, que cerca o *front* da capital goiana, territorializou uma situação local em que os atores procuram manter-se no poder. O uso do solo de Inhumas é complexo, pois as terras disponíveis são, em sua maioria, de pequenas propriedades. A cultura canavieira em Inhumas avança sobre as pequenas propriedades e áreas de pastagens. Essas terras são, em maior parte, arrendadas, gerando uma dependência econômica a partir do solo. Por isso, outros segmentos industriais não conseguem espaço para crescer em Inhumas, pois a inserção de outro tipo de indústria representaria uma mudança nos arranjos produtivos locais.

Todavia, sabe-se que a destilaria na cidade responde por muitos postos de trabalho, criando uma dependência social, política e econômica para o município. Por outro lado, o que leva certa preocupação à população do município é a distribuição de renda que se mostra deficitária. A modernização no campo acirrou uma diferença social que já existia, até porque na paisagem urbana de Inhumas é fácil constatar o abismo social entre uma elite abastada e uma parcela da população à margem dos recursos.

As categorias de análise que mais utilizamos nesta obra para entendermos a realidade de Inhumas foram território e região. O município foi a amostra territorial que escolhemos para compreender a totalidade da região metropolitana. As relações de poder derivadas do fato de o município fazer parte ao mesmo tempo de uma região metropolitana e das novas práticas espaciais no campo colocaram Inhumas numa situação de singularidade dentro do contexto regional goiano. É um município que mantém a monocultura canavieira apesar da rede urbana brasileira representada pela capital regional Goiânia.

Em todas as etapas de nossa discussão, a questão central foi o território e seu uso, desde o período de povoamento até os dias atuais. O que mais chamou nossa atenção foi o fato de que este município perdeu espaço na rede urbana de Goiânia no momento em que: 1) a capital tornava-se uma metrópole na década de 1990; 2) a destilaria de

etanol em Inhumas consolidava-se. Desse modo, apesar de situar-se a apenas cinquenta quilômetros de distância da metrópole, o município apresentou uma dinâmica interna própria, subsidiada pela agropecuária, e esse aspecto proporcionou uma polarização da cidade frente a outros municípios, criando certa autonomia. Inhumas é o município com menos características de cidade-dormitório no *front* da capital goiana.

Diante disso, demonstramos, por meio de dados primários e secundários (entrevistas, trabalho de campo, questionários, documentos, leis) que, dentre os vinte municípios da RMG, Inhumas caracteriza-se como:

- a) uma arena¹³⁰ de processos espaciais distintos que fazem com que Inhumas seja singular no entorno de Goiânia, ou seja, há um campo de força entre a influência do agronegócio e da metropolização;
- b) um município que apresenta ritmo de crescimento socioespacial próprio, negando o “abraço ingrato” da metrópole;
- c) um município cuja fragmentação territorial do solo é controlada pelas políticas públicas locais que inibem a abertura de novos loteamentos;
- d) um município em descompasso com o padrão espacial de ocupação no entorno da metrópole em virtude da territorialização de um poder econômico e político hegemônico local.

Ressaltamos, ainda, que a dinâmica exploratória do solo inhumense a partir da cana-de-açúcar trouxe impactos diversos tanto sociais quanto ambientais, tais como:

1. maior exploração da mais-valia do trabalhador, ocasionando precarização das condições de trabalho;
2. impactos ambientais de toda ordem, seja no ar (queimadas), no solo (erosões, lixiviações) ou na água (contaminação dos lençóis freáticos);
3. arrendamentos de terra que expropriam o pequeno produtor do campo.

Essa problemática torna-se inédita por causa dos reflexos do “mar de cana” no *front* da metrópole, desencadeando novos olhares e novas abordagens. Essa particularidade do município de Inhumas fazer parte de uma região metropolitana, tendo como centro econômico uma destilaria de etanol, propicia um estudo singular no contexto regional goiano.

Conceitualmente, mostramos que o município de Inhumas tornou-se um lugar funcional no todo metropolitano, mas com características singulares. O funcionamento regional é diferente de todos os municípios do entorno da capital, porque o centro

130 Ver Arrais (2004; 2007).

econômico coloca o agronegócio canavieiro como agente desenvolvimentista. Apesar da lógica de aceleração por meio do ritmo urbano-metropolitano, perpassa a ideia de que a região não existe mais com fronteiras rompidas. Inhumas condiciona a produtividade local prioritariamente através da cana-de-açúcar, graças às condições próprias do lugar.

Na cidade de Inhumas, é possível perceber na paisagem urbana a mistura de conflitos sociais materializados em hábitos de uma cidade pequena com um “pé” na metrópole. A pesquisa de campo mostrou que o lazer da população inhumense se dá nos clubes, bares, praças e residências de familiares, evidenciando elementos de uma cidade interiorana.

Esse aspecto significa que existem resquícios do tempo lento nos hábitos das pessoas, apesar do aceleração nos sistemas de objetos que inserem Inhumas na rede global do comércio via exportação. No encurtamento das distâncias do espaço-tempo, na escala dos sistemas de ações, percebemos uma resistência à absorção da lógica global. Goiânia, para muitos habitantes de Inhumas, representa uma cidade grande para fazer compras de produtos e poder utilizar serviços mais sofisticados.

Um problema evidenciado pela população local foi que a cidade vem perdendo, ao longo dos anos, a tranquilidade pela onda de violência oriunda do tráfico de drogas. A juventude está sendo vitimada pelos crimes e o *status* de cidade tranquila perde espaço. Há um choque cultural entre as gerações e as identidades estão sendo dilaceradas. Nesse sentido, a proximidade de Goiânia representa um “mal”, porque traz o aceleração, a desordem, o barulho.

Em Inhumas, é possível identificar resquícios de um Goiás tradicional, lento, silencioso, com as tradições das festas juninas e religiosas e do ronco dos carros de boi; uma confluência de saberes e práxis sociais que remontam às oligarquias tradicionais goianas. Afirmamos que essas características de um Goiás antigo não são identificadas tão facilmente em Goianira, Senador Canedo, Aparecida de Goiânia ou até mesmo em partes de Trindade, porque as fazendas e as chácaras foram aos poucos virando loteamentos e os hábitos rurais foram dando espaço aos hábitos urbanos.

Dessa maneira, o município de Inhumas foi um desafio a ser superado enquanto objeto de pesquisa, pois representou uma desconstrução espacial de grande monta. Para respondermos à pergunta-chave dessa obra tivemos que trazer outras questões mais complexas. Tentamos, no entanto, cumprir o objetivo de responder como o município de Inhumas responde regionalmente à influência da metrópole e do agronegócio.

Ficou nítido para nós que tanto o agronegócio quanto a metropolização interferem na dinâmica espacial de Inhumas e região, mas a escala é diversificada. Os “frutos do agronegócio” são concentrados nas mãos de sujeitos políticos que comandam a forma

de desenvolvimento socioeconômico do município, mas o “abraço ingrato” da metrópole pode desestabilizar essa estrutura social estabelecida ao longo da história. Existem discursos locais que revelam o ponto de vista de que a riqueza gerada nesse território deve ficar para os “filhos de Inhumas”, ou seja, o crescimento urbano e populacional desordenado representa para a cidade uma ameaça a ser controlada.

O ordenamento territorial local pode até inibir o avanço da rede urbana, mas, pelos dados observados, parece-nos que aos poucos a aproximação da capital se consolida. Por outro lado, pouco se discute entre os gestores locais sobre os impactos do agronegócio, que avança rápido para as áreas de pastagens e para as áreas de pequenos produtores rurais.

As cercas das fazendas estão sendo destruídas para que as lavouras de cana-de-açúcar avancem. O preço que se paga para produzir “energia limpa” é alto e o estado de Goiás está deixando para trás a tradição de produzir gado, leite, milho, arroz e soja para se consolidar como um dos maiores produtores de cana-de-açúcar. O impacto desse processo é ainda mais complexo do que se pensava, porque os municípios que tradicionalmente abasteciam a Central de Abastecimento do Estado de Goiás (CEASA/GO) com produtos dos hortifrutigranjeiros agora plantam cana para produzir açúcar e etanol.

A destilaria de Inhumas, além de desarticular o seu território, abala os municípios vizinhos, porque contrata e arrenda produtores para a produção de cana-de-açúcar. Essa produção é beneficiada em Inhumas e não em Nova Veneza, Nerópolis, Itauçu, Santa Rosa, ou Araçu, entre outros. Transparece a falta de uma política nacional para o setor sucroalcooleiro no Brasil e, principalmente, em Goiás.

Na década de 1930, tentou-se uma política nacional de aproximação do sertão atrasado ao litoral moderno – a Marcha para o Oeste. Agora parece haver uma “Marcha da Cana”, em um cerrado já modernizado e com técnicas avançadas de manejo é utilizado para transformar o que restou de cerrado em um “mar de cana-de-açúcar”. Nesse ritmo de maximização e exploração das terras goianas, é possível que o sertão vire um “mar de cana”. A se confirmar essa possibilidade, mais uma vez quem pagará a conta do modelo de desenvolvimento econômico e energético será o cerrado e seus habitantes.

Para concluir, podemos dizer que o município de Inhumas é apenas uma ponta deste “iceberg descontrolado” chamado modo de produção capitalista. Todo problema criado, seja ele ambiental ou social, foi gerado pela sociedade na apropriação dos espaços e serão esses mesmos indivíduos os únicos capazes de se emanciparem desse modelo de exploração dos recursos e da vida.

Constatamos, com a elaboração deste livro, alguns problemas de cunho social, político e econômico existentes em Inhumas e na Região Metropolitana de Goiânia,

como a violência, o desemprego, a falta de investimentos em saúde, educação e segurança, a má distribuição de renda, a segregação urbana, a falta de moradia e a precarização das condições de trabalho, dentre outros. A solução não é simples, tanto para a população quanto para os gestores, mas algo precisa ser feito para se criar condições de prosperidade social. O que percebemos em Inhumas foi um município rico economicamente, mas com graves problemas sociais. Claro que essa realidade não é apenas local.

Os problemas aqui apresentados são mais visíveis nas cidades porque elas concentram a riqueza e a pobreza num mesmo território. Não é mais possível gerir uma cidade, município, região, ou metrópole sem levar em conta a rede urbana em distintas escalas. Deve-se pensar a Geografia do ritmo, do descompasso, da fluidez, das fronteiras rompidas, das identidades dilaceradas, do hibridismo.

Inhumas apresenta, no entanto, um comércio local forte e diversificado e uma bacia leiteira consolidada, com várias empresas de laticínios. A pecuária apresenta uma pujança considerável em Goiás e na região do Centro Goiano, com pelo menos dois grandes frigoríficos, além de curtumes que exportam couro para o exterior. O município possui granjas que abastecem Goiânia e seu entorno, além de Brasília. Existem ainda dezenas de indústrias alimentícias, a destilaria de etanol e um polo confeccionista se consolidando para suprir parte da demanda de Goiânia. Além disso, o município de Inhumas possui força política no cenário goiano com deputados federais, estaduais e lideranças que atuam até além dos limites regionais.

Como já havíamos dito, nem sempre o acúmulo financeiro de um município traduz-se em qualidade de vida para sua população. Constatamos que a região de Inhumas possui uma das glebas de terra mais valorizadas do estado, porque seu território está totalmente inserido na mancha de terra roxa que apresenta grande teor de fertilidade natural. Isso explica o fato de a maioria das terras serem arrendadas e as lavouras de cana terem alta produtividade, uma das maiores do Brasil. O solo urbano é muito valorizado, o preço de um lote na periferia de Inhumas compra até seis lotes em Caturai ou três em Goianira. Esse aspecto ajuda a impedir que Inhumas se transforme num reduto de especuladores imobiliários ou até mesmo numa cidade dormitório de Goiânia.

A contribuição do geógrafo para o século XXI pauta-se numa leitura de espaço complexa e dinâmica que se direciona para um ordenamento dos sistemas de objetos e ações. A materialização dos sistemas de objetos tornou-se o fim do sistema capitalista e os sistemas de ações estão passando despercebidos na leitura espacial da humanidade, porque exigem menor ritmo. Mudar a práxis social demanda tempo e vivemos numa sociedade em que prolifera a falta de tempo. Os filósofos sempre ensinaram que devemos pensar antes de agir, mas agora agimos antes de pensar. Por isso, os conflitos, as contradições e os dilemas sociais estão sendo suavizados pela rapidez na apropriação dos territórios.

O processo de elaboração desta obra voltou-se contra o próprio autor, que me vi obrigado a derrubar todos os meus paradigmas íntimos e preconceitos criados ao longo de meu percurso intelectual. Para construir um saber universal, apropriei-me do pensamento de outros a fim de construir meu próprio saber. Esforcei-me para interpretar Inhumas e a região metropolitana de diferentes maneiras, com o propósito de entender esses objetos dentro da totalidade do conhecimento único. A busca pela verdade é um dos objetivos dos intelectuais, até porque os ignorantes afirmam tudo de forma precipitada; os sábios duvidam antes de afirmarem e os sensatos refletem sobre tudo isso.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. G. (Org.). Políticas públicas e delineamentos do espaço turístico goiano. In: _____. **Abordagens Geográficas de Goiás**: o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia: IESA/UFG, 2002.

_____. **Paradigmas do turismo**. Goiânia: Alternativa, 2003.

ALEIXO, J. **O agrocombustível ameaça a agricultura familiar e solidária**. IBASE, 2007. Disponível em: <www.ibase.org.br>. Acesso em: 16 fev. 2010.

ANJOS, A. F. **A dinâmica intraurbana de Goianira no contexto da região metropolitana de Goiânia**. Dissertação de Mestrado em Geografia, IESA/UFG, Goiânia, 2009.

ARRAIS, T. A. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2004.

_____. **A região como arena política**. Goiânia: Vieira, 2007.

BARREIRA, C. C. M. A. **Região da Estrada do Boi**: Usos e Abusos da Natureza. Goiânia: UFG, 1997.

_____. **Vão do Paraná**: a estruturação de um território regional. Brasília: MI, UFG, 2002.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul/dez. 2001.

BIELSCHOWSKI, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BLANCO, J.; GUREVICH, R. Uma geografia de las ciudades contemporâneas: nuevas relaciones entre actores y territorios. In: ALDEROQUI, Silvia; PENCHNSKY, Pompei. **Ciudad y ciudadanos**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BORGES, B. G. **O Despertar dos Dormentes**. Goiânia: CEGRAF, 1990.

BOTELHO, T. R. (Org.). **Goiânia: cidade pensada**. Goiânia: UFG, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Ementas Constitucionais n. 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. Projeto de Lei n. 3.460, de 5 de maio de 2004. Institui diretrizes para a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano, cria o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2004. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=42A1C7A8E5A038461744751E48AB50AA.node2?codteor=215215&filename=PL+3460/2004> Acesso em: 17 jun. 2013.

BRAUDEL, F. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRITTO, L. N. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARRIJO, E. L. O. **A expansão da fronteira agrícola no estado de Goiás**: setor sucroalcooleiro. Dissertação de Mestrado em Agronegócios, EA/UFG, Goiânia, 2008.

CARVALHO, A. X. Y. (Org.). **Dinâmica dos municípios**. Brasília: Ipea, 2007.

CASSETTI, V. Geomorfologia do município de Goiânia/GO. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, 1992.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CASTILLO, R. Região competitiva e circuito espacial produtivo: a expansão do setor sucro-alcooleiro (complexo cana-de-açúcar) no território brasileiro. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA (EGAL), 12.,2009., Montevideo. **Anais...**Montevideo, 2009.

CASTRO, S. D., et al. Dinâmica produtiva da indústria de confecções de vestuário em Goiás. **Revista Conjuntura Econômica Goiana**, Seplan, Goiânia, 2004.

CASTRO, S. S. Oportunidades e pontos críticos no desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no Estado de Goiás. In: FÓRUM DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CERRADO – SEMANA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2., 2007, Goiânia. **Caderno Temático...** Goiânia, 2007.

CASTRO, S. S., et al. A expansão da cana-de-açúcar no cerrado e no estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo. **Boletim Goiano de Geografia** Goiânia: IESA/UFG, v. 30, n. 1, p. 171-190, 2010.

CASTRO, S. S.; BORGES, R. O.; SILVA, R. A. A.; BARBALHO, M. G. S. Estudo da expansão da cana-de-açúcar no Estado de Goiás: subsídios para uma avaliação do Potencial de Impactos Ambientais. In: FORUM DE C&T NO CERRADO, 2., 2007, Goiânia. **Anais...**Goiânia, 2007.

CAVALCANTI, L. S. A cidadania, o direito à cidade e a Geografia escolar – elementos para o estudo urbano. In: **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

_____. Cidade e vida urbana: a dinâmica do/no espaço intra-urbano e a formação para a participação em sua gestão. In: PAULA, F. M. de A. e. **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Vieira, 2007.

_____. **A Geografia Escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papyrus, 2008.

CHAUL, Nasr. **A construção de Goiânia e a transferência da Capital**. Goiânia: CEGRAF, 1988.

_____. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, 2010.

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia**: uma metrópole em travessia. Tese de Doutorado em Geografia, USP, São Paulo, 2001.

_____. **Goiânia, travessias sociais e paisagens cindidas**. Goiânia: UCG, 2005.

CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

CLAVAL, P. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CORREA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

DEUS, J. B. **O sudeste goiano e a desconcentração industrial**. Brasília: MI, UFG, 2002.

EMBRAPA. **Estatística**. Disponível em: <<http://www.cana.cnpm.embrapa.br/setor.html>>. Acesso em: 16 ago. 2010.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação**. Goiânia: UCG, 2004.

FAISSOL, C. **O Mato Grosso de Goiás**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

FERNANDES, B. M. (Org.). **Campestanto e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FERREIRA, S. C. Urbanização e rede urbana brasileira: orientação teórica e metodológica preliminar. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO & VIII SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1., 2008, Rio Claro/SP. **Anais...**Rio Claro: Unesp, 2008.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Urbanização e Cidades: os vários desafios à investigação geográfica. In: MENDONÇA, F. (Org.). **Espaço e tempo-complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Anpege, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRABINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M.A.; SANTOS, R.A (Orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FRANÇA, M. S. **Terra, trabalho e história**: a expansão agrícola no “Mato Grosso” de Goiás 1930/55. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 1985.

FREIRE, W. J.; CORTEZ, L. A. B. **Vinhaça de cana-de-açúcar**. Guaíba: Agropecuária, 2000.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 36. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DO LIVRO. **Filhos do Café** - Ribeirão Preto da terra roxa - tradicional em ser moderna/Curadoria Histórica do Museu do Café - Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Museu do Café Francisco Schmidt, 2010.

GEORGE, P. **Geografia Urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983.

GOMES, P. C. da C. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: Gomes, P. C. da C.; CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

GOMES, P. C. da C. (Org.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. et al. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Desterritorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: UFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios Alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HAYAMI, Y. **The peasant in economic modernization**. London: Eicher e Staatz, 1998.

HOLLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

INHUMAS. **Plano Diretor de Inhumas**, 2007.

_____. Secretaria de Municipal de Indústria e Comércio. **Plano Diretor 2007**. Inhumas, 2010.

_____. Secretaria da Fazenda, **Inhumas: dados cadastrais**, 2011.

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: estudos básicos para a caracterização da rede urbana. Brasília: Ipea, 2001.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**: revisão atualizada do estudo da divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

_____. **Contagem populacional**, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2009.

_____. **Censo Demográfico** – Resultados preliminares, 2010.

KAYSER, B. A região como objeto de estudo da geografia. In: **A geografia ativa**. 5. ed., Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1980.

LASTRES, H. M. M., et al. **Interagir para competir**: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil. Brasília: Sebrae, 2002.

LEITE, M. Â. F. P. L. Uso do território e investimento público. **Revista GeoTextos**, São Paulo, v. 2, n. 2, 2006.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1980.

_____. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte : UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: DA SILVA, C. A.; FREIRE, D. G. (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A, Faperj, 2006.

_____. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 14, n. 331 (69), ago. 2010. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>>. Acesso em 6 jan. 2011.

_____. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 11., 2010, Buenos Aires. **Actas...**Buenos Aires, 2010.

LIMA, A. **Zoneamento ecológico-econômico à luz dos direitos sócio-ambientais**. Curitiba: Juruá, 2006.

LIMA, R. M. B. F. Territorialidade e resistência: práticas espaciais criando novas regras de uso do território no extrativismo do babaçu. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA (EGAL), 12., 2009, Montevideo. **Anais...**Montevideo, 2009.

LOWY, M. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1985.

MALHEIROS, R. **A rodovia e os corredores de migração da fauna dos cerrados**. Goiânia: IESA/UFG, 1997.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. São Paulo: Didática, 1990.

MARKUSEN, A. Região e regionalismo. Um enfoque marxista. In: **Espaço e Debates**, São Paulo: ano 1, n. 2, mai. 1981.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MENDONÇA, M. R., et al. (Orgs.). Impactos econômicos, sociais e ambientais no cultivo da cana-de-açúcar no território goiano. In: FÓRUM DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA NO CERRADO, 2., Goiânia. **Caderno Temático...**Goiânia, 2007.

_____. O agronegócio nas áreas de cerrado: impasses, preocupações e tendências. In: FÓRUM DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CERRADO – SEMANA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2., Goiânia. **Caderno Temático...**Goiânia, 2007a.

MÉSZÁROS, I. **O século 21**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais** (RAIS), Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET). Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pdet>>. Acesso em: 23 fev. 2004.

_____. **Relação Anual de Informações Sociais** (RAIS). Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>>. Acesso em: set. 2009.

MOREIRA, G. O. **Metáforas do progresso**: a dinâmica municipal. Goiânia: Kelps, 2004.

_____. **A cidade pela fotografia**. Goiânia: Kelps, 2006.

MOREIRA, C. O. (Org.). **Inhumas**: identidade e progresso. Goiânia: Kelps, 2008.

MOYSÉS, A. (Org.). **Goiânia, metrópole não planejada**. Goiânia: UCG, 2004.

_____. **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: UCG, 2005.

MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NIPPO-BRASIL. **Nippo no Campo**. Disponível em: <<http://www.nippobrasil.com.br/campo/especiais>>. Acesso em: 16 ago. 2010.

NUCADA, M. K. **A condição de Hidrolândia na expansão urbana do entorno de Goiânia**. Dissertação de Mestrado em Geografia, IESA/UFG, Goiânia, 2006.

_____. **A trama e o drama no Entorno de Goiânia**: forças e tensões. Tese de Doutorado em Geografia, IESA/UFG, Goiânia, 2010.

OLANDA, E. R. **Sancrerlândia/GO**: Do povoado do cruzeiro às novas centralidades. Tese de Doutorado em Geografia, FCT/Unesp, Presidente Prudente, 2010.

ORLANDI, E. P. **Cidades dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

PINTO, J. V. C. **O espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia**: centralidades na metrópole goiana. Goiânia: UFG, 2009.

PINTO, L. S. G. **Ribeirão Preto**: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930. Dissertação de Mestrado em Economia, FCL/Unesp, Araraquara, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Géographie Politique**. Paris: Éditions Régionales Européennes, 1988.

RIEDEL, D. **As Selvas e o Pantanal**: Goiás e Mato Grosso. São Paulo: Cultrix, 1980. (Histórias e paisagens do Brasil).

RODRIGUES, W. J. **Trindade e o “abraço ingrato da metrópole”**: uma análise sócio-territorial de Trindade II. Dissertação de Mestrado em Geografia, Instituto de Estudos Sócio-ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo, Recife: Hucitec, UFPE, CNPV, 1978.

_____. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

_____. **Manual de Geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

- _____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- _____. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, Educ, 1994.
- _____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994a.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, A. P. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho/SP**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SANTOS, M., et al. (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAQUET, M. A. O tempo, o espaço e o território. In: SOUZA, Á. J., et al. **Paisagem território e região: em busca da identidade**. Cascavel: Edunioeste, 2000. p. 103-114.
- _____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SCOTT, A; AGNEW, J; SOJA; STORPER, M. Cidades-Regiões Globais. **Espaço e Debates**, n. 41, p. 11-25, 2001.
- SEPLAN/GO. **Arrecadação de ICMS segundo as Regiões de Planejamento**, 2006. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: mar. 2009.

_____. **Distribuição da população pelo território e saldo de empregos** (RAIS/CAGED), 2007. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: mar. 2009.

_____. **Ranking dos quinze municípios mais competitivos**, 2007. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: mar. 2009.

_____. **Arrecadação de ICMS**, 2008. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: mar. 2009.

_____. **Gerência de informações estatísticas**. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br/sepim> Acesso em: mar. 2010.

SHIKIDA, P. F. A. Evolução e fases do Proálcool: 1975-2000. In: CALZAVARA, O.; OLIVEIRA LIMA, R. (Orgs.). **Brasil rural contemporâneo** – Estratégia para um desenvolvimento rural de inclusão. Londrina: Eduel, 2004.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1996.

SILVA, M. A., et al. Uso de vinhaça e impactos nas propriedades do solo e lençol freático. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**. Campina Grande: DEAg/UFCG, 2007.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, B.R. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, M.E.B. **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular: 2007.

SOUSA, A. A. M. **Geografia e Literatura**: a representação de Goiânia em fragmentos de viver é devagar de Brasigóis Felício. Goiânia: Kelps, 2010.

SOUSA, A. P. de. **Análise econômica e energética dos sistemas de colheita da cana-de-açúcar**. Palmas: UFT, 2009.

- SOUZA, M. A. (Org.). **A identidade da metrópole**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1994.
- _____. **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições territorial, 2003.
- SOUZA, M. J. L. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- TEIXEIRA, R. A. **Município de Formosa**: portal do nordeste goiano ou pólo regional no entorno de Brasília? Dissertação de Mestrado em Geografia, IESA/UFG, Goiânia, 2005.
- _____. **Município de Inhumas/GO**: com eira e sem beira no descompasso da metrópole. Tese de Doutorado em Geografia, UFG, Goiânia, 2012.
- TEIXEIRA NETO, A.; GOMES, H.; BARBOSA, A. S. (Orgs.). **Geografia**: Goiás-Tocantins. 2. ed. Goiânia: UFG, 2004.
- VIARD, J. **La société d'archipel ou les territoires du village global**. Paris: L'Aube, 1994.
- VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **A metropolização regional** – formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2009.
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, Fapeso, 1998.
- VIZENTINI, P. G. F. **Os liberais e a crise da República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida (1938). In: VELHO, G. O. (Org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- ZAMBONI, M. C. A. **Mogiana e o Café**: contribuições para a História da Estrada de Ferro Mogiana. Dissertação de Mestrado em História, Unesp, Franca, 1993.

Créditos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

REITOR

Paulo César Pereira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Ruberley Rodrigues de Souza

COORDENADOR DA EDITORA

Kepler Benchimol Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Erika Regina Leal de Freitas Bessa

Kepler Benchimol Ferreira

Liberato Silva dos Santos

Luciene Lima de Assis Pires

Marina Kanthack Paccini Razzé

Matheus Manoel Teles de Menezes

Murilo Ferreira Paranhos

Neville Júlio de Vilasboas e Santos

Ruberley Rodrigues de Souza

Simone Silva Machado

PROGRAMAÇÃO VISUAL

(PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA)

Pedro Henrique Pereira de Carvalho

REVISÃO

Daniella de Souza Bezerra

Liberato Silva dos Santos

Mabel Pettersen Prudente

Impresso em Goiânia, em junho de 2013, por Flex Gráfica e Editora Ltda. para a Editora IFG.

Formato 160 x 230 mm

Mancha 125 x 185 mm

Tipografia Clarendon BT 16/20 (títulos)

Chaparral Pro 10/14 (texto)

Papel Off-Set 90g/m² (miolo)

Cartão Supremo 300g/m² (capa)

Imagem Figura cartográfica digital (capa)

© Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

Tiragem 500 exemplares.

CONSELHO CIENTÍFICO

Adelino Cândido Pimenta (IFG)

Albertina Vicentini Assumpção (PUC/GO)

Alice Maria de Araújo Ferreira (UNB)

André Luiz Silva Pereira (IFG)

Angel José Vieira Blanco (IFG)

Antônio Borges Júnior (IFG)

Camila Silveira de Melo (IFG)

Cândido Vieira Borges Júnior (UFG)

Carlos Leão (PUC/GO)

Celso José de Moura (UFG)

Clarinda Aparecida da Silva (IFG)

Cláudia Azevedo Pereira (IFG)

Dilamar Candida Martins (IFG)

Douglas Queiroz Santos (UFU)

Gláucia Maria Cavasin (UFG)

Jullyana Borges de Freitas (IFG)

Jussanã Milograna (IFG)

Kellen Christina Malheiros Borges (IFG)

Kenia Alves Pereira Lacerda (IFG)

Liana de Lucca Jardim Borges (IFG)

Lídia Lobato Leal (IFG)

Lillian Pascoa Alves (IFG)

Manoel Napoleão Alves de Oliveira (IFG)

Marcelo Costa de Paula (IFG)

Marcelo Firmino de Oliveira (USP)

Maria Sebastiana Silva (UFG)

Marshal Gaioso Pinto (IFG)

Marta Rovey de Souza (UFG)

Mathias Roberto Loch (UEL)

Maurício José Nardini (MP/GO)

Pabline Rafaella Mello Bueno (IFG)

Paulo César da Silva Júnior (IFG)

Paulo Henrique do Espírito Santo Nestor (FEG)

Paulo Rosa da Mota (IFG)

Rachel Benta Messias Bastos (IFG)

Ronney Fernandes Chagas (IFG)

Rosana Gonçalves Barros (IFG)

Simone Souza Ramalho (IFG)

Waldir Pereira Modotti (UNESP)

Walmir Barbosa (IFG)



RENATO ARAÚJO TEIXEIRA

é natural de Goiânia-GO. É licenciado, mestre e doutor em Geografia pela UFG. É professor no Instituto Federal de Goiás – Câmpus Inhumas desde 2007, onde é líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares (NEPEINTER). Atua também como pesquisador e orientador em projetos de Iniciação Científica do IFG nas áreas de climatologia e análise regional. Possui vários artigos publicados em revistas Qualis A e B.

Esta obra destina-se aos gestores públicos e ao público acadêmico em geral, especialmente aos geógrafos, sociólogos, historiadores, arquitetos, economistas, profissionais liberais.

Este livro traz uma nova perspectiva para o meio editorial goiano ao sintonizar-se com as discussões metodológicas acerca da metrópole e da sua área de influência. Engloba temáticas urbano-regionais de maneira interdisciplinar e utiliza-se de fontes empíricas valiosas.

A relação socioespacial entre o município de Inhumas e a metrópole é o ponto forte da obra, que analisa a tensão entre o agronegócio do interior e a metropolização da capital.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOIÁS



editora ifg